

CIÊNCIA ABERTA E NOVAS TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM

TRADUÇÃO, LEGENDAGEM E ARQUIVOS DIGITAIS

Bethania Mariani
Gian Luigi de Rosa
Rívia Fonseca



Cadernos de Letras

Edição n.º 70

**CIÊNCIA ABERTA E NOVAS
TECNOLOGIAS DA LINGUAGEM**

Bethania Mariani
Gian Luigi de Rosa
Rívia Fonseca

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Niterói • 1º semestre de 2025

Cadernos de Letras da UFF

Publicação semestral do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Letras: Carla de Figueiredo Portilho

Vice-Diretora: Thaise Bastos Pio

Editoras: Thaise Bastos Pio, Instituto de Letras, UFF, Brasil; Carla de Figueiredo Portilho, Instituto de Letras, UFF, Brasil

Assistente editorial: Pedro Sasse, Brasil

Comissão executiva (2023-2026): Adalberto Müller Junior, Universidade Federal Fluminense, Brasil; Fábio André Cardoso Coelho, Universidade Federal Fluminense, Brasil; Vanessa Lopes Lourenço Hanes, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Conselho editorial

Catherine Dumas, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Claudia Poncioni, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Claudio Cezar Henriques, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Dermeval da Hora, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Edvaldo Balduino Bispo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Gerald Bär, Universidade Aberta Portugal, Portugal

Eliana Yunes, PUC-Rio, Brasil

Freda Indursky, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Greg Mullins, Evergreen College, Estados Unidos da América do Norte

Hanna Jakubowicz Batoréo, Universidade Aberta Lisboa, Portugal

Joana Matos Frias, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

José Luís Jobim, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Laura Padilha, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Luiz Fernando Valente, Brown University, Estados Unidos da América do Norte

Marcelo Jacques de Moraes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Marcos Luiz Wiedemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Mariangela Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Pedro Eiras, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Portugal

Pedro Serra, Universidad de Salamanca, Espanha

Roberto Acizelo Quelha de Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Simone Caputo Gomes, Universidade de São Paulo, Brasil

Solange Coelho Vereza, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Vanda Anastácio, Universidade de Lisboa, Portugal

Vania Pinheiro Chaves, Universidade de Lisboa, Portugal

Viviana Gelado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Organização do número 70: Bethania Mariani (UFF); Gian Luigi de Rosa (Università degli Studi Roma Tre); Rívia Fonseca (UFRRJ)

Coordenação da revisão: Glória Braga Onelley, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil; Greice Ferreira Drummond Holzweber, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

Revisão: Matheus Guarino Sant'Anna Lima de Almeida, UFF, Brasil; Yuri Nascimento, UFF, Brasil.

Responsável técnico: Pedro Sasse, Editoração eletrônica / diagramação, Brasil.

Campus do Gragoatá - Bloco C - sl. 515 - Niterói - RJ - CEP 24210-201, Brasil

e-mail: cadernosdeletras.egl@id.uff.br

Cadernos de Letras: Universidade Federal Fluminense

Instituto de Letras.

Niterói: Instituto de Letras, 1990.

Semestral

Cadernos de Letras da UFF, Niterói - RJ, v. 36, n. 70, 254 p., 1º semestre de 2025.

SUMÁRIO

Ciência Aberta e novas tecnologias de linguagem: tradução, legendagem e arquivos digitais..... 6

Bethania Mariani

Gian Luigi De Rosa

Rívia Fonseca

DOSSIÊ

A ciência aberta que cala: Multilinguismo, soberania epistêmica e as línguas indígenas invisibilizadas na era digital..... 14

Thaiane Moreira de Oliveira

Gilvan Müller

Considerações sobre Ciência Aberta: um estudo de caso em Linguística 43

Josimara Dias Brumatti

Geisa Meirelles Drumond

Métricas, visibilidade e linguagem: desafios da ciência aberta na avaliação de periódicos e pesquisadores 63

Michely Jabala Mamede Vogel

Vinicius Ribeiro

Arquivos em disputa: contradições em torno do acesso e do compartilhamento da propriedade intelectual 86

Guilherme Adorno

Juliana da Silveira

Arquivo discursivo das juventudes: internacionalização e construção colaborativa do conhecimento em mídias digitais.....	111
---	------------

Carla Barbosa Moreira

Popularização e interação online: a inclusão do público nos TEDx Talks	140
---	------------

Martina Desantis

Ciências da Linguagem e Inteligência Artificial: conceitos introdutórios da tecnologia de propósito geral - ChatGPT	160
--	------------

Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque

VARIA

Jornais em confronto: uma análise discursiva de notícias sobre o conflito Israel-Hamas.....	186
--	------------

Rafael Prearo-Lima

Marília Zago Kairalla de Queiroz

Do bárbaro ao selvagem: a animalização do outro.....	212
---	------------

Elizabeth Barranqueiros

Maria Fernanda Gárbero

Os demônios na América de Tony Kushner: <i>G. David Schine in Hell</i> (1996).....	231
---	------------

Vanessa Cianconi

CIÊNCIA ABERTA E NOVAS TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM: TRADUÇÃO, LEGENDAGEM E ARQUIVOS DIGITAIS

*Open Science and new language technologies: translation,
subtitles and digital archives*

Bethania Mariani¹
Gian Luigi De Rosa²
Rívia Fonseca³

Este número 70 dos *Cadernos de Letras* da UFF propõe como temática o contexto atual de valorização das novas tecnologias de linguagem em relação ao que se chama de “ciência aberta” e “acesso aberto” à produção do conhecimento científico. De imediato, vale explicar que entendemos as tecnologias digitais de linguagem como um conjunto de técnicas e inovações que se encontram na base da *web* e que constituem de modo absoluto a sociedade midiaticizada em que vivemos. As tecnologias digitais produzem como efeito imaginário a ilusão de uma abertura e liberdade infinitas para o acesso a qualquer conteúdo, seja o de uma receita de

1 UFF – CNPq – CNE/Faperj.

2 Università degli Studi Roma Tre

3 UFRRJ

bolo, seja o da construção de um foguete, por exemplo. Na comunidade acadêmica, essas tecnologias estão na base de um acesso veloz ao conhecimento produzido, seja em periódicos científicos, seja em aulas gravadas, *blogs*, *lives* etc.

As tecnologias digitais de linguagem, na atualidade, encontram-se na base do movimento de circulação da produção de saber. São duas expressões – “ciência aberta” e “acesso aberto” – associadas a dois movimentos mundiais, que têm sido bastante discutidos no meio acadêmico atual. O movimento da Ciência Aberta reivindica a necessidade de inclusão de práticas democráticas de acesso à produção e à circulação do conhecimento, e o movimento do acesso aberto, por sua vez, sinaliza a relevância de se fazer frente à mercantilização crescente de grandes plataformas bibliográficas digitais que cobram para a publicação e leitura de artigos científicos. Em síntese, praticar a Ciência Aberta em relação ao acesso aberto é compartilhar

pesquisas já realizadas, ou em processamento, em todas as suas instâncias, ou seja, das etapas de formulação do projeto individual, ou proposto em equipes trabalhando coletivamente em laboratórios aos seus resultados, passando pela abertura do processo de coleta ao armazenamento dos corpora, dos métodos, das técnicas, das análises e de seus resultados. Em outras palavras, todas as etapas que envolvem a construção do conhecimento passam disponibilizadas no meio digital com livre acesso (Mariani, 2022, p. 166).

Essa complexa política de abertura da produção científica associada a um amplo e gratuito acesso se encontra relacionada com outras políticas acadêmicas também vigentes na atualidade. Uma delas é a internacionalização do conhecimento produzido, ou seja, busca-se enfatizar, como se fosse evidente, não apenas a necessidade de uma circulação internacional do conhecimento, mas, sobretudo, que ela deva ser realizada, prioritariamente, em língua inglesa. Vale ressaltar que a onipresença da língua inglesa resulta de um processo histórico que se encontra na base da

globalização (mundialização). A globalização tanto produz integração quanto dependência econômica entre países, além de organizar também uma rede de ligações tecnológicas com objetivo de disseminar e apreender conhecimento tendo como base o inglês. Assim, as instâncias hegemônicas resultantes das relações de força mantêm a desigualdade entre classes, entre sociedades, entre comunidades acadêmicas e entre línguas, embora, aparentemente, façam uma defesa de valores democráticos e de inclusão das diversidades. No entanto, o reconhecimento da diversidade não elimina as desigualdades.

Entendemos que a valorização do uso majoritário da língua inglesa na circulação da produção científica passa justamente por esse processo de exclusão de outras línguas e de outras formas de conhecimento. É usual ler enunciados genéricos que afirmam a inevitabilidade do uso do inglês no mundo globalizado, seja porque se trata de uma língua falada por países hegemônicos, seja porque o inglês tem funcionado como uma espécie de língua franca na comunidade internacional. Se as desigualdades entre as comunidades científicas mundiais encontram no pouco acesso a recursos públicos a possibilidade de desenvolvimento da produção de conhecimento específico, no caso das línguas nacionais e oficiais de países em desenvolvimento, as assimetrias linguísticas com o inglês tornam-se um impeditivo para validação do conhecimento produzido. Pêcheux (1975 [1988]) já afirmava que a questão das línguas é uma questão de Estado. Retomando sua afirmação para os dias atuais, afirmamos que a questão das línguas na produção e circulação do conhecimento é um problema mundial.

É importante destacar que, para este número dos *Cadernos de Letras da UFF*, convidamos pesquisadores para discutir o papel da tradução e da legendagem nos processos de internacionalização da ciência, em geral, e dos estudos da linguagem, em particular, exatamente como uma forma de fazer frente à hegemonia da língua inglesa. Nessa medida, discutir e analisar as condições

de emergência dessas novas tecnologias em relação à Ciência Aberta, tendo em vista que políticas públicas nacionais e internacionais, articuladas com políticas linguísticas de valorização de determinadas línguas como línguas da ciência, podem (in)diretamente vir a administrar tanto a produção quanto a circulação do conhecimento, é o aspecto central que visamos com este número dos *Cadernos de Letras da UFF*.

Dialogando com o tema do dossiê, os artigos deste número especial utilizam diferentes abordagens teóricas e metodológicas para, em conjunto, enriquecerem significativamente a discussão. De fato, se o nosso pressuposto é que a Ciência Aberta, em sua essência, busca a democratização do conhecimento, a colaboração sem fronteiras e a transparência, o artigo “A Ciência Aberta que cala”, de Thaiane de Oliveira e Gilvan Muller, revela um paradoxo crucial: o fato de a suposta universalidade da Ciência Aberta ser silenciada pela hegemonia do inglês. Ao propor uma reconfiguração da Ciência Aberta baseada na soberania linguística e cultural, o texto desafia a comunidade científica a ir além da mera acessibilidade digital e a abraçar uma verdadeira inclusão epistêmica, crucial para enfrentar desafios globais em saúde e meio ambiente.

O segundo artigo, “Considerações sobre Ciência Aberta”, o estudo de Josimara Brumatti e Geisa Drummond, oferece um panorama pragmático e detalhado sobre como a Ciência Aberta está sendo praticada na área de Linguística. Todavia, em vez de focar apenas nos princípios ideais, as autoras analisam dados concretos da base OpenAlex para verificar a adesão a práticas como o Acesso Aberto. Os resultados, embora mostrem uma adesão significativa (73%), também expõem desafios persistentes, como a baixa utilização de repositórios institucionais e a concentração da produção em algumas regiões geográficas e em uma única língua, o que contraria o espírito de descentralização e inclusão da Ciência Aberta.

Michely Vogel e Vinicius Ribeiro, em seu artigo “Métricas, visibilidade e linguagem”, mergulham em uma das contradições

mais profundas da Ciência Aberta: a tensão entre a abertura e os sistemas de avaliação acadêmica. O trabalho questiona como as políticas de internacionalização, frequentemente ligadas a publicação em inglês e a métricas quantitativas, entram em conflito com os ideais de inclusão e impacto social. As autoras argumentam que as tecnologias de tradução, embora úteis para a visibilidade, podem reforçar assimetrias se não houver políticas editoriais cuidadosas. A defesa de um modelo avaliativo mais integrado e sensível à diversidade de contextos é um convite direto à comunidade científica para repensar como medimos o sucesso da pesquisa.

Quanto ao artigo “Arquivos em disputa”, de Guilherme Adorno e Juliana Silveira, ele nos leva ao coração das tensões entre propriedade intelectual e acesso livre ao conhecimento. De fato, ao analisar o caso do Internet Archive *versus* Hachette, os autores exploram como os espaços digitais se tornaram campos de batalha nos quais o direito autoral hegemônico é desafiado. Esse trabalho mostra que a abertura não é apenas uma questão de vontade ou política, mas uma luta contínua contra estruturas tradicionais que controlam a circulação do conhecimento.

O quinto artigo desse dossiê, “Arquivo discursivo das juventudes”, de Carla Barbosa Moreira, ilustra como a Ciência Aberta pode ser aplicada de forma prática e inovadora, indo além do universo acadêmico tradicional. O projeto de internacionalização do “Arquivo discursivo das juventudes” exemplifica a construção colaborativa e transnacional do conhecimento. A autora, ao utilizar a tradução e a adaptação de conteúdos para criar uma rede colaborativa entre instituições de ensino, demonstra como a ciência pode se tornar mais inclusiva e acessível a um público mais amplo.

O trabalho de Martina Desantis, “Popularização e interação online”, analisa o papel dos cibergêneros divulgativos (no caso, os TEDx Talks) na popularização do conhecimento, uma meta central da Ciência Aberta. Embora não trate diretamente do tópico desse dossiê, o artigo explora um modelo de comunicação que é,

por natureza, aberto e acessível a uma audiência global. A autora, ao investigar como certas estratégias discursivas, como o uso de pronomes inclusivos, constroem um espaço interacional, foca no processo de disseminação do conhecimento fora das barreiras institucionais.

Por fim, o artigo de Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, “Ciências da Linguagem e Inteligência Artificial”, aborda um tema de crescente relevância para a Ciência Aberta. Ao oferecer uma introdução à Inteligência Artificial e ao ChatGPT a partir da perspectiva das Ciências da Linguagem, a autora preenche uma lacuna crucial, porque não apenas desmistifica a tecnologia mas também ressalta a importância de que os cientistas da linguagem se apropriem dela para desenvolver pesquisas multi, inter e transdisciplinares. Em um mundo em que a IA molda cada vez mais a produção e a circulação do conhecimento, entender sua interseção com a linguagem é essencial para garantir que a Ciência Aberta permaneça justa e equitativa.

Esperamos que este número possa contribuir para uma discussão sobre os sentidos de ciência aberta e sobre a necessidade de pensarmos nos modos de democratização do acesso à produção e circulação do conhecimento em várias línguas. Nessa medida, entendemos que ainda há muita reflexão a ser feita, sobretudo, retomando percursos históricos da produção de conhecimento para melhor compreender os domínios de pensamento de nosso tempo. Sem dúvidas, são os questionamentos, as contradições, as resistências e possíveis rupturas na produção do conhecimento e nos modos como ele circula que fazem avançar, deslocar e transformar o trabalho intelectual ante hegemonias e evidências de sentidos.

REFERÊNCIAS

MARIANI, Bethania. As ciências humanas, a Análise do Discurso e o momento atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos. *Policromias — Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 164-181, set./dez. 2022.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].



DOSSIÊ

A CIÊNCIA ABERTA QUE CALA: MULTILINGUISMO, SOBERANIA EPISTÊMICA E AS LÍNGUAS INDÍGENAS INVISIBILIZADAS NA ERA DIGITAL

*Thaiane Moreira de Oliveira¹
Gilvan Müller²*

Resumo: A ciência aberta tem se consolidado como um paradigma global que busca democratizar o acesso ao conhecimento, ampliar a colaboração científica e promover transparência nos processos de produção científica. No entanto, essa abertura é marcada por limites linguísticos, epistêmicos e políticos que tornam visíveis as contradições entre o ideal universalizante da ciência aberta e a realidade das assimetrias linguísticas e culturais na produção e circulação do conhecimento. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel das tecnologias de linguagem – como tradução, legendagem e arquivos digitais – na ciência aberta, questionando a hegemonia do inglês como língua franca da ciência e os mecanismos que invisibilizam línguas indígenas e saberes pluriepistêmicos. Partindo de uma perspectiva de soberania linguística e epistêmica, discutimos como a ciência aberta pode ser reconfigurada a partir de uma política multilingue e intercultural que reconheça e integre os diferentes modos de produção de conhecimento, em especial aqueles vinculados às populações indígenas e tradicionais, com vistas a responder aos desafios globais em saúde e meio ambiente.

1 Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF.
thaianeoliveira@id.uff.br

2 Professor de Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail:
gimioliz@gmail.com

Palavras-chave: ciência aberta, soberania epistêmica, multilinguismo, línguas indígenas, tecnologias de linguagem.

Introdução

Nas últimas duas décadas, a Ciência Aberta tem se consolidado como uma resposta aos entraves históricos de acesso, circulação e apropriação do conhecimento científico. Impulsionada por tecnologias digitais, ela se apresenta como uma promessa de democratização do saber, pautada em princípios como transparência, colaboração e acessibilidade. A proposta de disponibilização irrestrita de publicações, dados e recursos metodológicos – como códigos e algoritmos – visa ampliar as fronteiras do conhecimento e garantir o retorno social dos investimentos públicos em ciência (Silva; Silveira, 2019; Stueber; Teixeira, 2024).

Na literatura, duas perspectivas principais têm disputado a compreensão e os rumos da Ciência Aberta. De um lado, uma abordagem utilitarista valoriza a produtividade, a eficácia e a competitividade da produção científica, reproduzindo uma lógica de mercado que, embora eficiente em alguns aspectos, tende a enfraquecer o caráter comunitário da ciência (Clinio, 2019; Oliveira *et al.*, 2021). De outro, uma perspectiva crítica enfatiza a ciência como bem comum, reivindicando justiça cognitiva e justiça social como princípios estruturantes. Essa abordagem revela uma tensão entre as exigências do capitalismo acadêmico e a construção de uma ciência comprometida com a equidade e a democracia do conhecimento (Clinio, 2019; Stueber; Teixeira, 2024).

Essa segunda perspectiva tem ganhado força na América Latina, impulsionada por uma tradição intelectual crítica às assimetrias epistêmicas globais, à dependência científica e à exclusão de saberes historicamente marginalizados. Em um contexto marcado por desigualdades estruturais, colonialismo e apagamentos culturais, a Ciência Aberta é compreendida, nesses países, não

apenas como uma pauta de acesso, mas como uma arena de disputa pela soberania do conhecimento (Oliveira *et al.*, 2021; Dutta *et al.*, 2021).

Portanto, mesmo as propostas mais progressistas de Ciência Aberta não estão isentas de críticas. É necessário reconhecer que o acesso aberto, por si só, não garante inclusão epistêmica nem igualdade de condições na produção e na legitimação do saber. A centralidade do inglês como língua franca da ciência, por exemplo, constitui um filtro de poder que define não apenas quem pode acessar, mas quem pode produzir, circular e ser reconhecido como produtor legítimo de conhecimento (Suzina, 2021; Hamel, 2007). Isso evidencia a persistência de desigualdades linguísticas e epistêmicas que atravessam o campo científico global.

Assim, iniciativas latino-americanas têm buscado ir além da abertura técnica, articulando políticas públicas de inclusão, multilinguismo e valorização dos saberes locais. A crítica latino-americana à Ciência Aberta não se restringe a seus modos de implementação, mas questiona os fundamentos epistemológicos, políticos e linguísticos que sustentam o modelo hegemônico de produção científica. Ao defender uma ciência enraizada em territórios, comunidades e múltiplas epistemologias, essas iniciativas ampliam o escopo de uma ciência verdadeiramente democrática.

Diante disso, emergem questões fundamentais: que tipo de abertura está sendo promovida pela Ciência Aberta? Quais vozes, línguas e epistemologias são incluídas nesse processo? Que formas de conhecimento são consideradas legítimas nos ambientes científicos digitais? E, sobretudo, que ciência aberta é essa que não reconhece a pluralidade linguística nem os diferentes modos de produzir conhecimento, especialmente aqueles oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais?

Este artigo propõe uma crítica à Ciência Aberta a partir da invisibilização linguística e epistêmica que a atravessa. A partir da análise das estruturas que sustentam o modelo dominante de

produção científica, defendemos que uma ciência verdadeiramente democrática requer políticas comprometidas com o multilinguismo, com a valorização de saberes pluriepistêmicos e com a criação de ecossistemas de conhecimento capazes de enfrentar os grandes desafios contemporâneos – como a crise ambiental e os dilemas da saúde coletiva – a partir da diversidade de perspectivas, experiências e linguagens.

A ciência aberta e suas promessas: entre o ideal e a estrutura

A emergência da Ciência Aberta representa uma resposta crítica aos modelos tradicionais de publicação científica, historicamente caracterizados pelo controle de grandes editoras comerciais e por barreiras financeiras e institucionais (Velez Cuartas *et al.*, 2023). Inspirada nos princípios do movimento de software livre e impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais, a Ciência Aberta propõe uma reconfiguração do ecossistema científico, fundamentada na transparência, colaboração, reprodutibilidade e no acesso universal ao conhecimento (Prykhodkina, 2024). Em sua essência, ela defende que os saberes produzidos com financiamento público devem ser livremente compartilhados com a sociedade (Abadal, 2025).

Essa perspectiva tem orientado políticas científicas contemporâneas que buscam ampliar o acesso à informação, fomentar a colaboração entre pesquisadores e promover uma comunicação mais inclusiva dos resultados científicos (Stueber; Teixeira, 2024; Antunes *et al.*, 2021). No entanto, sua implementação ocorre em um contexto institucional e tecnológico marcado por desigualdades históricas. Embora os instrumentos digitais prometam ampliar a circulação do conhecimento, eles frequentemente reproduzem estruturas de poder que centralizam a produção científica em países do Norte Global, invisibilizando contribuições de regiões periféricas (Campos *et al.*, 2023).

As práticas consolidadas de avaliação científica — baseadas em métricas bibliométricas, regras de produtividade e indexações internacionais — moldam tanto os temas pesquisados quanto os critérios de publicação, frequentemente privilegiando a língua inglesa e padrões epistêmicos ocidentais. Isso limita a diversidade de vozes e saberes no sistema global de ciência (Rondon, 2024; Albagli; Clinio; Raychtock, 2014). Ainda que a Ciência Aberta proponha a democratização do acesso e o fortalecimento da participação social, as hierarquias linguísticas e epistêmicas permanecem como barreiras à efetiva pluralização do conhecimento.

Além disso, a coexistência de diferentes racionalidades dentro do próprio movimento — entre a lógica de mercado e a defesa do conhecimento como direito — evidencia tensões e contradições que podem esvaziar seu potencial transformador (Clinio, 2019; Oliveira *et al.*, 2021). De um lado, há uma perspectiva tecnocrática e normativa, voltada para a inovação e a eficiência; de outro, emergem reivindicações por justiça epistêmica, sobretudo nos debates oriundos do Sul Global, com destaque para a América Latina, onde a Ciência Aberta é concebida como uma oportunidade para construir uma ciência epistemologicamente inclusiva (Oliveira *et al.*, 2021; Clinio, 2019).

A literatura aponta que, embora o compartilhamento irrestrito de dados e publicações possa fomentar a inovação e ampliar a participação social nos processos de produção do conhecimento, estruturas institucionais e interesses geopolíticos continuam a determinar quais temas, idiomas e formatos são legitimados (Antunes *et al.*, 2021; Albagli; Clinio; Raychtock, 2014). Por outro lado, também têm emergido análises críticas e mais matizadas da ciência aberta, que evidenciam suas limitações, disputas internas, desafios éticos e os riscos associados à abertura indiscriminada dos dados de pesquisa (Peres Menezes; Galvão, 2025).

Um exemplo emblemático é o estudo conduzido pela *Open and Collaborative Science in Development Network* (OCSNet), que reuniu comunidades epistêmicas de diversos países do Sul

Global para refletir sobre os princípios e práticas da ciência aberta. Em vários contextos, sobretudo entre comunidades indígenas da África do Sul, foram expressas críticas contundentes à abertura de dados científicos, baseadas em experiências históricas de expropriação colonial de saberes e recursos genéticos. Essas comunidades manifestaram receio de que, sob o pretexto da abertura, novas formas de exploração e apropriação indevida dos seus conhecimentos tradicionais sejam legitimadas — reiterando, portanto, a importância de uma ciência aberta situada, sensível à justiça epistêmica, à soberania dos povos e à reparação histórica (Chan *et al.*, 2019).

Tais condicionantes revelam a ambivalência da Ciência Aberta e reforçam a necessidade de políticas públicas robustas, capazes de articular a abertura com a transformação efetiva dos critérios de avaliação e circulação do saber (Stueber & Teixeira, 2024; Oliveira & Silva, 2016).

Nesse sentido, a proposta de democratização do conhecimento requer também o compromisso com a justiça epistêmica (Fricker, 2007), enfrentando os mecanismos que silenciam determinadas vozes e experiências no campo científico. A promessa de uma ciência mais aberta e inclusiva corre o risco de ser frustrada se a abertura se limitar à retórica e não estiver acompanhada de transformações profundas nas políticas linguísticas, nos critérios de legitimidade epistêmica e nas tecnologias de mediação. Sem isso, corre-se o risco de reproduzir, sob uma nova roupagem, antigos mecanismos de exclusão, ao universalizar formatos e padrões que marginalizam saberes pluriepistêmicos e plurilíngues (Albagli; Clinio; Raychtock, 2014; Oliveira; Silva, 2016; Sharma, 2021).

Portanto, torna-se fundamental problematizar as estruturas que sustentam a ideia de abertura e questionar a quem ela realmente serve. A construção de um sistema científico mais justo e representativo exige a integração de esforços entre governos, instituições acadêmicas e sociedade civil, com vistas a promover práticas científicas que não apenas ampliem o acesso e a

colaboração, mas que também valorizem a diversidade epistêmica, linguística e cultural (Stueber; Teixeira, 2024; Antunes *et al.*, 2021; Oliveira; Silva, 2016).

O problema da língua na ciência: o inglês como língua franca e a exclusão epistêmica

A linguagem não é apenas um instrumento de comunicação na ciência; ela é uma tecnologia de poder que define o que pode ser enunciado, por quem e com que legitimidade. Esse papel estruturante torna-se particularmente evidente na consolidação do inglês como língua franca da produção e divulgação científica (Sano, 2002; Montgomery, 2009; Wolters, 2015; Suzina, 2021). Embora a adoção de uma língua franca — neste momento histórico, do inglês — favoreça a circulação internacional do conhecimento, ela também institui um regime de validação que privilegia pesquisas oriundas de contextos anglófonos, marginalizando saberes produzidos em outras línguas e enraizados em diferentes realidades culturais.

A lógica da língua franca não só cria barreiras formidáveis para a visibilidade, a circulação e a valorização de epistemologias que se desenvolveram em outras línguas, mas também confere fortes vantagens comparativas aos usuários de inglês, sejam pesquisadores, universidades ou países. O inglês traz para a produção científica em língua inglesa um efeito semelhante ao que o dólar traz para os EUA como moeda de reserva internacional. A necessidade de escrever em inglês, dentro dos modelos textuais dominantes nas revistas de língua inglesa, serve de trava para a diversidade de possibilidade de constituição de objetos científicos e das suas metodologias.

Essa centralização linguística está profundamente entrelaçada com dinâmicas epistêmicas excludentes e com a lógica de financeirização e competitividade que organiza o sistema

acadêmico internacional (Alastrué, 2015). Rankings, métricas de impacto e exigências de publicação em periódicos internacionais pressionam pesquisadores a escreverem em inglês, muitas vezes sem suporte institucional adequado. Nos países do Sul Global, essa pressão não desloca apenas o idioma, mas também os contextos socioculturais das pesquisas, resultando na invisibilização de saberes locais, comunitários, orais e não hegemônicos (Clinio, 2019; Dutta, 2021).

A crítica a esse modelo aparece tanto na literatura em língua inglesa quanto em produções em português e espanhol. Estudos internacionais vêm questionando a pretensa neutralidade do inglês no meio acadêmico, mostrando como sua padronização impõe um modelo único de epistemologia e exclusão (Alastrué, 2015). Já no contexto latino-americano, pesquisadores denunciavam os efeitos dessa hegemonia sobre a circulação e o reconhecimento de conhecimentos que emergem de outras condições históricas, sociais e linguísticas (Clinio, 2019). Argumenta-se que o predomínio do inglês atua como um mecanismo de silenciamento de formas plurais de produzir e comunicar ciência, deslegitimando saberes formulados por meio de outras tradições linguísticas e culturais.

Esse quadro se agrava quando se trata das línguas indígenas. A ONU reconhece a cifra de 370 a 500 milhões de indígenas no mundo, distribuídos em 90 países, e são línguas indígenas pelo menos 6.000 das 7.000 línguas em uso na atualidade. É neste conjunto de línguas que se encontra a maior diversidade de experiências epistemológicas da humanidade, criada em contextos locais complexos e específicos ao longo de milhares de anos de experimentação e reflexão.

Em um sistema científico que associa conhecimento à linguagem técnica, escrita e ocidental, formas de saber expressas por meio de narrativas orais, cantos, gestos e práticas coletivas são frequentemente desconsideradas como legítimas. A ausência de políticas que promovam a tradução, em especial a tradução

intercultural, a valorização e a inclusão desses saberes, revela uma contradição fundamental: como pode a ciência aberta se apresentar como projeto de democratização se ela não reconhece os múltiplos modos de linguagem e cognição existentes fora da matriz no Norte Global.

Nesse sentido, a proposta de democratização do conhecimento demanda mais do que o acesso universal: exige o enfrentamento das estruturas que historicamente definem quais vozes e formas de expressão são legitimadas como conhecimento científico. Trata-se de reconhecer a linguagem como dimensão constitutiva da produção de saber e de defender políticas científicas soberanas, multilíngues e pluriepistêmicas — capazes de incluir e validar os saberes formulados em outras matrizes culturais e linguísticas. Sem esse reposicionamento, a ciência aberta continuará operando com fronteiras invisíveis, mascaradas pela promessa de inclusão, mas sustentadas por exclusões profundas.

Tecnologias de linguagem, legendagem e tradução: instrumentos de mediação ou de exclusão?

A Ciência Aberta propõe uma reconfiguração profunda dos modelos tradicionais de produção e circulação do conhecimento, buscando ampliar o acesso, a transparência e a colaboração na pesquisa científica. No entanto, para além da implementação de tecnologias e práticas inovadoras, essa transformação exige uma revisão crítica das estruturas institucionais e epistemológicas que historicamente têm orientado a ciência global, a fim de evitar a reprodução de desigualdades e a manutenção de lógicas de centralização do saber (Ramjoué, 2015; Campos *et al.*, 2023).

Nesse cenário, as tecnologias de linguagem ocupam papel estratégico, sendo frequentemente apresentadas como ferramentas neutras para viabilizar a democratização do conhecimento. Recursos como a tradução automática, a legendagem, a indexação

semântica e os metadados multilíngues são mobilizados para ampliar a circulação da informação científica e favorecer o multilinguismo (Silva; Souza; Almeida, 2008). Entretanto, estudos críticos têm mostrado que essas tecnologias também operam dentro de regimes linguísticos e epistêmicos assimétricos, tendendo a reproduzir estruturas de poder associadas aos centros hegemônicos do conhecimento (Matusiak, 2019).

Boa parte dos sistemas de tradução automática, por exemplo, são treinados com *corpora* predominantemente em inglês e outras línguas dominantes, o que compromete sua eficácia para línguas com menor representação digital e exclui formas de expressão tradicionalmente orais, como as línguas indígenas (Matusiak, 2019). Um exemplo disso pode ser observado na dificuldade de tradução automática de termos técnicos em línguas indígenas, que frequentemente são substituídos por aproximações imprecisas ou ignorados completamente nos sistemas automatizados (Dyck, 2011; Kann *et al*, 2022). Além disso, os repositórios digitais e os sistemas de indexação frequentemente adotam taxonomias eurocêntricas, o que reduz a visibilidade e o reconhecimento de conteúdos científicos produzidos em contextos periféricos ou não alinhados ao cânone ocidental (Silva; Souza; Almeida, 2008). A plataforma SciELO, embora seja um importante exemplo de iniciativa regional, ainda não indexa produções em línguas indígenas ou crioulas por falta de reconhecimento desses idiomas nos padrões internacionais de metadados. Ainda que promovam uma aparente inclusão intercultural, essas tecnologias tendem a enquadrar as línguas não-dominantes em moldes sintáticos e semânticos próprios das línguas ocidentais, gerando apagamentos e distorções de saberes locais.

Há, contudo, experiências que demonstram o potencial das tecnologias de linguagem para promover o multilinguismo com base em princípios mais inclusivos. Projetos baseados em padrões da Web Semântica, por exemplo, têm possibilitado a tradução automática de metadados, permitindo buscas em diferentes línguas

e ampliando o acesso a dados científicos por parte de comunidades diversas (Urbanek; Schimmler, 2022). Um caso emblemático é o projeto *Aikuma*, que combina gravação de áudio com tradução colaborativa de línguas orais sub-representadas, permitindo sua preservação e compartilhamento com tecnologias móveis, especialmente em comunidades africanas e asiáticas (Bird *et al.*, 2014). No entanto, esses avanços técnicos devem ser acompanhados de uma revisão ética e política dos pressupostos que regem seu desenvolvimento. Sem a participação ativa de comunidades historicamente marginalizadas, inclusive na concepção e gestão dessas tecnologias, há o risco de que operem como mecanismos de colonização linguística e epistêmica, reiterando desigualdades estruturais (Matusiak, 2019).

Torna-se urgente, em função do exposto, reivindicar o desenvolvimento de tecnologias de linguagem ancoradas em princípios de justiça linguística e epistêmica, construídas de forma colaborativa com falantes nativos e detentores de saberes locais. O desafio é tanto técnico quanto político, exigindo a formulação de políticas linguísticas e científicas que respeitem a diversidade de modos de organização do conhecimento e promovam a soberania linguística como condição para uma ciência verdadeiramente aberta (Silva; Souza; Almeida, 2008; Urbanek; Schimmler, 2022; Matusiak, 2019).

A invisibilidade das línguas indígenas e a negação do direito à ciência

A discussão acerca das línguas indígenas tem evidenciado que elas não são meros instrumentos de comunicação, mas sim sistemas complexos de produção de conhecimento, dotados de registros de memória coletiva, modos próprios de organização do mundo e expressões cosmológicas únicas. Tal abordagem teórica enfatiza que cada língua indígena carrega em si práticas de nomeação, classificação e interação com o ambiente, o que as torna

elementos centrais na construção dos saberes e na manutenção dos vínculos culturais e identitários dos povos originários (Tarisayi, 2024). Do ponto de vista internacional, essa perspectiva ganha relevância ao se observar iniciativas que visam integrar o conhecimento indígena em currículos e práticas pedagógicas de forma equânime, desafiando o imperialismo cognitivo que historicamente relegou esses saberes a um status secundário em relação ao paradigma científico ocidental (Tarisayi, 2024).

No contexto nacional, estudos apontam para a marginalização histórica das línguas indígenas na produção e na circulação do conhecimento científico. A exclusão epistemológica ocorre tanto em plataformas de ciência aberta quanto em políticas de publicação que impõem padrões linguísticos anglófonos como universalizantes. Essa lógica não só ignora as especificidades dos sistemas linguísticos diversos, mas também desvaloriza práticas e epistemologias que se baseiam em oralidade e em modos originários de sistematização do conhecimento. Assim, a produção de dicionários multilíngues, os protocolos de pesquisa comunitária e a criação de universidades indígenas constituem medidas pioneiras que demonstram a possibilidade de uma reconcepção do que se entende por produção de conhecimento, valorizando a diversidade linguística e cultural dos povos originários (Sabione; Vieira, 2019).

Tal perspectiva reforça a necessidade de repensar os sistemas de produção e de circulação do conhecimento para que estes se tornem verdadeiramente inclusivos. A produção de conhecimento em rede, orientada para uma ciência colaborativa, aberta e comum, destaca a importância de integrar saberes plurais e de dar voz a epistemologias historicamente marginalizadas. Essa abordagem propicia a emergência de práticas científicas que rompem com os paradigmas hegemônicos e que têm o potencial de transformar as estruturas de poder existentes, abrindo espaço para que os saberes indígenas possam contribuir de forma plena

e autônoma para a resolução dos problemas sociais e ambientais contemporâneos (Santos; Santos, 2023).

Portanto, ao reconhecer as línguas indígenas como veículos legítimos de produção do conhecimento e não meros objetos de tradução, abre-se a possibilidade de uma transformação profunda no sistema científico. Essa transformação implica a revisão dos critérios de legitimidade e a construção de políticas públicas e acadêmicas que promovam uma ciência multilíngue e pluriepistêmica e verdadeiramente inclusiva, capaz de integrar e valorizar as diversas formas de saber que coexistem em contextos plurilíngues e multiculturais.

Soberania epistêmica e linguística dos povos originários na era digital

A invisibilidade histórica das línguas dos povos indígenas não diz respeito apenas à ausência de reconhecimento institucional ou à perda de falantes — ela reflete um processo mais profundo de apagamento cultural e epistemológico. Como discutido anteriormente, a marginalização das línguas indígenas está diretamente ligada a sistemas de dominação que deslegitimaram modos próprios de saber, sentir e existir. Discutir a invisibilidade linguística exige ir além da preservação idiomática e nos leva a refletir sobre o direito à produção e à circulação autônoma de conhecimentos. É nesse contexto que se tornam centrais os conceitos de soberania epistêmica e soberania linguística, articulados como respostas políticas, culturais e existenciais aos impactos persistentes da colonização.

A soberania epistêmica refere-se ao direito das comunidades indígenas de preservar, praticar e transmitir seus próprios sistemas de conhecimento, histórias e cosmovisões, em oposição aos paradigmas ocidentais dominantes que, por séculos, os deslegitimaram. Conforme Patin *et al.* (2021), o conceito de *epistemicídio*

— entendido como o apagamento sistemático de saberes não hegemônicos — evidencia a urgência de restaurar as epistemologias indígenas como legítimas e indispensáveis. Essa mudança não se limita ao campo acadêmico: ela orienta a formulação de marcos conceituais e metodológicos culturalmente relevantes, aplicáveis em áreas como a educação, a saúde e a pesquisa (Raj; Alam, 2023). A luta pela soberania na pesquisa indígena, por sua vez, busca garantir o controle indígena sobre os processos de produção e disseminação do conhecimento, reforçando a autonomia das comunidades sobre suas próprias narrativas e instituições (Hudson *et al.*, 2023).

A soberania linguística, estreitamente relacionada à soberania epistêmica, diz respeito ao direito das comunidades indígenas de exercerem autoridade sobre suas línguas, como ferramentas de expressão cultural, identidade e resistência e de atuarem nas políticas linguísticas do seu reconhecimento, da sua equipagem e da sua inclusão nos sistemas educacionais, isto é, no planejamento do seu estatuto, do seu corpus e da sua aquisição (Calvet, 2007). A língua é um veículo essencial da memória coletiva e que os movimentos de revitalização linguística liderados por indígenas são ações fundamentais contra a dominação colonial (Wang, Bahri, An, 2024). Esses movimentos atuam como formas de resistência à assimilação cultural, fortalecendo a resiliência comunitária e a continuidade intergeracional de saberes e práticas.

Recentemente, tem ganhado destaque o debate em torno da chamada soberania digital indígena — um desdobramento contemporâneo das discussões sobre autodeterminação e controle dos próprios meios de conhecimento, informação e tecnologia. Shrinkhal (2021) reconhece que a noção tradicional de soberania carrega resquícios coloniais, mas propõe que a ideia de “soberania indígena” não se limita a uma definição rígida — ela está mais diretamente relacionada ao direito à autodeterminação do que à concepção clássica de autoridade suprema sobre um território. Já Glen Coulthard (2014) oferece uma crítica mais radical:

sustenta a ideia de que a soberania indígena não deve buscar legitimidade por meio do reconhecimento concedido pelos estados coloniais de assentamento. Para Coulthard, a soberania indígena deve emergir de uma “soberania popular”, ancorada na autorrealização, na ação direta e no ressurgimento de práticas culturais que desafiem tanto a estrutura quanto a subjetividade do poder colonial. Essa multiplicidade de entendimentos revela que o conceito de soberania permanece fluido, atravessado por disputas e diferentes perspectivas. Não é de se estranhar, portanto, que a discussão sobre soberania no âmbito digital também esteja marcada por contradições, tensões e incertezas.

A interdependência entre soberania epistêmica e linguística torna-se evidente quando observamos como os povos indígenas expressam suas cosmovisões por meio da linguagem. O processo de revitalização das línguas envolve, frequentemente, a reativação de saberes ancestrais, como ocorre nas iniciativas de soberania alimentar, nas quais a língua desempenha papel central na transmissão dos conhecimentos ligados à terra, aos modos de cultivo e aos sistemas de cuidado (Robin; Hart, 2025; Young. Robbs, 2024). As práticas educacionais baseadas em pedagogias indígenas reafirmam essa interconexão, ao incorporarem os idiomas originários nos currículos escolares, promovendo simultaneamente a soberania linguística e epistêmica (Raj; Alam, 2023; McCarty; Lee, 2014). Iniciativas tecnológicas, educacionais e comunicacionais conduzidas por povos indígenas têm sido fundamentais nesse processo. É o caso da introdução das narrativas Maxakali no ensino de história, discutido por Lima e Carie (2013) e documentado na tese de Mário André Coelho da Silva, intitulada *Tikmũn yĩy ax tinã xohi xi xahĩnãg — Sons e pedaços da língua Maxakali: Descrição da fonologia e aspectos prosódicos*, que apresenta uma análise aprofundada da fonologia e prosódia da língua Maxakali, contribuindo para sua documentação e preservação.

A Biblioteca Digital Curt Nimuendajú também é um exemplo de esforços de soberania popular. A Biblioteca Digital Curt Nimuendaju

é um repositório de recursos sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas, incluindo livros raros, artigos, dissertações e teses, com o objetivo de torná-los mais acessíveis a pesquisadores e outros interessados. Faz parte de uma rede mais ampla chamada Etnolinguistica.Org é um repositório de informações sobre línguas nativas sul-americanas, parte de um projeto mais amplo para criar e reunir recursos online sobre essa área, tanto para pesquisadores acadêmicos quanto para o público em geral. O projeto começou em 2002 como uma lista de discussão. A lista rapidamente se tornou um importante fórum para a discussão de tópicos de pesquisa sobre línguas sul-americanas, a promoção de eventos e recursos online — em suma, um ponto de encontro para todos os interessados em linguística sul-americana e áreas afins, como etnohistória, antropologia, arqueologia e educação.

Outro exemplo notável é a Rádio Yandê, primeira web rádio indígena do Brasil, que além de dar visibilidade às línguas originárias por meio de músicas, entrevistas e programas educativos, fortalece a autorrepresentação e a circulação de narrativas indígenas na esfera pública (Rodrigues, 2016; Carneiro, 2019; Maldonado, Hae, Carneiro, 2022).

Na América do Norte, o projeto “*Wikimedia Language Diversity Hub*” tem apoiado comunidades indígenas como os Mohawk e os Cherokee na criação de conteúdos na Wikipédia em seus idiomas, incentivando a produção de conhecimento digital em línguas indígenas e desafiando a centralidade epistêmica do inglês (Wikimedia Foundation, 2023).

No Chile, o povo Mapuche tem desenvolvido softwares educativos como o *Kimeltuwe*, que utiliza tecnologia e redes sociais para o ensino da língua mapudungun a crianças e jovens, apoiando a revitalização linguística no contexto escolar e comunitário (Pacheco-Pailahual, Armirola-Garces, Nitrihual-Valdebenito, 2019). Existem também algumas plataformas voltadas para o público indígena, ou com foco na preservação de conhecimentos

ancestrais existem, como *Cultural Survival*³, portal voltado para a promoção e valorização das cosmovisões indígenas, ou Terrastories⁴, aplicativo de geonarrativa criado para permitir que comunidades indígenas e outras comunidades locais localizem e mapeiem suas próprias tradições de narrativa oral sobre lugares de significado ou valor significativo para elas. Outras iniciativas brasileiras, voltadas especificamente para as redes sociais digitais, também merecem destaque, como o Coletivo Mídia Indígena⁵, perfil que reúne produções de jovens indígenas, utilizando a comunicação como uma ferramenta de luta e pode ajudar a derubar preconceitos, ou movimentos coletivos como a Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas⁶, que reúne 11 coletivos para oferecer soluções tecnológicas ancestrais para produzir e distribuir informação de interesse público para a população quilombola, indígena, periférica e favelada, em contextos sociais em que a internet é precária ou inexistente

A construção de plataformas digitais multilíngues por e para povos indígenas tem se consolidado como uma estratégia crucial para a afirmação da soberania linguística e epistêmica. Essas iniciativas não apenas promovem a revitalização de línguas ameaçadas, mas também criam espaços tecnológicos de autoria indígena, onde a memória, o conhecimento e a cosmovisão de diferentes povos podem ser registrados, transmitidos e reinventados. Um exemplo de iniciativas de preservação de idiomas, conhecimento e cultura é o *Talking Dictionaries*⁷, criado por K. David Harrison em 2005 e lançado como *Tuvan Talking Dictionary* em 2006,

3 Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org>. Acesso em: 18 maio 2025.

4 Disponível em: <https://terrastories.app/>. Acesso em: 18 maio 2025.

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/midiaindigenaoficial/>. Acesso em: 18 maio 2025.

6 Disponível em: <https://www.instagram.com/coalizaodemidias/>. Acesso em: 18 maio 2025.

7 Disponível em: <https://talkingdictionary.swarthmore.edu/>. Acesso em: 18 maio 2025.

atualmente é hospedado no *Swarthmore College* e está sendo desenvolvido em colaboração com falantes nativos e linguistas, que reúne gravações de vocabulário, expressões e categorias culturais de diversos idiomas. A plataforma permite a escuta direta da pronúncia feita por anciãos e jovens indígenas, conectando gerações e reforçando a oralidade como meio legítimo de transmissão do saber. Além de funcionar como ferramenta educativa, o dicionário fortalece a autonomia das comunidades na documentação de sua própria língua.

Outra iniciativa de grande relevância é o AILLA⁸ (*Archive of the Indigenous Languages of Latin America*), um repositório digital trilingue (Português, espanhol e inglês) com centenas de coleções em línguas indígenas das Américas. É composto por gravações, textos e outros materiais multimídia sobre as línguas indígenas da América Latina. A missão do AILLA é preservar esses materiais e disponibilizá-los aos povos indígenas, pesquisadores, amigos e defensores dessas línguas e de seus falantes, agora e para as gerações futuras. O cerne do acervo são as gravações, tanto em áudio quanto em vídeo, em uma ampla gama de gêneros: narrativas, discursos oratórios, conversas, canções, cânticos e muito mais. O arquivo também contém materiais de documentação linguística, gramáticas, dicionários, etnografias e notas de campo, bem como materiais didáticos para o ensino superior e bilíngue e para programas de manutenção, revitalização e recuperação da língua. O AILLA também disponibiliza gravações de cantos, narrativas, conversas e textos cerimoniais, preservando não apenas as estruturas linguísticas, mas também os contextos socioculturais de uso dessas línguas. Com interface multilíngue e acesso aberto, o projeto respeita os protocolos definidos por cada povo quanto ao acesso e à circulação de seu material, promovendo uma abordagem ética à digitalização de saberes indígenas.

8 Disponível em: <https://ailla.utexas.org/>. Acesso em: 18 maio 2025.

Na Oceania, a plataforma **Te Hiku Media**, liderada pelo povo Māori na Nova Zelândia, serve como importante inspiração para experiências similares nas Américas. Criada inicialmente como uma rádio comunitária em língua Māori, a iniciativa evoluiu para um ecossistema tecnológico. Te Hiku Media exemplifica como a tecnologia pode ser apropriada de forma soberana para fins de preservação, inovação e fortalecimento cultural, sem abrir mão do controle comunitário sobre os dados e seus usos.

Essas plataformas evidenciam que a preservação das línguas indígenas no ambiente digital não se limita a ações técnicas ou instrumentais, mas implica escolhas políticas sobre quem decide, quem acessa e quem interpreta os dados. São expressões concretas de resistência e reexistência, nas quais o digital pode se tornar um campo de disputa e reinvenção dos modos de viver e conhecer dos povos originários.

Essas formas de soberania, entretanto, não se limitam ao campo cultural e midiático. Suas articulações com questões contemporâneas como governança, justiça ambiental e saúde revelam dimensões sociopolíticas mais amplas. Hurlbert *et al.* (2024), por exemplo, demonstram como o fortalecimento da soberania indígena tem impacto direto na gestão sustentável dos recursos naturais, especialmente na governança das águas. Isso evidencia uma visão holística na qual território, conhecimento e língua são dimensões interdependentes da autonomia dos povos indígenas.

Desta forma, podemos afirmar que as soberanias epistêmica e linguística são fundamentos de um projeto mais amplo de autodeterminação e indigenização, de forma que ao reafirmarem o direito dos povos indígenas de definirem seus próprios modos de saber e de dizer, representa não apenas uma ruptura com os legados coloniais-ocidentais, mas também uma afirmação de futuro. Revitalizar as línguas e os conhecimentos originários é, portanto, um ato político e vital: é garantir que outras formas de existência, pensamento e convivência sigam sendo possíveis.

Considerações finais: Por uma política soberana multilinguística e pluriepistêmica

A ciência aberta, em sua formulação mais difundida, tem sido apresentada como um projeto ético e político de democratização do saber. Ao defender o livre acesso a publicações, dados e processos científicos, ela se alinha, em princípio, a valores de justiça cognitiva e inclusão. No entanto, como discutimos ao longo deste artigo, as promessas da ciência aberta frequentemente esbarram em estruturas de poder que permanecem intactas — entre elas, a centralidade do inglês como língua hegemônica da ciência, a marginalização persistente de línguas e saberes não ocidentais e a deslegitimação da produção de conhecimento realizada por povos historicamente marginalizados na academia. Foi a partir da discussão sobre a invisibilidade das línguas dos povos indígenas que emergiu, neste ensaio, a necessidade de deslocar o debate para o campo da soberania linguística e epistêmica — compreendendo a linguagem não apenas como meio de expressão, mas como um território ontológico e político de existência e resistência.

A linguagem não é apenas instrumento de comunicação: ela é a principal forma como narramos a nossa história no mundo. Cada língua, com seus modos de expressão, traz consigo uma forma única de expressão, uma ética, uma memória coletiva e uma maneira específica de construir, legitimar e compartilhar o saber. Por isso, uma ciência verdadeiramente aberta não pode prescindir de uma política comprometida com o multilinguismo e a pluralidade epistêmica. Isso significa ultrapassar a concepção da tradução como mera ferramenta de circulação e acessibilidade, e reconhecê-la como um processo político de mediação entre mundos e racionalidades distintas.

A hegemonia do inglês como língua da ciência deve ser confrontada — não por um desejo de preservação nacionalista e fechamento em si mesmo, mas pela urgência de construir soberanias informacionais e epistêmicas que respeitem as singularidades dos

territórios, dos povos e das culturas. Isso implica reconhecer que o conhecimento científico não se limita aos laboratórios, nem às métricas dos periódicos de alto impacto, nem aos bancos ainda pouco democratizados da academia. O conhecimento também sobrevive nas práticas agroecológicas dos quilombolas, nas epistemologias do cuidado dos povos indígenas, nas tecnologias ancestrais dos ribeirinhos e nas pedagogias populares das periferias urbanas. Essa pluralidade de saberes torna-se ainda mais vital diante das crises sanitária e ambiental que atravessam o planeta. Em um contexto de colapso climático, pandemias e degradação dos ecossistemas, é urgente reconhecer que a integração de diferentes formas de conhecimento não é apenas uma questão de justiça epistêmica, mas de sobrevivência coletiva. São justamente os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais que mais sofrem com os efeitos dessas crises, apesar de serem também os principais guardiões de práticas sustentáveis, de resiliência comunitária e de modos de vida integrados à natureza. Fortalecer suas línguas, epistemologias e sistemas de informação é, portanto, um caminho necessário para a construção de futuros mais justos e sustentáveis para toda a humanidade.

Assim, uma política multilinguística para a ciência exige ações estruturais: o fomento à produção científica em diferentes línguas; a criação de repositórios e periódicos multilíngues com critérios de avaliação que não penalizem o uso de línguas locais; o investimento em tecnologias de tradução, interpretação e legendagem que respeitem os modos de vida e expressão das comunidades tradicionais e povos originários; e, sobretudo, o reconhecimento simbólico e institucional de que esses saberes são produção de conhecimento que sobrevivem há milhares de anos.

Mas a pluralidade dos saberes não se esgota na diversidade linguística. É necessário avançar rumo a políticas pluriepistêmicas, capazes de questionar o monopólio do saber científico ocidental e abrir espaço para a coabitação entre diferentes racionalidades, tradições e práticas de conhecimento. Não se trata de

relativizar critérios de validade, mas de ampliar o horizonte do que pode ser reconhecido como válido — incorporando formas de validação baseadas na ancestralidade, na oralidade, na experiência vivida e na coletividade. Programas como de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Programa em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (UnB), são exemplos de como é possível construir pontes entre epistemologias acadêmicas e indígenas, respeitando a autonomia dos povos originários e valorizando suas práticas de cuidado, educação e manejo do território.

Em tempos de crises ambientais, sanitárias e informacionais, a ciência que se propõe a oferecer respostas precisa, ela mesma, ser transformada. Abrir a ciência, nesse contexto, significa abrir seus paradigmas epistemológicos, seus regimes de validação, suas políticas linguísticas e seus compromissos sociais. Significa, também, reconhecer os limites de um modelo científico que se pretende global, mas opera a partir da exclusão sistemática de outras formas de existência e conhecimento.

É neste sentido que este ensaio traz uma reflexão para que possamos, como pesquisadores, instituições e formuladores de políticas públicas, a repensarmos o projeto de ciência aberta não como um fim em si mesmo, mas como parte de uma transformação mais profunda no modo como produzimos, legitimamos e compartilhamos o conhecimento. Só haverá ciência verdadeiramente aberta quando todas as vozes puderem falar — e ser escutadas — em suas próprias línguas, com seus próprios saberes e em seus próprios termos.

REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest. La ciencia abierta, el nuevo marco de la investigación científica. In: CONGRESO DE INVESTIGACIÓN, DESARROLLO E INNOVACIÓN DE LA UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, 9., 2024, Cidade do Panamá. *Anais [...]*. Cidade do Panamá: IDI-UNICYT, 2025. p. 23-26. Disponível em: <https://doi.org/10.47300/actasidi-unicyt-2024-03>. Acesso em: 18 maio 2025.

ALASTRUÉ, Ramón. Debates and discourses on English as an academic and research language. In: ALASTRUÉ, Ramón; PÉREZ-LLANTADA, Carmem (eds.). *English as a Scientific and Research Language: Debates and Discourses*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9781614516378-003>. Acesso em: 18 maio 2025.

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Adriana; RAYCHTOCK, Simone. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v10i2.749>. Acesso em: 18 maio 2025.

ANTUNES, Marta; LOPES, Catarina; BORGES, Mariana; SANCHES, Tânia. Percepciones de los investigadores sobre el ecosistema de la ciencia abierta. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*, Zaragoza, v. 15, n. 2, p. 47-55, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.54886/ibersid.v15i2.4759>. Acesso em: 18 maio 2025.

BIRD, Steven *et al.* Aikuma: A mobile app for collaborative language documentation. In: GOOD, Jeff; HIRSCHBERG, Julia; RAMBOW, Owen (eds.) *Proceedings of the 2014 Workshop on the Use of Computational Methods in the Study of Endangered Languages*. Baltimore: ACL, 2014. p. 1-5.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2007.

CAMPOS, F.; SENA, P.; SEGUNDO, W.; AMARO, B.; BOAS, R. Contribución del instituto brasileño de información en ciencia y tecnología a la promoción del acceso abierto y la ciencia abierta: análisis de sus infraestructuras. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.5475>. Acesso em: 18 maio 2025.

CARNEIRO, Raquel Gomes. Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê. 2019. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação) — Centro de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019.

CHAN, Leslie; OKUNE, Angela; HILLYER, Rebeca; ALBORNOZ, Denise; POSADA, Alejandro (edits). *Contextualizing openness: Situating open science*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2019.

CLINIO, A. Ciência aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. *Transinformação*, v. 31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/238180889201931e190028>. Acesso em: 18 maio 2025.

COULTHARD, Glen Sean. *Red skin, white masks: Rejecting the colonial politics of recognition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

DUTTA, Mohan *et al.* Decolonizing open science: Southern interventions. *Journal of communication*, v. 71, n. 5, p. 803-826, 2021.

DYCK, Carrie. Should translation work take place? Ethical questions concerning the translation of first nations languages. In: SWANN, Brian. *Born in the Blood: On Native American Translation*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2011. p. 17-42.

FRICKER, M. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HAMEL, R. E. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review*, v. 20, p. 53-71, 2007.

HUDSON, M. *et al.* Indigenous peoples' rights in data: a contribution toward indigenous research sovereignty. *Frontiers in Research Metrics and Analytics*, v. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/frma.2023.1173805>. Acesso em: 18 maio 2025.

JÄGER, M. *et al.* Building an indigenous foods knowledges network through relational accountability. *Journal of Agriculture, Food Systems and Community Development*, v. 9, n. 2, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5304/jafscd.2019.09b.005>. Acesso em: 18 maio 2025.

JERNIGAN, V. *et al.* Food sovereignty indicators for indigenous community capacity building and health. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.704750>. Acesso em: 18 maio 2025.

KANN, Katharina *et al.* AmericasNLI: Machine translation and natural language inference systems for Indigenous languages of the Americas. *Frontiers in Artificial Intelligence*, v. 5, p. 995-667, 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy; HÃE, Anápuaka Muniz Tupinambá Hã Hã; CARNEIRO, Raquel Gomes. VOCÊ OUVIU A RÁDIO YANDÊ, A RÁDIO DE TODOS NÓS. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 17, p. 8-30, 2021.

MATUSIAK, K. Machine translation and global research: towards improved machine translation literacy in the scholarly Community. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 71, n. 10, p. 1275-1278, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.24325>. Acesso em: 18 maio 2025.

MEISSNER, S. “World”-traveling in tule canoes: indigenous philosophies of language and an ethic of incommensurability. *Hypatia*, v. 38, n. 4, p. 849-870, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/hyp.2023.82>. Acesso em: 18 maio 2025.

MONTEIRO, G.; LUCAS, E. Dados científicos abertos: identificando o papel das políticas de gestão e das agências de fomento. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, v. 8, n. 1, p. 13-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/atoz.v8i1.67253>. Acesso em: 18 maio 2025.

MONTGOMERY, Scott L. English and Science: realities and issues for translation in the age of an expanding lingua franca. *The Journal of Specialised Translation*, v. 11, n. 1, p. 6-16, 2009.

OLIVEIRA, A.; SILVA, E. Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico. *Informação & Informação*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 5-39, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p5>. Acesso em: 18 maio 2025.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira *et al.* Towards an inclusive agenda of open science for communication research: A Latin American approach. *Journal of Communication*, v. 71, n. 5, p. 785-802, 2021.

PACHECO-PAILAHUAL, Stefany; ARMIROLA-GARCES, Ledy; NITRIHUAL-VALDEBENITO, Luis. Kimeltuwe, una estrategia educativa de artivismo digital. *Arte, individuo y sociedad*, v. 31, n. 2, 2019.

PATIN, B. *et al.* At the margins of epistemology: amplifying alternative ways of knowing in library and information science. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, v. 58, n. 1, p. 630–633, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pra2.515>. Acesso em: 18 maio 2025.

PERES MEZESES, Debora; GALVÃO, Ricardo. Ciência aberta: uma visão desapassionada. *Jornal da Ciência*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/atualidades/ciencia-aberta-uma-visao-desapassionada>.

PRYKHODKINA, N. Open science in the modern research space. *VPO*, v. 30, n. 59, p. 109–134, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.58442/3041-1831-2024-30\(59\)-109-134](https://doi.org/10.58442/3041-1831-2024-30(59)-109-134). Acesso em: 18 maio 2025.

RAJ, V.; ALAM, S. (Re)affirming sovereignty, self-determination, and democratic rights: an analysis of evolving jurisprudence concerning indigenous peoples under international law. *Multidisciplinary Reviews*, v. 6, n. 4, p. 2023045, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31893/multirev.2023045>. Acesso em: 18 maio 2025.

RAMJOUÉ, C. Towards open science: the vision of the European Commission. *Information Services & Use*, v. 35, n. 3, p. 167–170, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/isu-150777>. Acesso em: 18 maio 2025.

ROBIN, T.; HART, M. A. Cree Food Knowledge and Being Well. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 22(2), 181, 2025.

RODRIGUES, Aline. *Análise web rádio Yandê: a comunicação tradicional indígena em formato digital*. [S. l.: s. n.], 2016.

RONDON, L. Tratado de ciencia abierta: una crítica a los costos por publicación y visualización en la academia. *Revista Discimus*, v. 3, n. 1, p. 4–9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61447/20240601/editorial>. Acesso em: 18 maio 2025.

SABIONE, S.; VIEIRA, J. Saberes indígenas. *Revista Fitos*, v. 13, n. 1, p. 88-95, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/2446-4775.2019.772>. Acesso em: 18 maio 2025.

SANO, Hikomaro. The world's lingua franca of science. *English Today*, v. 18, n. 4, p. 45-49, 2002.

SANTOS, A.; SANTOS, N. Produção de conhecimento em rede: em busca de uma ciência colaborativa, aberta e comum. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 7, p. 5586-5603, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-079>. Acesso em: 18 maio 2025.

SHARMA, Ananya. Decolonizing international relations: Confronting erasures through indigenous knowledge systems. *International Studies*, v. 58, n. 1, p. 25-40, 2021.

SHINTAKU, M. *et al.* Avaliação aberta pelos pares no âmbito da ciência aberta. *Biblos*, v. 34, n. 1, p. 161-175, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v34i1.11189>. Acesso em: 18 maio 2025.

SHRINKHAL, Rashwet. "Indigenous sovereignty" and right to self-determination in international law: a critical appraisal. *AlterNative: an international journal of indigenous peoples*, v. 17, n. 1, p. 71-82, 2021.

SILVA, D.; SOUZA, R.; ALMEIDA, M. Ontologias e vocabulários controlados: comparação de metodologias para construção. *Ciência da Informação*, v. 37, n. 3, p. 60-75, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-19652008000300005>. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA, F.; SILVEIRA, L. O ecossistema da ciência aberta. *Transinformação*, v. 31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVEIRA, L. *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 26, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646>. Acesso em: 18 maio 2025.

STUEBER, K.; TEIXEIRA, M. O programa de editoração científica CNPq/CAPES e seu potencial diante do movimento ciência aberta. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 19, n. 40, p. 1-31, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.1843>. Acesso em: 18 maio 2025.

SUZINA, Ana Cristina. English as lingua franca. Or the sterilisation of scientific work. *Media, Culture & Society*, v. 43, n. 1, p. 171-179, 2021.

TARISAYI, K. Integrating indigenous knowledge in South African geography education curricula for social justice and decolonization. *E-Journal of Humanities Arts and Social Sciences*, p. 1195-1206, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.38159/ehass.20245711>. Acesso em: 18 maio 2025.

URBANEK, S.; SCHIMMLER, S. A translation service for open data portals. *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, v. 14, n. 2, p. 57-82, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29379/jedem.v14i2.733>. Acesso em: 18 maio 2025.

VÉLEZ CUARTAS, Gabriel et al. *Métricas de la producción académica evaluación de la investigación desde América Latina y el Caribe*. 2022.

WANG, Ge; BAHRY, Stephen A.; AN, Weiwu. Minority language revitalization and social media through the lens of Covid-19 in Yunnan and Gansu, western China. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 45, n. 6, p. 2129-2151, 2024.

WERLE, T. et al. Gestão de dados de pesquisa: um desafio para os programas de pós-graduação em enfermagem. *PubSaúde*, v. 6, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31533/pubsaude6.a156>. Acesso em: 18 maio 2025.

WOLTERS, Gereon. Globalized parochialism: Consequences of English as Lingua Franca in philosophy of science. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 29, n. 2, p. 189-200, 2015.

WIKIMEDIA LANGUAGE DIVERSITY HUB. *Wikimedia Language Diversity Hub*. Meta-Wiki, Wikimedia Foundation, 10 jul. 2025. Disponível em: https://meta.wikimedia.org/wiki/Wikimedia_Language_Diversity_Hub.

YOUNG, Stephen; HOBBS, Harry. The Concerning Intersections of Sovereign Citizen and Indigenous Sovereignty Claims. *UNSW Law Research*, n. 25-3, 2024.

The open science that silences: Multilingualism, epistemic sovereignty, and the invisible indigenous languages in the digital age

ABSTRACT: Open science has been consolidated as a global paradigm that seeks to democratize access to knowledge, expand scientific collaboration, and promote transparency in scientific production processes. However, this openness is marked by linguistic, epistemic, and political boundaries that make visible the contradictions between the universalizing ideal of open science and the reality of linguistic and cultural asymmetries in the production and circulation of knowledge. This article proposes a critical reflection on the role of language technologies—such as translation, subtitling, and digital archives—in open science, questioning the hegemony of English as the lingua franca of science and the mechanisms that render indigenous languages and pluriepistemic knowledge invisible. From a perspective of linguistic and epistemic sovereignty, we discuss how open science can be reconfigured through a multilingual and intercultural policy that recognizes and integrates different modes of knowledge production, especially those linked to indigenous and traditional populations, with the aim of addressing global challenges in health and the environment.

KEYWORDS: open science, epistemic sovereignty, multilingualism, indigenous languages, language technologies.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CIÊNCIA ABERTA: UM ESTUDO DE CASO EM LINGUÍSTICA

*Josimara Dias Brumatti¹
Geisa Meirelles Drumond²*

Resumo: O artigo investiga a adesão da área de Linguística às práticas da Ciência Aberta (CA), em conformidade com as Recomendações da UNESCO e o movimento global pelo Acesso Aberto. A CA busca democratizar o conhecimento, garantindo a acessibilidade dos resultados de pesquisa à comunidade acadêmica e à sociedade. O estudo analisa a implementação dessa abordagem na Linguística, identificando padrões e desafios. A pesquisa questiona o grau de adoção das práticas da CA na área, especialmente em relação à publicação em acesso aberto, depósitos em repositórios institucionais e o uso de licenças abertas. Justifica-se pela crescente importância da transparência científica e pela necessidade de avaliar os impactos do acesso aberto na disseminação do conhecimento, além de suas implicações éticas e desafios regionais. Por meio de uma análise quali-quantitativa na base de dados *OpenAlex*, os resultados indicam que 73% das publicações são de Acesso Aberto, e estão predominantemente em periódicos acadêmicos (95%). O Acesso Aberto Diamante prevalece, enquanto o Acesso Aberto Verde ainda enfrenta baixa adesão. A distribuição linguística revela um predomínio do inglês (78%), seguido pelo português (20%) e espanhol (2%), destacando a necessidade de maior integração com a produção latino-americana. A produção acadêmica concentra-se no Sudeste do Brasil,

1 Bibliotecária da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia. E-mail: josimaradias@id.uff.br

2 Bibliotecária da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Sistemas de Gestão Sustentável pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: gmdrumond@id.uff.br

evidenciando polarização geográfica. Conclui-se que, apesar da adesão significativa à CA, desafios persistem, como a ampliação do Acesso Aberto Verde, com a adesão aos repositórios institucionais, o fortalecimento de políticas para compartilhamento de dados e a expansão da visibilidade da pesquisa, contribuindo para o aprimoramento das práticas da área conforme diretrizes internacionais.

Palavras-chave: ciência aberta; linguística; acesso aberto; repositórios institucionais; OpenAlex.

Introdução

As Recomendações da UNESCO para Ciência Aberta estabelecem um marco internacional para ações, políticas e práticas, considerando diferenças disciplinares e regionais. Ela busca garantir a liberdade acadêmica, promover a equidade de gênero, enfrentar desafios específicos de diferentes países (especialmente os em desenvolvimento) e reduzir desigualdades digitais, tecnológicas e de acesso ao conhecimento (UNESCO, 2022).

O termo Ciência Aberta surgiu aproximadamente em 2011 e evoluiu ao longo do tempo, ganhando maior destaque na pandemia da Covid 19, onde se percebeu a importância e necessidade das pesquisas estarem à disposição de todos e acessível remotamente. No entanto, a postura e o enfrentamento das ações em Ciência Aberta, em específico ao Acesso Aberto, são distintos nos países e praticados de forma *sui generis* nas áreas do conhecimento. (Alperin; Fischman; Willinsky, 2008; Costa, 2008; Ortellado, 2008).

Ressalta-se, ainda, que o movimento em prol da Ciência Aberta tem acompanhado as transformações tecnológicas e culturais que interferem no modo de planejar, realizar e disponibilizar as pesquisas. O objetivo é tornar os resultados de pesquisas ao alcance tanto da comunidade científica quanto do público em geral, acelerando, desse modo, o avanço do conhecimento, bem como difundindo os benefícios da ciência, ações necessárias

para combater a expansão das informações falsas (*fake news*) ou distorcidas.

Portanto, faz-se necessário estudos que analisem as práticas em Ciência Aberta nas diferentes áreas do conhecimento, revelando um panorama para ações e suporte de tomadas de decisões das instituições e pesquisadores nelas envolvidos.

Nessa direção, destaca-se a iniciativa do periódico Bakhtiniana, da área de Linguística e Literatura, que aderiu à Ciência Aberta, tendo o apoio e incentivo da base SciELO, que segue os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable and Reusable*) para promover a reutilização dos dados de pesquisa. (Brait; Pistori, 2022).

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento da área de Linguística e Linguagem nas iniciativas em Ciência Aberta no Brasil, utilizando como fonte de pesquisa uma base de dados que contém diversos tipos de materiais de todas as áreas do conhecimento, sendo atualmente uma promissora ferramenta de pesquisa de acesso totalmente aberto e gratuito, a *OpenAlex*.

Interconexões entre a Ciência Aberta, Linguística e Estudos de Linguagem

A Ciência Aberta tem como princípio a divulgação da produção científica, considerando as especificidades das áreas de conhecimento e a necessidade de divulgação de pesquisas que recebem financiamento público para o seu desenvolvimento. O acesso aos resultados e aos dados de pesquisa permite a expansão do conhecimento, criando um ciclo virtuoso para a ciência.

Como no campo da linguística, os dados linguísticos são o elemento base para o desenvolvimento de pesquisas na área, a gestão desses dados torna-se elemento-chave para que avanços científicos sejam obtidos, com a perspectiva de compartilhamento e reuso do conhecimento produzido. “Diferentes perspectivas

de análise linguística beneficiam-se de dados armazenados e disponibilizados em *corpora*". (Freitag *et al.*, 2021, p. 2).

Sob esse prisma, Sousa e Freitag (2024) ressaltam a contribuição da Ciência Aberta para os estudos envolvendo dados sociolinguísticos, tendo em vista que ela facilita o acesso ao conhecimento científico, tornando-o mais transparente e replicável.

A gestão de dados, baseada nos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable e reusable*), deve ter o compromisso com a transparência da ciência, sempre que possível. Uma vez que o conjunto de dados pode ser utilizado sem restrições, a definição de licenças de uso é fundamental para que os dados possam ser reutilizados. Conforme afirmam Sousa e Freitag (2024), o acesso aos dados, mesmo sob demanda, torna as pesquisas mais democráticas.

Por outro lado, há que se considerar os limites quanto ao acesso e ao compartilhamento dos dados linguísticos, que são preconizados pela Ciência Aberta, tendo em vista as discussões éticas em pesquisa, especialmente em relação aos dados de fala. Como bem observa Lopes (2022), diversos estudos em linguística aplicada se apoiam em dados não anônimos, o que demanda discussões de caráter ético. Nas áreas de estudo da linguagem, a abertura dos dados tem mais evidência, tendo em vista o conjunto de dados disponibilizados para pesquisa em repositórios. (Lopes, 2022).

No campo da ética, os participantes de pesquisas devem ter assegurado o direito de sigilo para os dados que podem trazer algum desconforto ou até mesmo que ultrapassem os limites da confidencialidade das informações. As pesquisas com seres humanos estão sujeitas aos pareceres de Comitês de Ética, que dão respaldo aos processos de pesquisa. A consulta a esses comitês é um protocolo que deve ser seguido em pesquisas com seres humanos, inclusive no uso da sua imagem e voz.

As pesquisas em Linguística ganharam evidência com a publicação em periódicos científicos, dado o seu caráter de divulgação rápida e ampla dos resultados de pesquisas, com foco na internacionalização.

As publicações científicas quando estão em acesso aberto trazem aceleração do processo de divulgação, além das pesquisas poderem ser disponibilizadas em repositórios digitais antes mesmo de serem publicadas em periódicos, como é o caso dos *pré-prints*, promovendo, dessa forma, o compartilhamento do conhecimento.

No contexto da ciência aberta, os periódicos científicos em acesso aberto tendem a aumentar com apoio de iniciativas como o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), que reúne publicações de várias áreas do conhecimento, selecionadas após atenderem a um conjunto de critérios, sendo uma das iniciativas pioneiras em Ciência Aberta no Brasil e no mundo, fato que alavancou o desenvolvimento do Acesso Aberto Diamante no país.

Ressalta-se, ainda, que a maioria dos periódicos vinculados a universidades ou associações científicas permite o acesso aberto aos artigos científicos sem cobranças de taxas dos leitores e dos autores para publicação de suas pesquisas, realidade muito presente no cenário brasileiro (Spagnolo, 1989; Castro, 2015).

Sendo a Ciência um bem público, somado ao cenário nacional onde o conhecimento produzido em sua maioria está ligado a Instituições públicas, são imperativas as ações em Ciência Aberta para que os resultados das pesquisas sejam compartilhados e estejam disponíveis para os cientistas, como subsídio para demais estudos e para a sociedade em geral.

Em pesquisa realizada em 2024, nas áreas do conhecimento de acordo com a Tabela de Conhecimento da Capes e nos artigos de periódicos descritos na Plataforma Sucupira, elencados nas três melhores Universidades Nacionais conforme *The World University Rankings 2022*, Brumatti e Weitzel (2024) notaram que as

áreas de Letras, Linguística e Artes apresentaram 100% de sua produção em Acesso Aberto Diamante, com produção publicada exclusivamente em periódico nacional e no idioma nativo, ressaltando que não apresentaram publicações em Acesso Aberto Verde e Dourado.

Ao explorar a base de dados *OpenAlex*, com os mesmos filtros aplicados para esta análise, encontramos 1.827.900 de artigos publicados no Brasil entre os anos de 2015-2024 em todas as áreas do conhecimento, descritas na Tabela 1.

Tabela 1 - Publicações X Áreas do conhecimento³

ÁREA DO CONHECIMENTO	PUBLICAÇÕES
Ciências Sociais	694.300
Ciências Físicas	464.900
Ciências da Saúde	405.600
Ciências da Vida	263.100
Total	1.827.900

Fonte: OpenAlex, 2025.

Ao analisar o comportamento da área de Linguística e Estudos de Linguagem no Brasil em comparação com Medicina e Engenharia, observam-se diferenças significativas no desenvolvimento das pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. Como apontado por Solomon e Björk (2012), dois fatores principais influenciam as possibilidades de financiamento: a disciplina de pesquisa e o país de origem. Esses aspectos são evidenciados na Tabela 2, que demonstra que, na área de Linguística, tanto os valores pagos em APC (*Article Processing Charge*) quanto os investimentos em financiamento de pesquisa são mais modestos.

3 O OpenAlex classifica os trabalhos por quatro grandes áreas do conhecimento.

Tabela 2 - Comparativo das Áreas do conhecimento

	LINGÜÍSTICA E LINGUAGEM	MEDICINA	ENGENHARIA
Artigos	10.490	276.900	120.100
APC	\$62.730	\$101.700.000	\$22.200.000
Financiamento	56	69.308	56.750
Datasets	54	2.051	696

Fonte: OpenAlex, 2025.

Cabe salientar que o financiamento de pesquisa está diretamente relacionado ao pagamento de APC, uma vez que pesquisadores com recursos limitados tendem a optar por periódicos em Acesso Aberto Diamante ou por aqueles que possuem taxas de publicação mais acessíveis.

O depósito de dados de pesquisa científica também está diretamente relacionado ao financiamento de pesquisa, uma vez que agências de fomento, tanto nacionais quanto internacionais, têm adotado práticas alinhadas aos princípios da Ciência Aberta. Como parte desses esforços, muitas dessas instituições passaram a incentivar ou exigir o depósito de dados de pesquisa em repositórios institucionais como critério para a concessão de financiamento.

Metodologia

Esta análise constitui uma pesquisa quali-quantitativa com estudo de casos na área de Linguística e Estudos de Linguagem e utilizou-se a base de dados *OpenAlex* como fonte de informação em Ciência Aberta.

O *OpenAlex*⁴ é uma fonte de dados sobre a produção científica mundial, que atende aos princípios FAIR - segundo os quais os dados devem ser localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis - sendo 100% aberta (*open data, open API, open source code*), incluindo em seu catálogo metadados sobre autores, instituições, publicações e conceitos (Priem; Piwowar; Orr, 2022 *apud* Neubert *et al.*, 2024), como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Dados de Pesquisa

OPENALEX	
TIPOS	NÚMEROS
Tipos	Números
Trabalhos indexados	260.900.000
Autores	96.010.000
Instituições	109.500
Fontes extraídas	254.500

Fonte: OpenAlex, 2024.

Nomeado dessa forma em referência à Biblioteca de Alexandria, o *OpenAlex*, lançado em 2022⁵, disponibiliza dados bibliográficos em acesso aberto (*open access*), sendo um forte concorrente de bases bibliográficas comerciais, que geralmente são utilizadas pelos pesquisadores ao redor do mundo.

A escolha do *OpenAlex* como fonte para este estudo se deu pelo fato de atender aos preceitos da Ciência Aberta, sendo um catálogo de livre acesso, com grandes expectativas, segundo pesquisadores apoiadores do Movimento do Acesso Aberto, de superar grandes bases de dados utilizadas para pesquisas científicas

4 Disponível em: <https://openalex.org/>. Acesso em: 22 dez 2024.

5 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/OpenAlex>. Acesso em: 20 fev. 2025

que são ligadas a oligopólios comerciais de editoração. Atualmente no Brasil, o portal de periódicos utiliza o *OpenAlex* como fonte de captação de dados dos pesquisadores.

Na base *OpenAlex*, a busca booleana⁶ utilizada foi: País (*country*) Brasil, Ano (*year*) 2015-2024, tipo de publicação (*type*) artigo e campo do conhecimento (*subfield*) Linguagem e Linguística (*language and linguistic*).

A pesquisa resultou⁷ 10.490⁸ artigos de periódicos publicados. No entanto, por falta de precisão da Base de Dados *OpenAlex* em classificar os trabalhos por áreas do conhecimento, foi necessário, para maior precisão da análise, aplicar o filtro por Descritor de Assunto (*keywords.display_name*). Esta análise secundária foi realizada no *software* Excel e foram descartados os trabalhos que estavam com o campo *Keyword* em branco e os que possuíam o assunto fora do escopo analisado. Após esta segunda etapa da análise, obtivemos um número final de 1767 artigos.

Os artigos foram classificados em: Tipo de acesso (*primary_location.is_oa*): Acesso Aberto ou Acesso Fechado, por *Status* do Acesso Aberto (*oa_status*), Localização primária do tipo de fonte (*primary_location.source.type*), Licença praticada (*best_oa_location.license*), *Status* do Acesso por ano (*publication_year*), Idioma (*language*) e o *Ranking* das Instituições nacionais (*primary_location.source.host_organization_name*), de acordo com as designações analisados pelo *OpenAlex*.

6 URL da pesquisa na base de dados *OpenAlex*: https://openalex.org/works?filter=primary_topic.subfield.id%3Asubfields%2F1203.authorships.countries%3Acountries%2Fbr.publication_year%3A2015%20-%202024,type%3A-types%2Farticle&page=1.

7 Previamente, realizou-se um Plano de Gestão de Dados na Plataforma da FioDMP prevendo a publicação do plano de gestão e o compartilhamento dos dados da pesquisa após publicação do artigo.

8 Os artigos da área de Linguística e Estudos de Linguagem foram coletados pelo *OpenAlex* basicamente do DOAJ e Crossref.

Análise dos resultados

Com base na análise dos dados obtidos, identificou-se que, segundo a Localização primária do tipo de fonte, 95% dos artigos estão disponíveis em periódicos e 5% depositados em Repositório Institucional; 73% das pesquisas estão em Acesso Aberto e cerca de 27% encontram-se em Acesso Restrito. O *OpenAlex* classifica os *status* de acesso de acordo com a Figura 1, no entanto, por considerar que o Acesso Aberto Híbrido é atualmente classificado como o Acesso Aberto Dourado⁹ e o Acesso Aberto Dourado e o Acesso Aberto Diamante são igualmente o mesmo, esta pesquisa adaptou o *Status* de acesso de acordo com a Figura 2.

Figura 1 - *Status* do Acesso Aberto

oa_status

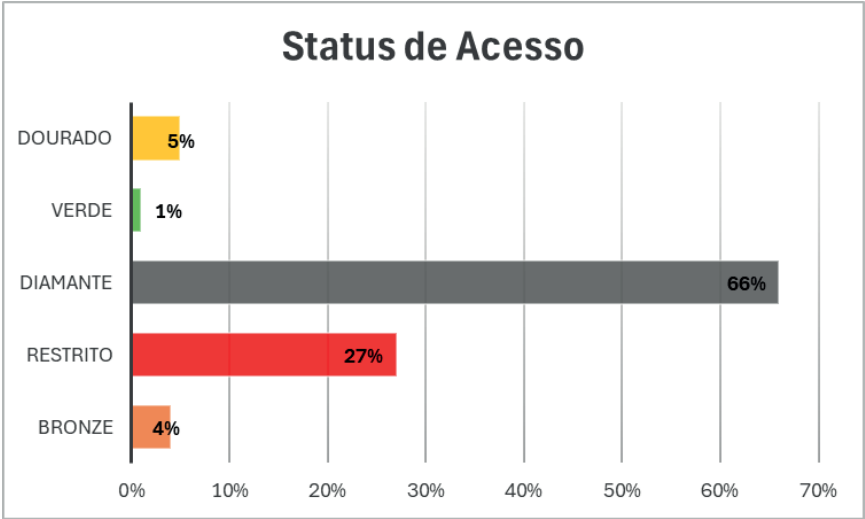
String: The Open Access (OA) status of this work. Possible values are:

- **diamond**: Published in a fully OA journal—one that is indexed by the [DOAJ](#) or that we have determined to be OA—with no article processing charges (i.e., free for both readers and authors).
- **gold**: Published in a fully OA journal.
- **green**: Toll-access on the publisher landing page, but there is a free copy in an [OA repository](#).
- **hybrid**: Free under an [open license](#) in a toll-access journal.
- **bronze**: Free to read on the publisher landing page, but without any identifiable license.
- **closed**: All other articles.

Fonte: OpenAlex, 2025.

9 Devido à apropriação indevida do conceito de AA implementado em modelos de negócios propostos por editores comerciais para publicar artigos em “AA” em suas revistas exclusivas, Harnad rebatizou as estratégias da BOAI de vias douradas e verde que passaram a ser designadas de AA Dourado e AA Verde (Harnad, 2012) de forma a diferenciar do “AA Híbrido” praticado pelas editoras comerciais. Estes termos também foram adotados pela BOAI 10 (2012).

Figura 2 – Status de Acesso

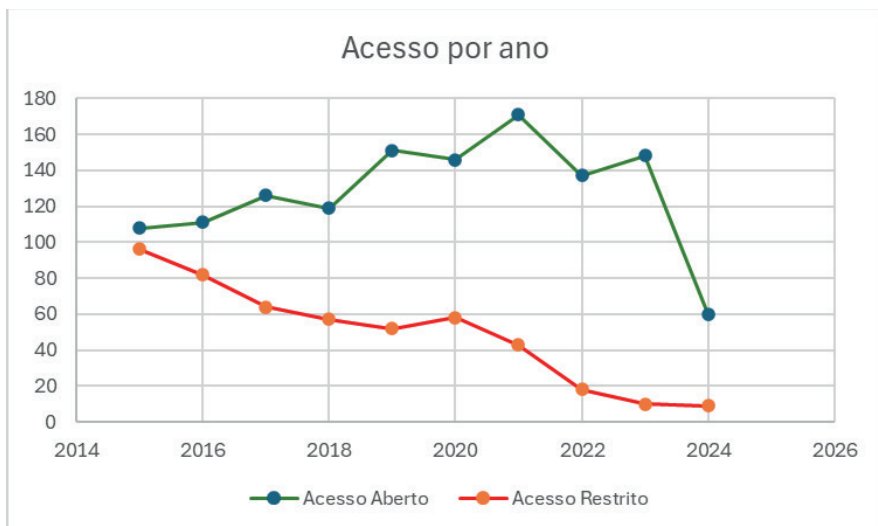


Fonte: OpenAlex, 2025, adaptado pelas autoras.

Constata-se, através da Figura 2, que a área estudada publica, em sua maioria, em periódicos em Acesso Aberto Diamante, demonstrando a hegemonia nacional no desenvolvimento desta estratégia descrita na BOAI (2002, 2012, 2022). Destaca-se o fato de considerável percentual em Acesso Restrito, cerca de 27%, mostrando um cenário favorável à adoção do Acesso Aberto Verde, depositando os resultados de pesquisa restritas por licenças de uso em periódico comercial, em repositórios institucionais para livre acesso.

Identificaram-se os artigos de periódicos por tipo de acesso e ano de publicação, conforme Figura 3, observando-se que ao longo dos anos os tipos de acesso vão se distanciando, mostrando uma tendência maior nas publicações em Acesso Aberto, com seu maior desempenho no auge da pandemia da Covid-19, em 2021. Evidencia-se, também, uma leve regressão no número de publicação em 2024, talvez pelo fato de não terem sido indexados e/ou publicados de imediato.

Figura 3 - Tipo de Acesso por Ano de Publicação



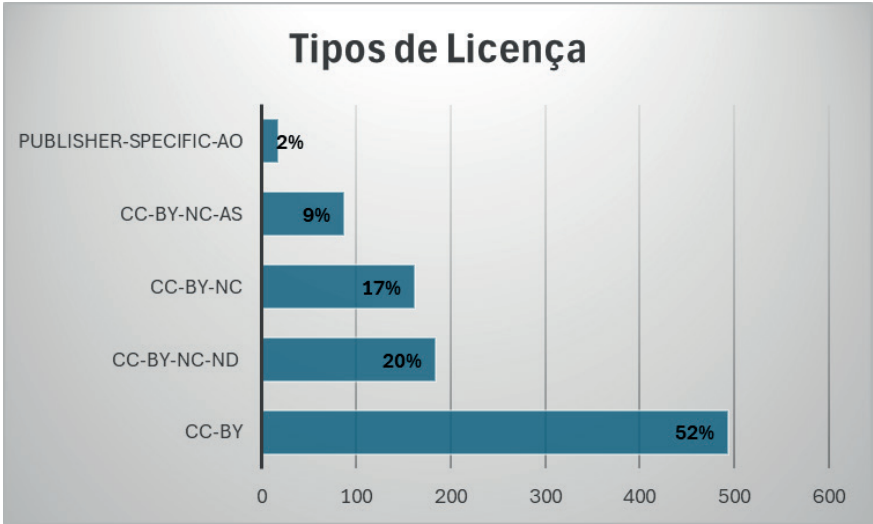
Fonte: OpenAlex, 2025.

No *OpenAlex*, as licenças de uso são classificadas segundo a *Creative Commons*¹⁰, que se constitui em um modo padronizado de conceder ao público permissão para usar seu trabalho criativo sob a lei de direitos autorais.

A licença mais frequente encontrada neste estudo de caso foi a CC-BY (Figura 4), informação que corrobora o fato de o resultado da pesquisa demonstrar maior resultado em periódicos científicos. Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, modifiquem, adaptem e criem a partir do material em qualquer meio ou formato, desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.

10 Disponível em: <https://creativecommons.org/share-your-work/cclicenses/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Figura 4 - Licenças *Creative Commons*

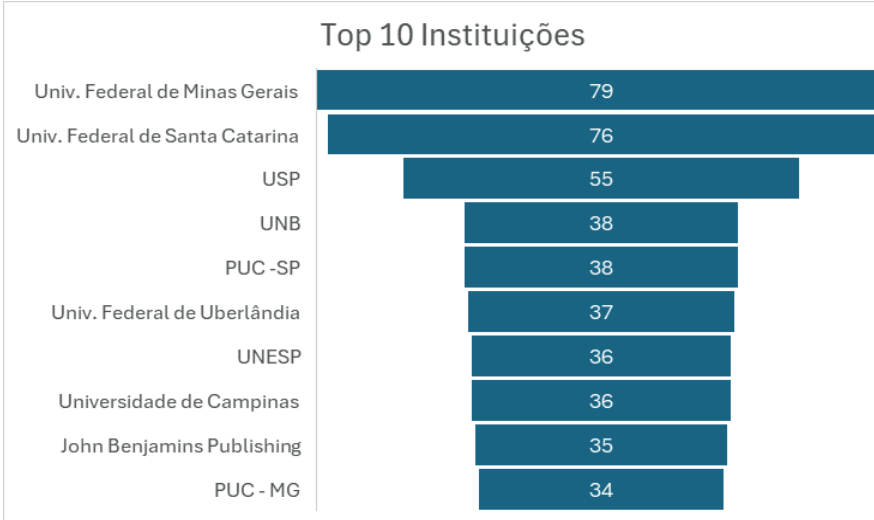


Fonte: OpenAlex, 2025.

A análise por idioma mostrou que o mais frequente foi o inglês, com 78% das publicações, seguido do português com 20% e, por fim, o espanhol, com apenas 2%, fato que chama atenção devido à proximidade do Brasil com países de língua espanhola, sendo país participante do Mercosul.

A Figura 5 mostra as Instituições com maior recorrência de publicações na área de Linguística e Estudos de Linguagem no Brasil. Destaca-se a participação das Instituições da região sudeste e o apontamento de uma Instituição Internacional, a *John Benjamins*, editora independente conhecida por publicações na área estudada.

Figura 5 - Ranking das Instituições



Fonte: OpenAlex, 2025.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa demonstram que a área de Linguística e Estudos de Linguagem no Brasil apresenta forte aderência às práticas de Ciência Aberta, especialmente por meio da predominância de publicações em Acesso Aberto Diamante. Esse modelo reflete uma estratégia consolidada no país, conforme descrito na BOAI (2002, 2012, 2022), permitindo que os pesquisadores publiquem sem custos de APC, ampliando o acesso ao conhecimento.

No entanto, ainda há um percentual significativo (27%) de publicações em Acesso Restrito, o que indica uma oportunidade para expandir o Acesso Aberto Verde. O incentivo ao depósito de artigos de periódico comercial em repositórios institucionais poderia aumentar a disseminação dos conteúdos sem comprometer os direitos dos autores ou das editoras.

Outro ponto relevante foi a tendência crescente do Acesso Aberto, com pico de publicações durante a pandemia da Covid-19 (2021) e uma leve redução em 2024. Esse comportamento reflete a necessidade emergencial de disseminação rápida do conhecimento durante períodos de crise global, mas também sugere que o crescimento da Ciência Aberta pode ser influenciado por demandas contextuais.

Além disso, a pesquisa revelou que a licença CC-BY é a mais utilizada, o que reforça a flexibilidade no uso e reutilização do conhecimento produzido. No entanto, a distribuição das publicações por idioma levanta questões sobre a visibilidade internacional da produção científica brasileira. Apesar do predomínio do inglês (78%), o baixo número de publicações em espanhol (2%) chama atenção, considerando a proximidade do Brasil com países de língua espanhola e sua participação no Mercosul, preferir-se o idioma internacional da Ciência.

Por fim, a análise das instituições mais produtivas destacou uma concentração de publicações na região Sudeste do Brasil, além da presença da editora internacional John Benjamins, especializada na área. Esses dados sugerem a necessidade de estratégias para equilibrar a distribuição regional da produção científica, bem como para fortalecer a colaboração internacional com países de língua espanhola.

Os achados desta pesquisa contribuem para a compreensão do impacto das iniciativas de Ciência Aberta na área de Linguística e Estudos de Linguagem, destacando avanços, desafios e oportunidades para ampliar a disseminação do conhecimento e fortalecer a participação da área nos debates sobre políticas de acesso aberto e gestão de dados de pesquisa, levando-se em conta as discussões éticas sobre o compartilhamento dos dados de pesquisa na área e seguindo o princípio “o dado deve ser tão aberto quanto possível e tão fechado quanto necessário” (European Commission, 2016, tradução nossa).

Em síntese, os resultados obtidos com esta pesquisa reforçam a necessidade de estratégias para fomentar uma distribuição mais equitativa da produção científica entre as diferentes regiões do país, além de ampliar a participação da área nos debates sobre Ciência Aberta e Políticas de Acesso ao Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALPERIN, J. P.; FISCHNMAN, G. E.; WILLINSKY, J. Open access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and a few reflections. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 172 – 185, 2008.
- BOAI. BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. *Dez anos da iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto: a abertura como caminho a seguir*. Budapeste: Open Society Foundations, 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-brazilian-translation/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BOAI. BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. *Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto*. Budapeste: Open Society Foundations, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BOAI. BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. *The Budapest Open Access Initiative: 20th anniversary recommendations*. 15 fev. 2024. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai20/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. Editorial: Bakhtianiana adere à Ciência Aberta. *Bakhtianiana*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 2-15, jan./mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457356035>.
- BRUMATTI, J. D.; WEITZEL, S. O acesso aberto verde nas áreas do conhecimento no Brasil: uma proposta de mapeamento por meio de estudos de casos. In: CONFERÊNCIA LUSÓFONA DE CIÊNCIA ABERTA, 15., 2024, Porto, Portugal. *Anais [...]*. [S. l.]: Zenodo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13950877>.
- CASTRO, A. L. da S. Ascensão da produção científica brasileira: risco iminente de um colapso? *Multi-Science Journal*, v. 1, n. 2, p. 1-2, 2015.
- COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218 – 232, 2008.
- CREATIVE COMMONS. *About CC Licenses*. [S. l., 2025]. Disponível em: <https://creativecommons.org/share-your-work/cclicenses/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Research & Innovation. *H2020 Programme Guidelines on FAIR Data Management in Horizon 2020*. Version 3.0. 26 July 2016.

FREITAG, R. M.; MARTINS, M. A. R.; ARAÚJO, A.; BATTISTI, E.; COELHO, I. M. W. da S.; SOUSA, M. D. A. F.; SILVA, R. G. da; LIMA-LOPES, R. E. de. Desafios da gestão de dados linguísticos e a ciência aberta. *Cadernos de linguística*, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2021.

LOPES, R. E. de L. Ciência Aberta e suas contribuições para a Educação Aberta. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 25, n. esp., p. 141-155, dez. 2022.

NEUBERT, P. da S.; CANTO, F. L. do; PINTO, A. L.; SEGUNDO, W. L. R. de C. Custo de APC em periódicos Qualis: análise por estrato e área de avaliação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 9., 2024, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.320>.

OPENALEX TECHNICAL DOCUMENTATION. *Work object*. [S. l., 2025]. Disponível em: https://docs.openalex.org/api-entities/works/work-object#oa_status. Acesso em: 20 fev. 2024.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso à informação científica. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2008. p. 186-195.

PRIEM, J.; PIWOWAR, H.; ORR, R. OpenAlex: A fully-open index of scholarly works, authors, venues, institutions, and concepts. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENCE AND TECHNOLOGY INDICATORS, 26., 2022, Granada. *Anais [...]*. Granada: arXiv, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48550/ar-Xiv.2205.01833>. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2205.01833>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOLOMON, D. J.; BJÖRK, B.-C. A study of open access journals using article processing charges. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 63, n. 8, p. 1485-1495, 2012.

SOUSA, M. D. A. F.; FREITAG, R. M. K. Bancos de dados sociolinguísticos e a ciência aberta: compartilhamento de dados e conhecimentos. *Cadernos Estudos Linguísticos e Literários*, v. 12, n. 1, p. 165-186, 2024.

SPAGNOLO, F. *Assesment of graduate programs: the Brazilian case*. 1989. Tese (Doutorado em Economia) — Departamento de Economia, Universidade de Sussex, Sussex, Reino Unido, 1989.

UNESCO. *Recomendações da UNESCO sobre Ciência Aberta*. [S. l.]: Unesco, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>.

Considerations on Open Science: a case study in Linguistics

ABSTRACT: The article investigates the adherence of the field of Linguistics to Open Science (OS) practices, in line with UNESCO Recommendations and the global Open Access movement. Open Science seeks to democratize knowledge, guaranteeing the accessibility of research results to the academic community and society. The study analyzes the implementation of this approach in Linguistics, identifying patterns and challenges. The research questions the degree of adoption of Open Science practices in the field, especially in relation to open access publishing, deposits in institutional repositories and the use of open licenses. It is justified by the growing importance of scientific transparency and the need to assess the impacts of open access on the dissemination of knowledge, as well as its ethical implications and regional challenges. Through a qualitative-quantitative analysis of the OpenAlex database, the results indicate that 73% of the publications are Open Access, and are predominantly in academic journals (95%). Diamond Open Access prevails, while Green Open Access still faces low adherence. Language distribution reveals a predominance of English (78%), followed by Portuguese (20%) and Spanish (2%), highlighting the need for greater integration with Latin American production. Academic production is concentrated in the Southeast of Brazil, showing geographical polarization. The conclusion is that, despite significant adherence to Open Science, challenges remain, such as the expansion of Green Open Access, with adherence to institutional repositories, the strengthening of policies for data sharing and the expansion of the visibility of research, contributing to the improvement of practices in the area according to international guidelines.

Keywords: open science; linguistics; open access; institutional repositories; OpenAlex.

MÉTRICAS, VISIBILIDADE E LINGUAGEM: DESAFIOS DA CIÊNCIA ABERTA NA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E PESQUISADORES

*Michely Jabala Mamede Vogel¹
Vinicius Ribeiro²*

RESUMO: Analisa as transformações contemporâneas na comunicação e avaliação científica, com ênfase na interação entre os princípios da Ciência Aberta, as métricas de avaliação (tradicionais e alternativas), as exigências de internacionalização e o papel das tecnologias e políticas de linguagem no contexto da pós-graduação brasileira, especialmente sob a influência da Capes. O objetivo é discutir criticamente como esses elementos se articulam, revelando desafios e oportunidades para periódicos e pesquisadores brasileiros que buscam conciliar qualidade, visibilidade internacional, acesso aberto e relevância local. A abordagem é teórico-analítica, fundamentada em revisão crítica da literatura sobre Ciência Aberta, bibliometria, altmetria, avaliação multidimensional, políticas linguísticas e tecnologias de tradução, além da análise de documentos de referência de organismos, como Capes, Unesco, Dora e a Helsinki Initiative. Os resultados evidenciam as tensões entre a pressão por métricas quantitativas

1 Doutora em Ciência da Informação. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: michelyvogel@id.uff.br

2 Doutorando em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Professor substituto no Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: viniciusrds@unirio.br

e publicação em inglês, e os ideais da Ciência Aberta de inclusão epistêmica, bibliodiversidade e impacto social. Destaca-se o papel ambivalente das tecnologias de linguagem, que, embora ampliem o alcance da produção científica, exigem políticas editoriais cuidadosas para evitar assimetrias. Defende-se a adoção de modelos avaliativos mais integrados, sensíveis à diversidade de contextos e impactos, bem como o investimento em infraestrutura, capacitação e políticas linguísticas inclusivas. Conclui-se que a construção de um ecossistema científico mais justo, aberto e socialmente comprometido depende de ações coordenadas entre instituições, editores, avaliadores e pesquisadores.

Palavras-chave: ciência aberta; avaliação científica; periódicos científicos; métricas científicas.

Introdução

O cenário contemporâneo da comunicação científica global encontra-se em um momento de profunda redefinição, impulsionado por tensões inerentes entre modelos estabelecidos de prestígio e avaliação e as demandas crescentes por maior abertura, inclusão e impacto social da ciência. Nos últimos anos, o movimento pela Ciência Aberta (*Open Science*) consolidou-se como uma força motriz global, advogando por transformações significativas nos modos de produzir, validar, compartilhar e avaliar o conhecimento científico, com base nos pilares da transparência, acessibilidade, reuso e colaboração (Unesco, 2021; Chan *et al.*, 2020). Essa busca por um ecossistema científico mais democrático e conectado desafia frontalmente os modelos tradicionais de avaliação, frequentemente centrados em métricas quantitativas de citação e no prestígio de periódicos de circulação restrita, cujas limitações e vieses são cada vez mais questionados por iniciativas como a Dora (Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa) e o Manifesto de Leiden (Dora, [s. d.]; Hicks *et al.*, 2015).

Paralelamente a esse movimento por abertura, o avanço exponencial das tecnologias de linguagem, incluindo a tradução automática e o processamento de linguagem natural, reconfigura as possibilidades de circulação internacional do conhecimento

e de inclusão de múltiplas vozes no diálogo científico global (Silva, 2019). Essas ferramentas ampliam o potencial da tradução, da legendagem e de outras formas de mediação linguística, mas também levantam novas questões sobre qualidade, adequação cultural e a necessidade de políticas editoriais que promovam ativamente o multilinguismo e a bibliodiversidade (Helsinki Initiative, 2019).

No contexto brasileiro, essas dinâmicas globais interagem de forma particular com o sistema de avaliação da pós-graduação, historicamente coordenado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e fortemente influenciado pelo sistema *Qualis* de classificação de periódicos (Bufrem; Silveira; Freitas, 2018). As críticas a esse modelo, que, por vezes, induziu uma cultura de “publicar ou perecer” focada em métricas específicas (Rocha-e-Silva, 2009; Andrade; Galembeck, 2009), culminaram na sinalização de uma transição para um modelo de avaliação multidimensional a partir do ciclo 2025-2028 (Capes, 2024). Essa mudança representa uma encruzilhada para os periódicos científicos brasileiros e para os pesquisadores: como conciliar as pressões por internacionalização e visibilidade em bases de dados globais com os imperativos da Ciência Aberta e a valorização da diversidade linguística e temática relevante para o contexto nacional e regional?

Neste artigo, propomos analisar criticamente como a articulação entre as métricas de avaliação científica, as políticas linguísticas e as práticas de mediação por tradução e legendagem impacta os processos de internacionalização da ciência no Brasil, à luz dos princípios da Ciência Aberta. Nossa abordagem busca mapear os desafios e apontar caminhos possíveis para uma comunicação científica mais inclusiva, justa e sensível à diversidade epistemológica e linguística.

A avaliação da produção científica no Brasil

O sistema de pós-graduação brasileiro é estruturado e amplamente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que atua como sua principal agência de regulação e fomento. Desde a década de 1970, a Capes implementa mecanismos de avaliação periódica dos programas de pós-graduação, essenciais para a distribuição de recursos e para a manutenção de padrões de qualidade acadêmica (Balbachevsky, 2005; Horta; Moraes, 2005). Historicamente, essa avaliação tem se baseado em um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, buscando aferir a produção intelectual, a formação de recursos humanos e o impacto dos programas (Vogel, 2015).

Nesse contexto avaliativo, o sistema Qualis Periódicos emergiu como um dos instrumentos centrais e mais influentes (Bulfrem; Silveira; Freitas, 2018). Criado inicialmente para estratificar a qualidade dos periódicos científicos nos quais os pesquisadores vinculados aos programas publicam seus trabalhos, o Qualis tornou-se um *proxy* de qualidade da produção científica individual e do programa (Packer, 2011). Contudo, esse sistema tem sido alvo de intenso debate e críticas substanciais na comunidade acadêmica (Rocha-e-Silva, 2009; Andrade; Galembeck, 2009). As principais críticas apontam para sua rigidez metodológica, a excessiva valorização de métricas, como o Fator de Impacto (muitas vezes descontextualizadas das realidades de diferentes áreas do conhecimento), e por induzir comportamentos como o “salamismo” e uma cultura de “publicar ou perecer” que nem sempre privilegia a originalidade, a qualidade intrínseca ou a relevância social e local da pesquisa (Rocha-e-Silva, 2009). Argumenta-se também que o sistema pode desincentivar a publicação em periódicos nacionais, em outros idiomas além do inglês, ou em formatos alternativos como livros e capítulos, além de dificultar a interdisciplinaridade (Andrade; Galembeck, 2009; Packer, 2011).

Sobre a questão da política linguística, Orlandi (1998) destaca que pode ser pensada a partir de três eixos, sendo como razão do Estado, que coloca a unidade como valor; pela perspectiva da dominação no regimento das relações entre povos, nações e Estados; e relacionada com os falantes das línguas, sob a ótica da diversidade. Observa-se que, no decorrer da história, existe uma relação de dominação do conquistador sobre o submisso por meio da linguagem, o que pode ser transportado para a atualidade pelo estabelecimento do inglês como língua da ciência em detrimento de outros idiomas, por meio das relações de dominação dos Estados Unidos e a noção de globalização e transnacionalidade (Orlandi, 1998).

Diante dessas críticas e buscando alinhar-se a discussões internacionais sobre avaliação de pesquisa (como as preconizadas pela Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa (Dora) e pelo Manifesto de Leiden) (Hicks *et al.*, 2015; Dora, [s. d.]), a Capes iniciou um processo de revisão de seus instrumentos (Oliveira; Stecanela; Boulfleuer, 2023). Um marco importante foi a implantação, a partir do ciclo avaliativo 2017-2020 (cujos resultados foram consolidados a partir de 2021/2022), do chamado “Qualis Referência”. Esse novo modelo unificou a classificação de periódicos em uma única lista por área de avaliação, baseada em indicadores bibliométricos normalizados e buscando maior transparência nos critérios (Caregnato; Vanz, 2020).

Ainda assim, a expectativa por mudanças mais profundas se concentra no atual ciclo avaliativo (2025-2028). A Capes sinalizou a transição para um modelo de avaliação multidimensional, que pretende ir além da produção bibliográfica quantificada pelo Qualis (Capes, 2024). Espera-se que esse novo modelo incorpore e valorize de forma mais equilibrada outras dimensões da atividade acadêmica, como o impacto social, econômico e cultural da pesquisa, a inovação tecnológica, a internacionalização, as ações de extensão, a formação de mestres e doutores com inserção profissional qualificada e práticas de ciência aberta (Capes, 2024).

Cresce, portanto, a expectativa por um sistema avaliativo mais holístico, flexível e alinhado às melhores práticas internacionais de avaliação responsável da pesquisa, que reconheça a diversidade de contribuições científicas e seu potencial transformador para a sociedade.

Métricas de avaliação e seus efeitos

A avaliação da produção científica tem historicamente recorrido a métricas quantitativas para aferir o impacto e a influência de pesquisas, pesquisadores e periódicos. As métricas bibliométricas tradicionais consolidaram-se como ferramentas centrais nesse processo. Entre as mais proeminentes estão: o Fator de Impacto (FI), calculado pela *Clarivate Analytics* para periódicos indexados na *Web of Science* (WoS) (Garfield, 2006); o *SCImago Journal Rank* (SJR), que pondera as citações pelo prestígio do periódico citante utilizando dados da base Scopus (Elsevier, [s. d.]); o CiteScore, também baseado na Scopus, que calcula a média de citações recebidas por documentos publicados em um período de quatro anos (Scopus, [s. d.]); e o índice *h*, proposto para medir simultaneamente a produtividade e o impacto de citações de um pesquisador (Hirsch, 2005).

Essas métricas, apesar de sua ampla utilização em sistemas de avaliação institucionais (incluindo ciclos anteriores da Capes no Brasil), *rankings* universitários e processos de progressão na carreira (Moed; Halevi, 2015), são alvo de críticas consistentes e debates acalorados na comunidade científica. Suas limitações são diversas: a forte dependência de bases de dados comerciais (WoS e Scopus), que possuem vieses de cobertura geográfica (sub-representando publicações de países do Sul Global) e linguística (privilegiando o inglês), além de cobrirem de forma desigual diferentes áreas do conhecimento, com notórias lacunas nas Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas (Mongeon; Paul-Hus, 2016; Archambault *et al.*, 2006). Adicionalmente, critica-se

a ênfase excessiva na citação como única forma de impacto, ignorando outras formas de relevância (social, econômica, cultural), a susceptibilidade à manipulação (como cartéis de citação ou auto-transações editoriais) e a inadequação do uso de métricas de periódicos para avaliar artigos individuais ou pesquisadores, uma prática condenada por declarações como a Dora (Dora, [s. d.]) e o Manifesto de Leiden (Hicks *et al.*, 2015). O uso indiscriminado dessas métricas pode gerar efeitos indesejados, como o direcionamento da pesquisa para temas “da moda” com maior potencial de citação em detrimento de pesquisas originais ou de relevância local, e a pressão por publicar em periódicos de alto FI, muitas vezes associados a altos custos (*Article Processing Charges - APCs*) (Seglen, 1997; Larivière *et al.*, 2015).

Discute-se ainda a falta de valorização do trabalho editorial e emissão de pareceres, atividades que são desempenhadas de forma voluntária dentro das instituições de ensino superior nacionais. Tais atividades são raramente reconhecidas como carga-horária de trabalho ou em progressões funcionais, ainda que sejam fundamentais para o processo de comunicação científica e publicações de trabalhos de evento, artigos científicos e livros (Nota..., 2024). Nessa perspectiva, a problemática do não reconhecimento institucional de muitos periódicos brasileiros permanece se apresentando como elemento de tensão entre as métricas de avaliação e a produção científica nacional.

As tensões entre internacionalização, visibilidade e relevância local têm sido objeto de reflexão crítica por diferentes comunidades científicas no Brasil. Nesse sentido, o “Manifesto por uma política de acesso aberto e melhores práticas de avaliação da ciência” (Araújo; Araújo; Vogel, 2024) destaca a necessidade de uma abordagem situada e ética para os estudos métricos da informação, alertando para os riscos da adoção acrítica de modelos internacionais de avaliação que ignoram a diversidade epistemológica, linguística e social da ciência brasileira. O documento reivindica a valorização da bibliodiversidade, o reconhecimento das

múltiplas formas de circulação do conhecimento e a centralidade da linguagem como elemento de mediação científica e política. Ao propor um reposicionamento crítico dos estudos métricos no país, o manifesto também aponta caminhos para práticas mais coerentes com os princípios da Ciência Aberta, promovendo não apenas a visibilidade mas também a inteligibilidade e a relevância dos saberes produzidos em contextos periféricos.

Como apontam van Weijen (2012) e Hamel (2007), mais de 80% dos artigos científicos indexados nas principais bases de dados internacionais são publicados em inglês, consolidando essa língua como meio dominante de circulação do conhecimento científico no cenário global.

Nesse contexto de busca por uma avaliação mais abrangente e responsável, ganham destaque os indicadores alternativos, ou *altmetrics*. Propostos, inicialmente, por Priem *et al.* (2010), as *altmetrics* referem-se a um conjunto diversificado de indicadores baseados na *web* que buscam capturar o impacto e o engajamento com a produção científica para além das citações tradicionais (Bornmann, 2014). Essas métricas rastreiam uma variedade de interações *online* com resultados de pesquisa, como menções em redes sociais (Twitter, Facebook, *blogs*), salvamentos em gerenciadores de referência (Mendeley, Zotero), *downloads* e visualizações de artigos e dados, citações em documentos de políticas públicas, notícias na mídia, edições na Wikipédia, e revisões pós-publicação (F1000Prime) (Thelwall *et al.*, 2013).

As *altmetrics* oferecem potenciais vantagens, como a capacidade de refletir o impacto mais rapidamente que as citações (que levam tempo para acumular) e de capturar formas mais amplas de engajamento, incluindo o interesse de públicos não acadêmicos (Priem *et al.*, 2010; Mohammadi; Thelwall, 2014). Elas ampliam, assim, a compreensão do impacto social, educacional e comunicativo da produção científica. Essa abordagem conecta-se diretamente com as propostas da Ciência Aberta (*Open Science*), ao permitir monitorar a disseminação e o uso de artigos de acesso

aberto, dados abertos e outros resultados de pesquisa compartilhados livremente, refletindo o engajamento público que a abertura visa a facilitar (Niyazov *et al.*, 2016). Contudo, as *altmetrics* também apresentam seus próprios desafios e limitações. Há preocupações sobre sua validade como indicadores de qualidade científica, a possibilidade de manipulação (perfis falsos, *bots*), a dependência de APIs de plataformas comerciais (muitas vezes, instáveis ou com acesso restrito), a heterogeneidade e a dificuldade de interpretação de diferentes indicadores (o que significa um “like”?), e as variações no uso dessas plataformas entre diferentes disciplinas e regiões geográficas (Bornmann, 2014; Sud; Thelwall, 2014). Portanto, argumenta-se que as *altmetrics* não devem substituir, mas sim complementar as métricas tradicionais, sendo utilizadas com cautela e dentro de um quadro avaliativo mais amplo e contextualizado (Wouters; Costas, 2012).

Ciência aberta e tecnologias de linguagem

A Ciência Aberta (*Open Science*) representa um movimento global que visa a transformar a prática científica, tornando-a mais acessível, colaborativa, inclusiva e transparente para toda a sociedade (Unesco, 2021). Seus pilares incluem o acesso aberto a publicações (*Open Access*), dados abertos (*Open Data*), *software* de código aberto (*Open Source*), metodologias abertas (*Open Methodology*), avaliação aberta por pares (*Open Peer Review*) e recursos educacionais abertos (*Open Educational Resources*), buscando democratizar o acesso ao conhecimento e acelerar o progresso científico e social (Chan *et al.*, 2020). Por meio do processo de abertura, a Ciência Aberta “[...] permite maior produtividade, qualidade e retorno social da pesquisa, maximizando resultados e diminuindo redundância, facilitando a colaboração e a reprodutibilidade.” (Albagli, 2019, p. 16).

Nesse cenário de abertura e ampla circulação, a linguagem emerge como um fator crítico, pois pode atuar tanto como ponte

quanto como barreira ao fluxo de informações. A predominância do inglês como língua franca da ciência global, embora facilite a comunicação em certos circuitos, cria obstáculos significativos para a participação e visibilidade de pesquisadores não anglófonos e para o acesso ao conhecimento por parte de comunidades que falam outros idiomas (Flowerdew, 1999; Ramírez-Castañeda, 2020).

Diante disso, as práticas e tecnologias que promovem o multilinguismo são fundamentais para a concretização dos ideais da Ciência Aberta. A tradução de artigos científicos, resumos (incluindo resumos para leigos ou *plain language summaries*), e materiais complementares (como descrição de dados ou protocolos); a legendagem e dublagem de vídeos, palestras e materiais audiovisuais; e a manutenção de *websites* e plataformas de periódicos em múltiplos idiomas são iniciativas cruciais que ampliam radicalmente a acessibilidade, a compreensibilidade e a circulação do conhecimento científico para além das fronteiras linguísticas (Packer; Santos; Meneghini, 2017). Tecnologias de linguagem, como a tradução automática (*Machine Translation* - MT) baseada em inteligência artificial, apresentam um potencial crescente para escalar esses esforços, embora ainda demandem curadoria humana e revisão cuidadosa para garantir a precisão e a adequação terminológica e cultural, especialmente em textos científicos complexos (Somers, 2003).

Essas práticas de mediação linguística são especialmente relevantes para periódicos científicos, particularmente, para aqueles editados em países não hegemônicos linguisticamente, que buscam fortalecer sua inserção e visibilidade internacionais sem, contudo, abrir mão de seu compromisso com a ciência local e regional, frequentemente produzida e debatida em contextos e línguas diversas (Beigel, 2014). A adoção de políticas editoriais que valorizem e incentivem o multilinguismo — como a publicação de resumos em várias línguas, a aceitação de submissões em idiomas locais com posterior tradução, ou a criação de edições bilíngues — contribui para a chamada “bibliodiversidade”, promovendo um

ecossistema científico mais plural e representativo das diversas formas de produzir e comunicar conhecimento (Helsinki Initiative, 2019). Portanto, a mediação linguística transcende a mera questão técnica da tradução; ela se configura como um elemento central da política editorial e um pilar para a promoção da inclusão epistêmica, reconhecendo a validade e a importância de conhecimentos produzidos e expressos em diferentes matrizes linguísticas e culturais e desafiando a hierarquia implícita que favorece o conhecimento publicado em inglês (Mignolo, 2009; Canagarajah, 2002).

Estratégias para editores e pesquisadores

A reconfiguração do cenário da avaliação da pós-graduação no Brasil, com ênfase crescente em uma abordagem multidimensional (Capes, 2024), e a consolidação dos princípios da Ciência Aberta (Unesco, 2021) demandam uma postura proativa de editores de periódicos e pesquisadores. Para navegar com sucesso nesse novo ambiente, é crucial adotar estratégias que articulem rigor científico e qualidade editorial com práticas de maior visibilidade, acessibilidade, transparência e impacto social. Alinhar-se a essas novas demandas implica ir além das métricas tradicionais e abraçar uma visão mais ampla e conectada da comunicação científica (Alperin *et al.*, 2019). Entre as estratégias fundamentais, destacam-se:

- Adoção de licenças abertas e práticas de transparência editorial: utilizar licenças *Creative Commons* (CC), especialmente a CC BY (Atribuição), permite o máximo reuso e disseminação do conhecimento publicado, alinhando-se diretamente aos princípios do Acesso Aberto (Creative Commons, 2013?). Aliado a isso, a transparência nos processos editoriais é essencial. Isso inclui a clareza sobre as políticas de revisão por pares (explicitando o modelo adotado, seja ele duplo-cego, seja simples-cego ou aberto – *Open Peer Review*), a disponibilização pública das diretrizes

para autores e revisores, a gestão explícita de conflitos de interesse e a adesão a códigos de ética reconhecidos internacionalmente, como os do *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2017). A transparência fortalece a credibilidade do periódico e a confiança da comunidade (Hames, 2007).

- Disponibilização de metadados ricos e bilíngues e uso de DOI: metadados de alta qualidade (título, resumo, palavras-chave, afiliações, referências) em português e inglês (ou outros idiomas relevantes) são cruciais para a descoberta dos artigos em bases de dados e mecanismos de busca globais, ampliando significativamente sua visibilidade. A atribuição de *Digital Object Identifiers* (DOI) a cada artigo, por meio de agências como a Crossref, é indispensável para garantir a identificação persistente, a interoperabilidade entre plataformas e o rastreamento de citações e métricas alternativas (Crossref, 2021; Paskin, 2010).
- Tradução de resumos e artigos completos: como discutido anteriormente (Seção 4), oferecer conteúdo em múltiplos idiomas, começando pelos resumos e, idealmente, estendendo-se aos artigos completos (ou a versões selecionadas), derruba barreiras linguísticas e amplia o alcance da pesquisa para audiências globais e locais diversificadas (Helsinki Initiative, 2019). A viabilidade pode ser explorada por meio de diferentes modelos, incluindo o uso criterioso e revisado de tecnologias de tradução automática.
- Legendagem de materiais em vídeo: conteúdos audiovisuais (palestras, entrevistas, vídeos de divulgação) devem incluir legendas precisas, não apenas para cumprir requisitos legais de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva mas também para facilitar a compreensão por não falantes nativos da língua do áudio e permitir o consumo do conteúdo em diferentes contextos (W3C WAI, 2018).

- Indexação em bases nacionais e internacionais de acesso aberto: a presença de um periódico em diretórios e bases de indexação relevantes atesta sua qualidade editorial e amplia enormemente sua visibilidade e potencial de citação. É estratégico buscar a indexação em plataformas de acesso aberto reconhecidas, tanto nacionais/regionais (como SciELO, Redalyc, Latindex – dependendo da área e escopo) quanto internacionais (como o *Directory of Open Access Journals* – DOAJ, *PubMed Central* – PMC, Scopus, *Web of Science* – quando aplicável e alinhado à política do periódico), garantindo ampla descoberta (Doaj, [s. d.]; Packer, 2011).
- Promoção de ações de divulgação científica em múltiplas línguas: engajar-se ativamente na comunicação dos resultados de pesquisa para públicos mais amplos, para além da comunidade acadêmica, é cada vez mais valorizado. Utilizar diferentes formatos (redes sociais, *blogs*, *podcasts*, vídeos, infográficos, eventos públicos) e linguagens (incluindo a adaptação para diferentes idiomas) para disseminar os achados e seu potencial impacto social contribui para a democratização do conhecimento e para a percepção do valor da ciência pela sociedade (Bucchi; Trench, 2014).

A implementação conjunta dessas estratégias por editores e pesquisadores não apenas fortalece os periódicos e a produção científica nacional ante novos modelos avaliativos mas também contribui para um ecossistema científico global mais aberto, inclusivo, equitativo e impactante.

Considerações finais

O percurso argumentativo deste trabalho evidencia que o fortalecimento e a consolidação da Ciência Aberta no Brasil estão intrinsecamente ligados a um processo de revisão crítica e

profunda dos modelos de avaliação da produção científica, superando a dependência histórica de métricas quantitativas nem sempre adequadas para aferir a real qualidade e o impacto da pesquisa. A transição para modelos avaliativos multidimensionais, como o sinalizado pela Capes para o ciclo 2025-2028 (Capes, 2024), representa uma oportunidade crucial para incorporar e valorizar práticas editoriais e de pesquisa que efetivamente ampliem a visibilidade, a acessibilidade e a relevância social do conhecimento gerado no país (Alperin *et al.*, 2019).

Nesse contexto complexo e em transformação, as tecnologias e estratégias de linguagem (como tradução, legendagem, metadados bilíngues e plataformas multimodais) desempenham um papel fundamental e estratégico. Elas não são meros acessórios técnicos, mas ferramentas essenciais para garantir a circulação internacional da ciência brasileira e fomentar um diálogo intercultural mais equitativo, sem que isso implique na invisibilização ou subalternização da pluralidade linguística e epistêmica que caracteriza a produção local e regional (Helsinki Initiative, 2019). O desafio reside em utilizar essas tecnologias de forma crítica e reflexiva, como parte de políticas editoriais conscientes que promovam a bibliodiversidade e a justiça cognitiva (Beigel, 2014; Mignolo, 2009).

Integrar de forma coerente e sinérgica as novas diretrizes de avaliação, o uso responsável de métricas (combinando indicadores tradicionais e alternativos), as políticas linguísticas e os princípios da Ciência Aberta (acesso, transparência, colaboração, participação) configura-se, portanto, como um desafio urgente e inadiável para a comunidade científica brasileira. Essa integração demanda um esforço coletivo e coordenado entre agências de fomento (como a Capes), instituições de pesquisa, editores de periódicos, pesquisadores e a sociedade civil (Chan *et al.*, 2020). Enfrentar esse desafio não é apenas uma questão de modernização ou alinhamento a tendências internacionais, mas um imperativo para a construção de uma ciência brasileira mais justa,

democrática, globalmente conectada e efetivamente comprometida com as necessidades e potencialidades do país. O caminho é complexo e exige investimento em infraestrutura, capacitação e, sobretudo, uma mudança cultural na forma como a ciência é produzida, comunicada e valorizada.

Além de instrumentos de adaptação às exigências do modelo hegemônico de circulação científica, a tradução e a legendagem podem ser compreendidas também como práticas de resistência e reconfiguração do ecossistema de saberes. Quando utilizadas estrategicamente, essas ferramentas ampliam o alcance da produção científica em línguas marginalizadas, desafiam a centralidade do inglês como única via de internacionalização e promovem a inclusão epistêmica ao possibilitar a entrada de outros sujeitos e perspectivas nos circuitos globais de conhecimento. Iniciativas que propõem a tradução do inglês para línguas locais, a legendagem multilíngue de conteúdos científicos ou a publicação multilíngue não apenas democratizam o acesso, mas tensionam as assimetrias linguísticas e geopolíticas que historicamente marcam a ciência. Nesse sentido, pensar a mediação linguística por meio de uma perspectiva crítica e inclusiva é reconhecer seu potencial transformador e seu papel na construção de uma ciência mais plural, acessível e comprometida com a justiça cognitiva.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta: movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). *Ciência aberta para editores científicos*. Botucatu: ABEC, 2019. p. 15-19. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

ALPERIN, Juan P.; NIEVES, Carol M.; SCHIMANSKI, Lesley A.; FISCHMAN, Gustavo E.; NILES, Meredith T.; McKIERMAN, Erin C. How significant are the public dimensions of faculty work in review, promotion, and tenure documents? *Elife*, Cambridge, v. 8, e42254, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7554/eLife.42254>.

ANDRADE, Jailson B.; GALEMBECK, Fernando. W. A. Qualis: quo vadis?. *Química Nova*, Campinas, v. 32, n. 1, p. 5, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422009000100001>

ARAÚJO, Kizi M.; ARAÚJO, Paula C.; VOGEL, Michely J. M. *Manifesto por uma política de acesso aberto e melhores práticas de avaliação da ciência*. Brasília, 2024. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ebbc-9/?page_id=913. Acesso em: 6 abr. 2025.

ARCHAMBAULT, Éric. VINGNOLA-GAGNÉ, Étienne; CÔTÉ, Grégoire; LARIVIÈRE, Vincent; GINGRASB, Yves. Benchmarking scientific output in the social sciences and humanities: The limits of existing databases. *Scientometrics*, [S. l.], v. 68, n. 3, p. 329-342, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-006-0115-z>.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A Pós-Graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: SCHWARTZMAN, Simon; BALBACHEVSKY, Elizabeth (org.). *A Pós-Graduação no Brasil*. Brasília: Capes, 2005. p. 19-69.

BEIGEL, Fernanda. Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. *Current Sociology*, Thousand Oaks, v. 62, n. 5, p. 743-765, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392114533977>

BORNMANN, Lutz. Do altmetrics point to the broader impact of research? An overview of benefits and disadvantages of altmetrics. *Journal of Informetrics*, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 895-903, out. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2014.09.005>

BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (ed.). *Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology*. 2. ed. London: Routledge, 2014.

BUFREM, Leilah S.; SILVEIRA, Murilo; FREITAS, Juliana L. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: panorama Histórico e contemporâneo. *P2P E INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 6–25, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2018v5n1.p6-25>.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2024-2028*. Brasília: Capes, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

CANAGARAJAH, A. Suresh. *A Geopolitics of Academic Writing*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.

CAREGNATO, Sonia. E.; VANZ, Samile. A. S. Citações e indicadores de impacto na avaliação de revistas. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 30, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57345>.

CHAN, Leslie; OKUNE, Angela; HILLYER, Becky; ALBORNOS, Denise; POSADA, Alejandro. Contextualizing Open Science – A tiered approach based on the UNESCO Open Science framework. In: *GLOBAL OPEN SCIENCE HARDWARE (GOSH)*

COMMUNITY. *GOSH Open Science Hardware Roadmap: Making Open Science Hardware ubiquitous by 2025*. GOSH, 2020. p. 17–21. Disponível em: <https://openhardware.science/gosh-roadmap/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COPE. Committee on Publication Ethics. *Core practices*. In: Cope, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://publicationethics.org/about/what-we-do/our-story/core-practices>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CREATIVE COMMONS. Licenses list. In: Creative Commons, [S. l.], 2013?. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CROSSREF. About us. In: Crossref, [S. l.], 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.crossref.org/about/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

DOAJ. Directory of Open Access Journals. About DOAJ. In: Doaj, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://doaj.org/about/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

DORA. San Francisco Declaration on Research Assessment. In Declaration on Research Assessment [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://sfedora.org/read/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ELSEVIER. About us. In: Elsevier, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FLOWERDEW, John. Problems in writing for scholarly publication in English: The case of Hong Kong. *Journal of Second Language Writing*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 243-264, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1060-3743\(99\)80116-7](https://doi.org/10.1016/S1060-3743(99)80116-7)

GARFIELD, Eugene. The history and meaning of the journal impact factor. *JAMA*, Chicago, v. 295, n. 1, p. 90-93, 4 jan. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.295.1.90>

HAMEL, Rainer E. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. [S. l.]: AILA Review, 1, 2007. Disponível em: <https://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones/2007%20Han%20Engl%20in%20Science.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

HAMES, Irene. *Peer Review and Manuscript Management in Scientific Journals: Guidelines for Good Practice*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

HELSINKI INITIATIVE. *Helsinki Initiative on Multilingualism in Scholarly Communication*. Helsinki: Federation of Finnish Learned Societies, Committee for Public Information, Finnish Association for Scholarly Publishing, Universities Norway & European Network for Research Evaluation in the Social Sciences and the Humanities, 2019. Disponível em: <https://www.helsinki-initiative.org/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

HICKS, Diana; WOUTERS, Paul; WALTMAN, Ludo; DE RIJCKE, Sarah; RAFOLS, Ismael. Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, [S. l.], v. 520, n. 7548, p. 429-431, 23 abr. 2015. <https://doi.org/10.1038/520429a>

HIRSCH, Jorge E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceedings of the National Academy of Sciences*,

Washington, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 15 nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0507655102>

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O Sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de Educação à proposta do QUALIS único. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1295-1315, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>

LARIVIÈRE, Vincent *et al.* Team size matters: Collaboration and scientific impact since 1900. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 66, n. 7, p. 1323-1332, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23266>

MIGNOLO, Walter D. Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, [S. l.], v. 26, n. 7-8, p. 159-181, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263276409349275>

MOED, Henk F.; HALEVI, Gali. Multidimensional assessment of scholarly research impact. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 66, n. 10, p. 1988-2002, out. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23314>

MOHAMMADI, Ehsan; THELWALL, Mike. Mendeley readership altmetrics for the social sciences and humanities: Research evaluation and knowledge flows. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 65, n. 8, p. 1627-1638, ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23071>

MONGEON, Philippe; PAUL-HUS, Adèle. The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. *Scien-tometrics*, [S. l.], v. 106, n. 1, p. 213-228, jan. 2016. DOI: <http://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>

NIYAZOV, Yuri. VOGEL, Carl; PRICE, Richard; LUND, Ben; JUDD, David; AKIL, Adnan; MORTONSON, Michael; SCHWARTZMAN, Josh; SHRON, Max. Open access meets discoverability: Citations to articles posted to Academia.edu. *PLoS ONE*, [S. l.], v. 11, n. 2, e0148257, fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0148257>

NOTA pública pela valorização dos editores e pareceristas de periódicos. In: Feanpoll: Fórum de Editores da Anpoll, Manaus,

15 ago. 2024. Disponível em: <https://anpoll.org.br/forumeditores/2024/08/15/nota-publica-pela-valorizacao-dos-editores-e-pareceristas-de-periodicos/>. Acesso em: 7 ago 2025.

OLIVEIRA, Terezinha; STECANELA, Nilda; BOUFLEUER, José Pedro. A dimensão formativa do processo de avaliação da pós-graduação: considerações sobre o novo modelo de avaliação da CAPES. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 44, e273292, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.273292>

ORLANDI, Eni P. Ética e política linguística. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-16, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663595>. Acesso em: 7 ago. 2025.

PACKER, Abel L. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. *Ciência, Tecnologia e Inovação*, São Paulo, n. 89, p. 26-61, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i89p26-61>

PACKER, Abel L.; SANTOS, Solange; MENEZHINI, Rogério. SciELO Preprints on the way. *SciELO in Perspective*, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/en/2017/02/22/scielo-preprints-on-the-way/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

PASKIN, Norman. Digital Object Identifier (DOI®) system. In: BATES, Marcia J.; MAACK, Mary N. (ed.). *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2010. v. 2, p. 1586-1592. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.1081/E-ELIS3-120044418/digital-object-identifier=-doi%2C%AE-system-norman-paskin?context=ubx&refId=fa812e94-fad4-4d9e-ac99-d651775ccdf5>. Acesso em: 6 abr. 2025.

PRIEM, Jason; TARABORELLI, Dario; GROTH, Paul; NEYLON, Cameron. *Altmetrics: A manifesto*. 26 out. 2010. Disponível em: <http://altmetrics.org/manifesto/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

RAMÍREZ-CASTAÑEDA, Valeria. Disadvantages in preparing and publishing scientific papers caused by the dominance of the English language in science: The case of Colombian researchers in biological sciences. *PLoS ONE*, [S. l.], v. 15, n. 9, e0238372, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238372>

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. *Clinics*, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-59322009000100001>

SCOPUS. What is CiteScore?. In: Elsevier, [S. l.], Disponível em: https://service.elsevier.com/app/answers/detail/a_id/14880/supporthub/scopus/. Acesso em: 6 abr. 2025.

SEGLÉN, Per O. Why the impact factor of journals should not be used for evaluating research. *BMJ*, [S. l.], v. 314, n. 7079, p. 497, 15 fev. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.314.7079.497>

SILVA, Flavia C. Reflexões sobre o fazer científico e o papel da linguagem no discurso da divulgação do conhecimento. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 47, p. 338-359, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/matraga.2019.39211>

SOMERS, Harold (ed.). *Computers and Translation: A translator's guide*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. (Benjamins Translation Library, v. 35).

SUD, Pardeep; THELWALL, Mike. Evaluating altmetrics: A practical application in information science. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 65, n. 11, p. 2373-2383, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1117-2>

THELWALL, Mike; HAUSTEIN, Stefanie; LARIVIÈRE, Vincent; SUGIMOTO, Cassidy R.; Do altmetrics work? Twitter and ten other social web services. *PLoS ONE*, [S. l.], v. 8, n. 5, e64841, mai. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0064841>

UNESCO. UNESCO Recommendation on Open Science. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_eng. Acesso em: 6 abr. 2025.

VAN WEIJEN, Daphne. The Language of (Future) Scientific Communication. *Research Trends*, [S. l.], v. 31, p. 6-9, 2012. Disponível em: <https://www.researchtrends.com/researchtrends/vol1/iss31/3/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

VOGEL, Michely J. M. *Avaliação da pós-graduação brasileira: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica*. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.27.2015.tde-29062015-150747>

WOUTERS, Paul; COSTAS, Rodrigo. *Users, Narcissism and Control – Tracking the Impact of Scholarly Publications in the 21st Century*. Utrecht: SURF Foundation, 2012. Disponível em: https://www.cwts.nl/pdf/users_narcissism_and_control.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

W3C WAI. World Wide Web Consortium Web Accessibility Initiative. *WCAG 2 Overview*. [S. l.]: W3C, 2018. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

Metrics, visibility, and language: challenges of open science in the evaluation of journals and researchers

ABSTRACT: It analyzes contemporary transformations in scientific communication and research evaluation, with an emphasis on the interplay between the principles of Open Science, evaluation metrics (both traditional and alternative), internationalization demands, and the role of language technologies and policies within the context of Brazilian graduate education, particularly under the influence of Capes. The objective is to critically discuss how these elements are interwoven, highlighting challenges and opportunities for Brazilian journals and researchers seeking to balance quality, international visibility, open access, and local relevance. The approach is theoretical-analytical, grounded in a critical review of the literature on Open Science, bibliometrics, altmetrics, multidimensional evaluation, language policies, and translation technologies, as well as the analysis of reference documents from organizations such as Capes, Unesco, Dora, and the Helsinki Initiative. The findings reveal tensions between the pressure for quantitative metrics and publishing in English, and the ideals of Open Science concerning epistemic inclusion, bibliodiversity, and social impact. The ambivalent role of language technologies is emphasized, as they expand the reach of scientific output but require careful editorial policies to avoid asymmetries. The article advocates for the adoption of more integrated evaluation models, sensitive to diverse contexts and impacts, alongside investments in infrastructure, training, and inclusive language policies. It concludes that building a fairer, more open, and socially engaged scientific ecosystem depends on coordinated actions among institutions, editors, evaluators, and researchers.

KEYWORDS: Open Science; Research evaluation; Scientific journals; Scientific metrics.

ARQUIVOS EM DISPUTA: CONTRADIÇÕES EM TORNO DO ACESSO E DO COMPARTILHAMENTO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

*Guilherme Adorno*¹
*Juliana da Silveira*²

RESUMO: Este artigo propõe analisar a problemática da reprodução, do compartilhamento e do acesso livre a obras protegidas por direitos autorais em espaços digitais, tomando como eixo central a disputa jurídica entre Internet Archive e Hachette. A partir desse caso emblemático, examinaremos diferentes materiais que apontam para uma certa regularidade dessa problemática na sua tensão entre o direito de propriedade e o direito ao conhecimento, ao acesso e à informação. Interessa-nos compreender como esses espaços digitais, por meio de seus dispositivos técnicos e políticos, mobilizam projetos que tensionam os regimes hegemônicos de circulação e arquivamento de textos, regimes tradicionalmente sustentados por editoras, bibliotecas e outros atores institucionais. Além disso, exploraremos como esses espaços constroem, em sua dispersão de proposições e a partir dessas disputas, experiências que permitem não apenas

1 Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Pós doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com bolsa Faperj. Email.: guiadorno1@gmail.com

2 Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem e do Departamento de Comunicação & Artes da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Pesquisadora no Instituto Ânima. E-mail: silveira.juliana@ulife.com.br

a negação, a revisão, ou a reinterpretação de normativas tradicionais na relação com o direito à propriedade, ou o direito ao conhecimento, mas também na relação com experimentações que projetam espaços digitais como horizonte de produção do comum.

Palavras-chave: direitos autorais; acesso aberto; propriedade intelectual; Internet Archive; #conhecimentoédireito.

O estatuto do autor é então um indicador preciso da relação que uma sociedade mantém não somente com seu imaginário coletivo, mas ainda com o imaginário dos indivíduos. De onde as questões seguintes: qual lugar uma sociedade reconhece à criação, qual função ela lhe concede, qual liberdade ela dá ao autor para realizar seu eu, quais sanções ela visa para protegê-lo, em quais condições ela reconhece que um indivíduo pode criar uma obra que pertence somente a ele mesmo, em que ele é o único mestre, e que ele pode até mesmo eliminar? Ainda, nos direitos reconhecidos ao autor, é a posição do sujeito, do poder do sujeito, que está em causa; e é porque o estatuto do autor participa do processo de individuação que é o próprio das sociedades ocidentais³.

Edelman, 2004

Introdução

Em nossas pesquisas sobre a relação entre tecnologias, arquivo e discursividades, temos nos ocupado de questões que nos tocam diretamente e que dizem respeito ao modo como o digital engendra um complexo campos de saberes diversos e heterogêneos, cujas fronteiras estão cada vez mais difusas. Interessa-nos pensar outros modos de produção de conhecimento, que, tendo o digital como horizonte de trabalho, podem ou não serem constituídos

3 Tradução nossa.

como espaços de resistência às políticas capitalistas predatórias ou espaços de adesão ao funcionamento jurídico dominante.

Em trabalhos anteriores, nos dedicamos a pensar essa relação de espaços digitais experimentando modos de formular, circular e constituir sentidos sobre o comum, as comunidades, laboratórios sociais, tecnologias livres, recursos abertos, entre outras noções, tendo como desafio compreender a mobilização ideológica de reprodução-transformação na produção do conhecimento. Sem perder de vista esse horizonte de pesquisa e tendo essa discussão como pano de fundo, propomos, neste artigo, mais especificamente, apontar para uma certa regularidade da problemática da reprodução, do compartilhamento e do acesso livre em espaços digitais a obras protegidas pelos direitos autorais na dispersão de diferentes materiais.

Como fio condutor de nossa discussão, tomamos o emblemático caso do Internet Archive, considerando-o como um espaço digital que se constrói a partir de um projeto político distinto daqueles que sustentam políticas editoriais específicas, tensionando regimes hegemônicos que controlam diferentemente os processos de arquivamento de textos, assim como seus modos de circulação. Buscamos, entre outras coisas, compreender os efeitos materiais de inclusão, exclusão e silenciamento(s), mesmo nos debates que se apresentam como “puramente técnicos” dos espaços digitais, seja incidindo sobre as políticas de indexação, seja sobre os sistemas de busca ou, ainda, sobre as normatizações técnicas desses espaços.

Há, como aponta Adorno de Oliveira (2015), um encontro histórico e litigioso entre o Direito, a noção moderna de autoria e diferentes tecnologias de linguagem. O pesquisador mostra como diferentes tecnologias, como a fotografia, o cinema, a televisão e a internet, cada uma a seu modo, favoreceram o surgimento de problemas diferentes para a instituição jurídica buscar soluções, particularmente em relação aos direitos autorais, como por exemplo: uma máquina fotográfica tem a capacidade de produzir

uma obra? Ou ela é uma simples ferramenta a serviço da pessoa que a utiliza? Quem detém a autoria de uma obra necessariamente coletiva, como a cinematográfica? O diretor? O que cabe de autoria para o cenógrafo, os atores, o *design* gráfico? Perguntas que tiveram de ser respondidas uma a uma em cortes do mundo todo para uma resposta que atendesse às diferentes legislações nacionais, não sem conflitos e equívocos.

Essa construção histórica, marcada por litígios entre tecnologias e legislações, nos ajuda a compreender por que plataformas como o Internet Archive emergem como espaços de disputa: elas não apenas desafiam normas técnicas, mas interpelam a própria noção de autoria sustentada pelo capitalismo.

Trata-se de uma problemática que sempre está a se atualizar. Porém, como explica Adorno de Oliveira (2015), a ideologia jurídica, núcleo duro do Capitalismo, é o elemento dominante desse encontro histórico com as diferentes tecnologias. De certo modo, temos vivenciado a atualização dessas questões em relação às inteligências artificiais generativas: o ChatGPT pode ser considerado um autor de textos ou ele é uma ferramenta a serviço dos usuários? Não só no nível da produção, mas também da reprodução, compartilhamento e acesso a textos, como é o caso trabalhado neste artigo, como veremos a seguir.

Internet Archive e a disputa pelo arquivo: acesso universal vs. propriedade intelectual

Iniciamos nossas reflexões pelo caso Internet Archive. Fundada em 1996, essa plataforma tem como proposta digitalizar e disponibilizar livros, *websites* e mídias, propondo-se uma “biblioteca” com milhões de filmes, livros, músicas e páginas da *web*. Para compreendermos a relação estabelecida pela plataforma com uma “biblioteca”, recorremos ao seu próprio texto de

apresentação, disponível na seção “sobre nós” do *site* oficial do Internet Archive:

O Internet Archive, uma organização sem fins lucrativos, está construindo uma **biblioteca digital** de sites da Internet e outros artefatos culturais em formato digital. **Como uma biblioteca de papel**, fornecemos acesso gratuito a pesquisadores, historiadores, estudiosos, pessoas com deficiências de impressão e ao público em geral. Nossa missão é **fornecer acesso universal a todo o conhecimento**. Começamos em 1996 arquivando a própria Internet, um meio que estava apenas começando a crescer em uso. Como os jornais, o conteúdo publicado na web era efêmero - mas, ao contrário dos jornais, ninguém estava salvando. Hoje temos mais de 28 anos de história na web acessíveis através do Wayback Machine e trabalhamos **com mais de 1.200 bibliotecas** e outros parceiros através do nosso programa Archive-It para identificar páginas importantes da web. [...] Hoje nosso arquivo contém: **835 bilhões de páginas web; 44 milhões de livros e textos; 15 milhões de gravações em áudio (incluindo 255.000 concertos ao vivo); 10,6 milhões de vídeos (incluindo 2,6 milhões de programas de notícias de televisão); 4.8 milhões de imagens; 1 milhão de programas de software. Qualquer pessoa com uma conta gratuita pode enviar mídia para o Internet Archive.** Trabalhamos com milhares de parceiros em todo o mundo para salvar cópias de seu trabalho em coleções especiais. **Porque somos uma biblioteca, prestamos especial atenção aos livros.** [...] Começamos um programa para digitalizar livros em 2005 e hoje digitalizamos **4.400 livros por dia em 20 locais ao redor do mundo**. Livros publicados em ou antes de 1928 estão disponíveis para download, e centenas de milhares de livros modernos podem ser emprestados através do nosso site de **Biblioteca Aberta**. [...] O Internet Archive **atende milhões de pessoas todos os dias e é um dos 300 principais sites do mundo** (Internet Archive, 2025, n. p., grifos nossos)⁴.

4 Todas as traduções deste trabalho são de nossa autoria.

A apresentação que a plataforma constrói para falar de si nos interessa na medida em que formula três relações importantes para nossa discussão. A primeira relação é entre a plataforma e a “biblioteca aberta”, que é, no dizer da plataforma, “como uma biblioteca de papel”. O arquivo digital é, portanto, construído com base em uma memória das bibliotecas físicas. Em segundo lugar, a ênfase na quantidade de matérias que ela armazena e a busca por uma totalidade do arquivo, visando “fornecer acesso universal a todo o conhecimento”; nesse sentido, surge aí nomeações como “biblioteca aberta” e “TV pública”. Aqui, o “todo”, o “universal”, o “aberto” e o “público” se intrincam, a partir de uma relação entre as possibilidades técnicas de um arquivamento massivo que estaria disponível para “qualquer um”.

Queremos, com esse tateamento de descrição e análise da apresentação do Internet Archive sobre si, destacar a imbricação entre uma memória das normatizações técnicas das bibliotecas de papel e as possibilidades técnicas de novas formas de arquivamento de livros. Há também outros produtos e conteúdos, implicando também outros modos de circulação. Essa imbricação nos interessa para compreendermos as contradições em funcionamento nos materiais que tratam da disputa jurídica envolvendo a plataforma.

Em 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, o Internet Archive decidiu alterar as normas de seu programa de empréstimos digitais, o que o tornou alvo de uma ação judicial movida por quatro das maiores editoras de livros dos EUA: Hachette, HarperCollins, Wiley e Penguin Random House, que venceram a ação, o que levou a uma restrição do empréstimo de obras sob *copyright*. Essa disputa faz emergir inúmeros debates sobre, de um lado, a democratização do acesso e, de outro, a proteção de direitos autorais. E nos interessa, sobretudo, porque nos permite analisar como tecnologias digitais, como as que permitem a digitalização massiva de obras, colocam questões para os procedimentos de armazenamento e distribuição tradicionais. Embora se coloque

como uma “biblioteca aberta” e esteja assentado no modelo de empréstimos tradicionais, o gesto de alterar esse sistema de empréstimos no contexto da pandemia acabou por visibilizar a não neutralidade do gesto arquivista, pois permite ver como tal gesto produziu regimes de verdade sobre o que pode ser arquivado, compartilhado ou comercializado.

Cabe ressaltar aqui que a disputa judicial contra a plataforma mirava, prioritariamente, a prática do empréstimo digital controlado (CDL)⁵, pois, embora o Internet Archive tenha se legitimado defendendo e praticando o CDL, em 2023, ao expandir temporariamente o acesso durante a pandemia (via “Biblioteca Nacional de Emergência”), permitindo até 10 mil usuários simultâneos por obra, acabou enfatizando que o modelo é, sobretudo, uma decisão político-jurídico, e não prioritariamente técnica.

O gesto do Internet Archive de criar a “Biblioteca Nacional de Emergência” desafia os modelos tradicionais de arquivamento, ligados às possibilidades técnicas, mas também desafia a propriedade intelectual, ligada às normatizações discursivas e jurídicas de bibliotecas e, sobretudo, de editoras. A comparação com a biblioteca de papel se enfraquece nesse gesto e explicita a tensão produzida por um projeto político que tem por base uma disputa sobre o destino das memórias digitais e direito ao conhecimento. Ao mirar a prática do CDL em sua argumentação, as editoras expõem as formas atuais de controle do conhecimento. Nessa disputa,

5 A prática do Empréstimo Digital Controlado (CDL, do inglês *Controlled Digital Lending*) é um modelo utilizado por bibliotecas e instituições para disponibilizar obras digitais de forma legal e equilibrada, respeitando os direitos autorais. Nele, uma biblioteca digitaliza uma cópia física de um livro que possui em seu acervo e empresta a versão digital a usuários, mantendo um controle rigoroso: o número de empréstimos digitais simultâneos não pode exceder o número de cópias físicas adquiridas. Quando um usuário “retira” o livro digital, a cópia física correspondente é temporariamente indisponível, evitando a distribuição indiscriminada. O objetivo é democratizar o acesso a conteúdos, especialmente em contextos educacionais ou de pesquisa, enquanto se preservam as restrições de *copyright*, baseando-se em princípios de equivalência entre o físico e o digital (Internet Archive, 2025, n. p.).

o que se coloca em cena não é apenas a legalidade de um modelo de empréstimo digital, mas a própria concepção de arquivo, de bem comum e de soberania informacional.

Nesse sentido, concordamos com Pequeno (2020) sobre a importância de olharmos, enquanto analistas, para a forma de organização dos saberes e dizeres visando compreender como os objetos de constituem a partir desse vasto campo que se costuma designar como “tecnologias digitais”:

Tomemos uma biblioteca como exemplo. Os livros de uma biblioteca são organizados a partir de várias categorias lógicas, empíricas e formais. Os livros são agrupados em disciplinas de estudo, em grandes áreas, seus autores dispostos alfabeticamente, e assim por diante. Todo esse trabalho sobre o livro constitui uma coleção de práticas que funcionam no nível da organização. [...] Se olharmos para essas práticas de organização a partir da materialidade histórica na qual se costuram, podemos derivar daí, por exemplo, algo sobre a relação do saber com a forma histórica, o lugar da ciência na sociedade industrial, as formas de produção do saber contemporâneo, o jogo entre as inúmeras práticas científicas heterogêneas e o discurso lógico de univocidade do saber, e assim por diante. [...] Essas formas de organização são frequentemente práticas e objetos de natureza predominantemente técnica (Pequeno, 2020, p. 32).

O modo de organização do Internet Archive intrincando tecnologias de arquivamento digitais e técnicas de biblioteconomia irá operar uma série de divisões e desdobramentos que apontam para os modos como a disputa judicial será discursivizada pela comunidade de leitores e usuários do Internet Archive.

Para melhor compreendermos esses desdobramentos analisamos duas publicações do Internet Archive sobre o caso e, também, os comentários que elas suscitaram.

A primeira publicação diz respeito a uma nota da plataforma, em seu *blog*, intitulada: “O que a decisão Hachette vs. Internet

Archive significa para nossa biblioteca”⁶. Nessa nota, escrita por Chris Freeland⁷, o Internet Archive se posiciona sobre a decisão judicial no caso, afirmando que ela privilegia o controle das grandes editoras sobre a circulação das obras e que isso prejudica não só o Internet Archive, que ainda manterá grande parte de suas atividades, mas, sobretudo, aqueles que não têm acesso às bibliotecas financiadas ou instituições de elite, o que reforçaria a desigualdade no acesso ao conhecimento. A nota é clara sobre a disputa política e reafirma o modelo do Internet Archive, com base no empréstimo digital justo, como uma forma de resistência ao modelo de negócios das editoras que restringe o compartilhamento em nome do lucro (Freeland, 2023).

A nota de Freeland no *blog* do Internet Archive teve 37 comentários⁸ que retomamos em seu conjunto, e dos quais recortamos alguns para nossa discussão. Dos comentários da primeira publicação, destacamos os seguintes:

Comentário 1:

Arquivo salvou **livros mofados** de serem perdidos para sempre – há todo direito de republicar essas obras fisicamente para salvar o mercado que foi invadido com paráfrases prolixas/sem falar sobre isso, **corporações roubaram textos e os usaram para criar Artificial Intelligence, que eles não falam sobre**, mas que dirige tudo – escrutínio governamental/deveria se estender ao orçamento nacional para recuperar cópias físicas desses recursos/ **para que eu possa pagar pela informação que preciso**/e contribuintes de visão longa armazenam

6 What the Hachette v. Internet Archive Decision Means for Our Library. Disponível em : <https://blog.archive.org/2023/08/17/what-the-hachette-v-internet-archive-decision-means-for-our-library/>.

7 Diretor de Serviços de Biblioteca do Internet Archive.

8 Vale destacar que observamos que o espaço de comentários dessa nota foi fechado nos 37 comentários, o que indica que talvez tenha sido um espaço de polêmicas ou ataques, o que geralmente leva à decisão de fechamento para comentários.

essa informação, como um **desafio aos interesses da Indústria**, eles mesmos, pelos próximos duzentos anos, criando uma base eleitoral superior. É hora que o principal .org no país admita/que tem apoio em alto nível. (TM, 2023, n. p., grifos nossos).

Comentário 2:

Acho que a alteração do juiz ao decreto de consentimento e se alinhar com o IA são ótimas notícias. Sério, quem vem aqui para conseguir uma cópia de qualquer daqueles best-sellers comerciais, de qualquer geração? **Nós viemos aqui para obras órfãs, revistas antigas, livros esgotados** que nenhuma editora jamais disponibilizará novamente, etc. Nós viemos aqui por aqueles que o juiz ainda permitirá. Ele deve ter ouvido as críticas! Eu me pergunto quem ou o que chegou a ele? (Jim C., 2023, n. p., grifos nossos).

Esses dois comentários indicam uma tensão entre o direito à informação e a lógica capitalista, uma vez que a preocupação com a perda de obras “mofadas” ou “raras”, “antigas” e/ou “esgotadas” dão visibilidade ao domínio de interesses comerciais não apenas em proteger os direitos de propriedade intelectual mas também de produção da escassez, reforçando as desigualdades. Materializa-se aí um campo de lutas entre “acesso aberto”, “propriedade intelectual” e procedimentos técnicos que oscilam entre subverter a lógica arquivista e de distribuição tradicionais, mas, ao mesmo tempo, sobreviver dentro do sistema capitalista. Ao estabelecer normas de biblioteca para sua distribuição, o Internet Archive reproduz normatizações legais, mas algo falha nessa reprodução da biblioteca de papel. A derrota judicial é sintoma do questionamento que esse projeto gera, uma vez que acaba por interrogar os procedimentos de arquivamento e distribuição e a relação de dependência das bibliotecas com determinações jurídicas e comerciais que privilegiam, antes de tudo, o direito à propriedade, que, por sua vez, sustenta e legitima quem pode “ler o arquivo hoje”.

A segunda publicação recortada trata de uma nota veiculada no perfil do Internet Archive no X, antigo Twitter, em 29 de

dezembro de 2023. Nessa publicação, o Internet Archive anuncia que centenas de bibliotecários, organizações de bibliotecas e entidades sem fins lucrativos manifestaram memoriais de apoio contra a decisão judicial desfavorável ao Internet Archive no processo judicial, defendendo o recurso formulado (Internet Archive, 2023). Esse movimento tinha por objetivo contribuir para que o recurso fosse aceito pelo tribunal, tendo em vista o amplo apoio do setor bibliotecário à causa. A publicação inclui um *link* para matéria no *blog* do Internet Archive, indicando e explicando detalhadamente cada um dos memoriais (Bailey, 2023). Essa publicação se destaca entre as publicações do perfil, sobretudo por apresentar mais comentários. São esses comentários que decidimos ponderar, visando continuar compreendendo como essa disputa é discursivizada, mas, agora, saindo um pouco do campo restrito da comunidade de leitores do Internet Archive e considerando que, no X, ela atingiu um número mais amplo e heterogêneo de reações.

Desse conjunto de comentários, destacamos alguns que apontam para aspectos específicos da disputa judicial e que interessa à nossa discussão observar. Os primeiros tuítes que destacamos apontam para argumentos que se apoiam em uma defesa do conhecimento como bem comum ou, ainda, que reconhecem no Internet Archive um projeto de patrimônio coletivo, à semelhança do imaginário das bibliotecas como guardiãs de uma herança ou patrimônio cultural de uma sociedade. Nesse contexto, há uma repetição de tuítes que recorrem a uma comparação entre o caso do Internet Archive e a Biblioteca de Alexandria, tais como esses que recortamos, a seguir:

Tuíte 1:

“Queima moderna da Biblioteca de Alexandria”
(Renshaw, 2024).

Tuíte 2:

“Soa como a versão digital do que aconteceu com a biblioteca de Alexandria” (Le, 2024).

Tuíte 3:

“É por isso que eu guardo tudo em múltiplos hard drives, vocês fazem um ótimo trabalho mas porra como tem gente que quer queimar Alexandria” (Komissar, 2024).

Tuíte 4:

“Se o Archive cair então @HachetteUS precisa cair logo atrás. Imediatamente sem pausa. Isso significa que TODA E QUALQUER ENTIDADE que faça negócios com eles deve se afastar. Isso é equivalente à queima da Biblioteca de Alexandria” (Based Opinions, 2024).

Ao comparar o caso à Biblioteca de Alexandria, a ameaça ao desaparecimento de documentos históricos, por um lado, e para a importância da preservação do conhecimento, considerado aqui um bem comum, por outro, se sobressai em relação a outros funcionamentos.

Desse conjunto de comentários, também destacamos que um grande número deles ressaltam a “ganância das editoras” e a distorção das leis de *copyright* para a obtenção de lucro. Alguns, ainda, chamam a atenção para táticas e estratégias de combate, sugerindo mobilização coletiva e boicote às editoras. Chamou nossa atenção que, mesmo no X, que costuma ser um espaço polêmico em torno de qualquer temática, os comentários que defendem as editoras são raros e, em geral, chamam mais atenção para os direitos do autor e menos para uma defesa explícita do modelo de negócios das editoras.

O que está em jogo, portanto, não é apenas o acesso a conteúdos, mas a reinvenção das condições materiais de produção do saber. Quando usuários do Internet Archive defendem obras “órfãs” contra *best-sellers* comerciais, eles também estão deslocando o eixo da discussão – da legalidade para a possibilidade histórica de outros regimes de conhecimento.

As metáforas da “Biblioteca de Alexandria”, nesse caso, são sintoma do campo no qual a disputa é engendrada. Pêcheux (2014) alerta para o risco de uma *reprofissionalização* do trabalho intelectual, onde ferramentas técnicas (como bancos de dados unívocos) impõem interpretações únicas. O Internet Archive tensiona essa lógica. Enquanto as editoras buscam a produção do “um”, visando fixar o sentido do conhecimento como mercadoria, usando leis e tecnologias (ex.: ISBN, metadados proprietários) para controlar seu uso, espaços como o Internet Archive, ainda que apelem a tecnologias próprias da biblioteconomia, abrem fissuras ao expor a não neutralidade desses mecanismos de proteção de direitos autorais e de propriedade. Ao se propor, inclusive, a arquivar diferentes materiais, preserva a pluralidade de materiais históricos (ex.: livros esgotados, *memes*, *sites* deletados) e permite leituras não hierárquicas (busca livre, *downloads* ilimitados).

Embora não tenham sido objeto de análise neste artigo, consideramos relevante aqui apontarmos para o fato de que essa disputa ganha novos contornos quando olhamos para outras plataformas em conflitos mais ou menos explícitos com os direitos de propriedade e direitos autorais. Podemos citar, como exemplo, espaços digitais que tentam escapar dessa relação direta com obras e direitos autorais, tais como Wikipedia, e/ou, que as confrontam diretamente, não no sentido de um “equilíbrio”, mas no sentido de uma negação explícita de sua dominação, como é o caso de plataformas como o Sci-Hub.

No caso da Wikipedia, esse confronto se dilui na proposição de uma plataforma colaborativa de produção e edição de saberes, cuja arquitetura técnica e política se estrutura na lógica do conhecimento aberto e livremente editável. Segundo a própria plataforma:

A Wikipédia em língua portuguesa começou em junho de 2001, criada pela Fundação Wikimedia. Como todo o projeto da fundação, busca um mundo em que cada ser humano tenha livre acesso à soma de todos

os conhecimentos. Assim, incentiva que todos editem e tenham acesso a esse conteúdo, na medida em que disponibiliza todo seu acervo sob licenças livres (Wikipédia: Boas-vindas, 2025, n. p.).

Já o Sci-Hub propõe um confronto mais direto e radical ao regime de *copyright*. Fundado por Alexandra Elbakyan, o projeto tem como objetivo romper com os sistemas de *paywall* impostos por grandes editoras científicas, disponibilizando gratuitamente artigos acadêmicos que, em sua maioria, estão sob *copyright*. Elbakyan afirma: “Agora, o objetivo é coletar todos os artigos de pesquisa já publicados e torná-los gratuitos” (Van Der Sar, 2015).

Assim como o Internet Archive, o Sci-Hub também enfrenta uma disputa judicial, após uma ação de milhões de dólares movida pela editora acadêmica Elsevier, uma das maiores do mundo. Ao se manifestar sobre o caso, Elbakyan inverte a ilegalidade, argumentando que “todos devem ter acesso ao conhecimento, independentemente de sua renda ou afiliação. E isso é absolutamente legal. Também a ideia de que o conhecimento pode ser uma propriedade privada de alguma empresa comercial soa absolutamente estranho para mim”.

O Sci-Hub explicita o conflito entre produção pública (frequentemente financiada por universidades e instituições públicas) e circulação privada (gerida por empresas editoriais com fins lucrativos). Isso porque ele utiliza credenciais de universidades para burlar *paywalls* e disponibilizar artigos gratuitamente. Esse modelo é descentralizado e utiliza servidores em múltiplos países para evitar bloqueios. É baseado no anonimato, pelo uso de redes como Tor e criptografia, visando proteger operadores, e, apesar de ser acusado de pirataria, assume a posição de pirata positivamente, obtendo inclusive o apoio de pesquisadores que doam artigos ou usam esses serviços, mesmo em instituições ricas. Tudo isso demonstraria que essas instituições não são só “alternativas”, são sintomas de um sistema em crise (Bodó, 2016).

Se o caso Internet Archive, Wikipedia e Sci-Hub expõem as tensões globais entre propriedade intelectual e acesso aberto, é sintomático que essas mesmas contradições se repliquem em contextos do Sul Global, ainda que com questões locais específicas. No Brasil, onde a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998) é reconhecidamente restritiva, o movimento #conhecimentoédireito mobiliza sentidos que também apontam para a “universalização do acesso”, porém adaptado às especificidades de um Estado marcado por desigualdades educacionais históricas. Aqui, as disputas se dão em um espaço em que a própria noção de “bem comum” será atravessada por assimetrias materiais.

Direito de propriedade vs. direito à propriedade: os limites da conciliação no caso brasileiro

É nessa direção que se torna pertinente olhar para uma certa regularidade da problemática da reprodução, do compartilhamento e do acesso livre em espaços digitais a obras protegidas pelos direitos autorais na dispersão de diferentes materiais, mas que se aproximam discursivamente do litígio jurídico levantado pelo Internet Archive no espaço estadunidense. Trazemos aqui para contextualização o movimento #conhecimentoédireito, uma iniciativa que busca mobilizar a sociedade civil e organizada pela *Coalizão Direitos na Rede*, na demanda de atualizar a legislação autoral brasileira para garantir, segundo o manifesto, maior acesso à informação, cultura e produção científica. Criado em resposta aos entraves da atual Lei de Direitos Autorais – apresentada pelo movimento como uma das mais restritivas do mundo –, a proposta é buscar um equilíbrio entre proteção aos criadores e interesse público.

Destacamos três eixos de atuação do movimento: modernizar a legislação para ampliar exceções educacionais e científicas; promover licenças abertas como *Creative Commons* para obras financiadas publicamente; e conscientizar a sociedade sobre os

impactos da atual lei no acesso ao conhecimento. O movimento argumenta que a rigidez da legislação atual limita atividades básicas de ensino e pesquisa, além de dificultar a preservação de acervos culturais e a produção de materiais acessíveis. Por meio de petições, materiais educativos e articulação política, o #conhecimentoédireito busca uma adequação legal à era digital, onde o conhecimento possa circular com maior liberdade sem desrespeitar os direitos dos criadores. A iniciativa é apresentada como um esforço coletivo para alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais de equilíbrio entre propriedade intelectual e interesse público no ambiente digital. Nessa direção, destacamos alguns recortes:

SD1: Wikimedia Brasil, Coalizão Direitos na Rede e parceiros defendem políticas públicas para ampliar o acesso ao conhecimento e garantir um equilíbrio entre proteção autoral e o direito à informação

SD2: O documento defende que a legislação nacional acompanhe os desafios e oportunidades da era digital, equilibrando a proteção dos direitos dos criadores com o direito da sociedade ao acesso à cultura, à ciência e à informação

SD3: Acreditamos que a LDA deve ser modernizada para equilibrar a proteção dos direitos autorais com o acesso ao conhecimento, em linha com as diretrizes do Pacto Digital Global da ONU, que o Brasil assinou, e outras recomendações globais e locais.

A reiteração desse equilíbrio entre dois elementos mostram um conjunto de paráfrases para cada um dos elementos: de um lado, temos proteção autoral, proteção dos direitos dos criadores e proteção dos direitos autorais; de outro, temos direito à informação, direito da sociedade ao acesso à cultura, à ciência e à informação e acesso ao conhecimento. Não nos deteremos aqui sobre as substituições e sobreposições dos significantes informação, conhecimento, cultura e ciência que também mereceriam uma análise à parte. Chamamos atenção para a forma como as

duas redes parafrásticas são postas em relação: uma dualidade conflituosa, mas com uma proposta de resolução por um equilíbrio. Para avançarmos na especificação desse equilíbrio, remetemos a outro conjunto de sequências:

SD 4: Precisamos de uma legislação que proteja os autores, mas que também garanta à sociedade o direito à informação, fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

SD 5: uma legislação que proteja os direitos dos autores, mas que também permita que o conhecimento circule livremente, incentivando a criatividade e o desenvolvimento social.

SD 6: O manifesto argumenta que os direitos autorais devem ser um incentivo à criação e não um obstáculo ao acesso ao conhecimento.

SD7: a legislação deve ser um instrumento para incentivar a criatividade e a inovação, sem, contudo, restringir o acesso da sociedade ao conhecimento.

Nesse conjunto de sequências, podemos especificar o “equilíbrio” dos elementos em litígio linearizados discursivamente por uma concessão (com o uso de uma conjunção adversativa ou uma construção frasal). A concessão, nesse caso, mostra uma mudança da orientação argumentativa em que há uma hierarquização discursiva dos elementos: um direito deve, minimamente, tensionar o outro.

De certo modo, apesar de algumas diferenças, podemos fazer um paralelo com a compreensão semântica dessa relação estudada nos trabalhos de Veniard (2018, 2020). Segundo a autora, existe um movimento discursivo denominado “dialética do equilíbrio”, que consiste justamente na combinação de dois princípios historicamente contraditórios dentro de um mesmo enunciado. Em sua análise sobre discursos políticos relativos à imigração na União Europeia, a semanticista observa como líderes articulam os valores de “humanidade” e “pragmatismo” – conceitos que,

embora possam parecer opostos, são harmonizados retoricamente no discurso político. Esse mecanismo permite conciliar posições ideologicamente distintas em uma mesma argumentação.

Embora Veniard (2018, 2020) analise discursividades do campo político europeu, sua caracterização semântica da “neutralização do dissenso” nos é particularmente relevante. A autora (2020, p. 42) observa que, tanto na comunicação publicitária quanto política, há uma tendência de apresentar determinado produto ou proposta como solução conciliadora para demandas que, no interdiscurso (Pêcheux, 2009), aparecem como antagônicas. Nosso foco recai precisamente sobre esse mecanismo discursivo que opera a aproximação entre valores com trajetórias históricas distintas, mas que, em contextos específicos de produção, são articulados como pertencentes a uma mesma ordem discursiva – no caso de nossa investigação, essa dinâmica se manifesta na construção discursiva do equilíbrio direitos autorais e direito de acesso ao conhecimento.

Essa dinâmica não é uma novidade histórica. Relacionada com outras discussões sobre a modernização da lei brasileira de Direitos Autorais (Lei nº. 9.610/1998) também pelo advento de demandas do digital, a pesquisa Paula Daniele Pavan (2015, 2016) analisou o litígio entre o “direito de propriedade” e o “direito à propriedade”, destacando como essa tensão se relaciona a conflitos mais amplos entre proteção individual e acesso coletivo à cultura. As análises da autora mostram que, enquanto o direito de propriedade se fundamenta na lógica jurídica tradicional — garantindo aos autores e intermediários (como editoras e gravadoras) o controle exclusivo sobre a exploração econômica das obras —, o direito à propriedade emerge como uma demanda social, impulsionada pelas novas tecnologias, que questiona as restrições ao acesso e defende a cultura como um bem comum.

Por ser um Direito híbrido – direitos morais (autoria da obra) e patrimoniais (aspectos econômicos da obra) – o Direito Autoral acaba dando origem a “diversas

proibições de uso ou reprodução das obras” que se fundamentam no direito de propriedade e, acrescentamos, apagam o direito à propriedade, o direito de utilizar/copiar/acessar as obras (Pavan, 2015, p. 61).

Como explica Pavan (2015), o direito de propriedade está ancorado em uma região de sentidos que privilegia a noção de autoria individual e a mercantilização das obras, sustentada por dispositivos legais que criminalizam práticas como cópias não autorizadas e compartilhamento digital. Esse modelo, embora justificado como forma de proteger e incentivar a criação, acaba por reforçar desigualdades, pois restringe o acesso àqueles que podem pagar, excluindo grande parte da população. Em contrapartida, o direito à propriedade se apoia em discursos que enfatizam a democratização do conhecimento, especialmente no ambiente digital, onde a reprodução e a modificação de obras se tornaram práticas cotidianas. Movimentos como o *software livre* e licenças *Creative Commons* exemplificam alternativas que flexibilizam os direitos autorais, permitindo usos não comerciais e colaborativos.

Pavan argumenta que a proposta de reforma analisada por ela da Lei de Direitos Autorais tenta equilibrar esses dois polos, mas acaba mantendo a primazia do direito de propriedade. Mesmo quando introduz mecanismos para ampliar o acesso, a legislação ainda opera em uma lógica de mercado, onde o consumo regulado é a principal via de participação cultural, ignorando os sentidos mobilizados por algumas práticas digitais que desafiam a noção tradicional de autoria e propriedade.

Pavan (2015, 2016) ressalta que o conflito entre os dois direitos não é exclusivamente uma formalidade jurídica, mas sempre já ideológico. De um lado, a memória institucional, que estabiliza sentidos em torno da propriedade intelectual e da proteção ao autor; de outro, a memória discursiva, que abre espaço para deslizamentos de sentido, impulsionados pelas práticas digitais e por demandas por maior flexibilização. A lei perpetua um sistema que,

embora busque atualizar-se, continua a privilegiar interesses econômicos em detrimento do acesso democrático à cultura.

A tensão entre direito de e direito à propriedade não se resolve por ajustes legais, mas exige um deslocamento dos sentidos de autoria, obra e circulação cultural na era digital – um desafio que permanece em aberto tanto no campo jurídico mais formal quanto na luta ideológica que escapa a essa formalidade.

Considerações finais

A partir da análise do caso Internet Archive e das reverberações discursivas que o cercam, evidenciamos como os regimes de arquivamento, circulação e apropriação do conhecimento estão imersos em disputas políticas, técnicas e ideológicas. A oposição entre direitos autorais e direito ao conhecimento não se apresenta como uma dicotomia resolúvel, mas como uma clivagem que tensiona permanentemente o campo jurídico, as práticas digitais e os projetos de sociedade que se esboçam a partir dessas práticas.

As articulações discursivas em torno da noção de “equilíbrio” – seja na defesa do acesso aberto, seja na tentativa de modernização legislativa – revelam um movimento de acomodação das contradições, mas também denunciam os limites dessa tentativa de conciliação diante de um cenário profundamente assimétrico. A persistência dessas tensões, exige que olhemos para além da letra da lei, atentando para as materialidades técnicas, os dispositivos de organização e os efeitos ideológicos implicados na produção, circulação e controle do saber.

Longe de uma solução definitiva, o que se delineia é a urgência de compreender o digital não apenas como meio mas também como terreno de disputa e invenção. Um terreno onde a memória discursiva, as tecnologias do comum e as formas emergentes de autoria e pertencimento continuam a desafiar as estruturas que historicamente regularam o acesso ao conhecimento.

Nossa análise aponta para um desafio urgente: pensar as políticas do arquivo junto às práticas de digitalização e arquivamento. Não basta considerar as possibilidades técnicas de digitalização e distribuição visando a criação de repositórios abertos se não considerarmos os projetos políticos que definem como, com quem e para quem se produz o conhecimento. A partir das discussões aqui levantadas, uma série de questões surgem ainda como desdobramentos possíveis dessa disputa, considerando nossa relação com as condições de produção contemporâneas:

1. O que acontece quando as IAs (ex.: ChatGPT) treinam em acervos “piratas”? Será esse o nosso próximo campo de batalha?
2. Quais outras filiações de sentido podem ser evocadas para a discussão que possam escapar ou tensionar as formas jurídicas do debate?
3. De que forma as práticas resistentes e as instituições mais progressistas do meio escolar ou universitário podem produzir um deslocamento nos sentidos de acesso ao conhecimento?

REFERÊNCIAS

ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. *Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs*. 2015. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BAILEY, Lila. Friend of the Court Briefs Filed in Internet Archive's Appeal. In: INTERNET ARCHIVE BLOGS. [S. l.], 29 dez. 2023. Disponível em: <https://blog.archive.org/2023/12/29/friend-of-the-court-briefs-filed-in-internet-archives-appeal/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BASED OPINIONS. If the Archive goes then @HachetteUS needs to go right behind them [...]. [S. l.], 4 jan. 2024. 6h27. Twitter: @Based_Opinion_. Disponível em: https://x.com/Based_Opinion_/status/1742840063598231719. Acesso em: 18 abr. 2024.

BODÓ, Balázs. *Pirates in the library* – an inquiry into the guerilla open access movement. [Trabalho preparado para o 8th Annual Workshop of the International Society for the History and Theory of Intellectual Property. Glasgow: CREATE, University of Glasgow, 6-8 jul. 2016]. Amsterdam: SSRN, 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2816925>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDELMAN, B. *Le sacre de l'auteur*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

EDELMAN, B. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Coimbra: Centelha, 1976.

EDELMAN, B. *Tous artistes en droit : une petite histoire de l'esthétique à l'ère des droits de l'homme*. Paris: Hermann, 2011.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 4. ed. Lisboa: Vega, 1997.

FREELAND, Chris. What the Hachette v. Internet Archive Decision Means for Our Library In: INTERNET ARCHIVE BLOGS. [S. l.], 17 ago. 2023. Disponível em: <https://blog.archive.org/2023/08/17/what-the-hachette-v-internet-archive-decision-means-for-our-library/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

INTERNET ARCHIVE. About the Internet Archive. In: INTERNET ARCHIVE, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://archive.org/about/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

INTERNET ARCHIVE. Friend of the Court Briefs Filed in Internet Archive's Appeal [...]. [S. l.], 29 dez. 2023. 17h50. *Twitter*: @internetarchive. Disponível em: <https://twitter.com/internetarchive/status/1740837746632237301>. Acesso em: 18 abr. 2025.

JIM C. *I think the judge's amending the consent decree and going along with the IA is great news* [...]. [Comentário em blog]. 19 ago. 2023. 02h48. 1 comentário. In: FREELAND, Chris. What the Hachette v. Internet Archive Decision Means for Our Library In: Internet Archive Blogs. [S. l.], 17 ago. 2023. Disponível em: <https://blog.archive.org/2023/08/17/what-the-hachette-v-internet-archive-decision-means-for-our-library/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

KOMISSAR ATTRITION VT. This is why I keep everything on multiple hard drives, you guys do great work but fuck do people wanna torch Alexandria. [S. l.], 4 jan. 2024. 16h42. *Twitter*: @KommiAttrition. Disponível em: <https://x.com/KommiAttrition/status/1742995018162331673>. Acesso em: 18 abr. 2024.

LE, Calvin. Sounds like the digital version of what happened to the library of Alexandria. [S. l.], 3 jan. 2024. 18h24. *Twitter*: @calvinle. Disponível em: <https://x.com/calvinle/status/1742658229144821954>. Acesso em: 18 abr. 2025.

PAVAN, Paula D. Acesso à cultura: jogo de forças entre o direito à e o direito de propriedade. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 16, n. 32, p. 50-67, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/10864>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PAVAN, Paula D. O que é uma obra?: entre a estabilidade e o deslize em tempos de internet. *Texto Livre*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 32-45, jul.-dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/1983-3652.9.2.32-45>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RENSHAW, Albert. Modern day burning of the Library of Alexandria. [S. l.], 4 jan. 2024. 2h05. *Twitter*: @Valuable. Disponível em: <https://x.com/Valuable/status/1742774326204715010>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TM. *Archive saved musty books from being lost forever* [...]. [Comentário em blog]. 18 ago. 2023. 19h50. 1 comentário. In: FREELAND, Chris. What the Hachette v. Internet Archive Decision Means for Our Library In: INTERNET ARCHIVE BLOGS. [S. l.], 17 ago. 2023. Disponível em: <https://blog.archive.org/2023/08/17/what-the-hachette-v-internet-archive-decision-means-for-our-library/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VAN DER SAR, Ernesto. Sci-Hub Tears Down Academia's "Illegal" Copyright Paywalls. *TorrentFreak - News*, 27 jun. 2015. Disponível em: <https://torrentfreak.com/sci-hub-tears-down-academias-illegal-copyright-paywalls-150627/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

VENIARD, Marie. Analyse de Discours et Sémantique Discursive : illustration de leurs apports réciproques à travers l'étude du recours aux valeurs dans des discours politiques sur l'immigration. In: FARIA, Joelma P. de; SANTANA, Juliana de C.; NOGUEIRA, Luciana. (org.). *Linguagem, Arte e o Político*. Campinas: Pontes, 2020. p. 21-50.

VENIARD, Marie. La définition européenne de l'intégration des immigrants : définition consensuelle o polémique ? Comparaison entre discours institutionnel européen et discours médiatiques en France. Polémiques et construction de l'Europe, numéro coordonné par Corinne Gobin et Jean-Claude. Deroubaix. *Le discours et la langue* - Revue de linguistique française et d'analyse du discours, [S. l.], n. 10, 2018, p. 147-161. hal-02185992. Disponível em: <https://hal.science/hal-02185992v1/document>. Acesso em: 18 abr. 2024.

WIKIPÉDIA: Boas-vindas. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.]: Wikimedia Foundation, 22 fev. 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 21 abr. 2025.

Contested archives: contradictions in access and sharing of intellectual property

ABSTRACT: This article aims to analyze the issues surrounding the reproduction, sharing, and free access to copyrighted works in digital spaces, taking as its central focus the legal dispute between the Internet Archive and Hachette. Through this emblematic case, we will examine different materials that point to a certain regularity in this problem, situated in the tension between property rights and the rights to knowledge, access, and information. We are interested in understanding how these digital spaces, through their technical and political mechanisms, mobilize projects that challenge hegemonic regimes of text circulation and archiving — regimes traditionally upheld by publishers, libraries, and other institutional actors. Furthermore, we will explore how these spaces, in their diversity of propositions and through these disputes, construct experiences that not only allow for the denial, revision, or reinterpretation of traditional norms concerning property rights or the right to knowledge but also engage with experimental practices that position the digital as a horizon for the production of the commons.

KEYWORDS: Copyright; Open Access; Intellectual Property; Internet Archive; #KnowledgeIsARight.

ARQUIVO DISCURSIVO DAS JUVENTUDES: INTERNACIONALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DO CONHECIMENTO EM MÍDIAS DIGITAIS

Carla Barbosa Moreira¹

RESUMO: Este texto visa apresentar resultados da pesquisa *Arquivo Discursivo das Juventudes: internacionalização de espaços colaborativos de produção-circulação do conhecimento em mídias digitais*, um desdobramento de iniciativas anteriores voltadas para a construção do “Arquivo Discursivo das Juventudes” (ADJuv) no âmbito do Programa de Extensão Pensar Jovem (DEDC/CEFET-MG). A partir de uma perspectiva discursiva (Pêcheux, 1988[1975]; Mariani, 2016), seu objetivo é implementar o ADJuv no exterior, inicialmente em Roma (Itália), com a finalidade de constituir uma rede colaborativa entre diferentes instituições de ensino e pesquisa para a promoção da circulação do conhecimento entre/das juventudes. Assim, a tradução, análise, adaptação e regravação do podcast-piloto “13 de maio” (LITERACAST, 2020), por estudantes universitárias(os) de língua portuguesa como língua transnacional, na Itália, constituem a primeira etapa de um processo de internacionalização de espaços enunciativos de produção e circulação de saberes do Brasil para outros países, e em especial, aqueles com os quais o Brasil vivenciou e vivencia movimentos migratórios e de (des) colonização.

Palavras-chave: Circulação do Conhecimento. Podcast. Carolina Maria de Jesus. Arquivo Discursivo das Juventudes.

1 Professora no Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: professoracarlamoreira@cefetmg.br

Introdução

O objetivo central do projeto reside na investigação de processos e procedimentos para a implementação e circulação do Arquivo Discursivo das Juventudes (ADJuv)² no escopo do Projeto de Extensão Pensar Jovem (DEDC/CEFET-MG), em instituições da Educação Básica e de ensino de português como língua transnacional no exterior. Reconhecemos a crescente relevância das mídias digitais entre as juventudes, com destaque para o podcast, motivação maior para a construção de arquivos colaborativos em redes multilíngues e interculturais. Através da produção e circulação de discursos por/em podcasts, e da ampliação de espaços enunciativos para a constituição do ADJuv - o projeto se propõe a analisar, ainda, os efeitos para a reprodução e ressignificação de imaginários, bem como o processo de ensino-aprendizagem de português brasileiro (PB)³ enquanto língua transnacional.

Assumimos, para isso, a produção de mídias digitais por jovens brasileiros integrantes do Pensar Jovem como constitutiva do ADJuv. Nesta primeira edição do projeto, o podcast-piloto “13 de maio: especial 60 anos do livro “Quarto de Despejo”⁴, de Carolina Maria de Jesus, será interpretado, traduzido, adaptado e regado por jovens estudantes de PB em uma universidade italiana, em Roma. Acreditamos, conforme o que se expõe a seguir, que o modo de circulação de saberes que advém de discursividades em

2 O Arquivo Discursivo das Juventudes (ADJuv) é composto por professores e estudantes extensionistas de quatro instituições de ensino da Educação Básica, sendo 3 de Minas Gerais e 1 do Rio Grande do Norte. A Rede de pesquisa e ensino ADJuv é coordenada por mim e tem a participação do supervisor da pesquisa pós-doutoral em Roma Tre, Prof. Dr. Gian Luigi De Rosa, bem como da Profa. Dra. Luigia De Crescenzo (Roma Tre), da Dra. Bethania Mariani (Universidade Federal Fluminense), da Ms. Vitoria Aurighi, da graduanda Ariane Lucarini e da Dra. Elaine Schmitt (UFSC).

3 Português brasileiro: doravante PB.

4 “13 de maio: especial 60 anos do livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus”: doravante “13 de maio”.

funcionamento em línguas transnacionais e por outras culturas deve inscrever o político nesse outro processo de produção-circulação, colocando em relação não apenas suas condições de produção, mas o modo como língua e sujeito se constituem mutuamente, e como podem interpretados, ressignificados, a partir do sujeito estrangeiro estudante dessa língua.

Fundamentando-nos nos estudos da Análise do Discurso materialista (Pêcheux, 1988[1975]; Mariani, 2016), assumimos, no escopo do projeto Pensar Jovem, em andamento desde 2020, que Arquivos colaborativos interinstitucionais também contribuem para a promoção de uma língua fluida brasileira, de sujeitos e culturas diversas, de temas de relevância social para o Brasil, através de mídias digitais. Vislumbramos, portanto, um terreno de ensino multicultural, transnacional, de circulação de saberes organizados com a finalidade de confrontar os desafios a que se propõe.

Para este texto, apresentamos a discussão empenhada para o cumprimento, entre outros, de um objetivo fundamental: orientar estudantes no processo de interpretação e tradução do objeto discursivo-piloto selecionado para a pesquisa. Outros objetivos do projeto atravessam nossas reflexões, posto que contribuem para uma compreensão mais ampla da pesquisa.

Produzido a partir de uma oficina de Podcast⁵ e intitulado - pelos estudantes do projeto de extensão Pensar Jovem (DEDC/CEFET-MG) - «#Episódio 1 / Literacast ‘13 de maio - o Podcast-piloto nos motivou a desenvolver muitas reflexões acerca de sua

5 A oficina “O que pode um podcast?” foi ofertada pela professora extensionista. Dra. Leila Caeiro, também orientadora de estudantes no projeto. Atualmente, duas alunas da escola pública em que leciona também o integram como extensionistas. A etapa de formação dos extensionistas também contou com a colaboração: do mestrando Júlio César de Oliveira Sardinha, mestrando em Estudos de Linguagens (POSling - CEFET-MG), artista digital e, atualmente, coordenador de design e comunicação audiovisual do CEFET-MG; de Luiza Lages (podcaster do “Histórias de ninar para pequenos cientistas”); e de Stephania Amaral (podcaster do “Feito por elas”). Agradeço pela participação e a todos os demais extensionistas do Pensar Jovem.

produção e circulação. Com potencial formativo e científico⁶, ele é o objeto discursivo central para a investigação. Desse modo, o espaço enunciativo digital do Pensar Jovem⁷, estabelecem-se juventudes em diálogo e em produção colaborativa, contribuindo não apenas para a circulação do conhecimento (Carvalho *et al*, 2022) em via de mão dupla e para a internacionalização das discussões, mas também para o próprio ensino do PB em contextos interculturais e multilíngues.

Diretrizes teórico-metodológicas

A regravação da versão em italiano será realizada com intervenções de adaptação, visando garantir a expressividade e a pertinência sociocultural para o público-alvo jovem na Itália. Contudo, as estudantes de Roma Tre envolvidas nesta etapa tiveram, antes, encontros com a pesquisadora⁸, que visou colocá-las em contato com questões basilares da Análise do Discurso materialista em relação aos objetivos da pesquisa. Estas noções, acredita-se, podem contribuir para que o processo de interpretação, tradução, adaptação para o italiano, bem como sua regravação, constituam um outro objeto discursivo e não se confunda com uma simples tradução. Assim, as etapas de execução da primeira fase do projeto incluem também a orientação de estudantes de PB como língua transnacional⁹.

6 No texto citado, as autoras e extensionistas afirmam que o objetivo primordial do projeto de extensão é contribuir para a formação acadêmica, científica e cidadã dos alunos da Educação Básica, na rede pública de ensino de Minas Gerais. A partir de 2024, a expansão dessa colaboração se efetivou com a participação da Escola Estadual Barão do Rio Branco, Parelhas (RN).

7 Confira detalhes do projeto de extensão Pensar Jovem (DEDC/CEFET-MG) e do Arquivo Discursivo das Juventudes em: <https://pensarjovem.com/arquivos-da-juventude>.

8 Esclarecemos que a expressão a pesquisadora do projeto é também a coordenadora do projeto de extensão Pensar Jovem.

9 Em uma próxima fase do projeto, passaremos às reflexões teórico-metodo-

Empenhamos, para os objetivos que aqui apresentamos, gestos de leitura de uma obra autobiográfica em forma de diários escritos em cadernos, de uma escritora “incomum” na década de sessenta, no Brasil. Uma mulher considerada fora do (seu) lugar, improvável sequer de produzir conhecimento ou - ainda mais improvável - fazê-lo circular. Uma mulher, não branca, mas negra; uma mãe solteira com três filhos de diferentes pais; uma moradora da favela do Canindé (São Paulo, Brasil); essa escritora que frequentou apenas dois anos de escola teve sua obra traduzida para 16 idiomas, chegando ao topo das obras mais vendidas no Brasil¹⁰. O Podcast-piloto, “13 de maio”, foca nos dias 13, 15 e 16 de maio, nos quais, a fome e a vida de Carolina Maria de Jesus na favela constituem o que os extensionistas do Pensar Jovem selecionaram como um saber que deve circular.

O processo de edição da obra de Carolina foi feito pelo jornalista Audálio Dantas, quando a encontrou sentada no passeio, perto de uma pracinha. Conforme o autor, foi feita a supressão de trechos relativos a 20 cadernos¹¹ e mantida a escrita “original” em relação aos desvios da norma-padrão, ou em termos linguísticos, buscando-se garantir uma variedade do PB. Em termos mercadológicos, contudo, essa decisão foi recorrentemente vinculada a estratégias que visavam transformá-la em um produto de espetacularização para a mídia e para o público. Assim, uma das questões que surgiram dessas discussões entre a pesquisadora e os estudantes de Roma Tre envolvidos nas atividades e as estudantes

lógicas para realizarmos a legendagem do podcast, que objetiva analisar gestos de edição (Moreira, 2024) do Podcast “13 de maio” em PB e o modo de circulação dessas discursividades, considerando-se estudantes em escolas italianas da Educação Básica e os estudantes de PB como língua transnacional.

10 Na Itália, a primeira tradução da obra foi realizada por Lidia Roccavilla, com prefácio do escritor italiano Alberto Moravia. Confira em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto di dispeggio*. Tradução de Lidia Roccavilla. Prefácio de Alberto Moravia. Milano: Valentino Bompiani, 1962. 249 p.

11 Confira: JESUS, C. M. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Edição Comemorativa. São Paulo: Ática, 2020. 264 p.

participantes do projeto¹² envolve a necessidade de reflexão sobre o modo de se apropriar e colocar em funcionamento essa discursividade e esses sentidos em italiano, por outros(as) sujeitos e em outras condições de produção - históricas, socioculturais e econômicas, para pontuar o mínimo.

Alguns aspectos foram fundamentais para lidar com os diversos saberes em circulação a partir da reflexão anterior. A concepção do PB como língua transnacional; o gesto de leitura do arquivo das estudantes antecipado pela mediação da pesquisadora, no que se refere à apresentação da obra e do projeto; a discussão acerca da circulação do conhecimento em perspectiva discursiva e materialista e enquanto prática discursiva em perspectiva decolonial.

De partida, mobilizamos, assim, Zoppi-Fontana e Diniz (2008), ao refletirem sobre o português brasileiro em um espaço de enunciação ampliado e transnacional. Os autores analisam o processo de constituição do imaginário de língua nacional e o modo como a produção do conhecimento passa a ser significado. Com eles, interrogamos a constituição de saberes nessas práticas discursivas de interpretação, tradução, adaptação e regravação, colocando em circulação outros saberes, como o saber metalingüístico do português brasileiro, configurando não apenas imaginários, mas as formas das sociedades. Mobilizamos, também com os autores, a citação de Orlandi, para pensar no podcast original em português e em italiano.

Nas palavras de Orlandi (2001a, p. 9) enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, ou o ensino e seus programas, assim como as manifestações literárias são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história

12 Agradeço à estudante de PB Vitória Aurighi pela participação na etapa de discussão e tradução do Podcast “13 de maio”, e à estudante Arianna Lucarini, na etapa de adaptação, discussão e regravação.

e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da **constituição dos sujeitos, da sociedade e da história**. [Zoppi-Fontana e Diniz, 2008, p. 8, grifo dos autores]

Do mesmo modo, a determinação das condições de produção para o Podcast-piloto e para sua versão italiana impõe consequências para a produção-circulação dos saberes aí em funcionamento. Para procedemos à ampliação e movimentos na ordem discursiva do arquivo com a internacionalização do ADJuv, e especificamente, com instituições de ensino e culturais na Itália, temos encontrado abertura para circular e/ou ressignificar memórias discursivas acerca de diferentes temas-problema brasileiros: sociais, políticos, culturais, artísticos, educacionais, científicos, ambientais, entre outros. Essa abertura, porém, inicialmente era uma incógnita, tanto para a pesquisadora brasileira quanto para os pesquisadores italianos participantes da Rede ADJuv¹³. São questões de ordem da política e do político na relação entre língua, sujeito e Estado, com as quais precisaremos lidar.

A consolidação e a institucionalização dessa circulação diz respeito também à socialização do conhecimento (Grigoletto e Mariani, 2020) da rede ADJuv. O que significa circular saberes de um outro país, cultura e sujeitos históricos, em escolas, centros linguísticos de ensino de PB e universidades? Na entrevista feita pelas autoras (2020) com a teórica Eni Orlandi, ela destaca a importância da ética e do político para quem produz e socializa conhecimento. Perguntamos, assim: Como se constituem esses saberes e o que materializam, em uma outra ordem discursiva, em

13 A Rede ADJuv é constituída por pesquisadores de diferentes instituições nacional e internacional, bem como professores da Educação Básica. Está em andamento a formalização de colaboração com escolas italianas e dois centros linguísticos de ensino de PB. O objetivo é que professores e pesquisadores possam discutir os modos de produção-circulação do Arquivo Discursivo das Juventudes (ADJuv), ao mesmo tempo em que formulam questões de investigação para suas pesquisas.

outro espaço enunciativo? E o espaço enquanto território, onde são produzidas, discursivizadas, institucionalizadas, formas de existir e significar... o *outro*?

Postas essas questões, neste segundo momento também retomamos uma questão anteriormente apresentada, a da “originalidade” da escrita da obra-base do Podcast “13 de maio”. Ela constitui, inclusive, uma polêmica acerca da edição brasileira de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2020): não teria sido ela mesma, mas o jornalista editor. Embora não seja este um objetivo específico da pesquisa, estamos diante de condições de circulação em que precisamos nos posicionar, trabalhando o modo como a língua e o conhecimento em circulação se historicizam em espaços enunciativos - ainda não informatizados no momento - de instituições italianas, mas também: que saberes devem circular. Afinal, essa escritora não é homem, não é branca, não teria instrução nem compõe a classe social privilegiada no contexto literário brasileiro. Lugones (2020) afirma que fica invisibilizada a situação violenta da mulher de cor se pensada apenas como uma parte do que passam as mulheres (brancas) e os negros (homens). A separação categorial seria a separação de categorias que são inseparáveis.

Nossa abordagem discursiva propõe que o analista do discurso se responsabilize pela constituição de sujeitos e sentidos, pelo que - *quem* - pode correr o risco de ser silenciado ou por essa língua fluida, no processo de produção-circulação do “13 de maio” em italiano. Retomaremos este ponto. Mas, de todo modo, a pesquisa que aqui apresentamos também segue a proposta desestabilizar o “consenso do multiculturalismo” (Pfeiffer, 2011) - na medida em que a diversidade e os conflitos entre diferenças demandam que os sujeitos - no caso, estudantes de PB como língua estrangeira - e inicialmente, na Itália - em seus gestos de leitura do arquivo, responsabilize-se por sua posição na história e no social.

Com esta Pfeiffer (2011) nos interessa refletir sobre o modo como, “no ensino da língua portuguesa (com seus instrumentos

como a gramática, a literatura e mais atualmente a mídia em geral), vemos o trabalho do Estado (não se trata aqui do nível intencional) de homogeneizar sentidos” (Pfeiffer, 2011, p. 150), produzindo o consenso e apagando a diversidade; “produzindo na escrita o efeito máximo da unidade consensual” (*idem*, p. 150).

A circulação do ADJuv - a sistematização de processos para essa circulação - poderá expor, entre outras direções, confrontos entre relações culturais e sociais. Isso porque serão colocados em funcionamento outros gestos de leitura nas instituições italianas, dos quais advirão outras histórias, memórias e imaginários sobre ‘o’ Brasil, sobre as relações entre o Brasil e a Itália, sobre ‘as’ juventudes brasileiras e ‘suas’ temáticas sociais, culturais e científicas.

Orientações teórico-metodológicas

Filiada à perspectiva materialista da Análise do Discurso, assume-se, com Pêcheux (1988[1975]), que as palavras ou expressões mudam o sentido conforme a posição de seus enunciadorees. O objeto de pesquisa mais amplo que se apresenta, o ADJuv, não é meramente uma reunião de produtos de mídias digitais, mas constitui-se como um arquivo enquanto discursividades reunidas em torno de uma tema, de uma questão.

Nessa perspectiva, a expressão ‘arquivo discursivo’ está sendo aqui compreendida discursivamente como um trajeto de leitura em torno de um mesmo tema, configurando uma rede de sentidos, produzindo diferentes ‘efeitos de arquivo’ e de memória (Guilhaumou, 1997). A investigação do ADJuv se implica, desse modo, com a compreensão dos modos de circulação do conhecimento a partir das formulações do intradiscurso na relação com o interdiscurso em instituições escolares e culturais no exterior.

A partir de Orlandi (2001), assume-se que as condições de produção do ADJuv para circulação internacional orienta outros processos de (re)produção-circulação desse arquivo,

considerando suas especificidades, principalmente a partir do modo de sua institucionalização e da injunção em à relação língua, sujeito e história ao qual se vincula. A esse procedimento, acrescenta-se a noção de ‘lugares de enunciação’ (Zoppi-Fontana, 2003) para analisar as condições específicas de produção-circulação dos objetos discursivos na Itália, tendo em vista os diferentes ‘regimes de enunciabilidade’ que se impõem na ordem dos acontecimentos.

Citando Guilhaumou (1994), Zoppi-Fontana (2003) propõe o trajeto temático como dispositivo de leitura, colocando em “estado de dispersão” enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes. Para a produção-circulação do ADJuv na Itália, esses são procedimentos analíticos que temos privilegiado, tomando em conta as noções de lugares de enunciação e trajeto temático (Zoppi-Fontana, 2003), a fim de analisar, através de procedimentos teórico-metodológicos - as diferentes determinações, imaginários e funcionamento das materialidades significantes e seus modos de leitura com a circulação do ADJuv na Itália.

Fortalecendo esta abordagem teórica, Mariani (2020, p.6) afirma que toda produção de conhecimento é resultado de um processo histórico, político e ideológico. Nestes termos, refere-se ao funcionamento e aos efeitos das tecnologias digitais e de linguagem em relação à circulação dos discursos de produção do conhecimento no meio virtual (Mariani, 2020, tradução minha). Nesta esteira, aponta, enquanto inscrição do político na ordem do discurso digital, para um funcionamento afetado por ‘quem’ domina ou detém os aparelhos de poder e que fazem circular discursos de um modo e não de outro, produzindo efeitos para o processo histórico de constituição da memória coletiva.

Contudo, clivagens resultantes de gestos de interpretação diante de um *corpus*, em nosso procedimento de análise, encaminham práticas que alteram a maneira de ler o arquivo. Esse movimento analítico se justifica mediante as condições históricas e

políticas que as sociedades atuais vivenciam, como as juventudes que, frequentemente, se situam entre os dissidentes de uma discursividade em que “todos” é cada vez menos e mais monolíngue. Em referência a Mariani (2016), o gesto de leitura empenhado no arquivo é que o constituirá em relação a uma prática discursiva.

Para a pesquisa em andamento, essa abertura não significa, portanto, acréscimo de estudantes, escolas e pesquisadores produzindo, analisando e fazendo circular podcasts. Significa que sujeitos, em suas relações interculturais, ao interpretar os sentidos de diferentes modos, materializam essa *relação ao Outro*, “polemizando” as diferentes maneiras de ler, os movimentos dos sentidos que os reporta à interpretação em relação à história.

Nós nos assujeitamos sempre de alguma forma; mas também estamos, nesta reflexão, em um processo lento de transformação, como propõe a própria produção de saber. Questiona-se, assim - e é preciso formular outras inquietudes, do ponto de vista teórico e prático - o que também produzimos e como; como nos posicionamos a fim de colocarmos um saber em circulação e quais sentidos atribuímos a ele, e a partir daí como nos - uma rede, um “nós” mais plural - responsabilizamos. E também os estudantes, jovens divulgadores, em uma postura ética (Mariani *et al*, 2021), ao atuarem no reconhecimento e afirmação de políticas de administração de arquivos, editoriais, nas mais diversas instituições e espaços digitais de enunciabilidade.

Nessa direção, o trabalho de descrição-interpretação na Análise do Discurso de vertente materialista orienta para a descrição como parte da tarefa do analista de organização e caracterização do *corpus*, as especificidades de suas condições de produção-circulação. E, dessa abordagem, resulta a pergunta: o que significa ampliar, ou abrir, espaços de enunciação? Seria essa uma forma de tensionar os modos de dominação e desterritorializar os territórios, sujeitos e o modo como se responsabilizam pelo acesso, pela democratização do conhecimento? De acordo com a Unesco (2021), acerca da Ciência Aberta:

A ciência aberta pode ser compreendida como um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico *multilíngue*, tornando-o acessível e reutilizável para *todos*, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional. Abrange *todas* como disciplinas científicas e *todos* os aspectos das práticas acadêmicas, incluindo ciências básicas e aplicadas, ciências naturais, sociais e humanas, e se baseiam nos seguintes pilares-chave: conhecimento científico aberto, infraestrutura científica aberta, comunicação científica, envolvimento aberto dos sociais e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento (Unesco, 2021).

No presente encaminhamento analítico, o gesto de interpretação do analista interroga o modo como se produz, como se formula e circulam os objetos discursivos, bem como são significados os recursos técnicos que subjazem a discursividade do/no arquivo. No Brasil, essas questões são pertinentes não apenas para o ADJuv, mas para toda extensão universitária e divulgação científica.

Isso exposto, e em conformidade com essa inscrição teórico-metodológica, foi proposto a estudantes da graduação e mestrado (Roma Tre) a escuta do Podcast leitura do conto '13 de maio' (Pensar Jovem, 2021) e a leitura dos fragmentos relacionados da obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus (Jesus, 2022). Posteriormente, foi feita uma discussão, abrindo questões de língua, sujeito e história, e sobre como estas questões implicam no processo de tradução, adaptação e regravação do podcast em italiano.

Para dar alguma visibilidade à estrutura do arquivo em termos de organização do espaço enunciativo digital/site Pensar Jovem, o objeto de pesquisa do ADJuv se inicia com a circulação do Podcast-piloto, assim identificado:

1. Tema: Raça, racismo, antirracismo; 1.1 Literatura Afrobrasileira; 2. Mídia: Podcast; 2.1 Podcast-piloto - Episódio #001/Literacast '13 de maio: especial 60 anos do livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus. (Objeto discursivo Episódio #001), produzido por extensionistas da educação básica, graduação e pós-graduação em Estudos de Linguagens (CEFE-T-MG); 4- orientação de circulação: do Brasil à Itália; Espaço enunciativo colaborativo do Arquivo: site www.pensarjovem.com, escolas e centros linguísticos italianos, plataforma Spotify: <https://open.spotify.com/episode/1P5kVx5Gpoqqh7T6bCxz1O>.

De acordo com as extensionistas do Pensar Jovem Carvalho *et al* (2022), a circulação do Podcast em outros espaços enunciativos, formais e informais, permite ao estudante 'pensar por si mesmo'. As autoras inscrevem o referido conto no âmbito do gênero literário, mas lembram que a discursividade que o atravessa é permeada pela memória, por um relato autobiográfico que produz efeitos de resistência.

Saberes em circulação: efeito de dominação, efeito de resistência

Aqui reside a potencialidade da mídia digital Podcast, incluindo a produção de um videocast e a legendagem em diferentes línguas, como modo de ampliar a circulação do conteúdo nas instituições de ensino e centros linguísticos que têm o PB como língua estrangeira, ou como aqui nos interessa mais especificamente, como língua transnacional. Essa é a segunda fase do projeto: analisar os efeitos de produção-circulação de um Podcast com possíveis inserções de imagens selecionadas por esses estudantes de PB, através da edição de legendas ou de notas explicativas.

Algumas razões justificam essa empreitada. Para a Análise do Discurso materialista, a "seleção" discursiva não é uma prática isenta da interpelação ideológica. Pelo contrário, ela requer

um gesto de leitura do arquivo que interroge os sentidos naturalizados, os ‘já-lá’ de um país distante, enquanto discursividades enquanto produto-exportação, ou enquanto discursividades encaixotadas em um ‘já-aqui’ de imaginários e estereótipos sobre o Brasil, seus sujeitos e “a” sua língua - a imaginária, da gramática e do colonizador.

Orlandi e Souza (1988), em sua definição, aproximam a língua imaginária da norma padrão, reconhecendo-a como língua-sistema, normas, coerções, língua-instituição, língua histórica, enquanto a língua fluida seria aquela inscrita e constituída na história, em movimento, que não se pode ser regulada por um sistema e normas. Portanto, interessa-nos compreender as tomadas de posição desses estudantes de PB como língua transnacional.

Dito de outra forma, nesse processo de (re)tomada da língua do outro em movimento - do PB no Podcast - em *relação ao* italiano, legendado, em outras condições históricas e sociais de produção, não apenas consideramos as adaptações, substituições, supressões e explicações gramaticais e semânticas do PB, como estamos atentos aos desafios de uma interpretação que se responsabilize pela divisão dos sentidos e do(s) sujeito(s) que vão se constituindo ou sendo silenciados por esses gestos de análise.

As atividades desenvolvidas com estudantes do mestrado, ou *laurea magistrale*, em Roma Tre¹⁴, e a discussão que se deu posteriormente, com duas discentes - graduação e mestrado - focam na obra «Quarto de Despejo» de Carolina Maria de Jesus e no podcast piloto «13 de maio». As principais questões levantadas giraram em torno da constituição do sujeito na escrita autobiográfica de Carolina, das tensões entre a língua padrão e as variantes linguísticas presentes na obra, e dos possíveis efeitos de sentido na tradução e regravação do podcast por jovens estudantes de PB como língua transnacional.

14 Os encontros ocorreram na disciplina de Língua Portuguesa (Laurea Magistrale), do Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Straniere.

A pesquisa de Braccini e Faggion (2002) nos traz aspectos relevantes. A análise buscou compreender, entre as línguas de partida e de chegada, como aspectos culturais presentes em uma dada obra literária dependem de decisões de seus tradutores, assumindo, com Venutti (1995), que elas podem ser mais ou menos domesticadoras ou mais estrangeirizadoras. Ainda que seja uma questão que nos interessa para outro momento da pesquisa, pretendemos trazer aqui algumas semelhanças a partir do que os autores discutem a seguir.

Conforme indicam os exemplos apresentados, verificou-se que, nas notas de rodapé acrescentadas ao texto traduzido, Bagby Jr., o tradutor estadunidense, nem sempre conseguiu transmitir para o leitor de língua inglesa os aspectos sociais que estavam por trás da linguagem utilizada no Brasil, como no caso das notas relativas aos vocábulos “preto” e “sinhá-moça”, que têm relação direta com a escravidão no país, mas para os quais Bagby Jr. não estabeleceu tal relação. Scott-Buccleuch, o tradutor britânico, no entanto, mostrou ter preferência por incluir informações adicionais no próprio texto traduzido. Bagby Jr. tende a acrescentar informações para os leitores de língua inglesa, inscrevendo-se no texto de forma bem visível. (Braccini e Faggion, 2022, p. 92).

De fato, os autores afirmam que “as notas de rodapé, ou inserções, adicionadas às duas traduções, poderiam ter essa função de dar visibilidade aos marcadores culturais e, consequentemente, ao tradutor, o que não ocorre” (*idem*, p.93). Muitas vezes, não há esse objetivo, ou mesmo, não há garantias diante da tentativa de delimitar os sentidos, mas há caminhos possíveis para que estes se constituam sob a premissa metodológica para a análise do venho compreendendo como *sujeitos em relação de composicionalidade*.

Lagazzi (2010) propõe a composicionalidade - *composição material* - para discutir o trabalho de descrição-interpretação das materialidades significantes. Assim, além da forma e da estrutura,

reconhecemos um processo contraditório que articula - na medida em que os estudantes de PB tomem posição nesse batimento presença-diferença - outras materialidades significantes: palavras, imagens, sons, gestos. Interrogamos o processo de produção-circulação do podcast em italiano com essas premissas. Como caminho, temos discutido se poderiam ser mobilizadas e quais seriam as notas adicionais, explicativas, ou como textualizar essas inserções. No caso de um videocast, com *imagens* - que poderiam de ser Carolina, da favela do Canindé, dos barracos, etc. -, desse *outro* Brasil, *outro* sujeito, ressignificado, mas lá.

A partir dessa abordagem, tomamos o discurso de Carolina - desse sujeito que fala antes e que demanda interpretação - em *relação a um outro* - estudantes de PB que, em seus gestos de leitura, se posicionam não de um modo a produzir efeitos de silenciamento, mas buscando pontos de deriva para que a diferença se inscreva nessa *outra* língua, “estrangeira”¹⁵, em outras condições de produção, de história e relações de poder.

Celada (2010) explora o ensino de espanhol no Brasil, destacando as especificidades dessa língua como «estrangeira» para os falantes de português. Destaca o modo como a memória discursiva e as relações de poder envolvidas nesse processo produzem consequências para a construção de subjetividades e identidades linguísticas em contextos de ensino de línguas estrangeiras. Em relação ao PB como língua estrangeira na Itália, as relações de imigração entre os dois países, os acordos - incluindo os de ordem política -, as políticas linguísticas para o ensino de PB na Itália, também contribuem para a construção de subjetividades e estabelecimento de relações de poder.

Contudo, buscamos não perdermos de vista, nessa inscrição metodológica, as políticas de língua nesse processo. Para Orlandi

15 Com as aspas, queremos aqui marcar os efeitos de sentido do verbete “estrangeiro” para a reflexão, marcando a diferença e os pontos de deriva na língua do *outro*.

(2001), quando se define o modo de acesso a uma língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos linguísticos – pela leitura das publicações, pelos rituais de linguagem, pela legitimidade dos acordos, entre outros, praticamos diferentes formas de política da língua. É com essa abordagem, também, que formulamos, como objetivo específico, a criação de espaços enunciativos colaborativos através das mídias digitais.

Avanços com retomadas

Trazemos, neste tópico, uma abordagem descritiva da pesquisa em desenvolvimento. Foram realizados dois encontros com os estudantes do mestrado em Roma Tre, nos quais os estudantes aprofundaram a leitura comparativa entre a edição brasileira e a italiana de «Quarto de Despejo»¹⁶. A análise se concentrou nas «tensões de variantes» da língua. Buscaram, assim, identificar os possíveis efeitos de sentido decorrentes do que poderia ser considerado desvio da norma culta em PB, contrapondo-o a possíveis equivalentes ou ausências na tradução italiana.

A dificuldade inicial dos estudantes em responder a questões sobre as consequências das supressões textuais para a construção do sentido, ou de sentidos possíveis para a palavra «batucada», na versão italiana, indica algumas complexidades de apreender essa relação entre sujeito, língua e sentido, de uma perspectiva materialista. Não se pode desconsiderar que a atenção foi direcionada também às condições de produção de uma escrita autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, bem como ao objetivo de retratar a realidade da favela e a questões de raça, gênero e classe. A análise do uso do itálico na edição italiana, inclusive em palavras como «favelas», consideradas de conhecimento geral pelas estudantes, suscitou reflexões sobre as decisões editoriais da referida edição e seus impactos na percepção do texto por leitores italianos.

16 Confira em: “La stanza dei rifiuti e altre opere”, da Editora Ática, 2021.

A discussão reiterou a necessidade de considerar a língua como materialidade sociocultural no processo de tradução do podcast piloto, buscando garantir a presença do sujeito de linguagem de Carolina Maria de Jesus na versão italiana, conforme apontado nas questões norteadoras propostas. A identificação de verbetes e expressões como «favelada», «mulher negra» e «catadora de papel» reforçou a importância de um trabalho intercultural e histórico na circulação do conhecimento entre Brasil e Itália.

Pensando na (re)produção e (re)significação dessa sequência didática a partir da versão italiana do podcast - que terá como extensionistas duas jovens estudantes italianas engajadas no projeto de tradução, discussão, adaptação e regravação - uma pergunta se formula no pós-projeto: *Quais novas associações e relações temáticas poderão surgir a partir de suas vivências socioculturais e de seu contato com a obra de Carolina Maria de Jesus e com as discussões sobre raça, classe e gênero, que se podem inferir no podcast?*

A liberdade de mudança na regravação da versão em italiana contribui para que suas vozes e perspectivas singulares ressoem no novo objeto discursivo. A própria noção de «extensionista» aqui ganha uma nuance transcultural, referindo-se ao engajamento das estudantes italianas na expansão e reinterpretção de arquivos discursivos em um novo contexto linguístico e cultural, em outras condições de produção e circulação. Ao pensarmos na circulação desse saber ressignificado, o espaço geográfico e outros aspectos acerca da decolonialidade se tornam pertinentes.

Haesbaert (2021) desenvolve, em sua obra, a intrínseca ligação entre poder e território, compreendido não apenas como espaço de dominação, mas também de resistência. A produção e a circulação do ADJuv, enquanto arquivo digital, na Itália, e a sua (re)produção por jovens italianas implicam um deslocamento não apenas geográfico, mas dos espaços enunciativos, na perspectiva da inter(trans)culturalidade que inevitavelmente afetará os sentidos e as memórias discursivas mobilizadas.

(...) Nesse sentido, o pensamento descolonial contribui para que se fortaleçam essas categorias da prática a partir da valorização de outros saberes-poderes e vinculadas às práticas populares. Desta forma, o território não se restringe, como vimos, a uma relação entre espaço e poder centralizada na figura do poder hegemônico, estatal e/ou empresarial. Envolve todas as dinâmicas de r-existência moldadas pelos grupos subalternos. Mas a práxis ou o diálogo de categorias teórico-práticas não é nada simples. Não se trata, é óbvio, simplesmente de ouvir e ainda (tentar) agir com e, assim, reproduzir o olhar do Outro. Algo da singularidade da perspectiva de cada interlocutor sempre permanece e é justamente ela que pode desafiá-lo e enriquecer outra vez o processo de conhecimento. (Haesbaert, 2021, p. 237-238).

O saber ressignificado, *outro*, que emerge dessa versão italiana nos afeta na medida em que confronta nossos próprios imaginários sobre o Brasil, sobre as relações interculturais e sobre as experiências das juventudes. A circulação desse conhecimento em novas condições de produção e em outros espaços enunciativos permite a emergência de outras histórias, memórias, contribuindo para uma compreensão mais complexa e pluralizada dos temas abordados e das próprias formas de constituição do sujeito e do saber em contextos em que há interculturalidade.

Assim, podemos nos referir aos efeitos de produção-circulação considerando-se as fronteiras móveis que tensionam palavras como "raça" em sua historicidade na Itália, orientando o trajeto temático (Guilhaumou *et al*, 2016) *racismo*, cuja relação *língua, sujeito e história* contribui para inscrevermos a contradição no processo de interpretação, tradução, análise e dos gestos de edição (Moreira, 2024)¹⁷ para as decisões de gravação do Podcast em italiano.

17 Cf. Moreira (2024): "Gestos de edição e inteligência artificial na circulação do conhecimento: censura e resistência".

Um trajeto cuja constituição histórica dos sentidos é tensionada diante de outros efeitos de sentido para “abolição”, “preto”, “batucada”; “fine della schiavitù”, “neri”, *batucada*¹⁸, na obra “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” (Jesus, 2020). Para trazermos fragmentos das discussões que os estudantes da graduação e do mestrado de Roma Tre fizeram, após os dois primeiros encontros, segue uma comparação entre a edição brasileira de 1960, em português, e a feita pela tradutora italiana Neves (Jesus, 2021):

Sd1: Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da *Abolição*. Dia que comemoramos a *libertação dos escravos*.

[Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os *pretos* sejam feliz. (Jesus, 2020, p. 35, Edição comemorativa).

Sd2: Stamattina piove. Oggi è un bel giorno per me. È il giorno che commemoriamo la *fine della schiavitù*.

...Nelle prigioni i neri erano i capri spiatori. Ma i bianchi adesso sono più colti. E non ci trattano con disprezzo. Che Dio illumini i bianchi perchè i *neri* siano felici. (Neves, 2021, p. 15)

(Tradução de Vitória Aurighi e adaptação de Arianna Lucarini)

<p>Stamattina piove. È bel un giorno per me. È il giorno dell'abolizione dello schiavismo</p> <p>Discussão com Carla</p> <p>dell'epoca schiavista. Il giorno in cui commemoriamo la libertà conquistata dagli schiavi.</p>	<p>Reformulação para chamar a atenção para o processo de escravização sofrido pelos negros. <i>Coloca os escravizados como ativos na resistência à escravização e por sua “libertação”.</i></p>
--	---

18 Na edição italiana (Neves, 2021) não consta uma tradução para a palavra *batucada* no texto, no qual comparece em itálico e com uma nota de rodapé explicativa.

Sd3: Stamattina piove. È bel un giorno per me. È il giorno dell'abolizione dell'epoca *schiaivista*. *Il giorno in cui commemoriamo la libertà conquistata dagli schiavi*.

De “Abolição” e “libertação dos escravos” a “fine della schiavitù”; de “pretos” a “neri”, compreendemos diferentes trajetos temáticos, cuja historicidade requer que se aborde as condições sociohistóricas de produção e sentido no Brasil e na Itália. É preciso pensar nos efeitos de circulação considerando-se as fronteiras móveis que tensionam palavras como «raça», mas principalmente as questões raciais.

Se constituir espaços enunciativos informatizados por e para juventudes aproxima línguas, saberes e história, a perspectiva de(s)colonial, conforme explicitado por Haesbaert (2021), atravessa múltiplas trajetórias e não se restringe a uma teoria, mas configura-se como um modo de ler e vivenciar o mundo. Nesse sentido, o território, longe de ser um mero espaço físico, emerge como um espaço de poder e resistência, intrinsecamente ligado às dinâmicas da colonialidade.

Haesbaert (2021) afirma que a própria construção de categorias espaciais como “América Latina” é problematizada, alertando para a necessidade de questionar recortes geográficos como se fossem dados naturais. O giro de(s)colonial, ao enfatizar a dimensão geográfica, associa diretamente poder e território, demandando que se considere o contexto espaço-temporal na produção e circulação de saberes. Saberes de(s)coloniais “sul-norte” de uma esfera geográfica pouco fronteiriça, não se limita a inverter, negar ou invisibilizar o pensamento “outro” - como o denominado eurocêntrico.

A reflexão sobre como nos responsabilizar, em uma perspectiva discursiva, pelo sujeito de/na língua Carolina Maria de Jesus podcast em italiano, nos orienta para a língua como materialidade sociocultural, a qual possui muitas formas de encaminhamento metodológico. As análises têm buscado identificar verbetes e

expressões que indicam a necessidade de discutir interculturalidade, historicidade e as condições de produção na circulação do conhecimento entre Brasil e Itália, como os verbetes discursivizados na obra e a serem analisados mais detidamente em um próximo texto.

Para o momento, enquanto pesquisadora, preciso me posicionar em termos de responsabilização por sujeitos afrodescendentes, pela escritora e autora Carolina, mas especificamente por esse sujeito que se materializa em seu discurso e com o qual me identifico, como mulher negra, professora e pesquisadora, assim como propus em Cestari e Moreira (2025)¹⁹. Entendo que é um modo de resistência discursiva, mas também uma prática de produção científica decolonial, em termos de reprodução das condições reais de existência de sujeitos e línguas em disputas por espaços enunciativos, sentidos e memórias.

Nestes termos, tomamos o projeto «Arquivo Discursivo das Juventudes: internacionalização de espaços colaborativos de produção-circulação do conhecimento em mídias digitais (Brasil e Itália)» e a rede ADJuv como um desdobramento de outras iniciativas vinculadas ao Programa de Extensão Pensar Jovem.

Buscar parceiros em outros contextos geográficos é decisivo para a realização de uma efetiva descolonização. Realizar, assim, encontros e/a-fetivos com aqueles dispostos ao intercâmbio, tanto 342 9. Multi/transterritorialidade por um devir descolonial aberto e plural no sentido prático das lutas subalternas que se ampliam para outros continentes e, potencialmente, para o mundo inteiro, quanto no campo analítico da disposição para a ampliação de um diálogo intelectual mutuamente enriquecedor. Diversos investigadores do “centro” estão dispostos não

19 Agradeço à Profa. Dra. Mariana Jafet Cestari, pela parceria em projetos didáticos, produções intelectuais, pelos debates no Grupo de Pesquisa “Discurso, Tecnologia e Circulação do Conhecimento”, os quais me aproximaram das teorias raciais, uma interpelação incontornável, que exige tomada de posição.

simplesmente a conhecer e “revelar” nossas práticas, em um enfoque que ainda mantém algo de colonial, mas a “conhecer os nossos saberes” para construir, com e através deles, relações de maior reciprocidade e reconhecimento. (Haesbaert, 2021, p. 342)

Sobre esses saberes, a própria noção de ‘raça’ sofre a injunção de uma forma de colonialidade, a epistemológica, cujas condições de sua produção tensionam as relações de força sobre o saber legitimado e aqueles ressignificados pelas juventudes *em relação* e por meio de mídias digitais.

Uma pausa...

Ainda que não tenhamos respostas conclusivas, compreende-se até o momento que as condições de produção e de circulação de um arquivo discursivo como o ADJuv mobiliza outras memórias, outros gestos de leitura, que têm potencial de promover trocas culturais, de ressignificar a história oficial e questionar os sujeitos que podem produzir e, por isso, fazer circular outros saberes. Nesta perspectiva, a circulação de imaginários a partir de uma posição-sujeito de jovens brasileiros(as), a partir de outros(as) jovens estrangeiros, outras discursividades em funcionamento no ADJuv, deslocam questões do campo especificamente das tecnologias ou dos temas tratados.

Discursivamente, o processo de interpretação, tradução e adaptação da variedade do PB do objetivo discursivo produzido por jovens brasileiros(as) para o italiano tem apontado contribuições importantes para os estudos do discurso. Por fim, e a exemplo, em relação ao Podcast-piloto #Episódio 1: ‘13 de maio’, compreendemos que podem estar sendo ressignificados imaginários sobre mulheres negras brasileiras, sobre os sujeitos políticos, sobre a política, entre outros temas, fomentando debates sobre gênero, raça e classe.

Os problemas de pesquisa formulados a partir do ADJuv em circulação na Itália podem também retornar reformulados, permitindo-nos compreender o modo como nos constituímos e nos movemos na relação com o outro, em ambas as direções/posições. Projetos de internacionalização que confrontam questões vinculadas ao ensino, ciência, extensão e à democratização do conhecimento são visados para o entendimento dos processos históricos e ideológicos de constituição de sentidos e relações entre os povo, e se realimentam de experiências e outros modos de institucionalizar, produzir-circular conhecimento, bem como de ressignificar imaginários sobre esses países e suas diversas juventudes.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

BRACCINI, A. M. I.; HATJE-FAGGION, V. O tradutor como divulgador (ou não) da cultura do texto de partida: as notas de rodapé de duas traduções para o inglês de Iaiá Garcia, de Machado de Assis. *Cadernos de Letras UFF*: Niterói, v.33, n.65, p.71-97, 2022.

CARVALHO, N. R. . A. de, Campos, I. T., & MOREIRA, C. B. O podcast “13 de maio” e a extensão como percurso formador. *RELA-Cult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, 8(4), 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.23899/relacult.v8i4.2292>>. Acesso em: fev. 2024.

CELADA, M. T. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2002.

GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. Entrevista com Eni Orlandi. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 247–268, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1778. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Traduzido por S. Lagazzi; J. H. Nunes. In: ORLANDI, E. Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-183.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D; ROBIN, R. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Trad. Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

JESUS, C. M. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Edição Comemorativa. São Paulo: Ática, 2020. 264 p.

JESUS, C. M. *La Stanza dei Rifiuti e altre opere*. Traduzione di Rita Ciotta Neves. Prefazione di Massimo Canevacci. Postfazione di Raffaella Fernandez. Roma: Alpes Italia, 2021.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos

Aires: CLACSO. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021. Livro digital, pdf.

LAGAZZI, Suzy. *Linha de passe: a materialidade significativa em análise*. In: Rua, Campinas, SP, n. 16, p. 109–120, jul./dez. 2010.

LUGONES, Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MARIANI, B. S. C. Subjetividade e Imaginário Linguístico. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

MARIANI, B. S. C. Divulgação Científica em Análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias. In: MARIANI, B. (Org.) *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em análise do discurso e áreas afins: investigação, inovação, divulgação*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima: FAPERJ, CNPq, 2016.

MARIANI, B. S. C. La produzione e la circolazione del sapere su piattaforme digitali: lo status del portoghese brasiliano in un'enciclopedia digitale sottotitolata, In: *Rivista Lingue e Linguaggi*. Volume 35 (2020).

MARIANI, B. S. C. *et al.* A produção de conhecimento em análise do discurso e sua circulação em meio digital: problemáticas e perspectivas. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (org.). *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 333-356. v. 2.

MARIANI, B. S. C. As ciências humanas, a Análise do Discurso e o momento atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 164–181, set./dez. 2022.

MARIANI, B. S. C. *Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 9–26, 2016.

MOREIRA, C. B. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento das/ pelas juventudes: o Programa de Extensão Pensar Jovem*. Belo Horizonte: Editora LED, 2023. Disponível em

<<https://www.led.cefetmg.br/producao-e-circulacao-do-conhecimento-das-pelas-juventudes-o-programa-de-extensao-pensar-jovem>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MOREIRA, C. B. (2024). *Gestos de edição na divulgação do conhecimento: censura e resistência*. Gragoatá, Niterói, v. 29, n. 64, 2024.

MOREIRA, C. B; OLIVEIRA, G. . *Língua Portuguesa: autonomia e interdisciplinaridade*. Belo Horizonte, MG: RHJ, 2021. 144 p.

ORLANDI, E. P. Entrevista. In GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. *Entrevista com Eni Orlandi*. Revista da ABRALIN, v. 19, n. 3, p. 247-268, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>>.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta*. Paris: UNESCO, 2021. Trad. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1988[1975].

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, [S.l.], v. 1, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/ano/mes/40.pdf>.

LITERACAST. #001 – 13 DE MAIO. [Locução de: Nathália Roberta, Miliane Soares, Thalyta Gonzaga, Miriã Alexandre, Isabelle Teotônio e Mylla Ferreira]. Belo Horizonte: Pensar Jovem, 18 jun. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1P5k-Vx5Gpoqqh7T6bCxz1O?si=Jfdcy5pJTUiUSxaklaUiv>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PFEIFFER, C. C. Políticas públicas: educação e linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 53, n. 2, p. 149–156,

2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636984>.

REHFELDT, M. J. H., & Silva, M. S. da. (2019). Podcast como recurso de aprendizagem: um elo entre as mídias digitais, a aprendizagem significativa e o educar pela pesquisa. *Ensino Em Re-Vista (Especial)*, 1171-1194. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/52070>>. Acesso em: 03 abril 2025.

VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London: Routledge, 1995.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>. Acesso em: 24 dez. 2023.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do Mercado. Institucionalização do português língua estrangeira. In: *Estudos Linguísticos*, v. 37, n. 3, p. 89-119. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/340066441_DECLINANDO_A_LINGUA_PELAS_INJUNCOES_DO_MERCADO_INSTITUCIONALIZACAO_DO_PORTUGUES_LINGUA_ESTRANGEIRA_PLE>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ZOPPI-FONTANA, M. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, SP: Editora RG, 2009. p. 13-41.

Discursive Archive of Youth: Internationalization and Collaborative Knowledge Construction in Digital Media

ABSTRACT: This text aims to present the discussions on the research project *Discursive Archive of Youth: Internationalization of Collaborative Spaces for Knowledge Production and Circulation in Digital Media*, an extension of previous initiatives dedicated to the development of the Discursive Archive of Youth (AD-Juv) within the Pensar Jovem Extension Program (DEDC/CEFET-MG). From a discursive perspective (Pêcheux, 1988[1975]; Mariani, 2016), its objective is to implement the ADJuv abroad, initially in Rome (Italy), with the purpose of establishing a collaborative network among different educational and research institutions to promote knowledge exchange among and from youth. Thus, the translation, analysis, adaptation, and recording of the pilot podcast *13 de maio* (May 13th) (LITERACAST, 2020) by university students of Portuguese as a foreign language in Italy constitute the first stage of an internationalization process of enunciative places for knowledge production and circulation from Brazil to other countries, particularly those with which Brazil has shared, and continues to share, migratory movements and (de)colonization processes.

KEYWORDS: Knowledge Circulation. Podcast. Carolina Maria de Jesus. Discursive Archive of Youth.

POPULARIZAÇÃO E INTERAÇÃO ONLINE: A INCLUSÃO DO PÚBLICO NOS TEDx TALKS

Martina Desantis¹

RESUMO: No presente estudo, analisamos as estratégias discursivas empregadas nos TEDx Talks para construir um espaço interacional que reconhece e envolve o interlocutor, em um contexto de comunicação monológica e (parcialmente) virtual. O modelo comunicativo estabelecido pelos Talks constitui um *cybergenre* inovador voltado para a popularização do Discurso Especializado, que decorre da configuração e da transmissão de um texto multicódigo em um formato digital. Nesses textos, os processos de exposição textual na situação comunicativa presencial ou exclusivamente online, assim como as possibilidades de arquivamento online afetam o processo de recepção do conteúdo pelos espectadores. Realizado no contexto da pesquisa de doutorado da autora, este trabalho está ancorado em uma perspectiva teórica multidisciplinar, combinando conceitos ligados ao funcionalismo, à sociolinguística e à linguística textual. Exploramos como o uso de pronomes inclusivos nos TEDx Talks influencia o envolvimento do público no processo de popularização, focando nas formas pronominais inclusivas de 1PP. Particularmente, analisamos o impacto da presença (ou ausência) do público na construção do espaço interacional dos TEDx Talks através desses pronomes. A hipótese central sugeriu que a presença da audiência poderia afetar o uso de elementos linguísticos que sinalizam inclusão, enquanto a ausência de público poderia levar a uma redução no emprego dessas formas. Observando os dados, não comprovamos por completo essa hipótese, relevando um mecanismo comunicativo compensatório pelo qual os oradores

1 Doutora em Lingue, Letterature e Culture Straniere na Università degli Studi Roma Tre em cotutela com o Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem - Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: martina.desantis1995@gmail.com

ênfatisam a inclusão dos espectadores não fisicamente presentes, por meio de pronomes com valores generalizantes ou determinados.

Palavras-chave: Discurso Especializado, arquivamento online, estratégias comunicativas, espaço interacional, pronomes inclusivos.

Considerações iniciais: os TEDx Talks como eventos comunicativos

Os TEDx Talks configuram-se como textos multicódigos e multicanais, inseridos nos processos socialmente determinados (e socialmente relevantes) da popularização do Discurso Especializado (De Rosa; Morleo, 2022, Cavagnoli 2007). Esse conceito de Discurso, ligado à pragmática das comunicações, permite olhar para a popularização de conhecimentos como a um conjunto de fatores envolvidos na organização e realização de uma comunicação de variável grau de especialização. Dentre esses elementos, podemos destacar a configuração contextual (cultural e situacional), as características dos interlocutores, a hierarquia de poder interacional entre eles, a estruturação textual-comunicativa e os conteúdos transmitidos. Uma visão abrangente deste tipo possibilita compreender a variabilidade na construção linguístico-comunicativa e textual de significados vinculados a âmbitos especializados.

Considerando esse quadro situacional, focamos no impacto que a conformação da relação entre os participantes da comunicação - incluindo suas experiências do mundo e o conhecimento entre eles compartilhado - tem na estruturação e na exposição dos textos, assim como na escolha de um registro. No caso dos TEDx Talks, trata-se de comunicações voltadas para o enriquecimento do conhecimento do público leigo, que combinam a transmissão de conteúdos com a sensibilização e o entretenimento dos espectadores.

Cada *Talk* é estruturado em torno de uma ideia *worth spreading*² (que merece difusão), pois sua implementação, junto com o debate gerado pela mesma popularização, pode resultar em efeitos positivos para a sociedade. Os eventos preveem a exposição de uma série de *Talks* ligados por um macrotema, escolhido colaborativamente pelas equipes organizadoras, prevalentemente analisando contexto sociocultural e histórico do lugar de realização do encontro. As palestras seguem um formato específico na maioria dos casos: um *speaker*, considerado especialista no âmbito da ideia apresentada, conduz uma apresentação de até 18 minutos, direcionada a uma plateia presencial e a um público online. De fato, cada palestra é gravada, editada e publicada no canal oficial do YouTube do programa TEDx.

Durante o período da pandemia, este processo de realização sofreu modificações em virtude das medidas de emergência, pelas quais os Talks passaram a ser gravados em estúdios ou de forma remota, direcionando as palestras a um público exclusivamente online. Essa dimensão virtual de participação do público assume especial relevância para nossa pesquisa, constituindo o critério fundamental de análise, por um lado, e evidenciando a natureza inovadora desse formato na popularização do Discurso Especializado, pelo outro. De fato, notamos como a dimensão online, ao mesmo tempo, ofereceu a possibilidade de alcançar um público significativamente maior do que o presente nos eventos presenciais, assim como permitiu continuar a realizar os eventos durante a pandemia. Em termos comunicativos, esse aspecto não apenas supera a efemeridade típica da oralidade, mas também contribui para a constituição de um acervo digital de conteúdos especializados, garantindo acesso contínuo e gratuito à informação.

A transmissão e o arquivamento online desempenharam um papel crucial na consolidação do modelo de popularização dos

2 Disponível em: <https://www.ted.com/about/our-organization>. Acesso em: 17 mar. 2025.

TED e TEDx Talks, estabelecendo um gênero textual híbrido e inovador, que pode ser descrito sob duas perspectivas: a primeira, de natureza linguístico-textual, e a segunda, relacionada ao meio virtual utilizado para difusão, fixação e fruição dos conteúdos. No que tange à primeira abordagem, retomamos as contribuições de Caliendo (2014) e Ludewig (2017), que identificam uma série de similaridades entre os TED Talks originais³ e outros gêneros textuais como aulas universitárias, anúncios publicitários, artigos de jornal, ou programas televisivos. Quanto aos TEDx Talks, podemos dizer que parecem estabelecer múltiplas interfaces com diversos processos comunicativos e sociais, ao mesmo tempo em que constroem um modelo singular e reconhecível.

Em relação ao *médium* virtual, seguimos a perspectiva de Marcuschi (2002, 2003) sobre a relação entre gêneros textuais e contexto sócio-histórico e tecnológico. A noção de “suportes”, definida pelo autor, refere-se a um componente contextual que viabiliza a circulação dos textos (e dos gêneros textuais) na sociedade, o qual pode desempenhar um papel determinante no desenvolvimento de novos gêneros. No caso dos TEDx Talks, observa-se um modelo comunicativo que, desde sua concepção, combinou a realização de palestras ao vivo com a publicação de produtos audiovisuais online. Essa dupla natureza, aliada à fixação, circulação e arquivamento virtuais, contribui para a definição de um gênero textual inovador, alinhado ao atual contexto de acesso à informação e consumo de conteúdo.

Nesse sentido, recorremos ao conceito de *cybergenres*, de Shepherd e Watters (1988) que indica um conjunto de gêneros surgidos no novo contexto sócio-histórico de circulação de textos. Os autores propõem uma tipologia dos gêneros textuais baseada no grau de derivação, evolução ou conexão dos *cybergenres*

3 Os TEDx Talks fazem parte de um programa (TEDx) que visa reproduzir no nível local as *TEDConferences* anuais - e os TED Talks - originalmente criados e realizados pela ONG TED.

em relação a gêneros não digitais, além do nível de exploração das funcionalidades do meio virtual. Adaptando-se a esses novos modos de popularização, acesso e consumo de conteúdos, os TEDx Talks vêm se desenvolvendo como um novo formato *cyber* na dimensão que Vogt (2003) identifica como ponto de máxima abertura dos conhecimentos científicos-especializados para a sociedade em geral. Este encontro com os potenciais usuários, e criadores futuros de mais conhecimentos, resulta fundamental para o progresso e a preservação da cultura de uma sociedade.

A "construção" da interação non TEDx Talks: o papel do espectador

Os TEDx Talks são comunicações cuidadosamente estruturadas e exaustivamente ensaiadas antes de serem apresentadas à audiência, tanto na situação presencial quanto online. Segundo Anderson (2016, p. 12), CEO da ONG TED, “os palestrantes procuram difundir suas ideias entre pessoas que não atuam no seu campo, e para isso realizam palestras breves, preparadas com todo cuidado”. Para a formação dos palestrantes e o acompanhamento desse processo de organização textual a TED disponibiliza diversos manuais, guias e materiais em formato PDF que contêm diretrizes para a estruturação dos Talks. As etapas preparatórias incluem a seleção dos conteúdos a serem abordados, a escolha de exemplos que possam tornar a comunicação mais acessível e a organização linguística do espaço interacional da palestra.

Na situação comunicativa dos TEDx Talks, podemos reconhecer dois principais fatores de distância entre os participantes envolvidos, além da diferença especialista-leigo criada pela própria natureza dos eventos divulgativos e pelo consequente encontro das necessidades comunicativas dos participantes⁴. O primeiro fator refere-se à distância física, pois o palestrante, sozinho, se

4 Podemos dizer que se crie uma dinâmica *informar, enriquecer, fazer conhecer – informar-se, enriquecer-se, conhecer*

dirige a uma audiência de natureza coletiva. Esse afastamento se intensifica, adquirindo uma conotação espaço-temporal se consideramos a fruição dos TEDx Talk em formato vídeo no YouTube, especialmente no período da pandemia, como já descrevemos. Em segundo lugar, podemos detectar um desequilíbrio do poder interacional estabelecido entre os participantes, resultante da natureza monológica da palestra e da impossibilidade de *feedback* imediato por parte do espectador.

Diante desse cenário assimétrico, os especialistas estruturaram suas falas de forma a minimizar os fatores de distanciamento, focando na criação de uma comunicação acessível, compreensível e, também, estimulante para quem assiste. De uma leitura do guia oficial escrito pelo CEO da TED, Chris Anderson (2016), transparece que os TED(x) Talks precisam ser organizados em torno de dois eixos fundamentais: a inovação, a originalidade e o potencial de aplicação da proposta central, por um lado, e o processo de recepção, reflexão e reação do público aos conteúdos expostos, pelo outro lado. O autor sugere que a comunicação, de forma geral, seja centrada no efeito que o especialista quer suscitar no espectador, para garantir o sucesso da popularização do conhecimento.

Entendemos que desde as primeiras palavras, o palestrante precisa capturar a atenção do público, reconhecendo-o como parte integrante da interação e construindo um “laço humano de confiança” (Anderson, 2016, p. 56). Em outras palavras, o especialista busca recriar uma situação em que a assimetria mencionada acima não seja percebida como um obstáculo, de modo que os espectadores possam se sentir confortáveis. Nesse sentido, a humanização da comunicação é essencial para que o TEDx Talk seja percebido como uma interação autêntica.

Esse processo ocorre em duas frentes: a humanização do palestrante e a do espectador. A humanização do *speaker* ocorre por meio de estratégias comunicativas e textuais que o aproximam do público, como a inclusão de exemplos extraídos do cotidiano e a

narração de histórias pessoais. O segundo percurso de humanização se refere ao espectador e se dá por meio da sua inclusão explícita na interação. De fato, uma boa recepção do Talk, - determinada também pela transmissão de uma sensação de participação ativa a um evento enriquecedor - constitui questões fundamentais para o êxito da popularização (Scotto di Carlo, 2018).

As estratégias linguístico-comunicativas que possibilitam atingir esses objetivos são diversas e, frequentemente, sobrepoem-se ao processo de humanização do palestrante. Neste estudo, concentramos nossa atenção no processo de inclusão do espectador no que denominamos ‘mundo da interação’ (Zamproneo, 2014), mediante o emprego de formas pronominais de 1PP. Centramos nossa discussão em duas dimensões principais: primeiramente, a inclusão do ouvinte no mundo evocado no discurso, isto é, as situações narradas e as experiências compartilhadas no Talk; e, em segundo lugar, o envolvimento no contexto da própria situação comunicativa, ou seja, do evento TEDx.

Conforme detalharemos na análise das ocorrências das formas pronominais selecionadas, extraídas da pesquisa de doutorado da autora, a sensação de inclusão pode ser transmitida sob duas perspectivas: por meio de uma abordagem generalizante e pelo reconhecimento explícito da presença do público. No primeiro caso, a referência a situações “universais” permite realizar “uma espécie de jogo subtil entre um uso caracterizado pela inscrição enunciativa e um outro marcado pela desinscrição enunciativa” (Duarte; Marques, 2021, p. 75). Assim, o espectador e o palestrante compartilham uma mesma experiência, enfrentando uma situação que ambos possivelmente já vivenciaram. Desta forma, a série de deduções que compõe o processo interpretativo do receptor do texto baseia-se em uma realidade comum (Matthiessen; Thompson 1988). No segundo caso, o locutor pode se referir explicitamente ao próprio contexto comunicativo, delimitando suas referências ao ambiente do evento TEDx e evidenciando uma aproximação inclusiva entre palestrante e público.

Baseando a análise nos pronomes de 1PP, focamos em elementos do que Scotto di Carlo (2018) define *clusivity* e que permitem a junção de um *eu* e um *tu* (Benveniste, 1976) em um único participante abrangente. Por meio desses recursos, o palestrante pode orientar o processo de compreensão e interpretação do interlocutor, que, ao lidar com uma comunicação essencialmente monológica, depende dessas diretrizes e indicações fornecidas pelo emissor.

Objetivos de pesquisa, corpus e núcleos de análise

O fenômeno da inclusão do interlocutor no contexto comunicativo assimétrico dos TEDx Talks foi aprofundado na pesquisa de doutorado da autora do presente estudo, o qual, em particular, se baseia numa amostra dos dados extraídos e em uma seção do corpus original (15 TEDx Talks transcritos), analisando as ocorrências das formas pronominais de 1PP com potencial inclusivo: as formas tônicas *a gente* e *nós* bem como o clítico *nos*⁵.

Incluímos, assim, tanto a forma tônica standard (*nós*, o pronome sujeito padrão), quanto a locução pronominal reconduzível ao português brasileiro neo-standard (De Rosa, 2012), ou variedade culta urbana (*a gente*, que veio a se estabelecer por gramaticalização), que semanticamente corresponde à 1PP, mas no nível morfosintático apresenta acordo de 3PS e uma série pronominal átona mista. A consideração das ocorrências do clítico teve o propósito de proporcionar um quadro abrangente das marcas de inclusão nos textos e, seguindo o mesmo critério, no que tange aos pronomes tônicos, foram contabilizadas tanto as formas em função de sujeito,

5 Apesar da possibilidade do clítico *se* de fazer parte da série pronominal do pronomeônico *a gente*, dada a sua correspondência morfosintática de 3PS, essa forma não foi incluída nas contagens, pois apresenta uma alta multifuncionalidade e variabilidade em termos semântico-discursivos (Nascimento; Mendes; Duarte, 2018).

expresso ou não expresso, quanto aquelas empregadas como complemento (objeto direto ou em sintagmas preposicionais).

Adotamos uma perspectiva teórica que permitiu criar uma interface entre as observações ilustradas nas seções anteriores. Remetemos à concepção da variabilidade da língua ligada à sociolinguística, combinando tal visão com reflexões referentes à interação e à intersubjetividade do funcionalismo e, finalmente, integrando considerações fundamentais sobre o gênero textual dos TEDx Talks, retomando noções da linguística textual.

De um lado, consideramos a dimensão socialmente determinada dos TEDx Talks, também ligada a fatores relacionados ao progresso tecnológico. De outro, nos baseamos na (multi)funcionalidade dos elementos linguísticos selecionados como núcleos de análise, aprofundando a explicitação do processo de construção de significados através de escolhas realizadas pelos falantes, bem como a concretização da natureza intersubjetiva (Traugott, 2010) das interações em questão. Partimos do pressuposto de que todos os usuários da língua - um sistema complexo, dinâmico e adaptativo (Bybee, 2016; Rosário, 2022; Cunha; Bispo; Silva 2013) - realizam escolhas baseadas em processos cognitivos gerais (Bybee, 2016) que possibilitam a realização de necessidades e objetivos comunicativos - de natureza geralmente colaborativa ou interacionalmente determinada - através da produção textual (ou seja, da comunicação mediante a língua).

Como antecipamos, este trabalho tem como escopo o estudo do uso dos pronomes de 1PP, selecionando as ocorrências que expressam traços semânticos de inclusão da audiência e do especialista em duas configurações distintas dos TEDx Talks. Especificamente, analisamos TEDx Talks realizados no período de 2017 até 2022, incluindo os casos em que, devido às medidas de emergência impostas pela pandemia, os eventos passaram a ser gravados com um público exclusivamente virtual. Buscamos, assim, investigar possíveis diferenças no uso dessas formas pronominais com sentido de inclusão dos participantes. Para tanto,

articulamos nossas reflexões sobre a necessidade comunicativa de reconhecimento do espectador dos TEDx Talks com as características virtuais dessa forma inovadora de popularização do Discurso Especializado, desenvolvendo a investigação a partir de duas questões principais:

Como a presença física de uma audiência afeta o uso de elementos finalizados à inclusão dos espectadores?

A ausência de um público, e o correspondente aumento da distância em uma situação comunicativa já assimétrica, pode ter determinado uma redução no uso de formas pronominais inclusivas?

O *corpus* de pesquisa foi construído de maneira a manter um equilíbrio entre três diferentes configurações comunicativas: 8 Talks realizados presencialmente, 2 Talks gravados em estúdios com o auxílio de uma equipe técnica e 5 Talks produzidos remotamente pelo próprio *speaker*⁶. O estudo foi realizado combinando as abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando a versão 4.3 (2024) do programa AntConc⁷, desenvolvido pelo professor Lawrence Anthony da Universidade de Waseda, no Japão. O primeiro passo consistiu na criação do *corpus* por meio da funcionalidade *Corpus Manager* que permitiu reunir as 15 transcrições dos TEDx Talks. Em seguida utilizamos a ferramenta KWIC (*Key Words In Context*) para identificar, extrair e listar as ocorrências das formas pronominais selecionadas. Na terceira fase, categorizamos os dados entre ‘exclusivos dos participantes’, ‘exclusivos do público’ (inclusivos apenas do orador) e, por fim, ‘inclusivos do público e do orador’ (tanto com um referente limitado ao contexto

6 Cabe ressaltar que não constituíram critérios de análise, eventuais variações diatemáticas (De Rosa; Morleo 2022) entre as comunicações, e diferenças ligadas a variedades diatópicas internas ao português brasileiro. O foco da análise recai sobre o processo de construção de um espaço interacional específico no contexto singular dos TEDx Talks.

7 Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 14 mar. 2025;

do evento TEDx, quanto com valor generalizante, como descrevemos na introdução).

Para os propósitos desta investigação, concentramos nossa análise na última categoria e apresentamos, a seguir, três trechos exemplificativos das ocorrências identificadas:

Exemplo (1) – O poder dos porquês - Juliana Davoglio Estradioto – TEDxLaçador⁸

(...) as descobertas científicas são a base do nosso dia a dia desde a internet a energia elétrica o computador que permite que **a gente esteja aqui** desfrutando dessa manhã maravilhosa no TEDxLaçador (...)

Exemplo (2) – A favela é uma potência cultural - Raul Santiago – TEDxNovaLima⁹

(...) enquanto a sociedade apontar às favelas e construir estereótipos [...] **nós** [...] dificilmente **avançaremos** para um novo Brasil [...] um Brasil melhor [...] diferente [...] infelizmente [...] desse que ainda **temos** hoje (...)

Exemplo (3) - Estamos cercados por sons o tempo inteiro - Lucas Cavalcant – TEDxRiodoSul¹⁰

(...) **precisamos** de mais profissionais que pensem na forma como o som **nos** move emocionalmente e fisicamente e apliquem isso nos seus projetos (...).

O último passo da análise consistiu na classificação dos dados extraídos do corpus de acordo com a modalidade do evento e foi a partir dessa segmentação, que pudemos identificar padrões no uso de formas pronominais inclusivas de 1PP, deduzindo

8 ESTRADIOTO, Juliana D. *O poder dos porquês*. TEDxLaçador, TEDx Talks, 2021. 1 vídeo (9min, 39s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7S-f48NvlUjk&t=69s>. Acesso em: 22 mar. 2025.

9 SANTIAGO, Raul. *A favela é uma potência cultural*. TEDxNovaLima. TEDx Talks. 1 vídeo (10min, 16s) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9Pa5a59ZdOo> Acesso em: 22 mar. 2025.

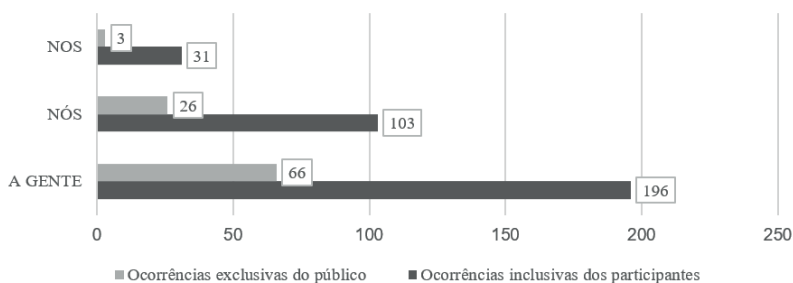
10 CAVALCANT, Lucas. *Estamos cercados por sons o tempo inteiro*. TEDxRiodoSul. TEDx Talks. 1 vídeo (13mins, 34s) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NXZjoxGcQ1w>. Acesso em: 22 mar. 2025.

como a configuração da audiência influencia as escolhas linguísticas dos palestrantes nos TEDx Talks.

Análise dos dados e considerações conclusivas

Identificamos um total de 425 ocorrências das formas pronominais de 1PP selecionadas para esta pesquisa (*a gente*, *nós*, *nos*). Especificamente, a locução *a gente* foi registrada 262 vezes, enquanto *nós* apareceu em 129 ocorrências e o clítico *nos* foi identificado 34 vezes nos 15 TEDx Talks do corpus, como podemos observar na síntese apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição das ocorrências inclusivas dos participantes



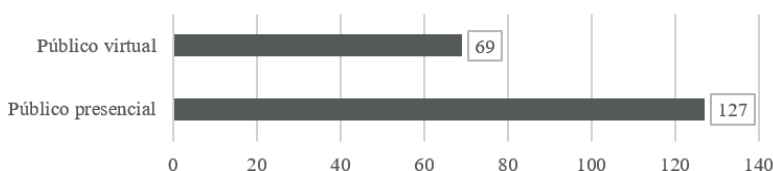
Fonte: Tese de doutorado da autora – Elaboração própria

Conforme antecipado, a avaliação do uso dessas formas pronominais, nas diferentes configurações comunicativas, concentrou-se nas ocorrências que, de fato, apresentavam traços semânticos de inclusão tanto do *speaker* quanto do espectador, considerando tantos os dados que possuem um referente determinado (referências ao próprio evento TEDx), quanto aqueles com valor generalizante (referências a situações comuns a muitos, além da própria audiência). Observando o corpus, como era de se esperar da análise dos processos de popularização realizados por meio dos TEDx Talks, a porcentagem de menções

associadas à explicitação de uma estratégia comunicativa de inclusão dos participantes revela-se significativamente elevada, em comparação com as ocorrências totais: 75% das ocorrências para *a gente*, 81% para o pronome *nós* e 91% no caso do clítico *nos*¹¹.

No que diz respeito à locução pronominal *a gente* e sua distribuição nos Talks gravados em diferentes modalidades, descrevemos a situação evidenciada nos 196 dados no seguinte gráfico.

Gráfico 2 - Distribuição da locução *a gente*



Fonte: Tese de doutorado da autora – Elaboração própria

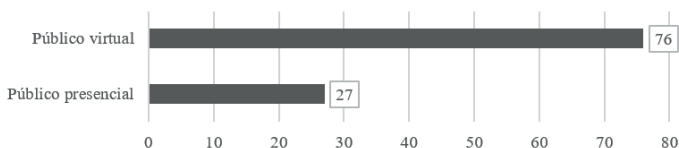
Observamos que, em 65% (127) das ocorrências, a forma pronominal *a gente* é empregada de maneira inclusiva em Talks com público presencial, confirmando nossa hipótese de que a adoção de estratégias de inclusão tende a ser reduzida em gravações destinadas exclusivamente à audiência virtual. Podemos inferir que os palestrantes percebem diferentes necessidades comunicativas em relação à explicitação e à concretização dos objetivos comunicativos de humanização, descritos nas seções introdutórias do presente trabalho. De fato, esses dados poderiam sugerir um foco acentuado dos especialistas na transmissão de informações claras, precisas e acessíveis, assim como uma maior atenção nos dados e nas teses apresentadas.

No entanto, os dados relativos às demais formas pronominais analisadas não corroboram essas deduções. No que se refere

11 Os demais dados referem-se, essencialmente, a referentes externos à situação comunicativa, como em sequências narrativas que envolvem personagens coletivos, os quais podem eventualmente incluir o orador.

ao pronome tônico *nós*, 81% (76) das ocorrências foram registradas em Talks gravados em estúdio ou de forma remota pelo mesmo especialista.

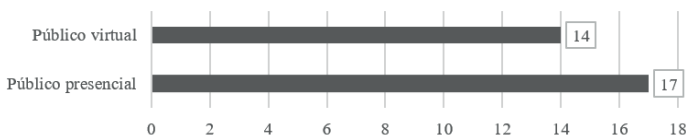
Gráfico 3 - Distribuição do pronome *nós*



Fonte: Tese de doutorado da autora – Elaboração própria

Os dados referentes à forma átona *nos* podem ser idealmente colocados em uma tendência intermediária de uso, entre os padrões observados para as duas formas tônicas acima. De fato, a relação entre os usos em contextos presenciais e virtuais é de 55% (17) contra 45% (14), sendo que a diferença real consiste em apenas 3 ocorrências, como ilustrado no gráfico 4. Esses dados, somados à baixa frequência geral de uso dos clíticos no corpus analisado¹², não nos permitem confirmar uma ou outra preferência dos falantes em relação às estratégias de inclusão do interlocutor.

Gráfico 4 - Distribuição do clítico *nos*



Fonte: Tese de doutorado da autora – Elaboração própria

12 Essa tendência apresenta um traço típico do português brasileiro neo-standard falado, ou variedade culta urbana do português brasileiro. Pesquisas como as de Tarallo (1993), Gomes (2003), Perini (1985) entre outros e gramáticas como as de Moura Neves (2011, 2018) mostram como os falantes preferem empregar formas retas, ou seja, pronomes tônicos em funções completivas, por exemplo, em sintagmas pronominais.

Diante do panorama traçado até o momento, podemos chegar a duas conclusões principais. Destacamos que mais de 90% das ocorrências dos três núcleos de análise selecionados apresentam uma semântica caracterizada por valores generalizantes (Duarte; Marques, 2021), ou seja, por referentes indeterminados. Em outras palavras, a maioria significativa dos pronomes de 1PP foi empregada com o propósito de criar um conhecimento compartilhado entre os participantes, por meio de referências a situações, atividades ou até estados emocionais válidos para um grupo de pessoas não especificado, mas que inclui, necessariamente, *speaker* e espectador. Essa possibilidade referencial oferecida pelas formas pronominais analisadas poderia fazer com que o fator de “presença física efetiva” do público não seja exatamente relevante no processo de escolha dessas estratégias comunicativas. Os especialistas parecem priorizar a eficácia dessa ferramenta na promoção do envolvimento, da inclusão e do reconhecimento do interlocutor, abrindo um espaço para sua identificação com as situações descritas ou com as teses expostas.

Adicionalmente, no caso dos TEDx Talks gravados exclusivamente para uma audiência virtual, é possível identificar um mecanismo compensatório da ausência do público, por meio do qual os palestrantes enfatizam o objetivo comunicativo de inclusão do interlocutor de maneira mais explícita. Dessa forma, reforçam a participação dos espectadores na interação em desenvolvimento, buscando superar a distância espaço-temporal imposta pela modalidade online.

Secundariamente, quanto à diferença de distribuição de ocorrências entre *a gente* e *nós*, poderíamos traçar uma ligação com a competição entre português standard e neo-standard. Especificamente, nos Talks gravados sem um público presencial, sobretudo naqueles realizados de forma remota pelos *speakers*, poderíamos individuar um maior controle de registro, ou seja, uma maior aderência à norma padrão da língua. Em consequência, a escolha pronominal tenderia a seguir de forma mais próxima

as prescrições normativas, resultando no uso mais frequente da forma tônica *nós*, que corresponde tanto semanticamente quanto morfossintaticamente à 1PP.

Para concluir, podemos reafirmar, por um lado, a importância da consideração dos fatores situacionais da organização e realização das comunicações, para um completo entendimento dos usos linguísticos. Pelo outro lado, podemos evidenciar como a constante análise desses mesmos fatores, efetuada pelos emissores dos textos, resulta em padrões de uso que respondem a objetivos comunicativos (e divulgativos no nosso caso) definidos, ligados a instauração de uma relação específica entre interlocutores, mesmo em situações comunicativas assimétricas. Por fim, a confirmação parcial da hipótese inicial de estudo permitiu observar lados diferentes do processo organizacional dos TEDx Talks, indo além do que os referidos padrões de uso nos indicam. Assim, foi possível reconstruir as intenções que levam os especialistas a empregar as formas pronominais de 1PP com sentido inclusivo, na tentativa de se aproximar do público e de garantir completo estímulo à reflexão relativamente aos assuntos tratados ao longo da fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, C. *TED Talks: o guia oficial do TED para falar em público*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Tradução de NOVAK, M. da G. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CALIENDO, G. The popularization of science in web-based genres. In: CALIENDO, G.; BONGO, G. (eds.). *The language of popularization: theoretical and descriptive models*. Bern: Peter Lang, 2014. p. 101-132.

CAVAGNOLI, S. *La comunicazione specialistica*. Roma: Carocci, 2007.

COMPAGNONE, A. The reconceptualization of academic discourse as a professional practice in the digital age: a critical genre analysis of TED Talks. *Hermes: Journal of Language and Communication in Business*, v. 54, 2015.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013. p. 13-39.

DE ROSA, G. L. *Mondi doppiati*: tradurre l'audiovisivo dal portoghese tra variazione linguistica e problematiche traduttive. Milano: Franco Angeli, 2012.

DE ROSA, G. L.; MORLEO, F. Os marcadores discursivos interacionais no discurso especializado we-mediated. *Lingue e Linguaggi*, v. 53, p. 135-156, 2022.

DUARTE, I. M.; MARQUES, A. As formas pronominais EU/TU – valor genérico e distanciação. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 15, p. 69-85, 2021.

GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.).

Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: ContraCapa, FAPERJ, 2003. p. 81-96.

LUDEWIG, J. TED Talks as an emergent genre. *CLC Web: Comparative Literature and Culture*, v. 19, n. 1, 2017.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *DCLV*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002. p. 19-37.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p. 275-330.

MOURA NEVES, M. H. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NASCIMENTO, M. F. B.; MENDES, A.; DUARTE, M. E. Sobre as formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*, v. 20, p. 245-265, 2018.

PERINI, M. A. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *D.ELTA.*, v. 1, n. 1-2, p. 1-16, 1985.

ROSÁRIO, I. (org.). *Introdução à linguística funcional centrada no uso: teoria, método e aplicação*. Rio de Janeiro: Eduff, 2022.

SCOTTO DI CARLO, G. Patterns of clusivity in TED Talks: When 'you' and 'I' become 'we'. *Iberica*, v. 35, p. 119-144, 2018.

SHEPHERD, M.; WATTERS, C. The evolution of cybergenres. In: ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30., 1998, Maui, Hawaii. Anais [...]. Maui, Hawaii: [s. n.], 1998.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS,

I.; KATO, M. A. (eds.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p. 69-105.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (orgs.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p. 29-71.

VOGT, C. A espiral da cultura científica. *ComCiência*, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ZAMPRONEO, S. *Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas: uma análise em ocorrências do português contemporâneo do Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

Popularization and online interaction: audience inclusion in TEDx Talks

ABSTRACT: The study analyses the communicative strategies employed by TEDx Talks speakers to determine a interactional space which acknowledges and engages the spectator, overcoming the restraints of a monological and (partially) virtual communicative context. TEDx Talks constitute an innovative textual genre for the dissemination of Specialized Discourse – a cybergenre – combining the organization and the delivery of a multi-code text in a digital format. This textual organization process, the editing of the audiovisual product deriving from the delivery of the texts and the online archiving possibilities appear to influence the content transmission and reception. This study, conducted within the framework of the author's doctoral research, adopts a multidisciplinary theoretical perspective, integrating concepts from functionalism, sociolinguistics, and text linguistics. It explores how the use of inclusive pronouns in TEDx Talks facilitates audience engagement in the communication process. We examine the impact of the audience's participation mode on the construction of the interactional space, starting from the hypothesis that the physical presence of an audience may influence the use of inclusive strategies, leading to a reduction in the use of the selected pronominal forms in case of a virtual only audience. Based on the data, we propose that a compensatory communicative mechanism may intervene, by which speakers seek to emphasize the interlocutor inclusion through 1PP pronouns, reinforcing the engagement of a non-physically present audience.

KEYWORDS: Specialized Discourse, online archiving, communicative strategies, interactional space, inclusive pronouns.

CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCEITOS INTRODUTÓRIOS DA TECNOLOGIA DE PROPÓSITO GERAL - *CHATGPT*

Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar aspectos introdutórios sobre Inteligência Artificial (IA), especificamente a tecnologia de propósito geral *ChatGPT*, para cientistas e acadêmicos(as) que estão iniciando estudos que interseccionam as Ciências da Linguagem e IA. Diferentemente de outros trabalhos que partem de especialistas do campo da IA, este trabalho, apesar de trazer uma linguagem técnica, busca descrever e exemplificar os conceitos e as funcionalidades a partir do olhar de uma cientista da linguagem. Nas subseções, distinguem-se conceitos básicos como IA, robôs (mecânicos e virtuais), e apresenta-se o que é e como funciona o *ChatGPT*, no processamento de texto. Diante das mudanças sociais, científicas e tecnológicas, é importante que as Ciências da Linguagem promovam estudos sobre a linguagem e IA, especialmente, porque envolve seu objeto central: a linguagem. Assim, este artigo pode contribuir para a compreensão da IA, a fim de que mais pesquisas multi, inter e transdisciplinares sejam desenvolvidas tanto na área de Linguística, quanto de Literatura.

PALAVRAS-CHAVE: interdisciplinaridade; Processamento de Linguagem Natural (PLN); *chatbot*.

1 Professora no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia (UFMT-CUA). E-mail: lennie.bertoque@ufmt.br

Introdução

Com o desenvolvimento científico e, sobretudo, tecnológico nos últimos 70 anos, há uma retomada² gradativa e progressiva – com suas diferenças no contexto contemporâneo – de estudos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, a fim de compreender fenômenos complexos que requerem a inter-relação de abordagens teórico-metodológicas.

Por exemplo, o princípio de “marcação” estudado na Linguística Funcional, que implica a classificação de elementos gramaticais marcados (incomuns, menos usados) e de elementos não marcados (comuns, mais usados), tanto em nível fonológico, morfológico, sintático, lexical, também é adotado no aprendizado de máquina por Redes Neurais Artificiais (RNA), especialmente, em nível morfológico e lexical. As tecnologias que usam RNA são treinadas com textos produzidos por humanos: são usados um número expressivo de dados da Web³ e de textos (livros, jornais, enciclopédias etc.) impressos que são digitalizados e, ainda, há a possibilidade de usar aprendizado por reforço a partir de *feedback* humano (RLHF - *Reinforcement Learning from Human Feedback*) num modelo de aprendizagem por reforço. Assim, a máquina tende a “fazer escolhas” por determinados usos com base naquilo que é mais recorrente nas línguas (o que é menos recorrente também é usado para promover a diversificação de textos), tentando também relacionar com contextos comunicativos delimitados nos tópicos – o que ainda não é tão efetivo.

2 Na Antiguidade, muitos filósofos e estudiosos se dedicaram a estudos que inter-relacionavam várias áreas do conhecimento, por isso, muitos deles, como Tales de Mileto, Aristóteles, Leonardo da Vinci etc. são citados até hoje em diversas áreas do conhecimento.

3 Web, também conhecida como *World Wide Web* (WWW), é um sistema de informação global constituído por documentos em hipermídia, que são interligados e executados pela *Internet* (sistema global de redes de computadores).

Outra possibilidade decorrente de intersecção de estudos com IA e linguagem é a análise dos poemas que robôs virtuais (*chatbot*) produzem. Pode-se estudar as métricas, comparar com poemas produzidos por humanos e observar paráfrases ou possíveis “plágios” do robô. Considerando-se que esse gênero implica alto grau de criatividade e a programação do *chatbot* precisa se fundamentar em textos de pessoas para tentar realizar a proposta, é possível apresentar trechos parafraseados ou plagiados de poemas ou de músicas relacionados ao período literário ou histórico, proposto no enunciado requerido (*prompt*).

Diante dessa proposição, o objetivo deste artigo⁴ é apresentar aspectos introdutórios sobre Inteligência Artificial (IA), especificamente sobre a Tecnologia de Propósito Geral *ChatGPT*, para cientistas e acadêmicos (as) que estão iniciando estudos que interseccionam as Ciências da Linguagem⁵ e IA.

Por que estudar Inteligência Artificial nas Ciências da Linguagem?

A linguagem, que é um fenômeno complexo, além de ser afetada nesse processo de mudança, é também um dos motores que a promove; logo, ela determina e é determinada pelas relações sociais, podendo, por isso, ser observada e analisada numa multiplicidade de aparatos teórico-metodológicos.

Hoje, a IA permeia muitas das atividades humanas. O aumento progressivo de usos dessas ferramentas, em vários contextos

4 Neste artigo, apresenta-se um recorte do Projeto de Pós-doc (2024-2026), intitulado “Interfaces das Ciências da Linguagem com a Inteligência Artificial na análise linguístico-discursiva e cognitiva de textos produzidos pelo *ChatGPT*: funcionalidade, inteligência cognitiva e autoria”.

5 Há anos, o termo “Ciências da Linguagem” e “Ciências das Linguagens” gera um grande debate: refere-se às áreas e às subáreas que estudam a linguagem em suas diversas manifestações, dentre elas, a Linguística e a Literatura; ou se refere apenas a área da Linguística que estuda os fenômenos no campo da língua e do discurso? Apesar de não ser possível estender esse debate agora, registra-se que, neste artigo, se fundamenta na primeira concepção.

comunicativos distintos, está modificando o processo de interação social de modo significativo. Entretanto, quais são e como essas mudanças na comunicação impactam a sociedade? Como elas incidem sobre as mudanças linguísticas e sobre os discursos que geram as práticas sociais? Como as relações sociais (família, escola/universidade, mídia, trabalho, lazer etc.), que são regidas por formações discursivas e ideológicas, são impactadas por essa comunicação mediada por um robô com IA? Essas máquinas podem substituir profissionais das Ciências da Linguagem ou de outras áreas? Essas máquinas são inteligentes e podem chegar ao nível da consciência? Diante desse cenário, a pergunta principal que nos motiva a estudar e debater sobre a relação Linguagem e IA é: o que as Ciências da Linguagem, que estudam a linguagem em suas diversas manifestações, por meio de várias bases teórico-metodológicas, têm a dizer sobre a IA?

Para isso, é necessário compreender o que é IA. Não significa que todos os cientistas da Linguagem devem se aprofundar nesse tema, mas que é importante acompanhar e avaliar a prática pedagógica e científica nesse “mundo” em rápida e contínua movimentação. Assim, as tecnologias com IA podem e devem ser estudadas e usadas tanto como aparato técnico-metodológico, quanto como objeto e fenômeno de análise nas Ciências da Linguagem.

Inteligência Artificial

O termo "Inteligência Artificial" designa tanto o subcampo de conhecimento da Ciência da Computação que se dedica ao estudo e ao desenvolvimento de máquinas e de programas computacionais que tentam reproduzir o comportamento humano (aprendizado, raciocínio, tomada de decisão e resolução de tarefas simples e complexas), quanto designa as máquinas e os programas desenvolvidos nesse campo (Russel; Norvig, 1995; Cangelosi; Schlesinger, 2015; Wichert, 2023).

A palavra “inteligência” vem do latim *intelligentia*: *inteligere* é a junção de *intus*, que significa “entre”, e *legere*, que significa “escolher”, ou seja, implica “saber escolher/selecionar as melhores opções para um determinado contexto”. Isso suscita o debate sobre a atribuição do adjetivo “inteligente”, que é uma característica relativa a organismos vivos, a uma entidade⁶ inanimada, como um programa (conjunto de equações) de IA. O neurocientista Nicolelis (2011) não concorda com o uso do termo “inteligência artificial”, porque, para ele, o termo “inteligência” somente poderia ser atribuído a organismos vivos. No entanto, ele mesmo sugere que o uso ocorre por uma “jogada de *marketing*”. E mais, ele afirma que “nem nosso sistema nervoso nem a mente humana que emerge dele podem ser comprimidos na forma de um algoritmo computacional clássico. Em outras palavras, o cérebro humano como um todo é simplesmente não computável” (Nicolelis, 2011, p. 382).

Em 1950, Alan M. Turing (1912-1954), pioneiro nas discussões sobre máquinas com “inteligência”, escreveu o ensaio *Computing Machinery and Intelligence*, com o foco na seguinte questão: “é possível uma máquina se comportar como um humano?” Ele buscava determinar se um programa era inteligente ou não, fundamentando-se na reação de uma entidade a determinadas perguntas - teste de *Turing*. A ideia era que o computador fosse interrogado por um humano e se, após a conversa por escrito, esse humano não conseguisse distinguir se as respostas escritas teriam sido elaboradas por uma pessoa ou por um computador, significaria que o computador era “inteligente”. Segundo Russel e Norvig (2013[1995]), para isso, o computador precisaria ter as seguintes capacidades: “processamento de linguagem natural⁷ para

6 Neste artigo, emprega-se o termo “entidade”, conforme a proposta de Givón (1990), como “aquilo que existe”, independentemente da animacidade; assim, pode se referir a uma entidade animada ou inanimada.

7 O termo “linguagem natural” se refere à língua falada e escrita, por isso, apesar de cientistas da computação nomearem “Processamento de Linguagem Natural”, há cientistas da linguagem que optam por “Processamento de Língua

permitir que ele se comunique com sucesso em um idioma natural; representação de conhecimento para armazenar o que sabe ou ouve; raciocínio automatizado para usar as informações armazenadas” (Russel; Norvig, 2013 [1995], p. 25-26) e “aprendizado de máquina para se adaptar a novas circunstâncias e para detectar e extrapolar padrões” (Russel; Norvig, 2013 [1995], p. 25-26, grifos dos autores, nota nossa).

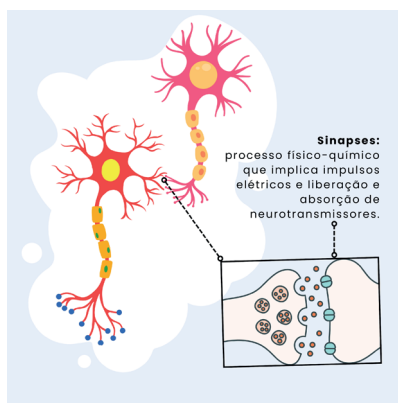
Na programação em IA, o aprendizado estatístico, que se divide em três tipos, é fundamental: a) aprendizado supervisionado – que depende da inserção de informações para efetuar tarefas simples, geralmente, de modo binário (0 e 1), por exemplo: 0 = Fatura paga; 1 = Fatura não paga; b) aprendizado não supervisionado (agrupamentos - *clustering*) – o programa não recebe os resultados finais, apenas um conjunto de dados para a máquina processar e chegar ao resultado final sozinha, podendo usar aprendizagem autossupervisionada (*self-supervised learning*), por exemplo, o *ChatGPT*; e c) aprendizado por reforço (recompensas e penalizações), podendo usar aprendizado por reforço a partir de *feedback* humano (RLHF) – há um banco de dados, mas o aprendizado se dá a partir da interação com os usuários, assim, uma ação será repetida se for satisfatória, logo, será reforçada, por exemplo, *Youtube* ou *Google*, que sugerem propagandas a partir de outros sites visitados e, à medida que as sugestões ou sites do mesmo tipo são acessados, mais sugestões do mesmo tipo são enviadas (Russel; Norvig, 2013[1995]; Pimentel; Bertoque, 2022).

Neste trabalho, será apresentada apenas uma das técnicas no aprendizado de máquinas: Redes Neurais Artificiais (RNA), *Artificial Neural Networks* (ANN), que, conforme explicam Kublik

Natural”, tendo em vista que a linguagem é um processo mais amplo e mais complexo: envolve a língua, mas também quem diz, para quem diz, quando e como diz e as relações sócio-históricas e culturais. A máquina somente decodifica signos em números, sem considerar outras unidades de processamento mental como emoções, percepções, compreensão etc. que são importantes na constituição da linguagem.

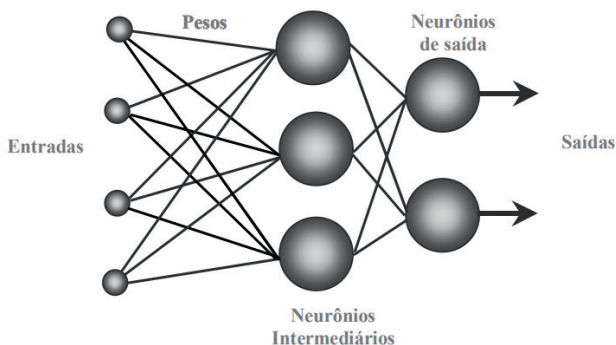
e Saboo (2022, p. 17, tradução nossa), foram desenvolvidas com base nas redes neurais humanas; trata-se de “uma grande rede de neurônios que interagem entre si para executar tarefas significativamente complexas com intervenção mínima”. Sobre a atividade neuronal humana, Bertoque (2018) explica que no processamento de atividade de linguagem (ler, falar, escrever, ouvir), os neurônios se conectam por meio de sinapses, num processo físico-químico (impulsos elétricos e liberação e absorção de neurotransmissores), construindo “caminhos”, trajetos para consolidar as informações. A autora afirma que o aprendizado ocorre tanto pelo fortalecimento de sinapses importantes/necessárias para a consolidação de uma informação, quanto pela supressão de sinapses que não são necessárias nesse processo, a fim de que a conexão seja fluida e dinâmica, sem empecilhos. Na figura 1, apresenta-se o processo sináptico, que dará base para a compreensão das RNA, exemplificada na figura 2:

Figura 1 — SEQ Figura * ARABIC 1: Representação do processo sináptico no cérebro humano



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 — Arquitetura de uma Rede Neural Artificial de múltiplas camadas



Fonte: Furtado, 2019, p. 11.

No entanto, as RNA mais modernas não se baseiam mais nessas “inspirações biológicas” (Jurafsky; Martin, 2020). Elas são camadas de nós interconectados (chamados de neurônios, pela relação com o processo sináptico operacionalizado pelos neurônios no cérebro humano), que processam (classificam, preveem e reconhecem padrões) para transmitir informações, configurando-se como um modelo de aprendizado de máquinas (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016; Furtado, 2019; Wolfram, 2023). Furtado (2019, p. 11) explica que a “arquitetura pode variar através das diferentes conexões entre as camadas: pelo número de camadas intermediárias; pelo número de unidades processadoras (neurônios ou nós); pela função de transferência; e pelo processo de aprendizado”.

Assim, a rede neural aplicada à classificação/categorização apresenta uma arquitetura⁸ organizada em camadas, chamada de aprendizagem profunda, porque tende a apresentar muitas

8 Os tipos de arquiteturas fundamentais são: Rede Neural *Feedforward* de 1 camada, Rede Neural *Feedforward* Multicamadas e Redes Recorrentes ou Realimentadas.

camadas (Jurafsky; Martin, 2020). Uma das RNA que contribui para o aperfeiçoamento das tecnologias de IA é o transformador (*transformer*), que processa extensas sequências de texto simultaneamente, com alto grau de conexão entre as palavras, para estabelecer a compreensão da informação (Russel; Norvig, 2013[1995]; Kublik; Saboo, 2022). Na próxima seção, serão apresentados os robôs mecânicos e virtuais e sua relação ou não com a IA.

Robôs mecânicos e virtuais

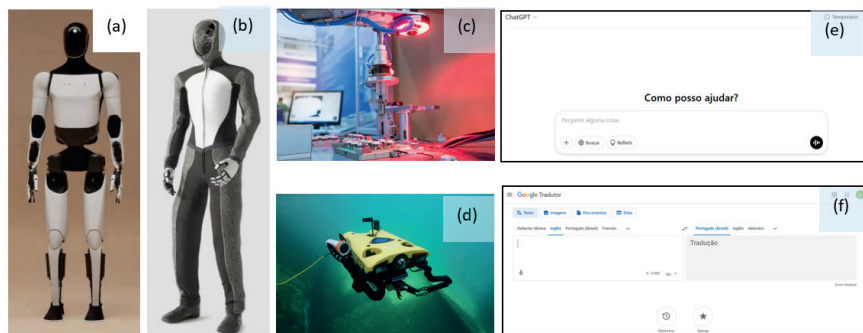
Por vezes, muitas pessoas usam os termos “robô” e “inteligência artificial” como sinônimos, por isso, nesta seção, são apresentadas algumas características para distingui-los. Grosso modo, “robô” se refere a máquinas, muitas vezes com sensores e mecanismos para interagir com o mundo físico (como se fossem *hardwares*), e IA são programas (*softwares*) que processam dados, tomam decisões e aprendem padrões. Apesar de não serem sinônimos, podem ser incorporados: robôs podem ou não ter um sistema de IA e programas de IA podem ou não estar incorporados a robôs.

Segundo Cangelosi e Schlesinger (2015, p. 45, tradução nossa), “a etimologia da palavra ‘robô’ deriva da palavra eslava *ro-bota*, usada para se referir ao trabalho escravo ou forçado”. Essa palavra foi usada pela primeira vez pelo escritor tcheco Karel Čapek, em sua peça “R.U.R. (*Rossum’s Universal Robots*)”, escrita em 1920 e estreada nos palcos em 1921 (Cangelosi; Schlesinger, 2015; Wichert, 2023). A história da peça ocorre numa ilha e retrata a fabricação de pessoas artificiais (*artificial people*), com o uso de matéria orgânica sintetizada, com o objetivo de servirem os humanos. Esses robôs (pessoas artificiais) são subservientes, não demonstram emoções e fazem os trabalhos que os humanos não desejam fazer por serem cansativos, perigosos ou tediosos; depois, começam a desenvolver consciência e emoções e se rebelam contra seus criadores, porque os tratavam como objetos,

resultando numa devastação global, com os robôs exterminando quase toda a humanidade (Čapek, 1923).

A partir da definição do *Oxford English Dictionary*, próxima à ideia estabelecida na peça de Čapek (1923), Cangelosi e Schlesinger (2015) apresentam a definição de "robô" por meio de quatro conceitos-chave: (1) máquina, (2) que executa ações complexas, (3) automaticamente e (4) programável por um computador. Para os autores, dos quatro conceitos-chave, o terceiro e o quarto são fundamentais para "definir" um robô e distingui-lo de uma máquina ou equipamento comum: "o robô opera automaticamente, sem o controle direto e contínuo de uma pessoa" (Cangelosi; Schlesinger, 2015, p. 46, tradução nossa) e "é programável por computador, ou seja, a máquina é controlada por um *software* programado por um especialista humano" (Cangelosi; Schlesinger, 2015, p. 47, tradução nossa) – a questão dos robôs teleoperadores será discutida em outra oportunidade. Há dois tipos específicos de robôs: mecânicos e virtuais – Na figura 3, há exemplos dos dois tipos:

Figura 3 – robôs: (a) robô humanoide da Tesla, *Optimus Gen 2*; (b) robô humanoide da 1x Tech, *NEO Beta*; (c) braço robótico industrial da ARV Systems, robô ABB; (d) ROV (*Remote Operated Vehicle*); (e) interface (página de apresentação) do ChatGPT - chatbot; e (f) interface do Google Tradutor – Dispositivo de tradução automática.



Fonte das imagens: a) Tesla, 2024; b) 1x Tech, 14 abr. 2025; c) AVR Systems, 2025; d) ND+ Notícias (14/7/2023) Robô [...], 2023; e) OpenAI, 2025; e f) Google Tradutor (14/4/2025).

Robôs mecânicos são máquinas projetadas para executar atividades de modo autônomo ou por controle remoto, podendo ser de grande porte, como os robôs usados no setor industrial; de porte médio, como robôs domésticos; ou de proporções nanométricas, como os nanorrobôs usados em cirurgias médicas, podendo ou não usar IA (Cangelosi; Schlesinger, 2015; Wichert, 2023; 1x Tech, 2025). Nessa modalidade, há sondas espaciais, robôs submarinos, robôs humanoides ou androide (forma corpórea que tenta imitar à forma humana) (Cangelosi; Schlesinger, 2015; Wichert, 2023); mas os robôs mais usados atualmente “são máquinas industriais de fabricação e embalagem com aparência não humana que realizam tarefas repetitivas em fábricas” (Cangelosi; Schlesinger, 2015, p. 46, tradução nossa), apresentando apenas “um braço mecânico multiarticular que executa tarefas de precisão, como soldar peças metálicas (como em uma fábrica de automóveis) ou levantar e mover objetos” (Cangelosi; Schlesinger, 2015, p. 46); ou ainda, como um carrinho móvel com rodas ou um robô aspirador de pó com rodas redondas (Cangelosi e Schlesinger, 2015). Na figura 3 (a), (b), (c) e (d), apresentam-se robôs mecânicos: (a) robô humanoide da *Tesla, Optimus Gen 2*⁹; (b) robô humanoide da *1x Tech, Gama NEO*¹⁰; (c) braço robótico industrial da ARV Systems, robô ABB¹¹; e (d) ROV (*Remote Operated Vehicle*)¹², usado pela Polícia Federal de Santa Catarina (SC).

9 Segundo o CEO da *Tesla*, Elon Musk, *Optimus Gen 2* é um robô que está sendo desenvolvido em série para ser usado na linha de produção de veículos da montadora, especialmente, em atividades repetitivas e de risco.

10 O robô *NEO Beta* lançado em 2023 pela empresa *1x Tech*, será vendido para 100 lares nos Estados Unidos da América (EUA) neste ano. A empresa já apresentou a nova versão, *Gama NEO*, mas sem data para vendas, apenas lista de espera. *NEO Beta* foi desenvolvido com parceria da *OpenAI*, por isso, está equipado com recursos de conversação em tempo real por meio do GPT-4.

11 Segundo a *ARV Systems* (2025), o robô ABB é um braço robótico projetado para se adaptar a diversas atividades: pintura, movimentação de carga, para automação de prensas, dentre outras funções.

12 ROV (*Remote Operated Vehicle*) é um robô controlado remotamente, que auxilia a Polícia Federal do estado de Santa Catarina (SC), Brasil, no processo

Robôs virtuais, também conhecidos como assistentes virtuais, *chatbots*¹³, e tecnologias de tradução automática, são *softwares* programados para interagir com os usuários, geralmente por meio de texto ou voz, numa interface de bate-papo, podendo ser programados por meio de regras ou por IA (Griol *et al.*, 2013; Garcia *et al.*, 2021). Os *chatbots* ou assistentes virtuais recebem linguagem natural como entrada (texto, ou voz, ou imagens, ou áudios, ou vídeos) e geram linguagem natural como saída (texto, ou voz, ou imagens).

Há dois tipos principais de *chatbots*. O primeiro é programado por meio de regras e não usam IA. Esse conjunto de regras são fixas, pré-determinadas, sem flexibilidade ou capacidade adaptativa, de modo que, os *chatbots* somente podem responder o que está programado, seguindo um fluxo específico (Griol *et al.*, 2013). Como exemplo, há os *chatbots* usados por empresas, consultórios e bancos que dão suporte aos clientes, direcionando-os para o setor responsável (“disque 1, para falar com um vendedor; disque 2, para registrar uma reclamação ou sugestão”), ou agendam consultas, ou informam operações realizadas, ou respondem perguntas frequentes, por meio de *FAQ*¹⁴ *Bots*, que possuem um banco de dados com informações recorrentemente solicitadas. Por não estar vinculado a uma IA, esse tipo de robô virtual não é flexível e não aprende com as interações, apenas seguem o fluxo programado; qualquer pergunta ou código diferente ao que foi explicitamente programado ou será ignorado e a proposição/pergunta repetida, ou será informado que a resposta não foi compreendida (processada) e nova resposta será solicitada (Garcia *et al.*, 2021).

de vistoria de possíveis carregamentos com drogas escondidas em cascos de embarcações (ND+ Notícias, 14/7/2023. Robo [...], 2023).

13 Apesar de os termos “assistentes virtuais” e *chatbots* não serem sinônimos, este artigo não aprofundará neste detalhamento.

14 *FAQ* é abreviação de *Frequently Asked Questions*, que significa “Perguntas Frequentes”.

Os assistentes virtuais, os *chatbots* e os dispositivos de tradução automática com IA são *softwares* que utilizam aprendizagem de máquina e PLN para processar (entender) perguntas ou comentários, a fim de auxiliar no gerenciamento de tarefas e de compromissos, na busca por informações, na organização de dados etc. São mais flexíveis, adaptativos, não seguem um fluxo programado, aprendem com as interações e, por isso, podem lidar com perguntas ou comentários mais complexos. Esses *softwares* requerem uma grande quantidade de dados no treinamento de uma rede neural (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016, Wolfram, 2023). Na figura 3 (e) e (f), apresentam-se dois robôs virtuais: (e) *ChatGPT*; e (f) *Google Tradutor* – dispositivo de tradução automática¹⁵. Dentre esses robôs virtuais, na próxima seção, apresenta-se a tecnologia *ChatGPT* com mais especificidades, como exemplo de robô virtual com IA.

ChatGPT: uma Tecnologia de Propósito Geral

O *ChatGPT* é um robô virtual (*chatbot*) que compreende, gera e analisa textos; compreende arquivos e imagens; e faz tradução automática, ou seja, trata-se de um robô de conversação, desenvolvido com o aprendizado não supervisionado, usando a técnica por Redes Neurais Artificiais (RNA) de camadas profundas, baseado em aprendizado de máquina, com Tecnologia de Propósito Geral (GPT – *Generative Pre-Trained Transformer*), a fim de efetuar o Processamento de Língua/Linguagem Natural (PLN).

A partir da codificação e da análise (aprendendo padrões) de grandes quantidades de texto (versão GPT-3,5 e GPT-4) e imagens

15 Pimentel e Bertoque (2022) explicam que o *Google Tradutor* é uma tecnologia de aprendizagem por reforço e, por isso, traduções e correções de usuários e de programadores mais recorrentes serão essenciais para o seu desempenho. Por exemplo, pelo fato de haver mais textos traduzidos do inglês para português que do árabe para o português, o programa apresenta resultados mais satisfatórios para o inglês, com base na quantidade de dados que possui.

(GPT-4), a máquina pode gerar um novo texto semelhante à escrita humana, sobre diversos assuntos/temas, em diferentes tipos textuais e gêneros discursivos, por exemplo: escrever *e-mails*, fazer roteiros para redes sociais, ensinar a preparar uma receita de comida, dar dicas para conseguir uma vaga de trabalho, escrever poema, escrever trabalhos acadêmicos, escrever códigos de programação, fazer roteiros de aula, tirar dúvidas sobre conceitos e metodologias, fazer tradução automática de textos etc. O GPT-4 é um modelo multimodal que aceita entrada de textos, de imagens, vídeos, áudios; e, após análise do *prompt*, emite saída em forma de texto, imagem e de documentos com as informações para *download* no formato *PDF* e *Excel*; e pode aprender o estilo de escrita de um usuário, fazer imagens e logotipos (com limite diário de uso e de recursos na versão gratuita) etc. Essa multiplicidade de produção e de aplicação de dados podem ser usados em diversas atividades cotidianas, por isso, o *ChatGPT* é uma Tecnologia de Propósito Geral. Como recorte de trabalho, neste artigo, será discutido apenas o funcionamento referente ao PLN por textos escritos.

O *ChatGPT* foi desenvolvido pela *OpenAI*, organização estadunidense sem fins lucrativos, e lançado em junho de 2020. Em 30 de novembro de 2022, o *ChatGPT* foi liberado para acesso ao público. Cinco dias após esse lançamento, mais de 1 milhão de pessoas haviam acessado o programa; e em janeiro de 2023, já eram 100 milhões de usuários. Em 14 de março de 2023, foi lançada sua atualização com o uso do modelo GPT-4. (Zhang; Li, 2021; Kublik; Saboo, 2022; OpenAI, 2023; Wolfram, 2023). No último levantamento em fevereiro de 2025, a *OpenAI* registrou 400 milhões de usuários ativos semanalmente, isso também justifica a escolha dessa tecnologia neste artigo, em relação a outros robôs virtuais¹⁶. Diante desse alcance, acredita-se que empresa se

16 Outros programas de PLN: *DeepSeek AI*, *Gemini*, *Meta AI*, *Copy AI*, *Tasked AI*, entre outros.

interessa na criação de uma rede social¹⁷, o que poderá incidir de modo mais direto em questões econômicas, políticas, educacionais, psicológicas etc.

Atualmente, o *ChatGPT* usa o modelo de linguagem GPT-3,5 com acesso gratuito, e GPT-4, com limitação de algumas funcionalidades no acesso gratuito, sendo necessário o pagamento de U\$ 20 dólares mensais (GPT-4 Plus) ou U\$ 200 dólares mensais (GPT-4 Pro). Houve críticas após o anúncio dos pacotes, porque isso pode dar indícios de fechamento dos códigos futuramente e, em sua missão¹⁸, a OpenAI, que em tradução livre é “Inteligência Artificial Aberta”, se comprometeu a usar a IA para beneficiar toda a humanidade, colaborando com outras instituições e pesquisadores, por meio do acesso aberto às patentes e às pesquisas e por meio de apoio a pesquisadores que atuam, por exemplo, com pesquisas interdisciplinares, incluindo o desenvolvimento da IA e “outras disciplinas, como filosofia, ciência cognitiva e sociolinguística” e “modelos linguísticos” (OpenAI, 2023). A empresa justificou que o lançamento do *ChatGPT* gratuito foi “uma prévia” para coletar dados sobre seu funcionamento (acertos e erros), também, pelo *feedback* dos usuários. Como em todo processo de tecnologia de grande impacto social, é importante acompanhar as conduções desse e de outros robôs, para reduzir os impactos negativos e potencializar os positivos.

O treinamento de tecnologias como o *ChatGPT* é gradativo e progressivo. São dadas sequências de texto cada vez maiores, começando com frases e passando para parágrafos, documentos

17 “Uma plataforma de mídia social? Esses seriam os planos da OpenAI com o *ChatGPT*” (METRO BRASIL, 2025).

18 A OpenAI (2023) afirma que sua missão é “garantir que a inteligência artificial geral (AGI) - ou seja, sistemas altamente autônomos que superam os humanos no trabalho economicamente mais valioso - beneficie toda a humanidade. [...] Para tanto, nos comprometemos com os seguintes princípios: benefícios amplamente distribuídos [...], segurança a longo prazo [...], liderança técnica [...] e orientação cooperativa [...]”.

e, inclusive, coleções inteiras de textos, de modo contínuo para ampliar a capacidade de gerar textos de alta qualidade em uma variedade de tipos textuais e gêneros discursivos. Além disso, o modelo faz uso de aprendizagem autossupervisionada (*self-supervised learning*), com ajustes para melhorar as respostas (Kublik; Saboo, 2022; OpenAI, 2023, Wolfram, 2023).

Em síntese, compreender que o *ChatGPT* é uma tecnologia de PLN significa que é uma tecnologia que pode processar entradas com linguagem natural (aquilo que uma pessoa solicita na caixa de diálogo – *prompt*) e pode processar saídas (responder) também em linguagem natural. Essa tecnologia não tem consciência, nem sabe, de fato, o que está sendo dito, mas “aprendeu” (foi programada), com uma quantidade imensa de textos, a representar as palavras e organizá-las como palavras e partes de palavras – *tokens* (por exemplo “educação”) ou *subtokens* (por exemplo, “educ”) –, que serão transformadas em números para calcular a probabilidade de uma palavra ser combinada a outras, por meio de equações matemáticas, para construir um texto com sentido referente a um contexto, a fim de apresentar uma resposta conforme fora solicitado (Cortiz 2023a, 2023b; Wolfram, 2023). Para compreender brevemente o funcionamento do *ChatGPT*, apresenta-se o exemplo diante de uma pergunta como em (1) “Como explicar o conceito de Literatura Regional?”

Quadro 1 – Simulação do processamento do ChatGPT ao responder à pergunta (1) “Como explicar o conceito de Literatura Regional?”

	Processamento	Descrição	Explicação												
Entrada	Prompt (comando)	Solicitação (camada/nó de entrada).	(1) "Como explicar o conceito de Literatura Regional?"												
Neurônios intermediários Parâmetros Pesos	Tokenização	Divisão da frase em partes menores: palavras (<i>tokens</i>) e partes de palavras (<i>subtokens</i>).	<i>Tokens</i> ["Como", "explicar", "o", "conceito", "de", "Literatura", "Regional", "??"]. <i>Subtokens</i> "Literatura" -> ["Lite", "ratura"].												
	Vetorização	Atribuição de número (vetor numérico, neste caso, aleatório) a cada um desses <i>tokens</i> e <i>subtokens</i> porque a ferramenta não compreende palavras, apenas números.	"Como" = [0.12, -0.34, 0.56, ...], "explicar" = [0.89, -0.12, 0.23, ...], "o" = [0.15, 0.02, -0.07, ...], "conceito" = [0.67, -0.44, 0.38, ...], "de" = [0.11, 0.01, -0.09, ...], "Literatura" = [0.92, -0.78, 0.55, ...], "Regional" = [0.84, -0.66, 0.49, ...], "??" = [0.05, -0.02, 0.01, ...].												
	Mecanismo de atenção	I - Estabelecimento de quais partes do texto (neste caso, da pergunta) são mais relevantes para ele efetuar a tarefa adequadamente.	I – Proximidade Semântica Relevantes: a) "conceito de Literatura Regional" ("Literatura Regional" mais central ainda = tema, núcleo semântico) b) "explicar" = ação da frase Informações auxiliares/contextuais: a) "como" = palavra interrogativa que introduz a perspectiva procedimental, contribuindo para definir o tipo de resposta b) "o"= artigo masculino definido – determinante Conexão gramatical – estrutura auxiliar: a) "de" = conectivo entre "conceito" e "Literatura". b) "??" = complementação da projeção interrogativa.												
			II - Para compreender o significado central da frase e gerar respostas precisas, pode-se estabelecer essas proximidades: "Literatura" e "Regional" apresentam alta proximidade semântica como uma unidade; e "Conceito" e "Literatura Regional" apresentam alta ligação.												
			<table><tr><th>Palavras relacionadas</th><th>Peso de Atenção (valores fictícios)</th></tr><tr><td>Relação: "Literatura" ↔ "Regional"</td><td>0.85</td></tr><tr><td>Relação: "conceito" ↔ "Literatura Regional"</td><td>0.75</td></tr><tr><td>Relação: "explicar" ↔ "conceito"</td><td>0.65</td></tr><tr><td>Relação: "como" ↔ "explicar"</td><td>0.60</td></tr><tr><td>Relação: "de" ↔ "conceito"</td><td>0.40</td></tr></table>	Palavras relacionadas	Peso de Atenção (valores fictícios)	Relação: "Literatura" ↔ "Regional"	0.85	Relação: "conceito" ↔ "Literatura Regional"	0.75	Relação: "explicar" ↔ "conceito"	0.65	Relação: "como" ↔ "explicar"	0.60	Relação: "de" ↔ "conceito"	0.40
			Palavras relacionadas	Peso de Atenção (valores fictícios)											
			Relação: "Literatura" ↔ "Regional"	0.85											
			Relação: "conceito" ↔ "Literatura Regional"	0.75											
Relação: "explicar" ↔ "conceito"	0.65														
Relação: "como" ↔ "explicar"	0.60														
Relação: "de" ↔ "conceito"	0.40														
Transformação de Representações	<i>Embedding</i> – organização da ordem (sintaxe) para manter a coerência semântica.	Por exemplo, "conceito de Literatura Regional" forma uma unidade semântica devido à ordem.													
Codificação Final (Camadas de Transformação)	Aplicação de múltiplas camadas de transformação (<i>feed-forward neural networks</i>) para combinar todas as informações de atenção e posição e compactar uma única representação vetorial no espaço de alta dimensionalidade.	Vetor da frase final: [0.85, -0.43, 0.62, ...] Significado semântico central (Valores fictícios)													
Saída	Decodificação para Geração de Texto	Apresentação da resposta (camada de saída), por meio de probabilidades relacionadas ao tema central da pergunta (entrada): previsão da próxima palavra, com base na probabilidade mais alta, construindo um encadeamento, uma geração sequencial (recursividade), ou seja, prever palavra a palavra, uma após a outra, até formar a resposta completa.	Após "entender" a frase, o <i>chatbot</i> pode começar uma resposta com "O conceito de Literatura Regional..." e manter o encadeamento até finalizar a resposta.												

Wolfram (2023) explica que, na *tokenização*, ou seja, no processo de dividir a frase em partes menores, em palavras (*token*) ou partes de palavras (*subtokens*), o *ChatGPT* não seleciona apenas a palavra com o maior peso atencional (mais relevante), ou seja, aquela que apresenta a maior probabilidade de relação, mas também seleciona palavras com peso menor para tentar promover a criatividade, construindo uma modulação em meio às probabilidades. Para o autor, se a máquina escolhesse sempre as palavras de maior peso, a redação poderia ter menos indícios de originalidade (ficando repetitiva) e menos interesse.

O *ChatGPT* é uma tecnologia com banco de dados altamente robusto. O treinamento e o processamento são complexos, contudo, devido ao número de parâmetros, ao modelo e à sua arquitetura, é operacionalizado rapidamente - o modelo GPT-3,5 possui 175 bilhões de parâmetros, atualizado em 22/8/2023; e o GPT-4, apesar de não ter sido informado pela *OpenAI*, cogita-se que tenha cerca de 1 trilhão de parâmetros, atualizado em 25/3/2025. É importante destacar que, apesar de as discussões e as pesquisas sobre IA terem se iniciado na década de 1940, a impossibilidade de as pesquisas avançarem se deu, especialmente, pela falta de tecnologias de suporte para o processamento de dados e pela falta de dados para o treinamento das máquinas. O GPT-3, por exemplo, foi treinado com uma base de dados de 45TB, ou seja, com mais de 292 milhões de páginas de documentos, ou 499 bilhões de palavras. Isso porque esse modelo de linguagem utiliza 175 bilhões de parâmetros - pontos de conexão entre camadas de entrada e saída nas redes neurais -, e possui 96 camadas de atenção - algoritmos das redes neurais (Kublik; Saboo, 2022; OpenAI, 2023; Wolfram, 2023).

Esse processamento extensivo incide diretamente no meio ambiente: componentes eletrônicos que dependem de muita matéria-prima; recorrência de extração inadequada de componentes raros para fabricação de *microchips*; muita produção de lixo eletrônico, que geralmente contém substâncias perigosas, como

mercúrio e chumbo; uso excessivo de água e de energia durante a construção e o funcionamento dos centros de dados (*data centers*¹⁹); entre outros pontos. Zhang e Li (2021, p. 831, tradução nossa), ao analisarem o treinamento do modelo GPT-3 em 2021, concluíram que ele “exige uma grande quantidade de poder computacional, dados e investimento de capital, além de liberar emissões significativas de dióxido de carbono”. Hoje, o GPT-4 requer muito mais poder de processamento e, segundo a ONU (2024, n.p.), a Agência Internacional de Energia informou que uma pergunta, via *prompt*, no *ChatGPT* (por ser baseado em IA), consome 10 vezes mais eletricidade que uma pesquisa no *Google*.

Outro aspecto que Zhang e Li (2021, p. 831, tradução nossa) ressaltam é que o “modelo GPT-3 é treinado com dados de texto da *internet* repletos de mensagens de erros e preconceitos, ele geralmente produz tópicos e parágrafos com conteúdo tendencioso semelhante aos dados de treinamento”. Mesmo que a máquina seja treinada (utilize ontologias e vocabulários controlados para compreender termos e conceitos), não implica total segurança. As discussões sobre *Web* Sintática, que implica a forma de apresentação de informações, e de sua extensão *Web* Semântica, que implica a categorização das informações de maneira organizada, para dar significado ao conteúdo, bem como as reflexões sobre a proposta de semelhança familiar – *family resemblance* – de Wittgenstein (2005[1953]) e as discussões de Johnson e Lakoff (1980), podem contribuir para compreender os processos de significação na *Web* e como o *ChatGPT* se vale dela. A própria OpenAI (2023) reconhece que o *ChatGPT* em todas as suas versões precisa de constante aperfeiçoamento – que é normal em todas as tecnologias (sejam manuais, ou eletrônicas, ou digitais) –, mas é preciso estar atentos porque tudo isso pode servir para interferir nas relações sociais, políticas, econômicas etc.

19 *Data centers* são instalações físicas onde são alocados os sistemas computacionais, servidores, equipamentos de armazenamento e redes, que armazenam, processam e gerenciam grandes volumes de dados.

Os cientistas da computação Russel e Norvig (2013[1995], p. 1188) apresentam alguns pontos importantes que precisam ser continuamente debatidos, quando se trata do desenvolvimento de IA:

- As pessoas poderiam perder seus empregos para a automação.
- As pessoas poderiam ter muito (ou pouco) tempo de lazer.
- As pessoas poderiam perder seu sentido de identidade.
- Sistemas de IA poderiam ser utilizados para fins indesejáveis.
- O uso de sistemas de IA poderia resultar na perda de responsabilidade.
- O sucesso da IA poderia significar o fim da raça humana (Russel; Norvig; 2013[1995], p. 1188).

É necessário identificar problemas que já se delineiam em relação a IA, por conseguinte, ao *ChatGPT* (que se estendem a outras IA). Com base nas discussões de Russel e Norvig (1995), Zhang e Li (2021), Cortiz (2023a, 2023b), Wolfram (2023) e as vivências a partir desta pesquisa, foi possível levantar os seguintes apontamentos: a) a máquina não é um ser pessoal, é uma entidade inanimada sem qualquer dotação cognitiva, que responde a partir de equações matemáticas (probabilidades de palavras) e não possui entendimento para compreender o que está sendo requerido ou o que ela está respondendo; b) dependendo da proposição no enunciado do comando (*prompt*) –, ou mesmo dos textos usados no treinamento (viés ideológico), a máquina pode dar respostas diretas e simplificadas que, mesmo sem erros, podem induzir a uma compreensão equivocada do assunto ou não permitir que outras perspectivas sejam apresentadas; c) considerando-se os dois primeiros problemas, o *ChatGPT*, assim como as demais tecnologias de IA generativa, pode dar respostas que não estão no seu banco de dados, sem ancoragem na realidade,

resultando numa “alucinação”; d) a máquina pode dar respostas erradas, por ser treinada com textos selecionados com viés ideológico; e) a necessidade de as tecnologias dependerem de dados para treinamento está motivando um “ambiente” clandestino, ocupado principalmente pelas gigantes da tecnologia, (*BigTechs*), que estão usando pesquisas de instituições de pesquisa e ensino, e dados privados da sociedade para o treinamento de IA sem consentimento; entre outros aspectos.

Considerações Finais

As tecnologias com IA já estão inseridas no cotidiano de modo intenso e a tendência é que esse processo se amplie. Trabalhos que interseccionem linguagem e IA podem relacionar, ainda, outras áreas, subáreas ou especialidades de conhecimento, tais como Cognição, Sociologia, Filosofia, Neurociência, História, Antropologia, Economia, Política, Jornalismo, Direito etc.

Temas da área da Linguística (campo da língua e campo do discurso) e da Literatura podem amplamente serem estudados com IA: discursos digitais, pré-discursos, tecnogênero discursivo, produção textual e IA, análises literárias e análises linguísticas (gramática, texto e discurso) de textos produzidos por IA (contos, poemas, artigos de opinião etc.), metodologia científica, recursividade, treinamento de IA, reconhecimento de imagens e estereótipos, impacto da IA na sociedade, letramento informacional, letramento digital, multimodalidade, tradução, autoria e plágio, tipos de inteligência, processos de aprendizagem, modelos de sociedade, teorias das gerações, inovação, etc.

Assim, é importante que professores-pesquisadores das Ciências da Linguagem promovam estudos sobre a linguagem na relação com os estudos em IA, especialmente, porque envolve seu objeto central: a linguagem em suas múltiplas manifestações.

REFERÊNCIAS

1X TECH. *Imagem divulgação do robô humanoide Gama NEO* – versão 2025. *1xTech*, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.1x.tech/about>. Acesso em: 14 abr. 2025.

AVR Systems. *Robô ABB*. *ARV Systems*, 14 abr. 2025. Disponível em <https://www.arvsystems.com.br/robo-abb>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BERTOQUE, L. A. D. P. Linguagem, Neurociência e Cognição. *Revista Polifonia*. Cuiabá, MT, v. 25, n. 38.1, p. 193-388, maio-ago. 2018. ISSN: 22376844. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7284>. Acesso em: 10 set 2018.

CANGELOSI, A.; SCHLESINGER, M. *Developmental Robotics: From Babies to Robots*. Massachusetts: MIT Press, 2015.

ČAPEK, K. *R.U.R. (Rossum's Universal Robots)*. Nova York: Doubleday, Page and Company, 1923. Disponibilizado por The Project Gutenberg. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/59112/pg59112-images.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CORTIZ, D. PUC Analisa: entenda o que é o ChatGPT. [S.l.], 2023a. 1 vídeo (2min). Publicado pelo canal TVPUC. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zsH_ZOssuQQ&t=51s. Acesso em: 13 abr. 2025.

CORTIZ, D. ChatGPT e as inteligências artificiais. Podcast Publica, 14 abr. 2023b. *Podcast*. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2023/04/podcast-pauta-publica/chatgpt-e-as-inteligencias-artificiais-com-diogo-cortiz/#>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In.: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

FURTADO, Maria Inês Vasconcellos. *Redes neurais artificiais: uma abordagem para sala de aula*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

GARCIA, R. B.; LIMA, A. F.; CASTOR, E. C. S.; FERNANDES, A. L. Chatbot: Análise dos aspectos positivos e negativos de seu uso em uma Instituição de Ensino Superior privada no Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 13., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro:

CASI, 2021. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26251/1/conferenceobject_91061.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

GOODFELLOW, I.; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. *Deep Learning*. Cambridge: The MIT Press, 2016.

GRIOL, D.; CARBÓ, J.; MOLINA, J. M. An automatic dialog simulation technique to develop and evaluate interactive conversational agents. *Applied Artificial Intelligence: An International Journal*, v. 27, n. 9, p. 759–780, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/08839514.2013.835230>. Acesso em: 14 abr. 2025.

JOHNSON, M.; LAKOFF, G. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. H. *Speech and Language Processing: an Introduction to Natural Language Processing, Computational Linguistics, and Speech Recognition*. 3. ed. [S.l.: s.n.], 2020.

KUBLIK, S.; SABOO, S. *GPT-3: building innovative NLP products using large language models*. Sebastopol, California: O'Reilly Media, 2022.

LAKSHMANAN, V.; GÖRNER, M.; GILLARD, R. *Practical Machine Learning for Computer Vision: end-to-end machine learning for images*. Sebastopol, California: O'Reilly Media, 2021.

METRO BRASIL. Uma plataforma de mídia social? Esses seriam os planos da OpenAI com o ChatGPT. MSN, 19 abr. 2025. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/ciencia-e-tecnologia/uma-plataforma-de-m%C3%ADdia-social-esses-seriam-os-planos-da-openai-com-o-chatgpt/ar-AA1DeKrC?ocid=BingNews-Serp>. Acesso em: 20 abr. 2025

ROBÔ submarino ajuda PF em operação para combater tráfico no litoral de SC. *ND+ Notícias*, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://nd-mais.com.br/seguranca/robo-submarino-ajuda-pf-em-operacao-para-combater-trafico-no-litoral-de-sc/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

NICOLELIS, M. *Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebro e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas*. São Paulo: Crítica, 2011.

OpenAI. *Introducing ChatGPT*. [S.l., 2023] Disponível em: <https://openai.com/blog/chatgpt>. Acesso em: 14 maio. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. A IA gera um problema ambiental. *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*, 21 set. 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/ia-gera-um-problema-ambiental-veja-o-que-o-mundo-pode-fazer>. Acesso em: abr. 2025.

PIMENTEL, K. C. do N.; BERTOQUE, L. A. D. P. A importância dos estudos linguísticos no aperfeiçoamento do Google Tradutor: linguagem, neurociência e inteligência artificial. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 24, n. 2, ago./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v24i2p161-180>.

TURING, A. M. Computing Machinery and Intelligence. *Mind*, v. 49, p. 433-460, 1950. Disponível em: <https://courses.cs.umbc.edu/471/papers/turing.pdf>. Acesso em: 12 set 2023.

TESLA Optimus. In addition to Tesla Vision, Optimus leverages many of our vehicles' hardware components, like batteries, cameras & computers. This greatly helps accelerate its development. [Vídeo divulgação dos componentes de *hardware* do robô Optimus (baterias, câmeras e computadores)]. X: @Tesla_Optimus. [S.l.]: 15 out. 2024. Disponível em: https://x.com/Tesla_Optimus/status/1846294753144361371. Acesso em: 14 abr. 2025.

WICHERT, A. *Mind, Brain, Quantum AI, and the Multiverse*. Boca Raton, Flórida: CRC Press, 2023.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 4. ed. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2005 [1953].

WOLFRAM, S. *What Is ChatGPT Doing ... and Why Does It Work?* [S.l.: s.n.], 2023. ISBN-978-1-57955-082-0 (ebook).

ZHANG, M.; LI, J. A commentary of GPT-3 in MIT Technology Review 2021. *Fundamental Research*, v. 1, n. 6, p. 831-833, nov. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667325821002193>. Acesso em: 01 maio 2023.

Language Sciences and Artificial Intelligence: introductory concepts of general purpose technology - ChatGPT

ABSTRACT: The purpose of this paper is to present introductory aspects of Artificial Intelligence (AI), specifically the general-purpose technology ChatGPT, for scientists and academics who are beginning studies that intersect Language Sciences and AI. Unlike other works that start from experts in the field of AI, this work, despite using technical language, seeks to describe and exemplify the concepts and functionalities from the perspective of a language scientist. In the subsections, basic concepts such as AI and robots (mechanical and virtual) are distinguished, and what ChatGPT is and how it works in text processing is presented. In view of social, scientific and technological changes, it is important that Language Sciences promote studies on language and AI, especially because it involves its central object: language. Thus, this paper can contribute to the understanding of AI, so that more multi, inter and transdisciplinary research can be developed in both the areas of Linguistics and Literature.

KEYWORDS: Interdisciplinarity; Natural Language Processing (NLP); chatbot.



VARIA

JORNAIS EM CONFRONTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE NOTÍCIAS SOBRE O CONFLITO ISRAEL-HAMAS

Rafael Prearo-Lima¹

Marília Zago Kairalla de Queiroz²

RESUMO: Por meio da análise de notícias veiculadas em jornais digitais sobre o conflito Israel-Hamas, este trabalho visa a demonstrar como os discursos produzidos nos jornais são ideologicamente marcados. Nossa hipótese é a de que tal análise dará indícios da inexistência de imparcialidade desse meio de comunicação. À luz da Análise do Discurso francesa, analisamos 127 notícias, encontradas por meio dos mecanismos de busca do Google, publicadas nos três primeiros dias após os ataques iniciais (em outubro de 2023) e três meses mais tarde (em janeiro de 2024). Os resultados indicam que, inicialmente, há um tom predominantemente negativo em referência ao Hamas e a seus atos, dado que permanece no segundo momento, apesar do aumento das ações de Israel.

Palavras-chave: Análise do Discurso; ideologia; jornais digitais; confronto Israel-Hamas.

1 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo campus Bragança Paulista (IFSP-BRA). E-mail: rprearo@ifsp.edu.br

2 Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (Unesp) Campus de Franca - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. E-mail: marilia.zago@unesp.br

Considerações iniciais

Os conflitos entre Israel e grupos palestinos remontam a décadas, com raízes profundas em disputas territoriais e em questões históricas. Por um lado, a formação do Estado de Israel em 1948, conhecida como Nakba pelos palestinos, marcou o início de um processo de deslocamento e resistência que moldou as tensões na região (Sahd, 2012). Por outro, a organização do Hamas, em 1987, durante a Primeira Intifada, reflete a intensificação da luta palestina contra a ocupação israelense, em um contexto de desigualdades políticas e econômicas (Clemesha, 2009). Além disso, as dinâmicas de poder regionais, incluindo o papel de atores externos, como os Estados Unidos e países árabes, têm influenciado a perpetuação do conflito (Nasser, 2015). O mais recente episódio foi a sequência de ataques do Hamas no território de Israel, ocorridos em outubro de 2023, que culminou no surgimento de um confronto bélico no Oriente Médio, em mais um entre os constantes e persistentes eventos críticos daquela região.

Considerado por uns como grupo de resistência e por outros como entidade terrorista, o Hamas (*Harakat al-Muqāwamah al-Islāmiyyah* – Movimento de Resistência Islâmica), fundado em 1987, tem entre seus objetivos a criação de um Estado palestino por meio da resistência à ocupação de Israel, cujo reconhecimento é rejeitado por seus apoiadores (Tamimi, 2007). Surgido como ramificação da Irmandade Muçulmana na Palestina, ganhou proeminência durante a Primeira Intifada em resposta às falhas da liderança secular palestina (Post, 2009). Ao combinar nacionalismo palestino com uma visão islâmica que rejeita a existência de Israel e defende a libertação da Palestina histórica (Mishal; Sela, 2006), a organização passou a se estruturar em duas alas principais: a política, que governa a Faixa de Gaza, desde 2007, após as eleições legislativas de 2006, e a militar, responsável por operações armadas (Hroub, 2006). Além disso, recebe apoio financeiro e militar de países como Irã e Qatar, o que fortalece sua

capacidade operacional e reforça sua classificação como organização terrorista por Estados Unidos, União Europeia e Israel (Levitt, 2006). Essas características tornam o Hamas um ator multifacetado, marcado por controvérsias e polarização no conflito Israel-Palestina.

Em 7 de outubro de 2023, aproximadamente 1500 integrantes desse grupo romperam o bloqueio à Faixa de Gaza e se infiltraram no sul de Israel, matando mais de 1300 pessoas do lado israelense, o maior ataque já sofrido por Israel dentro de seu próprio território (Avelar, 2023). Diversos meios de comunicação no Brasil reportaram o acontecimento, o que suscita a dúvida de como o assunto foi abordado pela mídia brasileira, de modo específico pelos jornais digitais. Assim, dada a complexidade dessas relações históricas e geopolíticas entre Israel e palestinos, torna-se pertinente a análise dos discursos produzidos sobre o evento.

Tidos como um meio de divulgação de notícias, os jornais, em suas versões impressas e digitais, têm como parte de sua função ajudar seus leitores a se informar sobre acontecimentos em geral. Tais informações deveriam ser, ao menos teoricamente, reportadas de forma imparcial ao público, sem tomadas de posição e sem divergências entre o que é relatado por um jornal e por outro – visto que reportam os mesmos acontecimentos –, mas deveriam evidenciar uma (suposta) busca “pela imparcialidade” ou “pela veracidade dos fatos”, como popularmente se espera do trabalho jornalístico.

No entanto, os estudos da Análise do Discurso de linha francesa afirmam que não há neutralidade na produção discursiva. Assim, para discutir a (não) imparcialidade dos jornais e sua suposta busca pela veracidade dos fatos, fundamentamos a pesquisa nessa corrente teórica, especificamente nos trabalhos de Pêcheux (1997), Orlandi (2005), Brandão (2005), Courtine (2009) e Maingueneau (2013). De forma sucinta, tais estudiosos defendem que todos os discursos são ideologicamente marcados, o que inclui a produção discursiva em jornais. Para isso, analisaremos

como os jornais digitais da mídia brasileira reportam os acontecimentos de outubro de 2023.

A partir disso, e considerando o atual cenário brasileiro, é possível notar uma grande discussão quanto à legitimidade dos meios de comunicação, especialmente em relação aos veículos da grande imprensa. Parte dessa discussão se deve por causa da ideia popular de que esses meios deveriam ser, em tese, imparciais no registro e na divulgação de fatos. Essa discussão pode ser vista, por exemplo, nas postagens em redes sociais em que jornais da grande mídia são acusados de *fake news* por não reportarem exatamente aquilo que se acredita ser a realidade.

Nesse sentido, ao buscarmos demonstrar como os discursos produzidos pelos jornais são ideologicamente marcados, esta pesquisa pretende discutir algo conhecido no meio dos estudos do discurso – a saber, de que não há discursos neutros nem mesmo no gênero notícia de jornal – e divulgá-lo para o grande público. Para isso, buscamos como material de análise notícias sobre um fato que tivesse grande repercussão em jornais digitais, estes escolhidos pela facilidade de acesso à pesquisa. Assim, justificamos a escolha da análise de notícias sobre os recentes acontecimentos entre o grupo Hamas e Israel por acreditarmos que, em alguma medida, esses jornais irão se posicionar, em maior ou menor grau, a favor ou contra um dos lados do conflito.

Assim, por meio da análise discursiva dos acontecimentos de outubro de 2023 em Israel e de seus desdobramentos, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: como os jornais, por meio de suas notícias, são ideologicamente marcados? Nesse sentido, acreditamos que a análise do conflito Israel-Hamas dará indícios da inexistência de uma suposta imparcialidade desse meio de comunicação.

A partir dessas considerações, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise discursiva de notícias em jornais digitais para observar as referências ao Hamas e a Israel quanto ao evento

de 7 de outubro de 2023 a fim de demonstrar como os discursos produzidos nos jornais é ideologicamente marcado. De modo específico, buscamos (i) montar um *corpus* de análise com notícias sobre os acontecimentos de 7 de outubro de 2023 publicadas logo após o evento e três meses depois; (ii) categorizar as referências ao grupo Hamas e a Israel; (iii) analisar quais os efeitos de sentido produzidos por tais referências; (iv) descrever como os efeitos de sentido são ideologicamente marcados; (v) analisar se houve mudança nos efeitos de sentido entre os períodos analisados.

Metodologia

Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, primeiramente, realizamos um estudo sobre alguns princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa a partir das obras de Pêcheux (1997), Orlandi (2005) e Maingueneau (1997, 2013). Especificamente, consideramos os conceitos de discurso, de ideologia e de condições de produção, os quais descrevemos mais adiante.

Em seguida, levantamos um *corpus* de análise da pesquisa. Para isso, usamos a ferramenta de busca do Google. Na aba “Notícias”, usamos as palavras-chave “Hamas” e “Israel” para a pesquisa, delimitando os resultados em dois determinados períodos. No primeiro, entre os dias 7 e 9 de outubro de 2023 – intervalo que corresponde aos três dias contados a partir dos atos do grupo Hamas –, encontramos 79 notícias. No segundo período, entre os dias 7 e 9 de janeiro de 2024 – três meses após o período anterior –, coletamos 48 notícias ao todo. Assim, foram selecionadas para esta pesquisa um total de 127 notícias. Para a composição do *corpus*, consideramos todos os jornais digitais encontrados da busca realizada, sem proceder a qualquer seleção ou exclusão baseada em filiação ideológica. Não se buscou mapear nem discutir o posicionamento político dos veículos, pois o propósito principal

consistiu em investigar, de forma geral, como a imprensa no meio digital reportou os acontecimentos nos períodos delimitados.

Na etapa seguinte, analisamos o material coletado, considerando os discursos produzidos em cada um dos períodos. Para isso, fizemos o levantamento de todas as referências: (i) ao Hamas; (ii) aos atos praticados pelo Hamas em outubro de 2023; (iii) aos atos praticados por Israel em resposta ao Hamas. Em seguida, analisamos esses dados, categorizando os efeitos de sentido produzidos como “negativos” ou “não negativos”. Isso foi organizado na forma de tabelas a fim de quantificar as referências encontradas.

Vale ressaltar que, durante o processo analítico, consideramos o funcionamento discursivo dos “rótulos” empregados nas notícias, os quais, para fins deste trabalho, se referem aos termos e expressões usados pelos jornais para designar os sujeitos, eventos ou ações, como nomes próprios (e.g., “Hamas”, “Israel”) ou descrições de atos (e.g., “ataque”, “resposta”). Durante as análises, esses rótulos não apenas identificam os elementos do discurso, mas também carregam conotações. Assim, optamos por denominá-los “rótulos” para fins metodológicos, facilitando a categorização e a análise sistemática de seu funcionamento discursivo. Observamos seu potencial de designar, denominar, determinar e produzir efeitos de sentido (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2005; Maingueneau, 2013). Também é importante mencionar que, dado o extenso volume de material coletado – 127 notícias ao todo –, optamos por sintetizar os resultados mais relevantes nas tabelas apresentadas na seção seguinte, as quais condensam as informações sobre os efeitos de sentido e o funcionamento discursivo dos rótulos.

Depois de termos montado o *corpus* de pesquisa, desenvolvemos a análise em si. Levando em consideração as condições de produção dos discursos produzidos no período, fizemos o levantamento de todas as referências, categorizando-as. Em seguida, analisamos os

efeitos de sentido produzidos por elas. Por fim, com base nos dados encontrados, discutimos como as diferentes referências, bem como sua frequência, evidenciam marcas ideológicas por parte dos jornais digitais da mídia brasileira. Tais informações foram organizadas em gráficos para ilustrar os dados quantificados na etapa anterior, a partir dos quais analisamos convergências e divergências nas notícias entre os períodos analisados.

Alguns conceitos teóricos

Para fundamentar teoricamente a pesquisa, partimos da definição de “discurso” de Brandão (2005), para quem discurso é toda atividade comunicativa entre interlocutores, que estão situados em um tempo histórico e em um espaço geográfico. Por pertencerem a uma comunidade, continua a autora, tais interlocutores carregam crenças, valores culturais, sociais, enfim, a ideologia do grupo do qual fazem parte – e é no discurso que a ideologia é veiculada.

Pêcheux (1975 *apud* Orlandi, 2005) também defende que a ideologia está presente no discurso, mas de forma ampliada. Isso ocorre porque o autor traça uma relação língua-sujeito-ideologia ao dizer que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Pêcheux, 1975 *apud* Orlandi, 2005 p. 17). O sujeito, então, produz discursos utilizando-se da linguagem que, por sua vez, é permeada pela ideologia. Podemos concluir, assim, que toda produção discursiva também é permeada pela ideologia. Isso se aplica aos discursos dos mais variados campos, o que também inclui a produção discursiva de jornais. Nesse sentido, a “imparcialidade”, mencionada anteriormente, que popularmente se espera de jornais não é possível de ser atingida, pois jornais são compostos por discursos – organizados em diferentes gêneros (o artigo, o editorial, a reportagem, a charge, entre outros) – sendo, portanto, ideologicamente marcados.

A respeito de características do discurso, Maingueneau (2013) explica que este se organiza em uma ordem que transcende a das frases, sendo submetido a regras de organização vigentes em determinados grupos sociais. O enunciado “Pare!”, por exemplo, mesmo constituído por uma única frase, tem unidade completa enquanto discurso, desde que inserido em determinado contexto sócio-histórico. Indo além, Maingueneau explica que não há discurso que não seja contextualizado e que “o ‘mesmo’ enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos” (Maingueneau, 2013, p. 61). Além do contexto social, o tempo também orienta o discurso, que é desenvolvido de modo linear e com uma finalidade.

Outro aspecto a se considerar a respeito do discurso e de sua compreensão são suas condições de produção. Pêcheux (1997), com base na expressão marxista “condições econômicas de produção”, explica as condições de produção como

o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante de suas condições de produção – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (Pêcheux, 1997, p. 75).

Posteriormente, Courtine (2009) acrescenta à noção de condições de produção ao afirmar que essas compreendem o conjunto de dados não linguísticos que organizam um ato de enunciação. Segundo ele, a delimitação das condições de produção do discurso age como um filtro nas sequências discursivas que comporão o *corpus* de uma análise.

Assim, para analisar um discurso, é preciso considerar as circunstâncias (Pêcheux, 1997) bem como o conjunto de dados não linguísticos (Courtine, 2009) que envolvem seu processo de produção, a saber, tanto o contexto sócio-histórico em que o discurso

e os sujeitos estão inseridos quanto os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que tratam (Brandão, 2005).

A notícia, enquanto gênero discursivo, é compreendida como uma construção social moldada por influências jornalísticas, culturais e institucionais, envolvendo relações com fontes, com a sociedade e com comunidades profissionais (Traquina, 2001). Na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, tal gênero carrega sentidos ideológicos e participa da institucionalização da sociedade, contribuindo, assim, para a constituição da cognição social (Ponte, 2005). Schwaab (2007), ao aplicar essa abordagem ao campo jornalístico, demonstra que os textos noticiosos não se limitam à mera transmissão de informações, mas funcionam como construtores de sentidos que refletem e, ao mesmo tempo, moldam a realidade social.

Dessa forma, o estudo dos discursos produzidos nos jornais, à luz da Análise do Discurso francesa, demanda o uso de conceitos como formações discursivas, interdiscurso e posições subjetivas, os quais permitem compreender como os sentidos são historicamente produzidos e reinscritos no dizer das notícias (Pêcheux, 1997; Maingueneau, 1997). Além disso, essa abordagem enfatiza a indissociabilidade entre linguagem, ideologia e poder, revelando como os discursos são produzidos, circulam e são interpretados em contextos sociais determinados (Pêcheux, 1997). Com isso, para a compreensão desses discursos, exige-se uma análise que ultrapasse a superfície textual e que investigue, sobretudo, suas condições de produção e os efeitos de sentido que delas decorrem.

Análise dos dados e resultados

Apresentamos a seguir os resultados das análises a partir da coleta de dados, conforme

descrito anteriormente. Para isso, iremos considerar, primeiramente, os dados coletados em outubro de 2023, durante os dias 7, 8 e 9, período que coincide com a ação inicial do Hamas, e, em seguida, os dados referentes a janeiro de 2023, também nos dias 7, 8 e 9, três meses após o ocorrido inicial, período no qual já havia uma resposta de Israel às ações do Hamas.

Dados coletados em outubro de 2023

Neste primeiro bloco de análise, foram encontradas ao todo 79 notícias publicadas em jornais digitais entre os dias 7 e 9 de outubro de 2023. Durante a leitura das notícias, separamos os termos usados em referência ao Hamas (Tabela 1), os termos usados para se referir às ações do Hamas (Tabela 2) e aqueles usados em referência às ações de Israel contra o Hamas (Tabela 3). Em cada uma das tabelas, organizamos as referências em ordem quantitativa decrescente, destacando (com sombreado) aquelas com tom negativo.

Tabela 1 – Referências ao Hamas – outubro/2023

Hamas	493	grupo militante palestino	4	As Brigadas Izz ad-Din al-Qassam	1
palestinos	51	combatentes palestinos	3	organização radical	1
grupo islâmico	43	extremistas	3	forças do Hamas	1
grupo	36	grupo armado palestino	3	facções extremistas	1
homens armados	27	grupo extremista islâmico armado	3	grupo de militantes islâmicos	1
combatentes	25	guerreiros palestinos	3	grupo de resistência	1
militantes	24	grupo islâmico palestino	2	grupo militante islâmico	1

grupo extremista	18	grupo mulçumano	2	grupo palestino extremista	1
terroristas	16	grupo fundamenta- lista e supremacista	2	grupo tradicional palestino	1
grupo terrorista	14	grupo radical islâmico	2	membros palestinos	1
grupo extremista armado	12	homens	2	militantes islâmicos	1
militantes palestinos	11	movimento de orien- tação sunita	2	movimento Hamas	1
grupo extremista islâmico	9	antissemitas	2	movimento islâmico	1
Inimigo	9	ISIS	1	terroristas genocidas	1
organização ter- rorista	8	ala militante	1	pessoas	1
grupo palestino	7	animais humanos	1	palestinos armados	1
organização islâ- mica	6	agressores	1	vizinhos	1
Movimento de Re- sistência Islâmica	6	atiradores	1	não mencionados	1
militantes de Gaza	5	agentes do Hamas	1		

Fonte: elaboração própria.

Encontramos ao todo 874 referências ao Hamas, organizadas sob 56 diferentes rótulos

usados pelos jornais digitais, conforme apresentado na Tabela 1 (acima). Dessas 874 referências, um total de 136 têm um tom negativo.

A seguir (Tabela 2), apresentamos as referências encontradas no *corpus* quanto às ações do Hamas contra Israel em outubro de 2023.

Tabela 2 – Referências às ações do Hamas – outubro/2023

ataque	390	ação do Hamas	5	ocorrido	1
conflito	314	violenta ação	5	ação sem precedentes	1
guerra	124	ataque mortal	4	ataque terrestre	1
bombardeio	52	destruição	4	ataque letal	1
confronto	34	crimes de guerra	3	ato	1
ofensiva	29	ataque militar	2	capacidade tática militar	1
ataque surpresa	28	sábado violento	2	cruéis ataques	1
invasão	17	escalada de violência	2	devastador ataque	1
disputa	16	ação militar	2	evento sem precedentes	1
ataque terrorista	13	ação terrorista	2	escalada de eventos sem precedentes	1
tensão	14	avanço no território	2	episódio violento	1
combate	12	embate	2	opressão colonialista	1
evento	11	ataque palestino	2	grande tensão	1
situação	10	ato de terrorismo	2	momento de tensão	1
ataque aéreo	9	ato de violência	2	movimento militar	1
infiltração	8	ataque surpresa sem precedentes	2	série de bombardeios	1
sequestro	4	combate armado	2	série de ofensiva	1
ação	5	surpresa	2	penetração de território	1
acontecimento	5	terror	2	resposta	1
massacre	5	violência	2	tiroteio	1
terrorismo	5	operação violenta sem precedentes	2	Tempestade de Al-Aqsa	1
ataque sem precedentes	5	operação retomada de território	1		

Fonte: elaboração própria.

Nesse período inicial do conflito, em outubro de 2023, encontramos 1184 referências usadas pelos jornais digitais para se referir às ações do Hamas, organizadas sob 65 rótulos diferentes, conforme apresentado na Tabela 2 (acima). Dessas 1184 referências, um total de 716 têm um tom negativo.

Na Tabela 3 (a seguir), categorizamos o último bloco de dados referentes a outubro de 2023, que dizem respeito às ações de Israel. Esse dado é importante, pois, no período escolhido, Israel também teve operações militares contra o Hamas.

Tabela 3 – Referências às ações de Israel – outubro/2023

Ataque	66	contraofensiva	4	opressão colonialista	1
destruição	42	operação	2	genocídio	1
resposta	18	autodefesa	1	movimentação	1
ataque aéreo	11	ação terrorista	1	táticas e planos de operações especiais	1
bombardeio	6	conflito armado	1	revidar	1
contra-ataque	5	ofensiva	1		

Fonte: elaboração própria.

Nessa amostragem, encontramos 163 referências usadas pelos jornais digitais para referir àquilo que foi praticado por Israel, organizadas sob 17 rótulos diferentes, conforme apresentado anteriormente na Tabela 2. Dessas 163 referências, um total de 123 têm um tom negativo.

Dados coletados em janeiro de 2024

Neste segundo bloco de análise, foram publicadas em jornais digitais 48 notícias entre 7 e 9 de janeiro de 2024. Durante a leitura e análise dos dados, usamos os mesmos critérios adotados

na análise do bloco anterior, a saber, separamos os termos usados em referência ao Hamas (Tabela 4), os usados para se referir às ações do Hamas (Tabela 5) e aqueles usados em referência às ações de Israel contra o Hamas (Tabela 6). Em cada uma das tabelas, organizamos as referências em ordem quantitativa decrescente, destacando (com sombreado) aquelas com tom negativo.

Tabela 4 – Referências ao Hamas – janeiro/2024

Hamas	261	movimento islamista palestino	2	Inimigo	1
terroristas	20	movimento terrorista	2	integrantes do grupo	1
grupo terrorista	18	facções palestinas	1	militância armada	1
grupo	11	grupo fundamenta- lista	1	movimento extremista	1
combatentes	10	grupo fundamentalis- ta islâmico	1	movimento islâmico	1
militantes	9	grupo islâmico	1	movimento palestino	1
grupo radical islâmico	8	grupo islâmico pales- tino	1	organização terrorista	1
facções	3	grupo islamista	1		
extremistas	2	grupo palestino	1		

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 4 (acima), encontramos 391 referências usadas pelos jornais digitais para se referir ao Hamas, organizadas sob 25 rótulos diferentes. Dessas 391 referências, um total de 54 têm um tom negativo.

Apresentamos a seguir (Tabela 5) as referências encontradas no corpus quanto às ações do Hamas contra Israel em janeiro de 2024.

Tabela 5 – Referências às ações do Hamas – janeiro/2024

guerra	114	Batalha de Al-Aqsa	2	ataque surpresa	1
conflito	61	conflito armado	2	ataque terrorista	1
ataque	40	ofensiva	2	conflito regional	1
combate	10	massacrados	1	crimes de guerra	1
confronto	6	ação	1	disparos	1
sequestro	5	ações cruéis	1	escalada de violência	1
incursão	3	ataque sangrento	1	incursão terrestre	1
terrorismo	3	ataque sem precedentes	1	rompimento de barreiras	1

Fonte: elaboração própria.

Nesse período do conflito Israel-Hamas, encontramos 261 referências às ações do Hamas, rotuladas pelos jornais digitais de 24 formas diferentes. Dessas 261 referências, 174 têm um tom negativo.

Por último, a Tabela 6 (a seguir) diz respeito às ações de Israel em janeiro de 2024. Nas notícias de jornais digitais de janeiro de 2024, encontramos 291 referências às ações de Israel, das quais 203 têm um tom negativo. Tais referências foram rotuladas de 39 formas diferentes.

Tabela 6 – Referências às ações de Israel – janeiro/2024

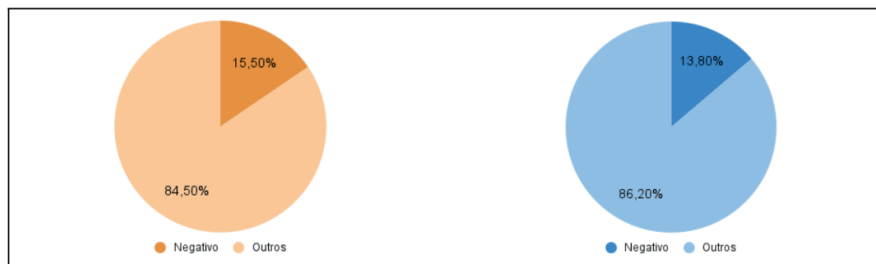
ataque	92	extermínio	3	disparos esporádicos de foguetes	1
bombardeio	53	incursão terrestre	3	episódio violento	1
ofensiva	28	ação	2	escalada de morte de civis	1
desmantelamento	25	atentado terrorista	2	escalada de violência	1
destruição	20	desmanche	2	homicídio	1
eliminação	9	genocídio	2	incursão	1
operação	7	golpe	2	invasão	1
desmonte	5	atingida	1	lançamento de foguetes	1
ofensiva militar	5	contraofensiva	1	luta	1
combate	4	crimes de execução	1	onda sem precedentes de ataques	1
massacrados	4	crise	1	resposta	1
operação militar	4	crise humanitária sem precedentes	1	tragédia humanitária	1
crise humanitária	3	devastação	1	violência	1

Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, podemos chegar a algumas conclusões. A primeira delas, em relação às referências do grupo Hamas, é sobre a manutenção dos sentidos.

Figura 1 – Referências ao Hamas – outubro/2023 e janeiro/2024



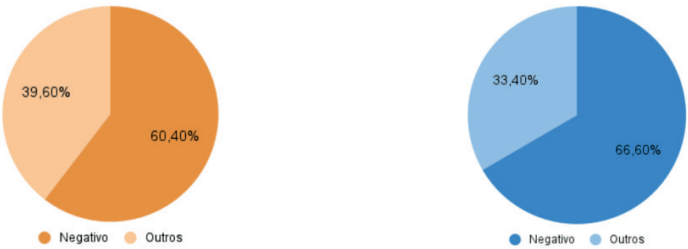
Fonte: elaboração própria.

Os gráficos da Figura 1 indicam o percentual de referências em tom negativo feitas pelos jornais digitais em relação ao Hamas em outubro de 2023 (em laranja, à esquerda) e em janeiro de 2024 (em azul, à direita). O que se nota é que a variação percentual entre as datas é bastante pequena (15,50% de menções em tom negativo em outubro; 13,80% em janeiro). Podemos concluir, assim, que houve uma manutenção do discurso dos jornais ao fazerem referências ao Hamas.

Um dado interessante a ser analisado é que, embora essa porcentagem pareça muito pequena para ser relevante, a tendência dos jornais foi a de se referir ao Hamas pelo próprio nome – isto é, por “Hamas”. Isso é comprovado pela frequência dessas referências: em outubro, 493 referências de um total de 874 (56% do total); em janeiro, 261 referências de um total de 391 (66% do total). Se desconsiderarmos esse dado para a análise de referências negativas que os jornais fizeram do Hamas, temos os seguintes números: em outubro, 36% das referências seriam negativas; em janeiro, 41%.

A seguir, apresentamos na forma de gráficos a diferença no modo como os jornais digitais noticiaram as ações do Hamas com tom negativo entre os períodos.

Figura 2 – Referências às ações do Hamas – outubro/2023 e janeiro/2024

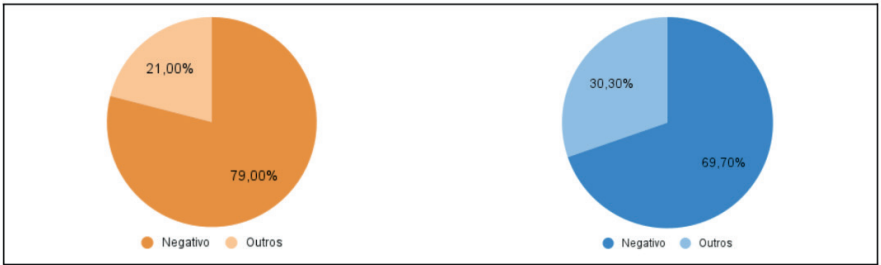


Fonte: elaboração própria.

O que podemos concluir com base nos gráficos é que a diferença percentual entre as referências às ações do Hamas em tom negativo foi muito pequena, com um leve aumento – a saber, passando de 60,40% em outubro de 2023 para 66,60% em janeiro de 2024.

Em relação às referências dos jornais digitais sobre as ações realizadas por Israel, também encontramos uma pequena mudança entre os dois períodos, conforme representado nos gráficos a seguir (Figura 3).

Figura 3 – Referências às ações de Israel – outubro/2023 e janeiro/2024



Fonte: elaboração própria.

No gráfico da Figura 3, é mostrado o percentual da comparação entre os sentidos das referências em relação às ações de Israel. Em outubro de 2023, 79% das referências tinham um tom negativo; em janeiro de 2024, esse número diminuiu para 69,70% do total. Apesar de a diferença ter sido da casa de 10 pontos percentuais, a proporção de menções negativas continuou alta nos dois períodos.

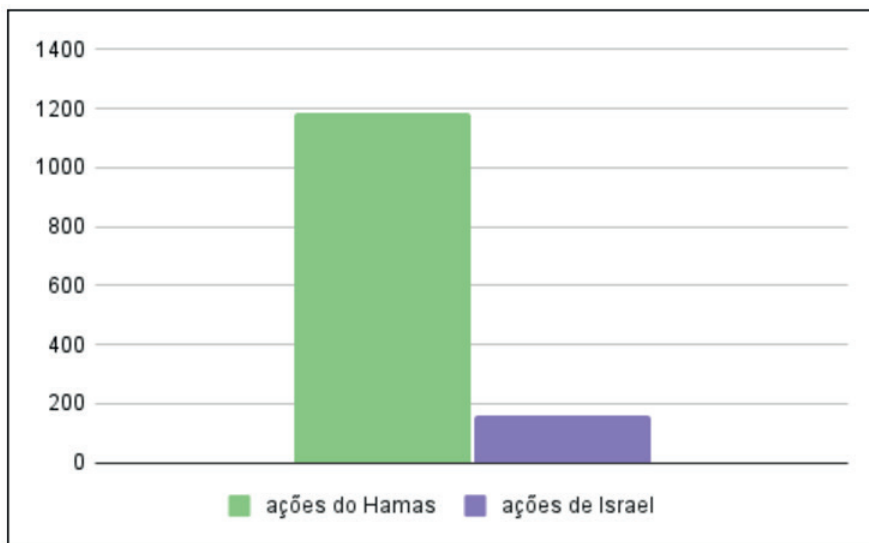
Também podemos tirar conclusões a partir da análise dos dados das Figuras 2 e 3. A primeira é que, majoritariamente, os jornais digitais se referiram às ações tanto do Hamas quanto de Israel de forma negativa nos dois períodos (respectivamente, 60,40% e 79% em outubro de 2023; 66,60% e 69,70%, em outubro de 2023). Isso pode sugerir que, de modo geral, os jornais digitais desaprovam o conflito.

A segunda conclusão com base nesses dados é a de que, entre outubro de 2023 e janeiro de 2024, o percentual de referências negativas às ações do Hamas aumentou, ao passo que o percentual de referências negativas às ações de Israel diminuiu. Isso é relevante porque, em outubro, foi o Hamas que deu início ao conflito. Porém, nos meses seguintes, o que se viu no meio midiático – e as notícias demonstram isso – é que a maior parte dos ataques foi realizada por Israel.

Assim, ainda que o foco do principal agente do conflito tenha passado do Hamas para Israel, os jornais diminuíram o percentual de referências negativas a Israel e aumentaram o número de referências negativas ao Hamas.

Essa observação fica mais evidente quando comparamos não os percentuais das referências, mas o número total de menções aos atos do Hamas e de Israel em outubro de 2023 e em janeiro de 2024.

Figura 4 – Comparativo do número total de menções – outubro/2023

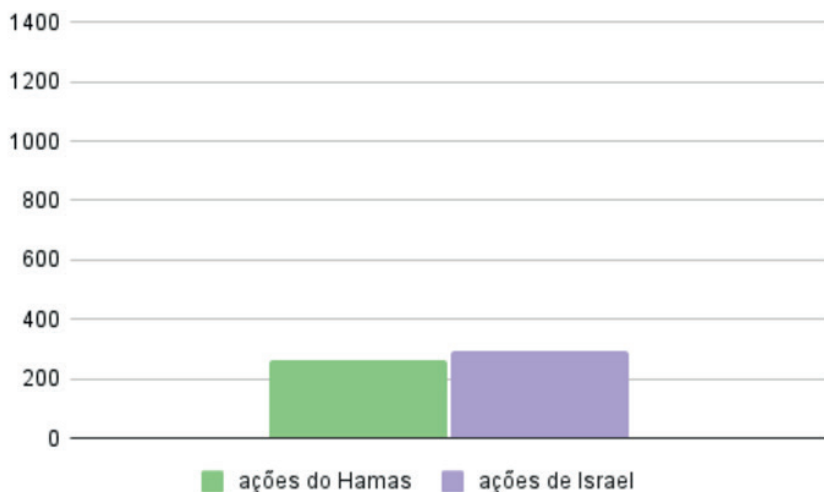


Fonte: elaboração própria.

Nesse gráfico, podemos notar uma diferença de quase seis vezes mais menções às ações do Hamas do que às de Israel em outubro de 2024.

Ao fazer a mesma comparação com a quantidade de menções aos atos de cada agente do conflito no mês de janeiro de 2024 (Figura 5), percebemos que o número total de referência às ações do Hamas é ligeiramente menor do que às de Israel — mesmo com Israel sendo o foco de ação. Indo além, apesar de a quantidade numérica de menções às ações de Israel ter maior volume, não chega a um número tão alto quanto ao registrado em outubro em relação ao Hamas.

Figura 5 – Comparativo do número total de menções – janeiro/2024



Fonte: elaboração própria.

Chegamos, então, a algumas conclusões finais. Primeiramente, constatamos o fato de a mídia, especificamente os jornais digitais, não terem noticiado proporcionalmente os atos de Israel em comparação com os do Hamas. Isso pode ser afirmado quando a quantidade de referências diminuiu ao mesmo tempo que Israel começou a contra-atacar. Essa predileção em noticiar mais aquilo realizado pelo Hamas do que aquilo feito por Israel indica um favorecimento a um dos lados — nesse caso, a Israel.

Além disso, outra conclusão diz respeito ao uso das palavras sobre o agente do ataque. Em outubro de 2023, a segunda referência utilizada em maior quantidade foi “palestinos”, o que pode levar o leitor a pensar de forma generalizada e, muitas vezes, relacionar tais eventos também com civis palestinos, em uma relação na qual as expressões “ser do Hamas” e “ser palestino” seriam sinônimas.

Além das conclusões quantitativas apresentadas, é fundamental discutir o funcionamento discursivo dos rótulos empregados nas notícias, uma vez que estes não apenas designam os sujeitos e eventos, mas também produzem efeitos de sentido que refletem as condições de produção dos discursos. Conforme salientado por Pêcheux (1997), o discurso é indissociável da ideologia, e os rótulos funcionam como dispositivos que interpelam os sujeitos, posicionando-os em relação aos eventos narrados. No caso das notícias analisadas, os rótulos utilizados para referir-se ao Hamas e a Israel não são neutros; eles carregam conotações que orientam a interpretação do leitor e revelam as posições ideológicas subjacentes aos textos jornalísticos.

Por exemplo, a predominância de rótulos como “grupo terrorista” ou “extremistas” para designar o Hamas, especialmente em outubro de 2023, não apenas identifica o grupo, como também o enquadra dentro de uma narrativa que o associa à violência ilegítima e ao terror. Esse enquadramento discursivo está alinhado com as formações discursivas dominantes no contexto ocidental, que tendem a deslegitimar as ações do Hamas enquanto legitimam as de Israel como “respostas” ou “autodefesa”. Em contrapartida, os rótulos aplicados a Israel, como “Estado soberano” ou “forças de defesa”, reforçam uma imagem de legitimidade e de autoridade, mesmo quando suas ações são descritas de modo negativo, como “ataque” ou “bombardeio”. Essa assimetria na nomeação revela como os jornais, mesmo ao relatar os mesmos eventos, produzem sentidos distintos conforme os rótulos escolhidos, refletindo, assim, as condições de produção marcadas por influências políticas, culturais e institucionais.

Ademais, o processo de textualização das notícias, que envolve a seleção e organização dos rótulos de acordo com as convenções do gênero jornalístico, também contribui para a construção de uma suposta objetividade. No entanto, como demonstrado na análise, essa objetividade é ilusória, pois a escolha dos rótulos inevitavelmente introduz uma perspectiva ideológica. Por exemplo,

ao optar por descrever as ações do Hamas como “ataques terroristas” e as de Israel como “operações militares”, os jornais não apenas informam mas também julgam e posicionam os atores do conflito de maneiras distintas. Esse funcionamento discursivo dos rótulos, portanto, é central para compreender como os jornais digitais brasileiros produzem e reproduzem discursos que, longe de serem imparciais, estão profundamente enraizados em contextos ideológicos específicos.

Assim, por meio da análise da repercussão em notícias dos eventos de outubro de 2023, pudemos confirmar nossa hipótese quanto à existência de parcialidade de notícias, ao contrário do imaginário popular de que há (ou deve haver) imparcialidade nesse tipo de produção discursiva. Nesse sentido, a discussão sobre o funcionamento discursivo dos rótulos reforça essa conclusão, evidenciando que a linguagem jornalística, por meio da nomeação, não apenas reflete, mas também constrói realidades sociais e políticas, alinhadas às condições de produção dos discursos.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Dani. Entenda como foi o ataque terrorista do Hamas em Israel no 7 de outubro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 2023. Disponível em: <https://folha.com/6bqv4sn>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRANDÃO, Helena. H. N. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005.

CLEMESHA, Arlene. Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina. *Revista PUCVIVA*, São Paulo, v. 34, p. 6-12, jan.-abr. 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

HROUB, Khaled. *Hamas: a beginner's guide*. 2. ed. Londres: Pluto Press, 2010.

LEVITT, Matthew. *Hamas: Politics, Charity, and Terrorism in the Service of Jihad*. New Haven: Yale University Press, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MISHAL, Shaul. SELA, Avraham. *The Palestinian Hamas: vision, violence, and coexistence*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006.

NASSER, Salem. *Oriente Médio em transformação: conflitos e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2015.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

POST, Jerrold M. Hamas: The Islamic Resistance Movement. In: GERGES, Fawaz A. *The far enemy: why Jihad went global*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 123-156.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

SAHD, Fábio Bacila. Repensar a Nakba: os refugiados palestinos de 1948. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 12, n. 135, p. 88-97, ago. 2012.

TAMIMI, Azzam. *Hamas: a history from within*. Massachusetts: Olive Branch Press, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Newspapers in conflict: a discursive analysis of news about the Israel-Hamas conflict

ABSTRACT: Through the analysis of news articles published in digital newspapers regarding the Israel-Hamas conflict, this study aims to demonstrate how the discourses produced by the press are ideologically marked. Our hypothesis is that such an analysis will provide evidence of the absence of impartiality in this medium of communication. Drawing on French Discourse Analysis, we examined 127 news articles retrieved via Google search tools, published during the first three days following the initial attacks (in October 2023) and three months later (in January 2024). The results indicate that, initially, there is a predominantly negative tone in reference to Hamas and its actions – an aspect that persists in the later period, despite the increase in Israeli actions.

KEYWORDS: Discourse Analysis; ideology; digital newspapers; Israel-Hamas Conflict.

DO BÁRBARO AO SELVAGEM: A ANIMALIZAÇÃO DO OUTRO

Elizabeth Barranqueiros¹

Maria Fernanda Gárbero²

RESUMO: Este artigo propõe traçar um paralelo entre os termos “bárbaro” / “selvagem” e “sujeitos autorizados” / “civilizados”, a fim de se pensar na perpetuação dos corpos categorizados por esses termos e o lugar que ocupam na literatura. Com base na leitura do corpo, na tragédia *Medeia*, de Eurípides, e sua releitura na peça argentina *A Fronteira*, encenada em 1960 por David Cureses, interessamos pensar em como o bárbaro pode ser representado para recuperar conflitos que permanecem em estado de tensão. Com isso, alguns questionamentos emergem: de que forma o bárbaro é inscrito em personagens selvagens? Que lugar é esse habitado por elas? O que faz nossas personagens serem submetidas ao lugar da monstrosidade? Acreditamos que a literatura torna possível a compreensão desses lugares marginalizados e de como essas fronteiras são instaladas, mas, por vezes, nunca ultrapassadas. Com base nas peças mencionadas, analisaremos a relação construída entre os termos “bárbaros” / “selvagens” e “sujeitos autorizados” / “civilizados”, refletindo acerca do diálogo e da atualização dos contextos e das personagens que, de maneiras distantes temporalmente, representam o Outro. Por meio dos textos citados, teceremos considerações teóricas sobre esses desdobramentos.

Palavras-chave: *Medeia*; Eurípides; civilizados; bárbaros; animalização.

1 Mestranda em Estudos de Literatura do PPG Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: elizabethcampos258@gmail.com

2 Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: nandagarbero@gmail.com

Introdução

Sabe-se que, ao longo da história, tanto na literatura quanto na sociedade, de modo geral, um corpo é escolhido para ocupar o lugar do “outro”, aquele tido como o não civilizado e que se caracteriza pelo não pertencimento a uma determinada cultura, gênero ou etnia. Os gregos, séculos antes da Era Comum, já dividiam a sociedade entre civilizados (gregos) e não civilizados (bárbaros), a quem era atribuído um espaço de exclusão. Assim, nesse cenário, o bárbaro é aquele que não compartilha os mesmos elementos culturais e sociais da Hélade, hoje Grécia, e, principalmente, fala uma língua diferente. É nesse cenário de não pertencimento e diferenças que moram Medeia e Bárbara, personagens das peças *Medeia*, de Eurípedes, e *A Fronteira*, de Cureses, respectivamente.

Na primeira peça citada, há uma protagonista de fora da Hélade, filha do rei Eetes da região Cólquida, hoje conhecida como Geórgia, na mitologia lembrada como a sobrinha da feiticeira Circe e neta do deus Sol. Pertencente a um mundo exterior ao mundo grego e descendente de figuras emblemáticas, como o rei detentor do velocino de ouro, a feiticeira que transforma a tripulação de Odisseu em porcos (*Odisseia*, X) e o deus que será peça-chave na tragédia de Eurípedes, Medeia, entre suas muitas formas de estranhamento está também aquele que, embora não apareça na tragédia, podemos inferir a respeito da partilha da língua grega, isto é: a *hellenike glossa*. Uma vez que a língua era um importante elemento de distinção (Bourdieu, 2014 [1979]) à Hélade, não nos parece errôneo crer que Medeia fale uma outra língua, ou melhor, a língua do Outro. Esse falar “calibânico”, que não reconhecemos na leitura das tragédias, seja no texto grego, seja em quaisquer de suas traduções, instaura-se como uma substância capaz de se colocar fora do significante, contudo, potente o bastante para permanecer na voz, no corpo, projetando-se, com força, no ato do filicídio.

Em *A Fronteira*, a personagem Bárbara vive toda sua tragédia durante a Campanha do Deserto, época que “consistiu em uma

série de operações militares executadas pelas autoridades argentinas, por volta do final do século XIX. O objetivo foi expulsar os índios da região localizada ao sul de Buenos Aires de modo a incorporá-los às atividades produtivas de exportação” (Lenz, 2003, p. 2). Essa personagem, cuja cultura e raça diferem de seu colonizador – o europeu –, mostra-se, desde o início, ocupando um lugar de diferença, ela, como Medeia, ou *porque é Medeia*, é o Outro. Essa Medeia dos Pampas argentinos deixa explícita uma fronteira que existe entre ela – a barbárie – e os europeus – a civilização.

Com efeito, esse Outro, na literatura, por muitas vezes, pode ser representado por meio de uma corporeidade do abuso, isto é, nele tudo pode caber e ganhar significação: violência, vingança, paixão, traição, entre muitas outras figurações do *bizarro*, do mal. No caso da personagem Bárbara, sua representação “como ato máximo dessa potência bárbara, seu corpo põe em cena o horror, com o filicídio” (Gárbero, 2021, p. 24). Nesse sentido, confirma-se o lugar de exclusão destinado ao corpo selvagem, permitindo contínuos ataques, que reforçam sua descartabilidade. De acordo com Montaigne, em seu ensaio *Dos Canibais*, vemos que pode haver mais *barbárie* em atos de sujeitos que se colocam em um lugar de civilizado do que nos chamados selvagens e “podemos, pois, achá-los bárbaros em relação às regras da razão, mas não a nós, que os sobrepassamos em toda a espécie de barbárie” (Montaigne, 2011, p. 4).

Atentos a essas representações de um mal que parece inscrito na condição primária, como ponto de partida para a compreensão desses sujeitos despojados de cidadania por uma história que não deixa de apagá-los, este artigo discute a relação construída entre os termos “bárbaros” / “selvagens” e “sujeitos autorizados” / “civilizados”, refletindo acerca do diálogo e da atualização dos contextos e das personagens que, de maneiras distantes temporalmente, representam o Outro. Para isso, propomo-nos uma reflexão sobre o tema, considerando a importância da *Medeia*, de Eurípides, como certo modelo, quando pensada à luz da literatura

nas figurações do corpo do descarte, bem como o aprofundamento teórico, discutindo com autores que nos ajudam a pensar esses sujeitos, com base em narrativas de exclusão que lhes foram historicamente impostas.

Fronteiras bárbaras: quem ocupa esse lugar?

Nos estudos literários, é comum encontrar personagens que ocupam, dentro da ficção, um lugar à margem, uma fronteira, uma nítida separação entre dois espaços culturalmente diferentes. Esse lugar transcende os meios materiais para fixar-se na imaterialidade, ou seja, a margem deixa de ser um espaço geográfico e palpável para se tornar um indivíduo, penetrando suas entranhas e demarcando o diferente, deslocado fora de sua terra natal, que arrastará consigo a bandeira do não pertencimento. Afirmar isso seria ir contra a ideia de que uma personagem ocupa um lugar, mas ir ao encontro de uma ocupação visceral, sendo difícil separar o lugar da personagem, afirmando que, uma vez inserida nessa fronteira, a toma para si, tornando-se a própria instância de separação. Quando se vive por muito tempo entre uma faixa de conflito, essa separação olha para você. Talvez, esse olhar não seja como algo ruim que te espera após uma longa queda de um precipício, mas, sim, seja aquilo que sempre foi enterrado e guardado no fundo de um poço, por medo ou vergonha de se expor, e, em algum momento, isso precisa vir à tona, porque é parte do corpo que o encara e o despreza. É isso que ocorre com as protagonistas aqui estudadas: elencadas junto ao horror, elas decidem estabelecer de fato o que são.

Nossas personagens são exemplificações de corpos que ocupam essas fronteiras, elas são o Outro. Ao não serem sujeitos autorizados – ditos “civilizados” e “detentores da razão” – tomam para si quaisquer rotulações. São os outros, e não o “eu”, o eu que caracteriza o sentimento dos gregos como sujeitos autorizados que possuem uma justificativa, uma razão para seus atos, capaz

de cometer atos monstruosos. Com efeito, essas personagens femininas e nascidas em outras terras, solos bárbaro e indígena, respectivamente, foram obrigadas a viver em um lugar onde seu corpo desvela a abominação. Medeia migra para terras hostis, e Bárbara não é bem-vinda em sua própria terra, já que essa estava sendo invadida por argentinos e espanhóis, em busca do aniquilamento indígena. Expostas a uma vida de tensão, por tempos, elas mantêm suas posturas pacíficas ao lado de seus cônjuges, até que eles decidem fazer de suas mulheres feras. Nossas mulheres fronteiriças transitam entre luz e sombra, amor e ódio, perdão e vingança, ambas na tentativa de estabelecerem em suas vidas um sentido que perpassa o casamento. Quando conhecem Jasão e Jasão Ahumada (em Cureses), tudo vira de ponta-cabeça, restando a elas somente o matrimônio com homens que, como um tornado, passam arrastando tudo para dentro de si, causando destruição e morte, aparentemente natural e inevitável, tal qual a paixão.

Ao longo dos séculos, esse lugar marginalizado foi ganhando cada vez mais espaço e apagando pessoas, e o que antes se delimitava por mapas, agora é impossível. Mais que um espaço, um sentimento, deparar-se com pessoas que se sentem oprimidas, descartáveis e inferiores é um ato frequente. Civilizações inteiras postas do outro lado da fronteira, como marca de um “conflito eterno entre o civilizado e o bárbaro, entre o colonialista e o colonizado” (Santiago, 2000, p. 10), separando, de um lado da fronteira, aqueles que se consideram superiores a outros e, como consequência, colocam suas culturas acima, e, de outro lado, povos vistos como inferiores, selvagens e perigosos. No meio, uma fronteira vermelha, marcada de sangue e luta, marca-se o lugar habitado pelas personagens aqui estudadas.

As fronteiras de Medeia e Bárbara

O “mito” caracteriza-se por uma memória coletiva que perpassa a barreira do tempo, preenchendo-se de história, criado

para explicar, em certa medida, o mundo dos deuses e dos mortais. Segundo Grimal,

o “mito” não tem outro fim senão ele mesmo. Quer se acredite nele ou não, ao bel-prazer, por um ato de fé, quer seja considerado “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se deseja acreditar nele. O mito se vê, assim, atraindo à sua volta toda a parte irracional do pensamento humano (Grimal, 2019, p. 8-9).

Ligados à crença, os mitos estavam presentes entre os gregos. Porém, o presente objeto de estudo diz respeito à tragédia. “As tragédias, bem entendido, não são mitos. Pode-se afirmar, ao contrário, que o gênero surgiu no fim do século VI quando a linguagem do mito deixa de apreender a realidade política da cidade” (Vernant; Vidal-Naquet, 2014, p. 21). Com as palavras de Vernant e Vidal-Naquet, entende-se que a tragédia, ora compreendida como gênero literário, pautava-se da política para existir; pode-se dizer que esta servia para colaborar com o projeto da pólis, já que para os autores citados, a tragédia se compunha de uma representação trágica e de um homem trágico, uma vez que o herói deixa de ser a referência para se tornar um problema para si e para os outros.

Homens políticos, os líderes gregos sentiam a necessidade de algo com um caráter pedagógico para o seu povo, o que, na tragédia, vemos com a representação de ações. De acordo com Aristóteles, isso se dá por meio da “mimese que se efetua por meio de ações dramatizadas e não por meio de uma narração, e que, em função da compaixão e do pavor, realiza a catarse de tais emoções” (*Poét.*, 6.1449b, 25-30).

A guerra do Peloponeso, que colocou em lados opostos as cidades de Atenas, Esparta e suas respectivas aliadas, colaborou para um imaginário ateniense sobre o Outro; o Outro ameaçador. É nesse cenário de guerra que Eurípides encena o mito de Medeia, para relembrar o que o Outro pode ser capaz de fazer,

recriando uma Medeia como filicida, como uma mãe que mata com dolo, por vontade própria.

Medeia, personagem que usaremos como base para a construção do Outro, é bárbara. Princesa de Cólquida, região hoje conhecida como Geórgia, conhece Jasão, líder dos argonautas e legítimo rei de Iolco, cujo trono é usurpado por seu tio Pélias, quando o argonauta vai até a Cólquida atrás do velocino de ouro, objeto que seu tio exigia para restituir o trono ao verdadeiro rei. Apaixonada por Jasão, Medeia o ajuda com suas habilidades mágicas, o que pode ser explicado por sua linhagem, já que ela é sobrinha da feiticeira Circe. Medeia, então, foge junto de Jasão rumo a Iolco. Uma vez em solo grego, Medeia passa a ser a Outra. Mais que uma estrangeira, ela é bárbara. Não pertence à cultura grega e tem uma linguagem diferente, apesar de falar a língua grega muito bem, como é enfatizado por Jasão na própria peça:

É preciso, parece, que o meu falar não brote mal,
que, como zeloso timoneiro de navio,
pelas beiradas dos panos, eu me esquive
do teu falatório, mulher, de tua língua nervosa
(Eurípides, *Med.*, 522-525)³.

Estabelecida temporariamente em Corinto, lugar onde teve dois filhos com Jasão, ela tem seu leito traído, pois Jasão, agora, é noivo da princesa Glauce, já que seu casamento com uma bárbara não era reconhecido. Temida, “e ela é terrível” (*Med.*, 44), para os gregos, ela é uma feiticeira habilidosa com as palavras, característica essa citada na peça, na voz de Jasão, ao afirmar: “Todos os gregos notam tua sábia essência” (*Med.*, 539).

É inegável que Medeia foi, e ainda é, uma figura que causa estranhamento e medo em alguns. Ela é uma mulher que nunca se deixou calar, como seu próprio nome indica, já que, possivelmente, procede da raiz do verbo *médomai*, cujas traduções remetem

3 A tradução utilizada nas citações de *Medeia* é a realizada pelo grupo Trupersa.

às noções de pensar, cuidar, elaborar e planejar. Medeia é uma personagem que se depara em cima de uma fronteira, não tendo para onde voltar nem para onde ir, como ela mesma diz:

já eu, solitária e sem pátria, afrontada
pelo marido, arrastada de terra bárbara,
sem mãe, sem irmão, sem família,
de porto em porto busco refúgio dessas desgraças
(Eurípides. *Med.*, 255-258).

Nos versos citados, Medeia deixa explícita sua fronteira e a busca por um lugar para se fixar, um “refúgio” para aquela compreendida como traidora de sua pátria, fratricida e bárbara. Com esse conjunto de características dignas de uma fera, não há motivos para esperar coisas boas de sua parte, restando-nos só o horror. Nesse sentido da “desobediência”, Medeia não só se permite falar tudo o que pensa, como maquina cada palavra, todo ato, agindo, assim, com sobriedade. Ela planeja e executa. Com sua astúcia, Medeia reconhece que Jasão não a trai porque está apaixonado por Glauce, mas sim pelo fato de seu enlace malvisto com uma mulher bárbara. Para “limpar-se”, ele vai em busca de um casamento que lhe traga benefícios, e não uma má reputação, como a própria Medeia afirma:

Não foi isso! Foi que na velhice
a cama bárbara acaba em má reputação
(Eurípides. *Med.*, 591-592).

Jasão reafirma que as atitudes de Medeia são exclusivamente bárbaras, afinal, só uma mulher de tal berço conseguiria matar os próprios filhos. Lembremos que o contexto de encenação da peça reclama que o Outro seja temido, e, dessa maneira, ouvimos da voz de um homem grego que nenhuma mulher grega agiria como Medeia:

Não há mulher grega, nenhuma,
que faria isso, as que deixei para trás ao me casar
contigo – aliança inimiga e fatal pra mim
(Eurípides. *Med.*, 1340-1342).

Por ser bárbara, ela acaba tomando para si uma imagem de constante ameaça, somente pelo fato de estar em um solo grego. Sua fronteira já está traçada, e, após assassinar Glaucê e seu pai, o rei de Corinto, ela tem de ir embora da cidade, na companhia de seus filhos. Mas, não há para onde ir ou para onde voltar. Situada numa fronteira de não pertencimento, Medeia assume o lugar que lhe foi destinado ao migrar para a margem do abominável.

Já Bárbara, personagem de *A Fronteira*, é uma mulher indígena, filha de cacique, que decide trair seu povo em nome de Jasão Ahumada e vai morar com ele em um rancho. Como fruto desse matrimônio entre duas raças distintas, uma indígena e um descendente de branco europeu, nascem dois filhos, como a própria personagem deixa explícito na peça: “Tenho dois filhos... meu... e dele... dele...” (Cureses, 2021, p. 117). O que Bárbara desconhece é que seu marido está longe, pois está arrumando outro casamento, que vai render dinheiro e uma posição mais respeitada entre os que agora se declaram donos da terra. Como vemos na tradução, Jasão Ahumada reflete “desde o próprio nome, uma personagem que não se encontra nem lá, nem cá, estando e sendo, ao mesmo tempo, dos dois lados da fronteira” (Gárbero, 2021, p. 23), não há preito para ele nem pelo povo de sua esposa nem pelo seu próprio povo. Ele tenta equilibrar-se entre ambos, construindo para si não uma fronteira, mas uma corda bamba que tende a jogá-lo para um dos lados, nesse caso, o “europeu”, diferentemente de Bárbara, que é rejeitada pelos dois povos, restando-lhe ficar entre essa disputa. Como Huinca, futura noiva de Jasão, afirma: “[...] mas eles continua sendo os de lá e nós os de cá... O limite tá no meio... ninguém vê, mas tá... [...]” (Cureses, 2021, p. 124). A separação existe, independentemente de quem a criou – ela está lá para todos.

A personagem argentina, em contraste com da Medeia euri-pidiana, mostra sua paixão excessiva por Jasão Ahumada, encenando uma submissão total, capaz de morrer e matar em nome do marido: “BÁRBARA: É a coisa mais linda, Velha... cê num lembra... fazê tudo por ele, desde dá a vida... até matá... E se fô preciso,

morrê... e voltá a nascê pra voltá a morrê...” (Cureses, 2021, p. 126). Essa paixão ocorre de uma forma tão avassaladora e assustadora que até a “Velha”, que mora no rancho junto a Bárbara e exerce um papel semelhante ao do coro na tragédia grega, diz: “É até perigoso amá tanto um homi...” (Cureses, 2021, p. 126).

Em *Medeia*, entende-se que quem cerca a personagem a teme. Em *A Fronteira*, por outro lado, Bárbara não é temida somente pelas outras personagens mas também por si própria: “BÁRBARA: [...] e tô com medo de mim...” (Cureses, 2021, p. 117). Isso deixa explícito que, até então, ela se encontra consciente de seus atos e de sua capacidade de planejar e executar. Esse fato também é marcado nas falas da Velha: “[...] Cê sabe tudo das ciência e das feitiçaria... [...]” (Cureses, 2021, p. 117), lembrando-nos, assim, das habilidades da personagem e de que, com isso, ela pode ser capaz de qualquer coisa, inclusive “[...] fazê morrê devagarim quem cê quisê [...]” (Cureses, 2021, p. 119), e suscitando em Bárbara um possível desejo de cumprir o que dizem sobre ela: “Fiz tudo por ele...” (Cureses, 2021, p. 127), ou seja, aquele para quem ela sempre fez tudo, agora, a traiu.

Bárbara, vive toda a sua decepção durante a Campanha do Deserto, um projeto político de exterminação indígena. Dentro desse cenário de luta e morte, uma nova personagem chega para revirar o mundo de Bárbara: Coronel Ordóñez, futuro sogro de Jasão Ahumada. Esse homem aparece em seu perfil civilizador ocidental, e sua fala mansa sugere que é o indígena que não quer “aprender”: “C. ORDÓÑEZ: Não aceitam ser gente... só queremos ensinar...” (Cureses, 2021, p. 129). A fala, típica de violência, marca o outro como animal – o não gente – que pode ser morto, como fala: “BÁRBARA: [...] mas entre ocês e a gente tem uma parede de sangue levantada... que é difícil demais de saltá...” (Cureses, 2021, p. 129). O civilizado europeu, por sua vez, distorce a fala da indígena para que ela seja a selvagem que não quer estar do lado deles: “C. ORDÓÑEZ: Uma fronteira posta por vós...” (Cureses, 2021, p. 129). Nessa troca de falas, a fronteira que sempre existiu

fica visível: “BÁRBARA: Diz uma fronteira? ... Sim, é capaz... uma fronteira feita de medo e penúria... de lágrima e dor... A vida toda vamo sê diferente... ainda que num digam, sentimo isso...” (Cureses, 2021, p. 130). O Coronel é a representação da colonização, segundo Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (1950), ao argumentar: “uma vez que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente” (Césaire, 2020, p. 21).

Bárbara, que até o momento era marcada por sua sobriedade, começa a deixar seus sentimentos entrarem em cena e até mesmo a deixá-los comandarem seus pensamentos e atitudes, moldando uma protagonista que será marcada pela fúria, o que, por sua vez, lembra a *Medeia* de Sêneca, uma mulher marcada pelo *páthos* furioso, o furor, o excesso de sentimentos. Bárbara age consciente e inconscientemente, transitando entre momentos sóbrios e voláteis, uma marca expressa tanto pelas falas das personagens quanto pela rubrica presente na peça: “Bárbara: (*Saindo de si*) Eu sô a mulher do Capitão Ahumada [...]” (Cureses, 2021, p. 141).

Assim como *Medeia*, ela reconhece o lugar que lhe foi destinado como selvagem, quando diz: “Eu tenho todo o direito de chorá! Até os bicho pode se lamentá!...” (Cureses, 2021, p. 149). Nessa que pode ser considerada uma das falas mais violentas da peça, Bárbara expressa toda a dor que sente e a violência que sofrera, pois, se até aos animais é permitido o lamento, ela questiona o porquê de isso lhe ser negado.

Ciente de que perdera o homem que deve a ela o fato de ser quem ele é, Bárbara, assim como *Medeia*, admite que seus filhos sempre serão vistos como selvagens. Não há como se desvencilhar da mãe. Então, Bárbara decide que seus filhos não viverão na mesma fronteira que ela e diz:

Bárbara: (*Num crescente*) Eu o amava!... o amava!... o amava!... Velha, como ele não viu... nas minhas palavras... no meu silêncio... na minha pele... na minha respiração... (*Sufocada*) Por que essa solidão tão grande?... Por que essa dor tão imensa?... Meu corpo não aguenta mais, e eu queria gritar... urrar... e ninguém me respondeu... (*Gritando para a noite*) Noite, me devolve a dor do amor... eu não quero essa dor perversa!... (*Procurando ao seu redor*) Onde... onde está essa fronteira... que me prende até me sufocar?... Com que unhas... com que braços... com que punhos... terei que derrubá-la para diminuir a minha angústia?... (Cureses, 2021, p. 184-185).

Bárbara termina dominada pelos sentimentos, imagem que recupera a relação com a Medeia de Sêneca em Cureses. Uma vez que essa se mostra dominada pela fúria, Bárbara deixa evidente suas emoções, e, ao fim da peça, não fica claro se ela mata seus filhos totalmente sóbria, já que na rubrica fica expresso seu caminhar sonâmbulo (Cureses, 2021, p. 216), após cometer tal ato.

Atos selvagens: a vingança / barbárie do Eu e do Outro

Segundo Vernant e Vidal-Naquet (2014, p. 25), no panorama das tragédias, pode-se entender a vontade como um ato pelo qual a pessoa não somente se sente responsável diante de outrem mas também se sente presa interiormente ao sentimento de realizar seus desejos. Essa espécie de prisão interior que nossas personagens Medeia e Bárbara vivem remete às suas condições diante de seu próprio eu e do lugar em que estão. Elas cometem, aos olhos de seus opressores, atos monstruosos, que não partem de uma fúria momentânea, mas de um planejamento. Esses atos serão classificados como inerentes a nossas personagens, o que autoriza a hostilidade, pois, afinal, “esse Outro não só traduz atitudes fora dos valores partilhados, como se torna ‘capaz de tudo’, sendo a tradução da violência como melhor sinônimo de *hýbris*” (Gárbero, 2018, p. 124).

O excesso cometido por nossas personagens provém do desejo de vingança em um primeiro plano. Em *Medeia*, vemos que isso aparece na ideia de que

não estamos diante de um crime motivado por ciúme, pois não fica evidente a existência de um elo afetivo forte entre ela e Jasão. Medeia comete brutalmente assassinatos em série por não suportar a ingratidão do ex-marido, personagem cínico, ambicioso e calculista. Não é da manifestação afetiva que Medeia sente falta, mas da manutenção do compromisso (Vieira, 2010, p. 158).

Seus atos violentos eclodem de seu interior não diante da traição matrimonial, mas sim da traição da palavra. Medeia tem seu leito traído devido a sua condição bárbara, mesmo que princesa de Cólquida, e, como afirmação desse berço, comete o filicídio, acabando com sua linhagem junto a Jasão.

Na recepção, Bárbara também é movida pela vingança, havendo, assim, um elo emocional forte entre as personagens. Nossa protagonista se mostra apaixonada por Jasão Ahuamada, tentando a todo custo fazer com que esse homem permaneça com ela. Bárbara chega a suplicar: “Jasão, me beija... Jasão... eu sô tua... mais tua que teu próprio sangue...” (Cureses, 2021, p. 156). Sucumbida pela dor da traição em todos os sentidos, decide vingar-se. Sendo assim, Medeia e Bárbara são conscientes de seus atos de vingança. Porém, “é preciso, que evitemos projetar sobre o homem grego antigo nosso sistema atual de organização dos comportamentos voluntários, as estruturas de nossos processos de decisão, nossos modelos de comprometimentos do eu com os atos” (Vernant; Vidal-Naquet, 2014, p. 26). Diante disso, não é possível atestar o porquê de tais personagens cometerem atos bárbaros. Eles assim se tornam na composição daquele que os imagina, revelando uma imagem criada por seus antagonistas.

A barbárie resulta de uma característica do ser humano. Aparentemente, seria ilusório esperar que, um dia, ela pudesse

ser definitivamente eliminada. Porém, cometer uma barbaridade é ser bárbaro, o que demonstra que continuamos atribuindo um significado pejorativo a esse termo. Barbárie é sinônimo de selvageria, indicando ferocidade e falta de “domesticação”.

Nossas personagens cruéis e “desumanas” só passam a existir, de fato, na história quando lhes colocam como tal. Quase como uma correlação, a existência delas depende de seus atos bárbaros, e, quanto mais cruel, mais se tornam aquilo que já se esperava delas. Medeia e Bárbara alcançam o mais alto nível de periculosidade, ao matarem a prole sem hesitação. Sua condição bárbara as coloca automaticamente ao lado da selvageria e da monstruosidade. O fato é que a barbárie não está restrita somente aos Outros – qualquer um pode cometer um ato bárbaro. Não há escapatória, e limitar o Outro como atroz é querer esconder as próprias atrocidades.

Creonte, por exemplo, ao expulsar Medeia com seus dois filhos, sabendo que não há lugar para ela e para eles, age nos moldes da barbárie para se defender; mesmo diante de súplicas, ele não se comove (Eurípedes. *Med.*, v. 271-276). O mesmo ocorre em *A Fronteira*, mas, dessa vez, os sujeitos ditos “autorizados” e “superiores” deixam mais evidente a potência de barbárie que trazem consigo. Quando Coronel Ordóñez afirma que “às vezes, penso que esses índios também têm coração... [...]” (Cureses, 2021, p. 137), ele deixa explícito que não considera os indígenas seres humanos iguais a ele, e o uso do termo “também” ressalta isso. No entanto, um povo que aniquila outro não estaria jogando com os códigos que transitam nas compreensões de barbárie e barbaridade?

Perante os sujeitos autorizados, nossas personagens são anuladas e detentoras de um mal que as faz não existir para as sociedades que estão do outro lado dessa fronteira de barbárie, nas quais um enxerga no outro monstruosidades e diferenças, não reconhecendo para si o horror que também carrega. Logo, “Bárbara representa os que não têm o direito de existir, e, num panorama como o que nos tocou viver, eles são esse outro sempre na mira,

simbolizando a personagem dissonante de um projeto sistemático e regular de anulação de identidades” (Gárbero, 2021, p. 27).

A Campanha do Deserto é um exemplo dessa anulação de existência imposta aos povos indígenas durante o século XIX e que, horivelmente, ainda permanece por meio de políticas de morte, diante da aniquilação sistemática do sangue indígena. Em *A Fronteira*, é o Outro que tem suas terras invadidas e dominadas por um povo que considera seus valores melhores e certos. Bárbara ressaltava o comportamento dos militares europeus para com seu povo, “cercada pelo campo... com aquele bando de milico no forte que dá nojo, ameaçano, com tiro de fuzil, como se a gente fosse bicho...” (Cureses, 2021, p. 118), tratados como seres selvagens e meros animais que sofrem extermínio pelo homem branco europeu. Outra fala da personagem na qual diz que parece que eles não têm direito nem de viver, “Como se a gente num tivesse direito de nada... nem de vivê...” (Cureses, 2021, p. 118), marca esse lugar em que o Outro é posto, por meio da destituição de sua humanidade. Vemos essa ideia, por exemplo, na comum menção ao excluído, quando chamado de “desumano”. É a perda, a rasura e o pagamento da vida qualificável (Agamben, 2004) que está em cena.

A representação dessa civilidade, nessas peças, é sempre em torno dos homens e de suas falas. A língua, com efeito, desvela-se como uma arma em benefício próprio e carregada de ideologias, como não poderia deixar de ser. Quando C. Ordóñez diz que se há algo que Bárbara não pode modificar é o berço (Cureses, 2021, p. 145), ele reforça a fronteira que existe entre os povos, ou seja, mesmo que os indígenas aceitem os “ensinamentos” europeus, sempre serão vistos como animais – a diferença é que, agora, serão domesticados, o que projeta sobre o homem europeu a certeza de ser dono de outro povo, autorizando para si o desejo infame de subjugar-lo a qualquer custo.

Sabemos que na literatura sempre há sujeitos animalizados, expressos como detentores do mal, da ignorância e defeitos do ser humano, como uma maneira de expressar, pela ficção, o que

vemos na história. Na maioria das vezes, a justificativa encontrada para isso é a origem desse ser, o ventre que o gerou, colocando sobre a mãe a responsabilidade e também a culpa de sua linhagem, isentando a figura do genitor. Esses sujeitos animalizados aparecem em nossa pesquisa como os Outros, corpos bárbaros e selvagens. Eles ocupam um lugar à margem, uma espécie de fronteira, pois não podem voltar às suas terras de origem e também não têm para onde ir. Submetidos a um lugar de monstruosidade, esses corpos animalizados assumem o lugar abominável que lhes foi coercitivamente imposto.

Esse Outro, cujo corpo é marcado dupla valência de periculosidade e potencial de descarte, é um sujeito narrado, afinal, não é ele que se aponta como bárbaro, selvagem ou qualquer outra definição que o destitua de sua vida qualificável. Nesse sentido, para concluirmos, sabemos que Medeia e Bárbara, metonimicamente, se inscrevem nessa linhagem dos degradados, assim como tantos outros e outras que, neste exato momento, estão na mira do Estado, sem direito, sem terra, sem voz e com muitas fronteiras.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Tradução de Henrique Burigo. 1. reimpr. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. Edição bilingue. São Paulo: Editora 34, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Venet, 2020.

CURESES, David. *A Fronteira*. Tradução de Maria Fernanda Gárbero. Curitiba: Editora UFPR, 2021.

EURÍPEDES. *Medeia*. Edição preparada pelo grupo Trupersa e dirigida por Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

EURÍPIDES. *Medeia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010.

GÁRBERO, Maria Fernanda. Maternidades bárbaras: o corpo do excesso em *Medeia*. *Cadernos de Letras UFF*, Niterói, v. 28, n. 56, p. 119-134. 1º semestre, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43858>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GÁRBERO, Maria Fernanda. Traduções bárbaras: o encontro com uma *Medeia* argentina. Prefácio. In: CURESES, David. *A Fronteira*. Tradução de Maria Fernanda Gárbero. Curitiba: Editora UFPR, 2021.

GRIMAL, Pierre. *Mitologia Grega: uma breve introdução*. Tradução de Rejane Janowitz. Porto Alegre: L&PM, 2019.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

LENZ, Maria Heloisa. *A Incorporação de Novos Territórios na Argentina no Final do Século XIX: a Campanha do Deserto e as Estradas de Ferro*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6, 2003. Caxambú. Disponível em: <https://www.>

ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD03_2004_lenz.pdf.

Acesso em: 20 jun. 2024.

MONTAIGNE, Michel de. Dos Canibais. Tradução de J. Brito Broca e Wilson Lousada. In: MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Capítulo XXXI, Livro 1. Clássicos Jackson. Disponível em: <http://www.consciencia.org/doscanibaismontaigne.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2011.

SANTIAGO, Silviano. *Uma Literatura nos Trópicos*. Ensaio sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

VIEIRA, Trajano. O destemor de Medeia e o teatro de horror. Posfácio. In: EURÍPEDES. *Medeia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 157-176.

From barbarian to savage: the animalization of the other

ABSTRACT: This article proposes to draw a parallel between the terms “barbarian” / “savage” and “authorized” / “civilized subjects”, in order to reflect on the perpetuation of these bodies and the place they occupy in literature. Based on the reading of this body in the tragedy *Medea* by Euripides and its reinterpretation in the Argentine play *The Border*, staged in 1960 by David Cureses, we are interested in thinking about how the barbarian can be represented in a way that revives conflicts that remain in a state of tension. From this, some questions arise: in what ways is the barbarian inscribed in savage characters? And what is this space they inhabit? What causes our characters to be subjected to the place of monstrosity? We believe that literature makes it possible to understand these marginalized places, as well as how these borders are established and, at times, never crossed. Based on the plays mentioned above, we will analyze the relationship constructed between the terms “barbarians” / “savages” and “authorized” / “civilized subjects”, reflecting on the dialogue and the updating of contexts and characters that, although separated by time, represent the Other. Through the texts cited, we will offer theoretical considerations on these developments.

KEYWORDS: *Medea*; Euripides; civilized; barbarians; animalization.

OS DEMÔNIOS NA AMÉRICA DE TONY KUSHNER: *G. DAVID SCHINE IN HELL* (1996)

Vanessa Cianconi¹

RESUMO: *G. David Schine in Hell* é uma peça curta de um só ato do dramaturgo estadunidense Tony Kushner. Publicada originalmente no *The New York Times Magazine*, em 1996, intitulada *A Backstage Pass to Hell*, e republicada em *Death & Taxes: Hydriotaphia & Other Plays* (2000), *G. David Schine* revisita os personagens fantasmagóricos de *Angels in America* (1991) e apresenta tantos outros que, conjuntamente a Roy Cohn, ajudaram a aterrorizar a política estadunidense na década de 1950 e além. A cena acontece no inferno, em um dia somente, 19 de junho de 1996, o dia da morte de Schine. Ali, personagens contundentes da política estadunidense, vestidos em *drag*, conversam sobre o amor, a política e o porquê de estarem no inferno. Ao questionar a existência do limbo, Schine continua perdido sobre o seu destino e o que está fazendo ali. Como *Angels*, *G. David Schine in Hell* é uma fantasia sobre temas norte-americanos que, ao explorar a espectro-política demoníaca da política dos EUA, preconiza a possibilidade de um futuro que desembocaria na eleição de Donald Trump à presidência em 2025.

PALAVRAS-CHAVE: espectropolítica; *performance philosophy*; teatro; Tony Kushner.

1 Professora adjunta de literatura norte-americana, UERJ. E-mail: vcianconi@gmail.com

With apologies to George Bernard Shaw, Philip Roth,
God, the Devil and everyone in between.

Tony Kushner

Whether thou art a ghost that hath come from the
earth, or a phantom of night that hath no home... or
one that lieth dead in the desert...or a ghost unbu-
ried... or a demon or a ghoul... Whatever thou be
until thou art removed...thou shall find here no wa-
ter to drink... Thou shall not stretch forth thy hand
to our own... Into our house enter thou not. Through
our fence, breakthrough shall not... we are protected
though we may be frightened. Our life you may not
steal, though we may feel scared to death.

Opening Sumerian protection spell

Scared to Death Podcast

Performance Philosophy no inferno platônico

Georges Minois, em seu livro *História do inferno* (2023), aponta para o fato de existirem mudanças constantes na representação do inferno desde as civilizações orais até a sua atual leitura na contemporaneidade. O renomado historiador francês ressalta, em uma breve introdução, que “a ideia de inferno é um traço permanente de todas as civilizações” (Minois, 2023, p. 9). Para o autor, o inferno é o lugar sinistro no além ou uma situação de angústia existencial experimentada. Ele é multiforme e passível de adaptação social. Ligado à condição humana, é nele que se projetam as frustrações, os medos, os sofrimentos, as contradições e as impotências do homem. O inferno reflete os fracassos de cada civilização em resolver seus problemas sociais e políticos e revela o quão ambíguo é o ser humano. O ser humano precisa imaginar um inferno, um lugar onde todos serão julgados e punidos, um lugar ambivalente, ou seja, “a história do inferno

é a história do homem confrontado com sua própria existência” (Minois, 2023, p. 10).

Arthur Miller (1949) em seu ensaio sobre a tragédia do homem comum aproxima a ideia de tragédia e a ideia do confronto humano com a própria existência conforme proposta por Minois. Para o dramaturgo estadunidense, a tragédia é a consequência da compulsão total de o homem avaliar a si mesmo de forma justa², ou seja, é o seu confrontar consigo mesmo.

O inferno, segundo o historiador, aparece para Platão em três diálogos diferentes: na *República*, *Fédon* e *Górgias*. Minois chama a atenção para o fato de a intenção política ser evidente em seus diálogos. Na verdade, os seres incuráveis no *Górgias*, descritos como seres intrinsecamente maus e perigosos, são os políticos, os reis, os tiranos; no *Fédon*, são os responsáveis pelas agitações sociais (Minois, 2023, p. 40-42). Para o historiador, parece que o filósofo grego criou infernos para reforçar, por meio de punições sobrenaturais, suas utopias legislativas. Para ele: “seu inferno deve ser inscrito nas elaborações conscientes de mitos destinados a sustentar um projeto sociopolítico” (Minois, 2023, p. 43).

Levando em consideração a visão filósofo-política de Platão de inferno e seu encontro com a *Performance Philosophy*, na convergência com o teatro fantasmagórico de Tony Kushner, conforme a qual se delineia este artigo, o meu objetivo é tentar demonstrar como a ideia estabelecida de inferno conversa com o pensamento filosófico de Friedrich Nietzsche e seu relacionamento com a performance quando encontram os personagens

2 No original: Sometimes he is one who has been displaced from it, sometimes one who seeks to attain it for the first time, but the fateful wound from which the inevitable events spiral is the wound of indignity and its dominant force is indignation. **Tragedy, then, is the consequence of a man's total compulsion to evaluate himself justly.** (Grifos meus, assim como todos a partir de aqui. Todas as traduções apresentadas são de nossa autoria).

fantasmagóricos de Tony Kushner na peça de um ato só *David G. Schine in Hell* (1996), quando a ideia do super-homem do filósofo alemão assombra *Man and Superman* (1903), de George Bernard Shaw e, em contrapartida, como a peça de Shaw assombra o mundo de Kushner.

Laura Cull Ó Maoilearca, em seu texto “Filosofia-Performance: uma introdução”, para a *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, ao introduzir o conceito de *Performance Philosophy* no Brasil, lembra que Martin Puchner nos alerta para essa falta de atenção à forma que habilitou o estereótipo continuado de Platão como sendo simplesmente uma figura “antiteatral” apesar de seu comprometimento contínuo com a exploração de ideias na forma dramática. Para a pesquisadora, o relacionamento entre filosofia e performance

tem sido um relacionamento tenso, como no caso de Platão e o aparente paradoxo de que uma das críticas mais pesadas ao teatro tenha justamente adotado a forma teatral do diálogo para articular seu argumento, diálogos os quais seguiram em frente a ser performatados como trabalhos teatrais a sua maneira (Ó Maoilearca, 2020, p. 9).

Ó Maoilearca lista uma série de possibilidades para o relacionamento entre performance e filosofia, com base no senso de que compartilham uma série de questões sobrepostas. Mas, para este artigo, a relação entre esses modos de entender o pensamento e o pensamento que contamos como “filosófico” – caso exista algo que diferencie o modo como o teatro e a performance pensam em relação à filosofia, e o que isso pode significar em termos de performance como filosofia é o que será observado. Para Martin Puchner, esse gesto sinalizou uma ambição ao mesmo tempo ingênua e perigosa, a saber: fundir ou unir performance e filosofia às custas de se reconhecer as diferenças profundas e significativas entre elas. Exortando-nos a ter atenção ao vão que as separa (ou *Mind the gap*), Puchner escreveu:

o que torna o estudo do teatro e da filosofia interessante, até excitante, é o próprio fato de que os dois são totalmente diferentes e irreconciliáveis. É o *e* que faz toda diferença; é o vazio [*the gap*] entre o teatro e a filosofia que torna o estudo da relação entre eles interessante, e até possível, em primeiro lugar. O estudo do teatro e da filosofia deve tomar como ponto de partida este vazio, e este vazio deve permanecer à frente de nossa investigação³ (Puchner, 2013, p. 543).

Ó Maoilearca questiona de forma muito interessante a questão que, para Puchner, parece ser institucional das áreas filosóficas e teatrais. Para a estudiosa, a proposta que Puchner parece sugerir (a total substituição das disciplinas acadêmicas filosofia e performance por *Performance Philosophy*) não é correta. Performance e filosofia vão muito mais além de seus conceitos institucionais, e, ainda hoje, é difícil defini-las.

Judith Butler também põe em xeque essa definição:

Tenho certeza de que não defino filosofia, mas aceito a filosofia como um campo em que sua definição é constantemente contestada. Acho que talvez me oponha a qualquer definição de filosofia, para que o campo de contestação sobre seu significado e direção possa permanecer aberto. Então, para mim, a filosofia assume formas institucionais e extra-institucionais, disciplinares e extra-disciplinares, e parece não haver maneira de contornar essa situação. Nem devemos tentar encontrar uma maneira de contorná-la. **Os esforços para institucionalizar o que a filosofia deve ser produzem apenas 'outra' filosofia, aquela pela qual é assombrada. Então, onde quer que haja uma definição de filosofia, há vários fantasmas ativos em cena.** Talvez seja importante, então, que a

3 No original: what makes the study of theatre and philosophy interesting, even thrilling, is the very fact that the two are so utterly and irreconcilably different. It is the *and* that makes all the difference; it is the gap between theatre and philosophy that makes the study of their relation interesting, and even possible, in the first place. The study of theatre and philosophy should take its point of departure from this gap, and this gap should remain at the forefront of our inquiry.

filosofia se torne uma cena desse tipo, implicada em um problema de teatro⁴ (Butler *apud* Street; Alliot; Pauker, 2017, p. 220).

Ao trazer a questão fantasmagórica para a discussão entre performance e filosofia, Butler comenta sobre a importância de enxergarmos a filosofia como uma disciplina assombrada. Assim como o teatro, a filosofia bebe continuamente de pensamentos impregnados de passado e traz à baila diálogos necessários que precisam ser sopesados e questionados no presente.

Em seu mais novo livro dialógico, *Desposseção: O performático na política* (2024), Judith Butler conversa com Athena Athanasiou sobre os possíveis significados da palavra “desposseção” e como esse multifacetado conceito volta como assombração na política mundial. Athanasiou, assim como Sócrates, serve de contraponto filosófico para as interpolações de Butler. A performance assombrada como política serve, muitas vezes, para contestar uma à outra em uma conversa, que, ao atualizar o conceito de desposseção, traz a possibilidade do fantasma. Desposseção é perda, talvez, por isso, seja um conceito perturbador, como reitera Butler. Ela nos perturba, provavelmente, por denotar perda constante, perda de propriedade, de ação, de pensamento, de liberdade, de si. Para a pensadora,

o sujeito passa a existir ao incorporar, dentro de si, objetos perdidos que acompanham as normas sociais capazes de regular a disposição subjetiva para

4 No original: I am quite sure that I do not define philosophy but rather accept philosophy as a field in which its definition is constantly contested. I think perhaps I am opposed to any definition of philosophy so that the field of contestation about its meaning and direction can remain open. So, for me, philosophy takes institutional and extra-institutional forms, disciplinary and extradisciplinary forms, and there seems to be no way around that situation. Nor should we be trying to find a way around it. Efforts to institutionalize what philosophy should be only produces “another” philosophy, the one by which it is haunted. So, where there is a definition of philosophy, there are a number of active ghosts on the scene. Perhaps it is important then that philosophy has become a scene of this kind, implicated in a problem of theatre.

o endereçamento do outro. Por outro lado, [...] ser despossuído faz referências a processos e ideologias pelos quais as pessoas são recusadas e tornadas abjetas por poderes normativos e normalizadores que definem a inteligibilidade cultural, regulando a distribuição da vulnerabilidade: a perda de terras e comunidades; a propriedade do corpo vivo por outra pessoa; o assujeitamento à violência militar, imperial e econômica; a pobreza, os regimes securitários, a subjetivação biopolítica, o individualismo liberal possessivo, a governamentalidade neoliberal e a precarização (Butler, 2024, p. 15).

Em contrapartida, “desposseção é a condição dolorosamente imposta pela violência normativa e normalizadora que determina os termos da subjetividade, da sobrevivência e da vivibilidade” (Butler, 2024, p. 16). Ela continua:

somos despossuídos de nós mesmos em virtude de algum tipo de contato com o outro, porque somos movidos e até surpreendidos ou desconcertados por esse encontro com a alteridade. A experiência em si não é episódica, mas pode revelar – e de fato revela – uma base para a relacionalidade – não apenas nos movemos, mas somos movidos por algo que nos é exterior, por outros, como também por qualquer coisa que esteja ‘fora’ de nós (Butler, 2024, p. 17-18).

A ambivalência do ser ao encontrar a divisão trágica entre si e o outro impede a completude de si mesmo. Somos partidos, ambivalentes, despossuídos de nós mesmos. A busca constante pela outra metade, que também parte do diálogo filosófico platônico, reflete na conversa das duas pensadoras.

Freddie Rokem, em *Philosophers and Thespians* (2010), analisa como Platão, no *Banquete*, demonstra como as narrativas não são nada além das sombras sutis dos eventos que elas descrevem e como os objetos no mundo não são nada além de representações da eterna ideia platônica do que são esses objetos. De acordo com Aristófanes, no diálogo de Platão, um ser humano é definido

como uma criatura de duas pernas procurando por sua parte perdida e que percebe seu potencial humano por meio da reunificação com sua outra metade. Os seres partidos, em sua busca constante, são, acredito, como um embate entre a espectropolítica e a possibilidade da filosofia por trás da busca vazia do significado de inferno dos personagens fantasmagóricos na peça de Tony Kushner. O fato de Butler colocar os despossuídos no palco – aqui considero os despossuídos como fantasmas incapazes de compreender o outro como alteridade, por serem seres ambivalentes e, conseqüentemente, incapazes de entenderem quem são, pois, se despossessão é perda, e uma perda constante (não mais uma busca) da outra metade – isso mostra a possibilidade do diálogo filosófico sobre o inferno de Kushner e como os fantasmas condenados a ele tentam encontrar sua materialidade anacrônica em um mundo partido.

Um passe para os bastidores do inferno: espectropolítica no palco assombrado de Tony Kushner

Como mencionado alhures, Marvin Carlson, em *The Haunted Stages* (2003), afirma que toda a peça teatral é necessariamente assombrada. Para ele, todo o teatro traz uma presença espectral dos que retornam, não necessariamente para ficar, mas como algo que, de forma instrumentalizada, arrasta o passado na direção do presente e, neste presente, fica para rememorar algo que já foi. A função fantasmagórica, em toda a história da literatura, serve como trabalho de uma memória que não pode ser esquecida. No último ensaio de seu livro, “The Haunted House”, Carlson apresenta um interessantíssimo debate entre a concepção do espaço vazio para Peter Brook e para Henri Lefebvre. Este último acredita que o conceito de espaço vazio não é real, pois considera que o espaço vazio não é nada mais do que “uma forma ou recipiente de um tipo praticamente neutro, projetado simplesmente para

receber o que for despejado nele”⁵ e uma “morfologia social: ela é para a experiência vivida o que a própria forma é para o organismo vivo, e está intimamente ligada à função e à estrutura”⁶ (Lefebvre, 1991, p. 93, 94). Em outras palavras, para Lefebvre, o espaço social é um produto social. Logo, se o espaço vazio é um produto social, na concepção de Carlson, esse espaço vazio nunca foi, de fato, vazio, ele sempre foi um espaço assombrado pelas memórias culturais do passado. Para o professor da City University of New York, “os espaços vazios que têm sido utilizados há séculos para eventos teatrais são particularmente suscetíveis à semiotização, uma vez que são quase sempre espaços públicos e sociais já repletos de associações antes de serem usados para apresentações teatrais”⁷ (Carlson, 2003, p. 133). As memórias que assombram esses lugares espectrais se perpetuam *ad infinitum* no teatro, principalmente quando o palco muda de espaço: do espaço físico para um espaço infernal. É importante lembrar que, para o professor, existe uma relação direta entre o passado e o teatro como um receptáculo de memória. Para ele,

a estreita associação do teatro com a evocação do passado, as histórias e as lendas culturais, estranhamente restauradas a uma meia-vida estranha aqui, fez do teatro, na mente de muitos, a arte mais intimamente relacionada à memória e o próprio edifício do teatro uma espécie de máquina de memória⁸ (Carlson, 2003, p. 142).

5 No original: A form or container of a virtually neutral kind, designed simply to receive whatever is poured into it.

6 No original: Social morphology: it is to lived experience what form itself is to the living organism, and just as intimately bound up with function and structure.

7 No original: The empty spaces that have been utilized for centuries for theatrical events are particularly susceptible to semiotization, since they are almost invariably public, social spaces already layered with associations before they are used for theatrical performance.

8 No original: The close association of the theater with the evocation of the past, the histories and the legends of the culture uncannily restored to a mysterious half-life here, has made the theater in the minds of many the art most clo-

Carlson pensa a relação entre passado e teatro por meio de uma evocação do passado. Sua escolha vocabular me leva imediatamente para o que é estranho (*uncanny*) ou infamiliar, ao lançar mão das palavras de Freud, mas, ao mesmo tempo, nos causa um certo conforto. O prédio do teatro em si nos coloca de encontro com o fantasma de nossas idas anteriores ao teatro e o quanto nós o subestimamos. O prédio como máquina de memória transforma os Estados Unidos em uma casa assombrada. Blanco e Peeren, em *The Spectralities Reader* (2013), veem a espectropolítica como um conceito confuso, capaz de evocar tanto cenários assustadores de desumanização quanto sonhos de revolução. Dessa forma,

a espectropolítica surge como o local da mudança em potencial, onde os fantasmas e, especialmente, a capacidade de assombrar e a disposição de ser assombrado, de viver com fantasmas, podem funcionar, como Janice Radway argumenta em seu prefácio ao livro *Ghostly Matters*, de Avery F. Gordon, para “reavivar nossa capacidade coletiva de imaginar um futuro radicalmente diferente daquele ideologicamente traçado pelo capitalismo militarizado e patriarcal que prosperou até agora com a prática do apagamento social”⁹ (Blanco; Peeren, 2013, p. 94).

Entretanto, parece-me haver uma visão asseverativa dessa spectralidade. Como dizem as pesquisadoras, a possibilidade da mudança marca seu discurso. No entanto, acredito que a espectropolítica está na fusão entre o conceito de Blanco e Peeren de uma “*dejà fusão*” e a visão de um mundo fadado ao fracasso, um mundo no qual não há esperança; embora possa haver a

sely related to memory and the theater building itself a kind of memory machine.

9 No original: [...] spectropolitics emerges as the site of potential change, where ghosts, and especially the ability to haunt and the willingness to be haunted, to live with ghosts, can work, as Janice Radway argues in her foreword to Avery F. Gordon’s *Ghostly Matters*, to “revivify our collective capacity to imagine a future radically other to the one ideologically charted out already by the militarized, patriarchal capitalism that has thrived heretofore on the practice of social erasure.

possibilidade de uma revolução, ela será necessariamente uma revolução fracassada. Parecem ser os horrores de um pesadelo social do qual é impossível escapar, do qual seus personagens tentam sair, mas essa suposta revolução fracassada os impede de escapar. Portanto, não há mudança, não há esperança.

No prefácio da última tradução de *Das Unheimliche*, ensaio de 1919 de Sigmund Freud, Gilson Iannini e Pedro Tavares escrevem sobre a intraduzibilidade da palavra alemã. Para os tradutores, “infamiliar” é a palavra em português que mais expressa o que está em jogo no conceito desenvolvido pelo psicanalista. O “infamiliar” mostra que a fronteira entre as línguas não é intransponível, mas também que a passagem de uma língua a outra exige um certo forçamento. O conceito tradutório agencia, talvez, um outro conceito: a transposição da passagem da vida para a morte, a possibilidade de transpor a fronteira entre os dois mundos, o dos mortos e o dos vivos. As inquietações da morte e sobre a morte se integram à ideia de familiar, algo que também abriga seu sentido antitético. “O *unheimliche* é uma negação que se sobrepõe ao *heimliche* apreendido tanto positiva quanto negativamente: é, portanto, uma reduplicação dessa negação, que acentua seu caráter angustiante e assustador” (Freud, 2021, p. 11). Assim, o neologismo, em português, não traduz exatamente a palavra do alemão, mas abriga o sentido positivo de algo que conhecemos e reconhecemos quanto ao sentido negativo de algo que desconhecemos. Alguma coisa que nos é estranha e nos causa angústia.

Argumento, então, que a espectropolítica no teatro é o encontro entre os “cenários assustadores de desumanização” em um mundo sem esperança, angustiante, onde não há paisagens de sonho e o tempo está desconectado – “fora do lugar” – (não há história, evento ou promessa de justiça) com o conceito freudiano de “infamiliar”. A perplexidade do fantasma do pai de Hamlet aponta para o fato de que o tempo é uma mentira. O tempo “fora do lugar” sugere uma sensação de caos, de que a ordem natural

das coisas foi interrompida, e, portanto, o futuro é necessariamente sombrio, desprovido de esperança.

O futuro é a mudança do poder para o inferno. É importante apontar para o fato de que existe uma aproximação entre os personagens demoníacos de Kushner com a questão da desposseção – do não ser/ou do deixar de ser – de Butler. Para que a espectropolítica se delineie como *Performance Philosophy* é necessário entender que existe uma ligadura entre os dois mundos, o mundo real de um desfalecer constante do ser (da impossibilidade da autonarração), da liquidez, do negativo e o mundo da busca contante do ser no paraíso.

Em um curto paratexto inicial, em *A Backstage to Hell*, publicada em 1996, no *The New York Times Magazine*, Tony Kushner conta que, em 1953, G. David Schine viajou pela Europa com Roy Cohn para tentar eliminar os comunistas americanos no exterior. Desacreditado pelas audiências do Army-McCarthy, Schine acabou por trabalhar no negócio de hotelaria de sua família, indo mais tarde para Hollywood, atuar como produtor executivo do programa “The French Connection”. Ele morreu em um acidente de avião no dia anterior em que essa peça foi escrita.

A rubrica inicial de *David Schine* rapidamente situa o leitor/espectador em um mundo em que os EUA são a representação do inferno. Os homens elegantemente vestidos parecem ser a maquiagem que é dada, desde sempre, para o sonho americano. A descrição abaixo serve para tal:

(Estamos no Inferno - você notou? - que se assemelha a um teatro com jantar em Orange County, Califórnia. No palco, estantes de música colocadas diante de quatro bancos de bar. Quatro homens sentados. Três deles elegantemente vestidos de *smoking*. O quarto, Roy Cohn, está usando um paletó xadrez vermelho-verde-cinza e mostarda. Gravata-borboleta e faixa de cintura combinando. Um medley de

Andrew Lloyd Webber está tocando. Roy se volta para o senhor idoso sentado ao seu lado)¹⁰.

O diálogo, um tanto quanto cômico, entre os dois serve para colocar Cohn e Schine no devido lugar. Ao descobrir que seu colega é Roy Cohn, David Schine tem a certeza absoluta de estar no inferno. É aqui também que o tom da conversa entre os dois começa a mudar:

Elderly Gentleman: Where... Where am I?

Roy: In Hell.

Elderly Gentleman: I didn't say, I... *HELL*? No, but that's not... Roy?

Roy: Don't I know you from some...

Elderly Gentleman: Roy Cohn?

Roy: David? David Schine?

David: *ROY COHN!* This *must* be Hell!

(Kushner, 1996, p. 232)

Roy, ao reclamar do paraíso, questiona a vantagem de estar no inferno. É nesse confronto inicial entre Cohn e Schine que se enxerga as polaridades na política. Se Bill Kunstler, advogado renomado por defender membros do partido comunista, que se tornou notório no caso dos *Chicago Seven*¹¹, e Lionel Trilling, professor renomado de inglês da Universidade de Columbia, ainda vivo, mas com um *backstage pass*, estão no paraíso, é claro que

10 No original: 1927-1996 — In 1953, G. David Schine toured Europe with Roy Cohn to try to rout out American Communists abroad. Discredited by the Army-McCarthy hearings, Schine worked in his family's hotel business and later went to Hollywood, serving as executive producer of "The French Connection." He died in a plane crash. (We are in Hell — have you noticed? — which resembles a dinner theater in Orange County, Calif. On stage, music stands placed before four bar stools. Four men seated. Three dressed elegantly in tuxedos. The fourth, Roy Cohn, is wearing an aggressively busy plaid red-green-heather-and-mustard dinner jacket. Matching bow tie and cummerbund. An Andrew Lloyd Webber medley is playing. Roy turns to the ELDERLY GENTLEMAN seated next to him).

11 Cf. <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/podcast-hoje-na-historia-1969-julgamento-condena-os-sete-de-chicago-por-conspiracao/>.

estar no paraíso só poderia ser algo ruim. Afinal, não é no paraíso que as pessoas com verdadeiro poder estão. Ao questionar o que é o paraíso, Cohn, em contrapartida, questiona o que é o inferno e o que ele representa para seus pares. Atrevo-me a considerar Roy Cohn um filósofo na contramão da filosofia. Enquanto a história da filosofia ocidental se apoia em discussões acerca da moral, Cohn baseia-se em discussões amorais a fim de se movimentar na direção de um inferno paradisíaco criado por ele e para os dele. David e Roy, no curto diálogo abaixo, discutem o que poderia ser tão ruim no paraíso, sem conseguir deixar de lado os supostos comunistas:

David: But what's so bad about Heaven, Roy?

Roy: Fulla kvetchy communists, Dave, trying to figure out how the Great Leap Forward turned into the Biggest Bellyflop in History. Bill Kunstler's up there, for God's sake. Trust me, Hell's better.

David: Who's in Hell?

Roy: All Republicans, many Democrats, Jesse Helms – I know, he's not really dead but he has a backstage pass. Whittaker Chambers with that feckachtech medal Reagan gave him. Buy him a drink and he'll polish it on your necktie.

David: What about purgatory?

Roy: Lionel Trilling, and the editorial board of *New York Review of Books*. Nobody ever gave me a medal. Ingrates (Kushner, 1996, p. 233).

Wittaker Chambers, jornalista americano, membro do Partido Comunista, agente soviético e uma das principais figuras do caso Alger Hiss, – um dos incidentes de espionagem mais famosos da Guerra Fria¹² –, também estava ali. Afinal, não precisa existir moral para quem está no inferno.

A ambivalência do estar no paraíso reflete-se na fala de Alger Hiss, quando ele vai “passear” no inferno. Para ele: “eu venho até aqui em busca de um pouco de certeza conservadora

12 Cf. <https://www.britannica.com/biography/Whittaker-Chambers>.

reconfortante, sabe, mesmo que ela seja obtida ao preço de uma terrível miopia moral”¹³ (Kushner, 1996, p. 237). No paraíso, as pessoas nadam em culpa, em confusão ideológica e em questionamentos infundados. Novamente, somente no inferno é possível filosofar. Ao questionar-se: “Eu pareço com Tirésias?” (Kushner, 1996, p. 237), Hiss reforça a questão ambivalente do inferno. Tirésias é um profeta grego cego e ambivalente. Por ter vivido como mulher e homem, o profeta serviu para dirimir uma disputa entre Zeus e Hera ao perguntarem-lhe quem sentia mais prazer no ato sexual. Ao afirmar que a metade feminina sentia mais prazer, ele é punido por Hera, que o cega. Assim como Tirésias precisava experimentar o ato sexual como homem e como mulher, Hiss precisava experimentar o paraíso e o inferno para descobrir qual lugar gostaria de passar o resto de sua eternidade. A resolução radical dessa oposição dá para Hiss a posição de filósofo ao adentrar, naturalmente, o inferno, pois somente os condenados são capazes de filosofar. Hiss ama o inferno, dado que ali não há a busca por nada mais – você não pode mais buscar por algo que já se perdeu. A eterna busca pela alma somente acontece no paraíso.

Pergunto-me se passar a vida procurando por algo perdido também não é uma forma de condenação. Assim como Sísifo é condenado a rolar uma pedra montanha acima para vê-la descer novamente e ter que repetir, pela eternidade, toda a ação na manhã seguinte, as almas no paraíso passariam toda a sua eternidade procurando pela alma perdida, e, analogamente, voltamos a eulogia de Aristófanes a Eros quando aquele descreve o ser humano

13 No original: Alger: I suppose not. Yes, anyone can switch and Lord knows many do. I come down here for a little comforting conservative certainty, you know, even if it's obtained at the price of an appalling moral shortsightedness. Here, at least, you know who you are. Up there everyone's swimming in guilt, ideological confusion, and the questions, my God! "Did you do it, Alger?" "You never did it, did you, Alger?" "Why did you do it, Alger?" "Were we wrong, Alger?" "But what about the Hitler-Stalin anti-aggression pact, Alger?" "Were we wrong, Alger?" Right, like I know the answer! Do I look like Tiresias? And who remembers anymore, it was all so long ago.

partido condenado a passar a vida procurando pela sua outra metade. Logo, se a completude do ser é simplesmente inalcançável e os questionamentos são eternos, a necessidade da filosofia é, também, eterna. Para Hiss, o inferno é a representação do paraíso:

Alger: I love this place! In Heaven, endless soul searching. Here you haven't got any souls to search. So you fellows really were... it wasn't just gossip?

Roy: Never take the name of Gossip in vain, especially down here. **It's the brandy of the damned.**

Alger: **You stole that line from Shaw**

(Kushner, 1996, p. 238).

Não só a fala é roubada de George Bernard Shaw, mas, talvez, a premissa da peça inteira. O terceiro ato de *Man and Superman*, peça de 1903, coloca Don Juan em um inferno muito semelhante ao inferno de Kushner. O cruzamento entre o paraíso e o inferno de Alger Hiss reproduz os passeios que o pai de Doña Ana de Ulloa, Don Gonzalo (ou a admirada estátua de mármore), que também ecoa a vaidade pessoal de David Schine, faz entre o paraíso e o inferno, pois, segundo Don Juan, Gonzalo fica extremamente entediado no paraíso. Assim como Hiss, Gonzalo acredita que viver no inferno tem suas vantagens:

The Statue. No, no, no, my child. Do not pray. If you do, you will throw away the main advantage of this place. Written over the gate are the words 'Leave every hope behind, ye who enter'. Only think what a relief that is! **For what is hope? A form of moral responsibility.** Here there is no hope, and consequently no duty, no work, nothing to be gained by praying, nothing to be lost by doing what you like. Hell, in short, is a place where you have nothing to do but amuse yourself. [Don Juan sighs deeply]. You sigh, friend Juan, but if you dwelt in heaven, as I do, you would realize your advantages (Shaw, 2021, p. 113).

O alívio ao deixar a esperança para trás significa também não haver trabalho, não haver obrigações, isto é, o inferno é um

lugar onde você não tem nada mais a fazer além de se divertir. A ação de não acreditar mais na possibilidade da esperança como uma forma de responsabilidade moral faz Gonzalo, assim como Hiss, filosofar sobre a dualidade presente na definição de paraíso e, consequentemente, de inferno. Vale lembrar que Gonzalo precisa adentrar o inferno para conseguir filosofar. A presença da figura demoníaca não significa ser o diabo tão escuro como se pinta. O diabo quer amor, carinho e atenção. No entanto, ainda é o diabo que aponta para a realidade dos fatos:

The plague, the famine, the earthquake, the tempest were too spasmodic in their action; the tiger and crocodile were too easily satiated and not cruel enough: something more constantly, more ruthlessly, more ingeniously destructive was needed; and that something was Man, the inventor of the rack, the stake, the gallows, the electric chair; of sword and gun and posion gas: above all, of justice, duty, patriotism, and all the other isms by which even those who are clever enough to be humanely disposed are persuaded to become the most destructive of all the destroyers (Shaw, 2021, p. 123).

A destruição que traz o ser humano e, em última instância, algo que viria a destruir a ele mesmo se repete na peça de Tony Kushner. O questionamento sobre o eterno retorno trazido por Friedrich Nietzsche reverbera na fala de Dick Cheney abaixo:

Dick: Too many \$(expletive\$) meetings. Too many \$(expletive\$) G.O.P. ideologues, hounding me, hounding me. "Dick, you were never a true conservative." "Dick, you were \$(expletive\$) Leonid Brezhnev." Wage-and-Price-Control Dick, they call me, last of the tax-and-spend liberals, "Ten steps to the left of Bill \$(expletive\$) Clinton." **I hate it here! I have always been a . . . a thinker! I want to got to Heaven, where people still believe in Government. I want some \$(expletive\$) respect** (Kushner, 1996, p. 239).

Chenney, agora, no inferno, precisa viver a sua vida toda, novamente, para sempre. Naturalmente, ele não quer viver ali eternamente. Contrário a Zaratustra, e aqui retornamos à questão filosófica, Chenney ainda acredita em ídolos e a sua necessidade de ir para o paraíso anda na direção contrária da ideia do super-homem de Nietzsche. O super-homem representa o princípio mais elevado do desenvolvimento da humanidade e a afirmação de todas as potencialidades do homem. O filósofo postula o super-homem como uma crítica à religião cristã e à crise da modernidade. Isso se deve ao fato de que, segundo ele, a moralidade cristã sufoca o desenvolvimento, a liberdade e a criatividade do homem, além de torná-lo dependente da fé. Consequentemente, ele defende a rejeição total e a abolição dos ideais morais cristãos a fim de abrir caminho para a liberdade da humanidade e, consequentemente, para o surgimento da super-humanidade. Para Chenney, a ida ao paraíso representa a manutenção dessa moral cristã por meio da figura de controle governamental. Logo, ser um pensador onde se é, de fato, livre, é impossível. É somente no inferno que se pode alcançar a super-humanidade.

Dick: Bob Dole likes me. And the rest of you can go \$(expletive\$) yourselves. You, the Spirit of Conservatism! \$(expletive\$) ambulance chaser! At least in Heaven I can hope for some intelligent discussion! I'll stay up there till Henry gets here. He understands me. Oh, for some decent company! (Kushner, 1996, p. 239).

A peça termina quase na descrição da última rubrica, quando se ouve a música de entrada da bruxa boa, Glinda, em *O mágico de Oz* (1939). A música, cantada pela bruxa no filme, serve para fazer com que os Munchinkins saíssem de seus esconderijos e viessem conhecer Dorothy, a menina de sapatos mágicos, que havia matado a bruxa malvada do leste. A letra de “Come out, come out, wherever you are” carrega um duplo sentido para o público

da contemporaneidade, pois, “come out of the closet”¹⁴ significa ser quem você é sem precisar esconder de ninguém a sua homossexualidade. O mundo fantástico e colorido dos Munchinkins ecoa a idealização do mundo espalhafatoso e fantasista dos LGBTQIA+ das décadas de 1980 e de 1990. A cena, descrita na rubrica como uma bolha com um brilho iridescente e oleoso descendo da grade de iluminação ao mesmo tempo que sai de lá um homem magro com cara de buldogue de Walt Kelly¹⁵, usando um vestido Chanel preto, meia-calça e sapatos de salto agulha, sobre os quais ele se equilibra de forma incerta, gera uma certa confusão entre os homens:

Dick: And that’s another thing I hate about this place!
The gender confusion!

Alger: I’m with you on that one, Dick, but it’s *worse* in Heaven!

Roy: The Son of the New Morning, like you’ve never seen him before! Dave, may I present: Mary!

David: It looks like J. Edgar Hoover, Roy.

Edgar: Hello, girls! Heard there was a new arrival, thought it might be Arthur Finkelstein.

David: Roy, I’m real confused.

Edgar: Of course you are, beautiful. It’s the 90’s!

(You always were...)

AND IT GOES ON (Kushner, 1996, p. 239-240)

Ao final da peça, David Schine confunde J. Edgar Hoover com Arthur Finkelstein, quando aquele chega ao inferno. Finkelstein foi um consultor do partido republicano que, apesar de gay, foi um especialista na campanha negativa e ajudou a eleger candidatos homofóbicos, enquanto Hoover, renomado diretor do FBI, usou de seus poderes para chantagear políticos e ameaçar figuras

14 Em português também usamos a expressão “sair do armário” com o mesmo significado de seu original em inglês.

15 Cartunista estadunidense criador de “Pogo”, tirinha de sátira política. Cf. <https://www.britannica.com/topic/Pogo-comic-strip-character>.

políticas ao seu redor. Curiosamente, os dois lançavam mão de seus poderes para ir contra ao que eles realmente eram: o policial corrupto e o gay agiam contra as suas próprias comunidades.

E CONTINUA... de fato, a confusão continua na terra da liberdade.

As portas do inferno nunca se fecham: uma conclusão quase possível

Ao se desculpar com os fantasmas de George Bernard Shaw e de Philip Roth, Tony Kushner tenta fazer as pazes com a América infernal em que vive. Ao comparar os Estados Unidos com o inferno, Kushner traz o dramaturgo inglês e o novelista estadunidense para o palco, quando assombram *David Schine*. Philip Roth canta os Estados Unidos em sua trilogia estadunidense de forma crítica e pungente, destrinchando a podridão de sua política. George Bernard Shaw prepara o caminho para o inferno Kushniano, este muito parecido com o de Shaw, mas com uma reviravolta: era somente no inferno que se conseguia fazer filosofia.

Christopher M. Elias (2021, p. 261) lembra que apesar da opinião da maioria dos historiadores de que Cohn e Schine não se envolveram em um relacionamento físico, os rumores do casal foram fortes o suficiente para tornar os dois homens em gays no imaginário do povo e firmar o relacionamento na cultura popular. Na peça de Kushner, Roy Cohn se refere a Schine como uma Helena de Troia dos tempos modernos, chamando seu rosto de “o rosto que lançou mil navios^{16,17}”. A referência ao Fausto de Marlowe

16 No original: Was this the face that launched a thousand ships, / And burnt the topless towers of Ilium? (linha 1875)

17 É na peça *The Tragedie of Doctor Faustus* (1590), de Christopher Marlowe, que um respeitado acadêmico alemão, insatisfeito com os limites das formas tradicionais de conhecimento decide aprender magia negra e, ao invocar o demônio Mefistófolis, detém todo o conhecimento/poder no mundo. À medida que os vinte e quatro anos de seu acordo com Lúcifer chegam ao fim, Fausto começa a

traz a ideia da sedução pela beleza para o palco, pois Schine era capaz de impressionar qualquer um ao seu redor por sua aparência física e, provavelmente, até o demônio.

Embora McCarthy e Cohn tenham aperfeiçoado o estado de vigilância, foi o diretor do FBI, J. Edgar Hoover, essencial para a criação dos estados nacionais de vigilância e segurança, bem como a primeira figura política importante a perceber plenamente as possibilidades da mídia de massa moderna. Ele usou da manipulação das massas como um veículo para atingir seus objetivos pessoais, profissionais e ideológicos. McCarthy, com seu anticomunismo fervoroso, baseou-se no alicerce de Hoover ao conquistar os holofotes nacionais. Cohn levou as estratégias de Hoover e McCarthy a seus fins lógicos, usando sigilo, manipulação e desinformação para garantir influência – e inspirar uma nova geração de líderes a fazer o mesmo.

Quero terminar este texto lembrando que, assim como o teatro, a filosofia bebe continuamente de pensamentos impregnados de passado e traz à baila diálogos necessários que precisam ser sopesados e questionados no agora. A filosofia demoníaca que é feita em *David Schine* traz para o palco o conceito de super-homem de Nietzsche se aproximando à dialética negativa de Adorno, pois se se é somente no inferno que é possível fazer filosofia, não existe a possibilidade de desamarrar-se da moral cristã quando se movimenta para fora dele. Se a dialética serve para a conciliação, não é no inferno de Kushner, ou quiçá no de Shaw, que ela existirá. A impossibilidade da conciliação vem a serviço da despossessão, pois é esse homem impossibilitado de confrontar a sua própria existência, em um mundo, ainda encantado e assombrado por fantasmas, que é os Estados Unidos da América.

temer sua morte iminente. Ele faz com que o demônio chame Helena de Troia, a famosa beldade do mundo antigo, e usa sua presença para impressionar um grupo de acadêmicos. Na última noite antes do término de seu pacto, Fausto se arrepende e implora por misericórdia, mas já é tarde demais. À meia-noite, uma hoste de demônios aparece e leva sua alma para o inferno.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1969 - Julgamento condena os 'Sete de Chicago' por conspiração. *Opera Mundi*, São Paulo, 21 set. 2021. Hoje na história. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/podcast-hoje-na-historia-1969-julgamento-condena-os-sete-de-chicago-por-conspiracao/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BLANCO, Maria Del Pilar; PEEREN, Esther. *The Spectralities Reader*. New York: Bloomsbury, 2013.

CARLSON, Marvin. *The Haunted Stage: The Theater as Memory Machine*. Michigan: The University of Michigan Press, 2003.

ELIAS, Christopher M. *Gossip Men*: J. Edgar Hoover, Joe McCarthy, Roy Cohn, and the Politics of Insinuation. Chicago: The University of Chicago Press, 2021.

FREUD, Sigmund. *O infamiliar [Das Unheimlich]*. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KUSHNER, Tony. A Backstage Pass to Hell. *New York Times Magazine*, New York, 29 dez. 1996. Section 6, p. 2. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1996/12/29/magazine/a-backstage-pass-to-hell.html>. Acesso em: 12 mar. 2025.

KUSHNER, Tony. G. David Schine in Hell. In: KUSHNER, Tony. *Death and Taxes: Hydriotaphia & Other Plays*. New York: Theater Communication Group, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *The Productions of Space*. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

MARLOWE, Christopher. *The Tragedie of Doctor Faustus*. Editado por Hilary Binda. Texto B. [S. l.: s. n.]: 1616 Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.03.0011:act%3D5>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MILLER, Arthur. Tragedy and the Common Man. *New York Times*, New York, 27 fev. 1949. Disponível em: https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/00/11/12/specials/miller-common.html?_r=1&oref=slogin. Acesso em: 14 mar. 2025.

MINOIS, Georges. *História do inferno*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

Ó MAOILEARCA, Laura Cull. “Filosofia-Performance: uma introdução”. *Revista Brasileira de Estudos de Presença*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, e92544, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/vF9jq96Y9Zt7v9d6QFvJTJq/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PUCHNER, Martin. “Afterword: Please Mind the Gap between Theatre and Philosophy”. In: *Modern Drama*. v. 56, n. 4, 2013.

SHAW, George Bernard. *Man and Superman, John Bull’s Other Island, and Major Barbara*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

STREET, Anna; ALLIOT, Julien; PAUKER, Magnolia (ed.). *Inter Views in Performance Philosophy: Crossings and Conversations*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

THE EDITORS OF ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Pogo. American comic-strip character. In: *Encyclopedia Britannica*. [S. l.], 18 maio 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Pogo-comic-strip-character>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Demons in Tony Kushner's America: *G. David Schine in Hell* (1996)

ABSTRACT: *G. David Schine in Hell* is a short one-act play by American playwright Tony Kushner. Originally published in *The New York Times Magazine* in 1996 as “A Backstage Pass to Hell” and republished in *Death & Taxes: Hydriotaphia & Other Plays* (2000), G. David Schine revisits the ghostly characters from *Angels in America* (1991) while introducing many others who, together with Roy Cohn, helped terrorize American politics in the 1950s and beyond. The scene takes place in Hell on a single day, June 19, 1996, the day Schine died. There, hard-hitting characters from American politics, dressed in drag, talk about love, politics as they try to find out whether they belong in hell. While questioning the existence of a limbo, Schine remains lost about his fate and what he is doing there. Like *Angels*, “G. David Schine in Hell” is a fantasy on American themes which, by exploring the demonic spectropolitics of that country’s politics, advocates the possibility of a future that would lead to the election of Donald Trump to the presidency in 2025.

KEYWORDS: spectropolitics; performance philosophy; theater; Tony Kushner.